

**UNIVERSIDADE FEDERAL RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Theo Soares de Lima

**UM DISCURSO METAGEOGRÁFICO.
Entre autonomia, território e cartografia.**

Porto Alegre, Outono de 2022.

THEO SOARES DE LIMA

**UM DISCURSO METAGEOGRÁFICO.
Entre autonomia, território e cartografia.**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Área de concentração: Ambiente, Território e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Heidrich

Porto Alegre
2022

CIP - Catalogação na Publicação

Soares de Lima, Theo
Um discurso metageográfico. Entre autonomia,
território e cartografia. / Theo Soares de Lima. --
2022.
236 f.
Orientador: Álvaro Heidrich.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Autonomia. 2. Território. 3. Cartografia. 4.
Metageografia. 5. Discurso. I. Heidrich, Álvaro,
orient. II. Título.

THEO SOARES DE LIMA

**UM DISCURSO METAGEOGRÁFICO
Entre autonomia, território e cartografia.**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Área de concentração: Ambiente, Território e Educação.

Aprovado em 22 de Fevereiro de 2022.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Álvaro Heidrich (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRGS

Prof. Dr. Danichi Hausen Mizoguchi
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - UFF

Prof. Dr. Roberto Henrique Amorim de Medeiro
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Argenta Câmara
Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRGS

Prof. Dr. Nelson Rego
Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRGS

Porto Alegre
2022

Ao Tijuco e a família que ele comporta, “pelo galope do sonho e o riso a cavalo”.
Ao Ignácio “Ig”, muito mais que um filho, um companheiro de vida.
À Mária “Estrela-vespertina”, pelo amor e a inspiração.
Às inúmeras amigas, pelo privilégio das irmandades que se escolhe.
À CAPES e ao POSGEA, pelo financiamento e a oportunidade.
Ao orientador, sem o qual esta tese não seria ela.



(Iconoclastas, Fruto coletivo).

Ao cair da noite, Hassan-i Sabbah, como um lobo civilizado de turbante, debruça-se no parapeito sobre o jardim e contempla o céu, estudando pequenos asterismos de heresia no ar fresco e sem rumo do deserto. É verdade que nesse mito alguns discípulos aspirantes podem receber o comando de se arremessarem do alto das muralhas para a escuridão – mas também é verdade que alguns deles vão aprender a voar como feiticeiros.

(Hakim Bey, Caos)

RESUMO

Esta tese pretende elaborar um discurso metageográfico, que teça, de forma coerente, os conceitos (considerados aqui como eixos) de autonomia, território e cartografia. Na Parte I cada eixo é abordado individualmente, além de uma primeira aproximação da noção de metageografia. Também se faz presente um tópico sobre a importância da qualificação do projeto de doutoramento e seus desdobramentos para o trabalho porvir, bem como os sentidos de ser um pesquisador-bolsista. Na Parte II constam ensaios cartográficos (na forma de platôs, que podem ser lidos independentemente e sem linearidade) que contemplam discussões temáticas, desdobrando cada um dos eixos anteriormente apresentados. A Parte III, finalmente, serve de síntese, resultado e conclusão, e é o momento em que tal discurso, pretendido ao início, é efetivamente elaborado.

Palavras-chave: Autonomia; Território; Cartografia; Metageografia; Discurso.

ABSTRACT

This thesis intends to elaborate a metageographic discourse that weaves, in a coherent way, the concepts (considered here as axes) of autonomy, territory and cartography. In Part I, each axis is addressed individually, in addition to a first approximation of the notion of metageography. There is also a topic on the importance of the qualification of the project for the PhD title and its consequences to the oncoming work, as well as the meanings of being a scholarship-researcher. Part II contains cartographic essays (in the form of plateaus, which can be read independently and without linearity) that includes thematic discussions which unfolds each of the previously presented axes. Finally, Part III serves as synthesis, result and conclusion, and it is the moment the discourse, intended at the beginning, is effectively elaborated.

Key-words: Autonomy; Territory; Cartography; Metageography; Discourse.

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	5
PARTE I.....	6
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	7
DA QUALIFICAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	17
DA AUTONOMIA.....	32
DO TERRITÓRIO.....	44
DA CARTOGRAFIA.....	97
DA METAGEOGRAFIA.....	117
PARTE II.....	122
DO CAMINHAR E A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA.....	123
DO MAPA E DAS MANEIRAS DE CARTOGRAFIAR.....	140
DA ARQUEOLOGIA DE CONFLITOS.....	162
DAS MÁSCARAS DESCARTÁVEIS AOS PARAQUEDAS COLORIDOS.....	184
PARTE III.....	197
DO DISCURSO PARA ALÉM DA GEOGRAFIA.....	198
EPÍLOGO.....	219
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	220

PRÓLOGO

Tendo vivenciado a trajetória de graduação, e sua monografia, e de dissertação de mestrado, é dado o momento de elaborar uma *tese de doutorado*. Entrelaçada com a história que lhe precede, esta não é apenas uma obra literária, a materialização de uma pesquisa, prova de competência ou mesmo cumprimento burocrático. É, ou deveria ser, a expressão de uma jovem, e ainda iniciante, maturidade científica. Como certa feita me disse o amigo e colega Lucas Panitz, na monografia falamos *o que* outros disseram acerca de dado assunto, na dissertação falamos *sobre* o que outros disseram e na tese, finalmente, *falamos*.

Doutorar-se é assumir a responsabilidade de produzir o dito, é correr o risco de se assumir intelectual. Justo por isso, o momento é instigante pelo desafio que apresenta tanto quanto é amedrontador pela mesma razão. Entretanto, se aprendi algo “de berço” foi a não fugir do bicho sem ver seu tamanho, e que se, ao fim do enfrentamento, faltar alento, não será por não haver tentado.

É este espírito, mais curioso que conformado e mais disposto que acabrunhado, com o qual assino o presente trabalho. Sobre o tempo verbal, oscilante entre o impessoal, o eu e o nós, ele se dá conforme os momentos do texto: quando remete a um fator externo (como um autor citado), quando o dito é falado a partir de mim e quando é partilhado com o leitor. Antes que confundir, a oscilação pretende precisar.

PARTE I

Apresentação do trabalho: estrutura, objetivo, procedimentos. Apontamentos sobre a escrita e o sentido da tese. Conceitos centrais: os eixos Autonomia, Território e Cartografia. Definição inicial da noção de Metageografia.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seguindo a linha apresentada no Prólogo, esta é a escrita que permite abrir caminhos para tudo que se quer dizer até então. Ao longo de minha trajetória acadêmica, iniciada em 2007/1, envolvi-me com, basicamente, dois momentos significativos de pesquisa. Primeiro como voluntário, e depois como bolsista, na área da geografia política: entre diagnóstico de integração regional no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com o início do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Iniciativa para Integração Regional Sul Americana (IIRSA), e o levantamento, tabulação e geoprocessamento de dados do comércio exterior brasileiro à época. Posteriormente, e mais importante, integrante da equipe técnica responsável pela elaboração, via metodologia de cartografia participativa, do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Tefé (FLONA Tefé), no estado do Amazonas. Um segundo projeto, derivado desse e do qual também tomei parte, ocupou-se de produzir, igualmente junto aos comunitários ribeirinhos, materiais didáticos para as escolas locais. Afora esses, realizei estágio obrigatório para o bacharelado na Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) do Rio Grande do Sul, sistematizando uma proposta de monitoramento socioeconômico para os empreendimentos de silvicultura no estado. E fui bolsista, na função de secretário, da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - Seção Porto Alegre, que muito ensinou-me sobre burocracia institucional e a necessidade de um trabalho organizativo.

Curiosamente, a tese, no que toca à temática, em nada tem proximidade com os envolvimento de titulação anteriores. Na monografia, “Caminhos urbanos à deriva” (LIMA, 2011), elaborei uma aproximação entre o grupo Internacional Situacionista (IS) e a ciência geográfica, principalmente através dos conceitos de espaço urbano, escala e lugar. Essa consistiu-se na primeira tentativa de expressar um trabalho “pessoal”, pelo qual o gosto em fazer fosse maior que o compromisso institucional. Imaginava que aquele deveria ser, e acabou sendo, fruto marcadamente influenciado pela minha visão de mundo à época: testemunho do rito de passagem. Olhando para atrás é às vezes embaraçoso perceber as petulâncias juvenis e os arroubos idealistas ali presentes. Mas, antes de serem problemas, constituem parte do interminável amadurecimento intelectual e pessoal: e, para mim, a vida acadêmica e a vida adulta começaram juntas.

Logo depois, no artigo “Deambular pela cidade como uma experiência humanista” (LIMA, 2013), tive a oportunidade de continuar escrevendo sobre algumas questões encaminhadas pelo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Sem que se soubesse à época, tal

artigo acabou guiando pontos importantes da dissertação, intitulada “Ensaio sobre a vida cotidiana: passos e tropeços de uma pesquisa psicogeográfica” (LIMA, 2015). Nela, continuando aliado aos situacionistas (assim denominados os integrantes da IS), desenvolvi uma proposta metodológica para sua (muito) incipiente ideia de pesquisa psicogeográfica. Foi assim que o Centro Histórico de Porto Alegre atraiu minha atenção e meu corpo, em trabalhos de campo que duraram os quase dois anos de mestrado.

Enfim, chega-se ao doutorado e a bagagem trazida é ampla e, aparentemente, dispersa. Estudos sobre a cidade moderna e os situacionistas, monitoramento socioeconômico para empreendimentos ambientais, expedições amazônicas envolvendo reuniões, entrevistas, mapeamentos comunitários e livros didáticos, levantamento e tabulação de dados comerciais, diagnóstico de projetos de infraestrutura, além de alguns meses ministrando aulas em cursinho popular e anos de “muita militância” no movimento estudantil, na representação discente e na AGB. Como juntar todas essas experiências práticas e teóricas em algo coerente e competente?!

A primeira tentativa de resposta veio com a elaboração do anteprojeto (submetido para ingresso na pós-graduação). Sem dúvida, minha mais consistente apropriação teórica (dito de outra maneira, aqueles assuntos sobre os quais o acúmulo nos dá naturalidade para falar sobre) orbitava entre o pensamento dos situacionistas (e sua difundida concepção crítica da sociedade espetacular-mercantil) e obras de autores libertários (dentro e fora da Geografia). Das práticas de pesquisa, havia clara proximidade com levantamentos de dados (estatísticos e documentais), revisões bibliográficas, trabalhos de campo e produções cartográficas. Em termos de vivência, a mais marcante profissional e afetivamente haviam sido os três anos em “companhia” dos situacionistas (monografia e dissertação) e os dois anos envolvidos com os projetos comunitários/participativos na FLONA, como pesquisador-colaborador: aclararam-se, de repente, os pontos principais da minha trajetória acadêmica. E foi assim que se deu o resgate de um antigo interesse, descoberto durante a graduação e deixado em suspenso, o caso dos *Iconoclastas* (IC): ativismo de orientação situacionista e engajado em práticas de *mapeos coletivos*.

Esse duo argentino, que será abordado no eixo Cartografia, dedica-se a pensar e realizar oficinas engajadas diretamente com as populações envolvidas. Seu maior objetivo é propiciar um primeiro contato com metodologias e ferramentas, para permitir, doravante, a formação de agentes independentes. Ou seja, sua atuação direciona-se no sentido de catalisar novas práticas mais do que servir como serviço de consultoria. Assim, auxiliam pelo aporte de conhecimentos técnicos que as “sociedades en movimiento” (ZIBECHI, 2008), apesar de sua

sapiência de vida, estão desprovidas. Disso resulta uma tentativa de empoderamento¹ dos envolvidos, enquanto possibilidade de se enxergarem territorialmente, como sujeitos constituintes deste, ativos em seu processo de (re)criação e pertencentes a ele por definição e direito.

O que estaria em discussão, ao menos implicitamente, ao longo das reflexões e práticas *iconoclastas* não seria o *projeto autonomista*? Cidadãos se (re)apropriando do cotidiano através do exercício político, ou, mais diretamente, da efetivação de sua cidadania? Não seriam os mapeamentos coletivos uma tentativa de sociedade autoinstituindo-se, ainda que em escalas restritas de abrangência? A aproximação inicial com tal hipótese tinha dois caminhos possíveis: resgatar as referências que me eram conhecidas sobre o tema, por um lado, e entrar em contato pessoal com o duo, por outro.

À época, conhecedor da discussão filosófica sobre a autonomia apenas por fontes indiretas, inclusive pelo difícil acesso (esgotadas e/ou de alto custo) às publicações de Cornelius Castoriadis no Brasil, busquei minimamente confirmar essa inquietação na obra de quem sabia que a estudava. Através dos livros “Mudar a cidade” (SOUZA, 2015) e “Prisão e a ágora” (SOUZA, 2006) pude esboçar uma aproximação com a teoria e, mais do que isso, encontrei vias de debatê-los conjuntamente com a perspectiva de planejamento e gestão críticos de cidade, uma escala de análise familiar às minhas produções acadêmicas anteriores. Restava, entretanto, o diálogo mais próximo com os integrantes, para ver o quanto, tomando-os como “estudo de caso”, poderia avançar na investigação sobre autonomia territorial. Nesse momento, as indagações da pesquisa giravam em torno de identificar como (em que nível) a prática da cartografia social (participativa, comunitária, etc) poderia contribuir para “ganhos de autonomia” (contingencial e estrutural) em meio à heteronomia instituída.

Algumas respostas vieram dois meses depois do ingresso no doutorado, quando encontrei Júlia Risler (uma das integrantes do duo) em Buenos Aires, em Maio de 2017. Partindo de que ela é professora na Universidade de Buenos Aires (UBA), indaguei sobre a relação entre os IC e Universidade: a existência de grupo de estudo, linha de pesquisa, etc, sobre a temática. A resposta foi negativa. Há distanciamento total entre a prática docente e seu engajamento ativista² A proposta dos mapeamentos coletivos começou a partir de inquietações pessoais, com as quais queriam se envolver sem meandros burocráticos e/ou institucionais. O que não deixa de ser uma postura de autonomia sobre a organicidade de suas

1 Termo atualmente utilizado muito mais próximo de sentido etimológico, foi conceitualmente cunhado, vale lembrar, por John Friedman em “Empowerment: the politics of alternative development” (1992), Editora Wiley-Blackwell.

2 O outro integrante, Pablo Ares, não possui vínculo universitário.

práticas. Além de impedir a expropriação institucional de saberes populares, separa o “desenvolvimento profissional” do ativismo pessoal.

Assim, qualquer possibilidade de expansão investigativa (para além da própria produção dos *Iconoclastas*) ficou impossibilitada. Especialmente no sentido de pensar integração de núcleos, laboratórios, enfim, como “rede de pesquisadores” sobre uma temática. A questão também colocou outra reflexão, a de projetar uma pesquisa dependendo da imprevisibilidade. Ou seja, se o ativismo mesmo não tem “agenda”, porque opera por envolvimento circunstanciais (em termos de demanda social) e sem produtos pré-determinados (criação de novas representações-práticas), como elaborar um “planejamento estratégico” de análise? Mais, a reflexão não partiria e estaria circunspecta a *uma* metodologia de mapeamento, cuja análise, inclusive, acabaria predominante sobre o “mapeado” (“ganhos de autonomia” dos sujeitos)?

Tais inquietações levaram à conclusão de que restringir a pesquisa ao caso dos *Iconoclastas* traria limitações de ambos os lados. O impasse, então, configurou-se sobre dois aspectos. Manter a centralidade das práticas cartográficas como possibilidade de “ganhos de autonomia”, ampliando o escopo do recorte (considerar maior número de “estudos de caso”), ou, talvez, expandir o próprio “objeto”... Optou-se pelo segundo, mas essa transição não foi direta.

Se, inicialmente, tratava-se de pensar a (conquista de) autonomia através da prática cartográfica (na verdade, de um caso metodológico), passou-se para cartografia de práticas autônomas/autonomistas. Levantar exercícios de mapeamento da sociedade para si mesma, garantindo a ampliação “do recorte”, e, mais do que isso, mapear a própria autonomia, enquanto experiências sociais de transformação do instituído.

A cartografia como produção de mapas e cartas (em seu aspecto mais técnico, de disciplina de engenharia, inclusive), como metodologia de elaboração (participativa, comunitária, etc), como diagnóstico político (levantamento situacional, de ativismos/movimentos sociais e suas espacialidades) e, finalmente, como método filosófico (fazer investigativo). Dos conceitos às práticas e de volta, essa é a Parte II.

Dois termos de partida da discussão estavam definidos: autonomia e cartografia. Todavia, fazia falta um termo médio, não no sentido de espécie de mediana entre eles, nem de “zona de amortecimento”, que permitiria a transição de um ao outro, mas enquanto *meio*, através do qual, condicionante e produto de suas realizações. Tanto uma conquista de autonomia, através da cartografia (de práticas cartográficas), quanto uma cartografia da autonomia (de práticas autonomistas), visam e se realizam sobre algo que não a si mesmas:

esse termo médio é o *território*. O território, então, é condição de origem, aquilo sobre o que a cartografia atua, e destino, aquilo que a cartografia altera.³

A autonomia é composta por sociabilidades embasadas em uma noção particular de política. Assim como a cartografia é técnica imbuída de uma noção particular de política. E essas particularidades são, por sua vez, manifestações de *territorialidades*: organização do representar e do fazer social-histórico. *Lócus* de emergência e possibilidade de transformação, cada território considerado é condição daquilo que provém e produto daquilo que advém.

Se a cartografia foi instrumento de dominação colonial, ela pode muito bem ser instrumentalizada por e para *outro uso*, e de fato é, porque não existe em si mesma, substancialmente. A autonomia, igualmente, é capaz de *se efetivar de diversas maneiras*, aqui de um jeito e lá de outro, porque seu princípio condicional tampouco contém essencialidade ou se presta a ser um *modelo*. De novo, ambas emanam de e agem sobre um território, estabelecido por relações sociais sempre em aberto, tão concretas quanto indeterminadas.

Assim foram postos os três *eixos* da pesquisa: autonomia, território e cartografia. Termos em disputa, cujas significações só podem se dar momentaneamente, para cada social-histórico considerado, porque frutos do imaginário que os representa e os fazer ser, *sendo*. Por isso, não almejo tencioná-los enquanto conceitos em si, mas como tessituras.⁴

Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para a outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio (grifos no original; DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 49).

Cada definição agindo sobre a outra, e todas elas calcadas diretamente em experiências sociais *efetivas*, visando outras possibilidades de mundo: teoria e prática feitas *práxis*. Quero disputá-los, portanto, na única dimensão realmente possível, *do aqui e do agora*, não mais, mas certamente não menos. Apenas uma constelação conceitual específica, dentre muitas outras cabíveis.⁵

Os tópicos da Parte I são dedicados a cada um destes eixos. Cabe destacar que são aproximações, cuja ampliação sempre terá lugar no desenrolar infindo da pesquisa científica.

3 Mesmo ao delimitar uma bacia-hidrográfica ou identificar isolinhas, há sempre um *em-razão-de* e um *em-vias-de* sendo tensionado. Essa tensão são as relações sociais (de poder) que as produzem e as utilizam, portanto, relações territoriais. Tal posição será melhor defendida ao longo do trabalho.

4 A diferença, aparentemente sutil, coloca a existência conceitual entre epistêmica (imaginária) e ontológica (identitária-conjuntista). Retornaremos a isso no eixo Autonomia.

5 “Eu não estou passando uma aula de filosofia sem responsabilidade, se não, não valia nada. A aula de filosofia tem que entrar na sala de aula e produzir modificação, produzir pelo menos vergonha na gente. [...] Filosofia é prática de guerra, uma máquina instalada dentro do campo social. [...] Abala, produz uma diferença: isso é filosofia”. Trecho (1h12min) de palestra proferida por Claudio Ulpiano, em 1988. Disponível em <https://vimeo.com/10348233>.

As noções, ou conceitos, aqui apresentados não tentam dar conta plena dos sentidos existentes em toda literatura (como um compêndio), e sim trazem definições que são coerentes, necessárias e suficientes, para se produzir *este* discurso metageográfico, enunciado na Parte III.

Em síntese, portanto, o trabalho divide-se em três. A Parte I congrega a discussão teórica, dos eixos conceituais e da noção de metageografia. A Parte II explora, através de ensaios, reflexões a partir das definições apresentadas anteriormente, com destaque para proposta de tipificações cartográficas (abordagens teórico-metodológicas) e para exposição de experiências sociais que demonstram a indissociabilidade entre autonomia e território. A Parte III finaliza a pesquisa, cumprindo duplo papel, efetivamente fazendo emergir um discurso metageográfico, que entrelaça o trabalho em sua totalidade, bem como se presta a concluí-lo.

Antes de finalizar esta introdução, é importante situar o leitor preliminarmente acerca dos eixos. Mantenho a ordem conforme segue na Parte I, sem que isso remeta (nem aqui, nem lá) a qualquer hierarquia de importância entre os termos, e tampouco implique em linearidade de entendimento (compreender um como pré-requisito do seguinte). Espera-se, isso sim, que da leitura feita resulte uma conexão maior que a soma das partes.

Quanto à Autonomia. Por questões práticas, esse é o eixo que tem o ponto de partida bibliográfico mais restrito. Não só atualmente a noção de autonomia é bastante ampla, quanto sua história filosófica é longa e densa, tal qual demonstra o livro “A invenção da autonomia” (SCHNEEWIND, 2001). Se quiséssemos, fosse o caso, poderíamos trilhar uma gênese desde a liberdade e a vontade em Immanuel Kant, até os dias de hoje. Isso, por óbvio, extrapolaria completamente os propósitos deste trabalho. Assim, sem jamais negar as múltiplas entradas possíveis para a questão, apenas *escolhi* uma. Uma que, como ponto de partida, seja condizente com os objetivos propostos, que permita as tessituras pretendidas e que faça sentido, inclusive e especialmente, para entender as reivindicações do termo por parte das *experiências sociais* e das diferentes abordagens cartográficas. A efetivação da autonomia, portanto, extrapola em muito qualquer importância de acuidade “escolástica”.⁶

Dito isso, a abordagem realizada deu-se através de Cornelius Castoriadis (1982, 1983, 1987, 1992, 2002). Sua concepção autonomista não só é ampla, possibilitando analisar sociedades bastante diferentes enquanto autônomas (ou não), como libera o direito inalienável de suas particularidades. Lançando mão da significação em vez da essência, desnaturaliza as

6 O que quero dizer é que importa mais ver como a Autonomia é reivindicada e operada efetivamente do que qualquer formulação grandiloquente poderia “demonstrar”. Mas isso só é possível se a noção da qual partimos permite a abertura ao seu entendimento enquanto parâmetro subordinador (SOUZA, 2017), o que acredito ser o caso.

noções que tanto hierarquizaram culturas, e permitiram dominações “justificadas” de um povo sobre outro. A “primeira” autonomia defende não prejudicar *uma* sociedade. A “segunda”, não julgar *esta* sociedade por *aquela*.⁷ Sem isso, qualquer diálogo sincero é quase (para não dizer totalmente) impossível, porque coloca de início um anteparo enorme para entender o que é estranho.⁸ E não só no social reside a questão, individualmente *o sujeito autônomo visa o outro* também enquanto tal, em igualdade. Assim, a autonomia, como parâmetro filosófico, nega o julgamento *a priori* em ambos esferas (de uma sociedade em relação a outra e do social predominante ao indivíduo), estabelecendo-os como co-pertencentes. A ruptura que o autor opera, pois, é radical frente ao eurocentrismo e à filosofia herdada, algo considerável para justificá-lo como movente inicial.

Quanto ao Território. Totalmente díspar do anterior, esse eixo aporta diversos autores. Inicialmente, alguns apontamentos sobre a geografia política, porque acredito que o presente projeto se enquadra “dentro” dela, ainda que não faça eco a posições tradicionais do campo. Em seguida, utilizo Rogério Haesbaert (2011, 2016) e Marcos Saquet (2010, 2011) para traçar uma recuperação genealógica, através do que chamei de “resumo comentado” das obras. A partir disso, dedico à reflexão dois clássicos da discussão territorial, aos quais é dado destaque por ambos os autores precedentes, Claude Raffestin (1993, 2010) e Robert Sack (1986). Tentando evitar repetir o que já foi dito sobre essas obras, priorizei o diálogo com o que dizem Saquet e Haesbaert, ao mesmo tempo em que aportando pontos não mencionados por eles. Por fim, é apresentada a definição de M. L. de Souza (2000, 2013, 2017), do qual sou especialmente tributário. Encerrando o tópico constam algumas considerações sobre *poder*, haja vista a defesa realizada de uma definição derivada, daquele em razão deste. Para tal, são trazidos Hannah Arendt (2016), Pierre Clastres (2004, 2017) e Michel Foucault (1977, 1992, 1999, 2012). Esse conceito, de poder, também consta ao final do eixo Autonomia, situando-o em Castoriadis.

Quanto à Cartografia. Aqui a discussão se dá através da história (quase que uma narrativa, no sentido próprio de narrar, contar uma estória) do surgimento da prática cartográfica, seu entrelaçamento com a geografia, até a “autonomização disciplinar” de cada uma e suas influências na conformação da modernidade colonial (CLAVAL, 2010). Dando continuidade, justamente por mencionar o papel *político* da(s) disciplina(s) e de seus produtos, é destacado o trabalho de Brian Harley (2009) e suas seminais reflexões sobre o mapa enquanto instrumento de poder e instauração de saber. Já tendo alocado a cartografia

7 A distinção entre primeira e segunda são minhas, para facilitar o apontamento do que sua teoria *implica*. Ou seja, aceitando-se o argumento, é necessário aceitar as decorrências.

8 E já diz a famosa expressão, “as pessoas têm medo daquilo que não compreendem”.

num panorama bem mais amplo que o meramente técnico, são mencionados os múltiplos adjetivos que a disciplina adquiriu contemporaneamente (ACSELRAD & COLI, 2009), como social, participativa, comunitária, etc. Não só o que é representado no mapa passa a ser disputado, mas o próprio *mapeamento* torna-se central. É, seguramente, um ponto de virada para essa prática milenar de localização/orientação. Daí decorre a configuração dos atuais “ativismos cartográficos” (SANTOS, 2012), onde está em jogo uma multiplicidade de atores, finalidades e tecnologias. Por fim, uma mudança de perspectiva considerável em relação ao que vinha sendo discutido: a cartografia é, então, apresentada como princípio rizomático, tal qual elaborada em Gilles Deleuze & Félix Guattari (2011, 2012a, 2012b, 2012c). Dada a profunda abstração da obra, trago o ensaio “Crise e Insurreição” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016) como exemplo palpável de aplicabilidade. Os autores traçam um panorama das manifestações que ocorreram, global e sistematicamente, nesse início de século. A partir disso fazem algumas avaliações que vão desde a crítica da “esquerda tradicional”, passando pelo inovador caráter anônimo e informacional de tais mobilizações, até seus possíveis limites e potências. O eixo é encerrado com a apresentação daqueles que, de certa forma, originaram esta pesquisa: os *Iconoclastas* e seu “Manual de Mapeo” (2013). Conforme destacado anteriormente, na Parte II (especificamente em Do mapear e das maneiras de cartografar) essa discussão é retomada visando propor tipificações (tipos de abordagem) que operacionalizem os múltiplos sentidos atuais do termo “cartografia”.

O que está colocado, então, até aqui? Que a pesquisa orienta-se através de três eixos, sem que seja *sobre* eles. A palavra “através”, inclusive, deve ser tomada em sentido de atravessamento, mais que de atravessar. Não são eixos paralelos, que caminham lado a lado, mas que se entrecruzam a todo momento. O mesmo vale para os posteriores ensaios temáticos, que discorrem sobre caminhar e política, diversas maneiras de cartografar, experiências sociais concretas e a possibilidade da utopia presente. Na verdade, talvez seja o caso de os considerar mais como linhas (rizomáticas) do que eixos (arborescentes)... Mais como platôs (que podem ser lidos independentemente, sem linearidade) que como tópicos ou propriamente capítulos.

E o que é que eles são *em-vista-de*, pois? Aquilo que é o **objetivo geral**. Produzir um discurso metageográfico contra-hegemônico, que se calca na reflexão sobre territorialidades autônomas, ou, mais precisamente, como a autonomia só pode se dar

territorialmente. Tal ação é orientada por uma constatação de origem, de que o problema de realizar uma sociedade “sem classes não é o da capacidade de derrubar fisicamente os exploradores do poder (o que está fora de dúvida), mas de organizar positivamente uma gestão coletiva, socializada, da produção e do poder” (CASTORIADIS, 1983, p. 57). Assim, mais do que discutir se a sociedade consegue instaurar ou não sua autoinstituição, é questão de observar os mecanismos de sua manutenção e suas possibilidades de fuga. Tais dilemas são abordados nos ensaios da Parte II, e encaminhados na Parte III.

A aparência sintética da formulação do “objetivo geral” acima não deve enganar a amplitude que contém. Há uma enormidade de questões que dela derivam, as quais não conseguirei responder integralmente. Outras, talvez muito adiante, perceberei que não fui nem capaz de formular. Contudo, preocupa o compromisso de se debruçar sobre a realidade que atualmente se impõe mais do que dar a ela uma forma acabada.

Esboçemos algumas inquietações que envolvem e permeiam a problemática. Por exemplo, quais os limites da “associação” entre práticas autônomas e instituições heterônomas? “Se se concorda em que o aparelho de Estado não é passível de conversão em uma instância de poder verdadeiramente democrática (isto é, não-heterônoma)” (nota de rodapé 34; SOUZA, 2006, p. 148), os ganhos de autonomia sempre serão ganhos parciais, ou seja, possuem um limite transformador quando conquistados “a partir de dentro”? Se sim, como instaurar a autonomia como princípio de organização social? Se ela não pode ser verdadeiramente conquistada nos marcos de uma instituição heterônoma, é necessário instituir-se paralelamente, “fora” do Estado? Em caso afirmativo, isso é efetivamente possível? A única possibilidade de mudança estrutural ainda são as revoluções, nos moldes de ruptura do Séc. XX? Ou esse “fora” é passível de existir simultaneamente com o “dentro”? Ainda que a prática do *mapeo coletivo* se dê por parte dos cidadãos, de maneira independente ao Estado, e que consigam alguma conquista material/objetiva, qual ganho há além do eminente? Ainda que o Estado permita diversos âmbitos participativos, como no caso de um plano de manejo comunitário, eles não serviriam, ao fim e ao cabo, à própria instituição, posto que ela não perderia em nada seu poder heterônomo, e mais, na verdade, poderia passar a se furtrar de certas atividades, deixando os afetados à revelia de sua resolução? A participação em assentos públicos (como nos conselhos de plano diretor, por ex.) pode ser radical, ou, pelo menos, contingencial, ou seria simples manutenção tutelar e deveria ser rejeitada? Como assegurar a manutenção de avanços estruturais em meio a torrente de retrocessos sempre latente? Toda conquista desde dentro será absorvida pelo funcionamento heterônomo, portanto, ineficaz enquanto estratégia? E o ganho tático facilitará realmente “a próxima etapa”

de transformação ou será somente contingente? Toda melhora de subsistência, via mecanismos capitalistas, como acesso ao consumo, tem só, e necessariamente só, o efeito de “azeitar” a própria máquina? Se sim, como negar a inserção em políticas públicas, pelo argumento estratégico? Se não, como se aproveitar desse “jogo duplo” sem ser cooptado? E as organizações sociais, até onde conseguem manter “distanciamento crítico” em uma mesa de negociação? Se não é questão de ruptura revolucionária, nem de um “fora”, como minar a heteronomia? E “minar” não implicaria um “dentro”, o que retornaria ciclicamente aos questionamentos anteriores? É possível, em vez de um “fora”, um “apesar”? Se sim, qual seu limite instituinte? E esse “apesar”, até onde ele não tornaria a autonomia questão de “sustentabilidade produtiva”, do tipo “produzo tudo que consumo”, em vez de projeto? Como não aí se enclausurar em uma “ilha utópica”? Como evitar que esse afastamento não se torne individualista? Até aonde “afastar-se” não seria “ausentar-se”?

Evidencia-se que são muitas as possíveis preocupações decorrentes. Delas, a primeira ressalva que fica é de que a imponência do desafio não deve servir como desalento: se a “plenitude” de uma sociedade autônoma está no horizonte?, não creio, contudo, qualquer hora se presta a ser começo de tentativa.⁹

O certo é que aqueles que têm consciência da gravidade dessas questões devem fazer o que estiver ao seu alcance – seja por meio de palavras e textos, seja, simplesmente por atitudes nos lugares que ocupam – para que as pessoas acordem da letargia contemporânea e comecem a agir no sentido da liberdade (CASTORIADIS, 2002, p. 118).

9 “Se há alguma mágica nesse mundo, ela deve estar na tentativa de entender alguém compartilhando algo, e eu sei, é quase impossível de conseguir, mas quem se importa, na verdade. A resposta deve estar na tentativa”. Tradução livre do diálogo entre Celine e Jesse, personagens de “Antes do Amanhecer” (1995), dirigido por Richard Linklater. Trecho disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AVJuo_kfNCo Acesso em Agosto de 2021.

DA QUALIFICAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Ressalva. O trecho a seguir possui forte caráter pessoal, estilo narrativo e em alguns momentos, inclusive, pode parecer “fora de propósito” em relação ao tema investigado. Ledo engano, pois visa abordar os dilemas contidos no fazer acadêmico, invariavelmente materializado através da escrita (algo assaz importante em uma pesquisa estritamente textual) e emergente em seu aspecto fenomenológico (pois toda pesquisa é feita por um sujeito, de carne e *anima*, que sofre e se realiza pelo que produz). Além disso, ao enunciar sobre o próprio processo de investigação, pretende servir de certo alento e alerta aos que desejam percorrer tal caminho.

Passado exatamente metade do percurso para defesa da tese, chega-se ao momento da qualificação do projeto. Depois de dois anos para o doutorado, e um para o mestrado, é dada a hora de se discutir entre os pares acadêmicos, o trabalho desenvolvido até então. Essa é a primeira vez que nossas investigações tornam-se públicas, e isso tem duplo efeito. Um é prático, a primeira vez que será discutida fora do âmbito dos envolvidos diretamente (autor, orientador e grupo de pesquisa). Outro, um importante efeito psicológico, (in)segurança que sempre advém com e da exposição de si.

Tentar explicar algo ajuda a organizar nossas próprias ideias, objetivos e execuções. Quantas vezes algo que escrevemos era radicalmente óbvio a nós e pareceu completamente confuso para a leitora/ouvinte? Ou a alguma etapa que estávamos seguros ser necessária e/ou plausível de ser executada nos é dada uma perspectiva outra, que a mobiliza totalmente diferente do que esperávamos? Por essas e outras, a qualificação estimula e apavora. É preciso aceitar e enfrentar o problema de frente.

Decidi escrever sobre isso e tecer alguns comentários porque a qualificação do projeto desenvolvido foi extremamente marcante e teve consequências importantes no decorrer do restante do trabalho. Não sei se é a única, mas a principal razão que me fez decidir por essa espécie de relato foi o fato de ter cursado três tópicos especiais depois da qualificação. Como os créditos mínimos devem ser cumpridos até a qualificação, é muito raro ver alguém cursando disciplinas (mesmo tópicos especiais) depois desse momento. Contudo, minha relação em satisfazer um interesse é maior, ou mais importante, que o de cumprir obrigatoriedades: “o assunto até é interessante, mas não vou fazer porque já completei a carga

horária mínima” nunca foi de meu feitio. Enfim, tudo isso para dizer que, ao produzir o trabalho final de cada disciplina, acabei mencionando precisamente o fato de que estava numa situação “incomum” à maioria dos alunos, e o fiz porque os trabalhos de disciplina, em geral, tem relação com o estágio da pesquisa: como aquela disciplina pode contribuir para a pesquisa, qual o nível de desenvolvimento da mesma, e assim por diante. Então, vi-me fazendo justamente essa espécie de justificativa em todos trabalhos finais, até porque é difícil resumir em um ensaio de dez páginas algo em que estás envolto há três anos, diferentemente de estar no segundo ou terceiro semestre...

Quanto ao processo da qualificação precisamente, a banca apontou-me três pontos específicos aos quais conceder maior atenção. Dois foram sobre a escrita: a) produzi-la com menos “cuidados”, sem pedir tanta licença para enunciar, um texto mais abertamente engajado; b) adotar uma forma que fizesse eco ao conteúdo, ou seja, que tentasse pensar uma maneira de me expressar que fosse mais condizente com aquilo que gostaria de dizer. O outro ponto, sobre os “estudos de caso”, atentar que a qualidade da discussão teórica condissesse com a solidez da exposição concreta, ou seja, atentar para o que ainda restava qualitativamente como *projeto*, aquilo que almejamos produzir ao final dos anos subsequentes. Em outras palavras, a pesquisa efetivada, através dos conceitos apresentados na qualificação e os objetos de análise então pretendidos.

Assim, especialmente em razão da questão “escrita”, dei um passo atrás. Antes de tratar das experiências sociais e das abordagens cartográficas, que permitiriam discutir a tríade conceitual empiricamente (apesar do caráter teórico da pesquisa), precisava pensar sobre meu próprio processo de produção. Rumei para um livro básico e outro complementar. O básico é um clássico, “Como fazer uma tese”, de Umberto Eco (1983), e o complementar, “Políticas de escrita”, de Jacques Rancière (2017). Não os busquei preocupado em esclarecer noções básicas de pesquisa e de literatura que estavam confusas ou eram por mim ignoradas, mas à guisa de inspiração, discussões sobre o *significado* de pesquisar e a importância de sua materialização, através da letra grafada.

A preocupação com tal questão em certo ponto, inclusive, demonstrou-se um empecilho. Como uma preocupação a que damos demasiada importância, a famosa expressão “tempestade em copo d’água”. Não que o que me foi dito na qualificação fosse de menor importância e eu estivesse exagerando, mas porque me paralisou na retomada da escrita. Tive dificuldade em proceder por enxergar um problema demasiado grande, em vez de tentar tratá-lo como diversos pequenos pedaços. Fundamentalmente, ocupei-me em pensar uma retomada do trabalho que não fosse meramente reescrita do texto de qualificação, apresentando

conteúdo idêntico em nova roupagem. Nesses momentos é fácil cair na armadilha de que “nada presta”, nada está bom e tudo precisa ser refeito, desde o zero, desde o início.

Além da escrita, outra preocupação igualmente recorrente, foi a divisão tópica do trabalho. Como nos lembra Umberto Eco, organizar o sumário é, antes de tudo, o arranjo da própria pesquisa, é um “*plano de trabalho*” (grifos no original; 1983, p. 81), e a divisão que eu possuía não dava conta das modificações que pretendia fazer. Por exemplo, é condizente com uma pesquisa que se pretende complexa, rizomática, metodologicamente plural, seguir uma sequência linear como “teoria” (introdução, objetivo, referencial bibliográfico), “estudos de caso” (cada experiência apresentada particularmente) e “síntese” (resultados e conclusão)? Parece-me, e não acho que haverá dificuldade do leitor em concordar comigo, que a resposta é negativa. Fundamentalmente, o problema se desvelou marcadamente de método e metodologia, e não simplesmente estilístico.

Após a defesa de qualificação ficou evidente que a cartografia havia transitado de eixo conceitual, ao lado de autonomia e território, para uma leitura filosófica. Assim, mais que ocupar capítulo particular, haveria de se transformar em expressão metodológica da tese, enquanto prática de pesquisa. Decidi por organizar o trabalho em três seções. A Parte I, dedicada ao que já havia sido produzido, especialmente caracterizada pela apresentação dos conceitos e da noção de metageografia. A Parte II, dedicada a ser produção essencialmente rizomática, condizente com a proposta apresentada e respaldada na qualificação, abandona a análise parcial de “caso a caso” em prol da emergência temática “através de casos”. Uma execução propriamente cartográfica no sentido "deleuze-guatarriana". A Parte III, espaço dedicado a amarrar todo o trabalho num sentido propositivo e conclusivo, algo mais complexo que um simples resumo ou síntese, ainda que também seja isso.

Visando organizar o que aconteceu a partir da qualificação, basicamente composta pela Parte I, e reflexões surgidas a partir de então, mas que não compõem nenhuma das Partes em particular, surgiu o presente tópico. Podendo, inclusive, ser lido separadamente de toda tese (como de certa maneira podem ser todos tópicos, especialmente os ensaios, em seu aspecto de platô), pois tem algo a dizer àquela interessada em entender as etapas do longo processo de pós-graduação (especialmente de doutoramento) antes de cursá-lo. Ao mesmo tempo, pode servir de identificação a quem já o cursa e acha que sofre sozinha em suas incertezas e inseguranças, encontrando aqui a exposição sincera de fragilidades comuns, donde podemos dizer “ah, mas eu também passei por isso... então está tudo bem”. A visão aqui exposta parte de um bolsista CAPES, portanto, alguém que tem “autonomia” para produzir exclusivamente sobre suas investigações. Veremos que não é tão simples assim.

Depois de falar “de mim”, retornarei aos apontamentos enunciados na apresentação do tópico, sobre os desdobramentos da qualificação propriamente.

Se a metodologia cartográfica “remonta a uma tempestade” (KIRST *et al*, 2003, p. 91), é preciso deixá-la chover. Sua precipitação começa por escorrer nas próximas páginas.

Sem qualquer sombra de dúvida, mesmo que ausente de qualquer sustento estatístico¹⁰, afirmo que todas pessoas que ingressam na pós-graduação o fazem almejando produzir um trabalho final que seja significativo. Pode muito bem ser que signifique atingir “apenas” melhor remuneração, pode ser “apenas” ingressar em um trabalho que acreditamos interessante, pode ser que sirva “apenas” de transição para o (pós)doutorado, ou que “apenas” dê resposta prática a um problema empírico que defendemos necessária. Não importa, a bem da verdade, em qual dessas ou quaisquer outras particularidades nos encaixemos, a questão é que nosso(s) projeto(s) de pós importa(m), no mínimo, porque são nossos: o sentimento de “eu que fiz”, ao concluir, deve ser de orgulho.

Irônica e paradoxalmente, se o aspecto pessoal motiva ingresso, ele também engendra abandono. Com o passar do tempo deixamos de crer na importância técnica, política ou temática da investigação. Não haverá tempo hábil. Não sou competente o suficiente... De novo, não importa em quais dessas nos encaixemos, nosso(s) projeto(s) deixam de ser *significativo(s)*, e, com ele, nós mesmos: o desejo de desistência da pesquisa é, necessariamente, também o abandono de si enquanto sujeito pesquisador.

Se o leitor tem alguma dúvida do dito, achando que é estratégia literária, realidade romanceada, “frescura”, ou o que seja, que confira os dados.¹¹ Mundialmente, 40% de alunos de pós-graduação apresentam sinais de ansiedade e/ou depressão, enquanto a média populacional geral é de 6%. Minha posição é de que revoltante situação advém, basicamente, dessa dupla perda de sentido. Pretendo explorá-la para desmistificar o romantismo que ronda a vida dos beneficiários de fomento.

O processo de doutoramento dura, em média, quatro anos. Basicamente o mesmo período que um curso de graduação. Os calouros (ou “bixos”, como se diz em minha terra), que ingressaram no mesmo semestre que eu, colarão grau junto da minha defesa de tese.

10 Adianto, de início, que muitas das posições assumidas são intuitivas e, por isso, carecem de validade generalizante. Contudo, tenho certeza de que as impressões expostas não são exclusivas de minha experiência, porque partem de uma vivência compartilhada com tantos outros pesquisadores(-bolsistas).

11 Disponível em <http://www.anpg.org.br/14/09/2018/depressao-na-pos-graduacao-e-preciso-falar-sobre-isso/>. Acesso em Abril de 2020.

Contudo, nesse ínterim, enquanto eles passaram por intensas partilhas (promovidas através do descobrimento de novos colegas e amigos, disciplinas novas a cada semestre, trabalhos de campo, diversos trabalhos finais de curso, inserção em pesquisas de iniciação), nós, em oposição, vivenciamos a solidão.

A vida de bolsista é intrinsecamente solitária. Mesmo que utilizando dos laboratórios, não temos a mesma sociabilidade de outrora (nossa pesquisa é só nossa e não de um grupo, os presentes são uma nova geração, não mais teus colegas, e assim por diante). A vida universitária passa de uma relação de vivência para uma utilitária (vamos aos departamentos porque necessário, assim como aos laboratórios e bibliotecas). O trabalho em casa torna-se mais fácil e econômico, e o isolamento se agrava. Nutrimos a proximidade daqueles que se graduaram conosco e que permanecem no mesmo caminho, porque, ainda que o local reste familiar, quem o ocupa nos é estranho. Tal é um primeiro, e preponderante, aspecto da perda de significado de nossos fazeres: a falta de partilha *afetiva* no cotidiano.

Depois de quatro anos, suponhamos que a defesa e a aprovação da tese tenha sido conquistada. O que acontece é que nosso ingresso no “mercado de trabalho” é lido como de alguém inexperiente. Como se não tivéssemos aprendido nada nesse processo, as empresas de consultoria têm, num pós-graduando “de carreira”, alguém que não sabe nada do “mundo real”, que passou tempo demais em sala de aula, discutindo “coisas abstratas”. O mesmo vale para aquilo a que mais objetivamente destina-se a titulação de doutorado, a prática acadêmica. “A falta de experiência docente” diminui o aprendizado de estágios, de representações discentes, de envolvimento com editoração, de organização de eventos. O que importa num concurso é a titularidade disciplinar do ministrante. Incapaz de lecionar porque não o fez e de se empregar porque tampouco.

E se o período de bolsista não é considerado como “experiência profissional” no sentido objetivamente prático, ele também não o é em termos de plano de carreira. Mais de meia década de dedicação (somados mestrado e doutorado) é desconsiderada para a aposentadoria. Tampouco obtivemos plano de saúde durante o período. Como diz a expressão, “saímos sem eira nem beira”, cuja única fuga é ser aprovado em um concurso público, muitas vezes em uma área cinza (técnico administrativo, por exemplo), e/ou em vagas radicalmente menores que há de demanda capacitada. Por isso o problema está muito além de questões individuais, trata-se de uma situação em que o Estado dispendeu enorme montante para produzir uma mão de obra qualificada que o mercado não consegue absorver, nem na esfera pública nem na privada. Ou estamos formando “fugas de cérebro” (migrantes absorvidos por outras nações e estados) ou estamos formando-os “a fundo perdido” (que acabam trabalhando

em outras áreas), o que, afinal, resulta no mesmo.¹² E, além do investimento monetário, a um custo psicológico enorme. É um fracasso duplo, de planejamento técnico e cuidado social.

Tudo isso acontece, ainda, dentro de um cenário agravante, de descrença na formação teórica e da validade científica. Quanto ao primeiro, são feitos cortes orçamentários atribuídos a uma reforma que priorize aquilo que é útil, como se fosse possível determinar, de princípio, o que nos dará resultado.¹³ Ora, tal é um desconhecimento severo de como se desenrola a produção de conhecimento. É muito difícil, para não dizer impossível, determinar qual investigação nos trará resultado aplicável, especialmente no longo prazo. Quando Marie Curie começou suas experiências sobre radiação ninguém esperava construir aparelhos de Raio-X, transmissão de ondas de rádio, e assim por diante. O que se consegue, enquanto resultado inicial, é meramente aplicação da curiosidade. Mas as possibilidades são totalmente indetermináveis, e, por isso, radicalmente válidas.

Claro que no mundo privado, regido por investimentos lucrativos, é esperado pequeno interesse por “questões filosóficas” ou “muito abstratas”, mas não se pode demandar a mesma racionalidade do mundo público, donde advém, inclusive, a avassaladora maioria da pesquisa brasileira. Investir menos recursos de fomento nas áreas “de humanas” em relação às “exatas”, sob o argumento “utilitário” deveria ser abominável. Contudo, não é somente nessa diferenciação a que o problema se reduz, mesmo as “ciências aplicadas” sofrem da régua deturpada da aplicabilidade.¹⁴ E pior, mesmo que se consiga investimentos para uma temática pouco “bem-vista”, e a conclua, as possibilidades de ganho profissional permanecem frágeis. Se não for concursado, que empresa empregará um doutor em História do Pensamento Geográfico?...

Relato tudo isso porque minha pesquisa aloca-se, justamente, nesse âmbito. Uma investigação eminentemente teórica, sobre episteme geográfica, preocupada com discussões filosóficas (logo, não científicas, ou seja, ainda “menos aplicáveis”) e desdobramentos metodológicos. Meu financiamento é garantido pelo repasse imparcial do programa de pós-graduação e da fundação de fomento (o que é louvável, no caso): direito conquistado na seleção de ampla concorrência, independente da temática. Se dependesse da prioridade

12 Apenas no Rio Grande do Sul, a taxa de desemprego dos que possuem Ensino Superior aumentou 91% em cinco anos (2014-2019). Disponível em <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/01/desemprego-para-quem-tem-ensino-superior-completo-quase-dobra-em-cinco-anos-no-rs-ck5vnqr1p0dlm01qds5wqc22x.html>. Acesso em Abril de 2020.

13 Como exemplo, ver <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/04/governo-bolsonaro-exclui-humanas-de-edital-de-bolsas-de-iniciacao-cientifica.shtml>. Acesso em Abril de 2020.

14 Nesse sentido, recomenda-se o documentário “Particle fever” (2013), sobre o acelerador de partículas do *Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire* (CERN). Em uma entrevista, um dos pesquisadores é questionado a justificar o massivo investimento no equipamento, ao que responde: “pode ser que ele não nos dê qualquer resposta, mas pode ser que nos dê todas”.

institucional¹⁵, tal pesquisa jamais seria financiada. Mas tamanha conquista não garante nada além de si própria, o grande problema advém depois do término, o que fazer com tal conhecimento adquirido? A titulação será usada para conquistar um cargo concursado, mas isso, provavelmente, dar-se-á independente do conteúdo. O que resultará numa indiferença aplicável (a formação intelectual em relação às atribuições técnicas) do selecionado. Qualquer outra situação (oportunidades privadas) é tão inverossímil que talvez nem precise ser considerada... Se não por uma questão temática (por exemplo, uma consultoria ambiental não vê razão em contratar um doutor em “filosofia da geografia”), por uma questão remunerável (um doutor custa mais que um graduado, para exercer a mesma função).

Assim, enquanto o imaginário social sobre o pesquisador-bolsista é de uma “vida fácil”, a realidade é radicalmente diferente. E bem mais deprimente. Tudo aquilo que é tido como “privilégio” de uma vida de bolsista é, na verdade, uma fragilidade nevrálgica, tanto social quanto individual. Depois de uma década de dedicação ao aprimoramento intelectual, as consequências amenas são “inexperiência profissional” e “inadimplente previdenciário”, e as graves são ser assumido como “vagabundo” e “usurpador do contribuinte”....

Mas que não pareça que o trajeto percorrido até agora é só de mazelas. Caso fosse, não estaria nele há tanto tempo, e o defendendo. A vida de bolsista também é maravilhosa, minha questão é que, atualmente, ela o é muito mais em potência que em ato. A proposta contida na ideia de financiar pesquisadores, via instituições governamentais, é excelente. Pois diz respeito, por antítese, ao que a atual negatividade aponta. O investimento público em pesquisa, independente de área, visa precisamente garantir a heterogeneidade não interesseira do que é investigado. Que a relação “de resultados” do privado não regule o desenvolvimento daquilo que é conhecido e conhecível socialmente. E não só esse fomento “desinteressado” promove a multiplicidade igualitária do intelecto como também serve de “aquecimento da economia”, haja vista que a bolsa (que muito bem poderia ser entendida por salário) retorna ao coletivo como gasto corrente de cada indivíduo. Tal destino orçamentário deve ser visto, invariavelmente, como investimento e jamais como dispêndio. A promoção de qualquer saber é um valor em si, porque constantemente nos leva mais próximos à saída da caverna platônica. Em outras palavras, como pode uma sociedade pretender ampla autonomia sem investir em produção de conhecimento, que não só nos traz respostas práticas aos nossos dilemas, mas nos permite fazer as melhores perguntas? Qualquer coletividade que almeje

15 Cortes na pós-graduação podem ser verificados sistematicamente, desde o início do governo Bolsonaro. Especialmente, ver a portaria da CAPES nº 34, de Março de 2020. Ver <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3443>. Acesso em Abril de 2020.

livrar-se da alienação natural e das amarras do pré-conceito precisa, primeiramente, permitir-se pensar em liberdade.

Após esse hiato, retomemos os apontamentos da qualificação. Pode parecer paradoxal, ou pior, incompetência, que um doutorando (que defendeu seu projeto de qualificação) retorne a um livro basilar, sobre o que é/como fazer uma tese... Por óbvio, se isso não estava claro ao início do processo, certamente dois anos depois tal deveria já estar evidente. Contudo, como dito anteriormente, minha busca, ou meu retorno, a esse “tipo” de livro, não se deu por desconhecimento, mas por inspiração. Dados os questionamentos a mim ofertados, como poderia melhor prosseguir? Retornar aos basilares, depois de certo avanço, não serve tanto para nos explicar o básico que “deixamos escapar” quanto para “lançar novos olhares” sobre aquilo que já sabemos. Ou seja, não queria descobrir o que estava fazendo errado, e, sim, como poderia fazê-lo diferente.

Essa ressalva é especialmente pretendida pela leitura de Umberto Eco, um manual de 1983. Não só o tema, “Como fazer uma tese”, como o ano de publicação, poderiam ser contestados pelo momento em que o busquei. De fato, muitos aspectos da obra são datados, demasiados fatores mudaram radicalmente para serem tomados como indicativos, que dirá “ao pé da letra”. Todavia, a parte inicial de sua obra segue assaz presente, uma vez que são reflexões epistêmicas sobre o pesquisar. É somente na “segunda metade” que as ponderações técnicas aparecem (porção efetivamente ultrapassada). Atentarei ao que interessa.

O autor começa por uma preocupação comum a todos pós-graduandos: o que faz da nossa pesquisa o que ela é, se “vale” como dissertação, como tese, se é pertinente e o que isso significa... Retornar a esse trabalho, assim, serviu de alento, ao menos a mim.

De que, enfim, consiste uma tese?! Apesar dos méritos e deméritos, estou no caminho certo?! Diz o autor, já na primeira página, que ela é um “trabalho datilografado, com extensão média variando entre cem e quatrocentas laudas, onde o estudante aborda um problema relacionado com o ramo de estudos em que pretende formar-se” (ECO, 1983, p. 1). Mesmo que o termo “datilografia” já esteja em desuso, seguimos escrevendo. Mesmo que o tamanho possa não ser esse, a dimensão aludida é a de um esforço consistente, e não mero esboço de “meia dúzia de páginas”. Independente de sua aplicação posterior, a motivação do estudante parte visando uma especialização. Esses três “pré-requisitos” talvez não nos digam

nada de novo, mas acalma vê-los cumpridos. Um trabalho escrito, de proporções consideráveis, visando a formação qualificada em determinado assunto: *check*.

Dito isso, a tese pôde dar-se de duas maneiras, PhD (filosófica) ou compilação. A primeira “constitui um trabalho *original* de pesquisa, com o qual o candidato deve demonstrar ser um estudioso capaz de fazer avançar a disciplina a que se dedica” (grifo no original; *ibidem*, p. 2). A segunda “demonstra haver compulsado criticamente a maior parte da ‘literatura’ existente (isto é, das publicações sobre aquele assunto) e ter sido capaz de expô-la de modo claro, buscando harmonizar os vários pontos de vista e oferecendo assim uma visão panorâmica inteligente” (*ibidem*, p. 2). Aí descobri almejar ambas, dizer algo original que pudesse fazer avançar a disciplina, ao mesmo tempo que fazendo um compilado sobre o que já foi dito. E também descobri estar arriscando-me amplamente, de não ser não tão original e avançado, nem compilar tão competidamente. Apesar de correr risco duplo, vi-me satisfazendo cientemente “todas” as condições de uma tese: talvez não tão satisfatória quanto só uma ou outra condição, mas certamente preocupada com ambas.

Quanto à elaboração, uma tese significa “aprender a pôr ordem nas próprias idéias (*sic*) e ordenar os dados” (*ibidem*, p. 3). Ou seja, aprender a fazer pesquisa, por excelência. Doutorar-se é lograr, individualmente, produzir uma investigação satisfatória, e, portanto, ser capaz de instruir outros sobre o assunto (a atual orientação). Doutorar-se é um processo de formação! Tal significado deve ser fortemente retido. “Assim, não *importa tanto o tema da tese quanto a experiência de trabalho que ela comporta*” (grifos no original; *ibidem op cit*). Mesmo que já saibamos isso de origem, é alentador encontrar ressonância em tamanha mente, e ainda mais, encontrar tal defesa da importância investigativa independente de seu conteúdo objetivo: “trabalhando-se bem não existe tema que seja verdadeiramente estúpido. Conclusões úteis podem ser extraídas de um tema aparentemente remoto ou periférico” (*ibidem op cit*). É a mesma defesa recém feita sobre o investimento indiscriminado em pesquisa, qualquer origem é meritória de investimento.

Quanto à produção, existem “quatro regras óbvias” (*ibidem*, p. 4) a ser cumpridas. O tema deve responder ao interesse do candidato (suas leituras e posições prévias), as fontes devem ser acessíveis e manejáveis (alcance material, conseguir obtê-las; e cultural, conseguir entendê-las), e a metodologia deve estar ao alcance da experiência (logrável de ser executada). Pois bem, haja vista que o projeto foi qualificado, as quatro regras foram atingidas. Devem, agora, ser mantidas.

Após essas condições mínimas para promulgar a validade de uma pesquisa, restam as condições de sua *cientificidade*: (a) o objeto deve ser “*reconhecível igualmente*

pelos outros” (grifos no original; *ibidem*, p. 21), (b) o estudo deve enunciar “*algo que ainda não foi dito* ou rever sob uma óptica diferente o que já se disse” (grifos no original; *ibidem*, p. 22), (c) sua importância se mede “pelo grau de indispensabilidade que a contribuição estabelece” (*ibidem*, p. 22) e (d) deve “*fornecer elementos para a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas* e, portanto, [prestar-se] para uma continuidade pública” (grifos no original; *ibidem*, p. 23). Destarte, aquilo que qualquer programa de pós-graduação brasileira almeja e cumpre: estudos que sejam inteligíveis pelos pares, que seja inédito, que seja pertinente e que possa ser (re)provado. Aqui o mérito resulta mais sobre as instituições do que sobre os sujeitos, mas atingido com igual competência. Saliento essas preocupações do autor porque derivam de uma preocupação que me é particularmente pertinente: “à artificiosa oposição entre tese ‘científica’ e tese ‘política’. *Pode-se fazer uma tese política observando todas as regras de cientificidade necessária*” (grifos no original; *ibidem*, p. 24). Ou seja, é possível desenvolver uma pesquisa sobre e a partir de uma perspectiva política, calcada em *ações, intencionalidades, organização social*, desde que as posições apresentadas sejam refutáveis, porque debatidas em sua validade, independente de meu interesse e posição pessoal.

Encaminhando, então. Duas práticas centrais fazem a qualidade de uma tese. Primeiro, quando bem organizada, deve apresentar “referências internas em abundâncias” (*ibidem*, p. 86). Ou seja, fazer enfrentamento entre todas as citações, não como coleção de informações, mas enquanto conteúdos pertinentes entre si, visando produzir significados. Se faço menção ao que eu mesmo disse estou colocando minhas palavras em movimento, e não as elencando enquanto inventário infértil, e se faço menção a diferentes autores não é para esbanjar “caldo cultural”, mas contrapor múltiplas visões.

Segundo, quando há organização lógica ela “deve refletir-se no índice” (*ibidem*, p. 86). Ou seja, se há consistência nos argumentos, tal característica estará presente na apresentação dos tópicos sumários. Essa segunda qualidade é mais difícil de ser atingida em uma pesquisa rizomática, mas a apresentação diferencial em partes e tópicos, aliadas às explicações desenvolvidas internamente, não deixam de ser tentativa de tal empreitada.

Por fim, breves palavras acerca da humildade científica e da redação final. A humildade não diz respeito a uma pretensa falsa modéstia, mas a basilar premissa de que “[t]odos podem ensinar-nos alguma coisa” (*ibidem*, p. 112). Nenhuma fonte foi considerada ou descartada da presente pesquisa por considerações externas. Não deixei de ler Y porque X era mais importante (“maior na literatura”), ou desconsidere Z por discordâncias pessoais (procurar “a mesma citação” em W, porque mais palatável). Como disse Foucault sobre

Bachelard¹⁶, seu principal mérito era utilizar de um autor desconhecido, que provavelmente descobriu casualmente, com o mesmo peso de um cânone, como um peão ameaçando uma peça no xadrez. Obviamente sem almejar o mesmo vigor filosófico de Bachelard, mas seguindo os apontamentos de Foucault, pretendo a mesma postura. Toda leitura para este trabalho, e/ou citação nele, não decorre de uma posição popular (autores que *devemos* considerar, por clamor) ou aproximação pessoal (autores que fazemos questão de mencionar porque *gostamos*). Muito menos as leituras são alocadas qualitativamente (um filósofo tradicional/clássico valendo mais que um “intelectual orgânico”). Toda menção é meritória pelo que diz, e não por quem a fez.

Sobre a redação. A quem ela se destina? Todo graduando, mestrando ou doutorando parou para pensar, em algum momento, como deveria escrever seu trabalho. O quanto deveria ser direcionado para banca de avaliação, o quanto deveria supor sabido pela leitora, o público leigo ou o especializado. A pista lançada por Umberto Eco parece satisfatória. “Você não está escrevendo uma carta pessoal ao examinador, mas um livro potencialmente endereçado a toda a humanidade” (*ibidem*, p. 114). Assim, o trabalho final deve ser, ou tentar ser, compreendido por leitores que não saibam de que se está falando, ao mesmo tempo que não pode abdicar da precisão, por isso deve-se ter “como regra geral: definir todos os termos técnicos usados como categorias-chave em nosso discurso” (grifos no original; *ibidem*, p. 114). Nem escrever “complicado” como valor em si da intelectualidade (o que seria ultrapassar o linguajar acadêmico em direção ao academicismo), nem abrir mão da precisão em prol do entendimento simplista, nem resvalar numa tese de escrita poética, em prol de literalidade apazível. Uma tese não é um trabalho de difusão científica, mas, nem por isso, precisa ser deliberadamente hermética e pressuposta conceitualmente, acreditando que todos sabem sobre o que se fala. Espero haver bem calibrado a medida.

Assim, se esta obra auxiliou na fundação da pesquisa em seu assentamento epistêmico e metodológico, em que mais colaborou “Políticas da escrita” (RANCIÈRE, 2017)? Ela o fez no tocante a seu próprio título, o escrever.

Em um primeiro sentido, mais óbvio, sua leitura justifica-se pelo fato de que produz uma tese que é, essencialmente, política. Mas há um sentido mais importante, de que a escrita é coisa política em si. Portanto, não escrevo somente sobre política, faço-o politicamente, como qualquer sujeito que grafe seu pensamento.

16 Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=kAwWwOZ_3FQ&t=32s. Acesso em Abril de 2020.

O conceito de escrita é político porque é o conceito de um ato sujeito a um desdobramento e a uma disjunção essenciais. Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga; desse corpo com a alma que o anima e com os outros corpos com os quais ele forma uma comunidade; dessa comunidade com a sua própria alma (RANCIÈRE, 2017, p. 7).

A escrita é política porque se dá através da partilha de corpos, de significados compartilhados. Assim como a política, a escrita é ato que se dá entre duas ou mais partes, que buscam entendimento comum, para que, no mínimo, consigam se fazer entender. É pelo aspecto relacional que ambas são o mesmo. Minha tese não pode fazer sentido somente para mim, ou para quem comigo concorda, é preciso que alcance todas pessoas que a lerem. “Ela [, a escrita,] é coisa política porque seu gesto pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição” (*ibidem*, p. 7). *A inteligibilidade é o aspecto fundante da correlação entre autor e leitor.*

Em termos de definição de minha produção literária, Rancière ajuda a isentar a presente tese de seu possível caráter de poema épico ou de romance. O primeiro é “o livro da vida de um povo” (*ibidem*, p. 36), “exprime em sua unidade o *ethos* de uma coletividade” (grifo no original; *ibidem*, p. 36). Já o segundo é a “epopeia da modernidade” (*ibidem*, p. 51), “é o livro de vida próprio de nossa era” (*ibidem*, p. 51), ao qual cabe definir o que lhe é característica. Não pretendo nem exprimir o *ethos* de uma coletividade, porque não falo de nenhuma em particular, tampouco almejo caracterizar o contemporâneo, o que seria esforço hercúleo. Assim, independente do traço literário (no sentido de “não tão acadêmico”) com que se apresenta a tese, ela não é nem poema épico nem romance:

[o]nde ela queira ‘alojar-se em si mesma’, definir esse ser próprio ou esse saber próprio do literário, a literatura é obrigada a se fazer filosofia, a voltar a jogar com a legislação filosófica das divisões do discurso e com a utopia filosófica de uma escrita mais que escrita (*ibidem*, p. 46).

Uma escrita que escreve para além de si num esforço de se debruçar sobre sua própria escrita. Ou seja, da produção geográfica alçada à *metageografia*, um discurso sobre seu próprio fazer, uma teoria além de si mesma.

O autor ressalta, ainda, que existem duas formas primordiais de escrever, a alegoria pagã e a figura cristã. A primeira é interpretativa, e almeja a significação da letra, enquanto a segunda é enunciativa, diz aquilo que do verbo tornar-se-á carne (*ibidem*, p. 53). Assim, além de filosófica, a presente escrita é a de uma tese pagã, interpretação de possíveis em vez de uma enunciação profética. Preocupa-se com um fazer que propicie pontos de

partida, e não com um fazer que se adéque a um cânone proposicional e à produção de alentos. Emergir linguagem em vez de códigos, conforme diz Castoriadis.

Em termos estritos de definição, algo central a qualquer discussão epistêmica (predicar objetivamente os conceitos), podemos dizer que “*a literatura é um modo particular de subjetivação do universo da literaridade*” (grifo nosso; *ibidem*, p. 84). E literaridade é aquilo que acontece quando “a escrita faz mais do que a materialidade de seu traçado; onde ela encena um saber ou significa sua falta” (*ibidem*, p. 109). Um poema concretista, por exemplo, faz parte da literatura enquanto subjetivação particular do conteúdo sendo enunciado pela forma, está para além da materialidade do traçado, “metamorfiza seu sentido” (*ibidem*, p. 109) para encenar um saber. Escrever cartograficamente, por conseguinte, ensaia também uma literaridade: a lógica de uma “guerra da escrita, [que] é uma disjunção principal [em relação às lógicas dos gêneros de discurso]” (*ibidem*, p. 111). Nem mais nem menos literária, espécie de literaridade recursiva cujo “princípio [é o] de um poder infinito de produção e de reflexão sobre si mesm[a]” (*ibidem*, p. 85).

Nos termos do autor, a única forma de superar o dilema essencial contido no exercício de um ourives das palavras é encontrar “uma escrita *certa*” (grifo no original; *ibidem*, p. 97), que “se escreve **diretamente na própria carne das coisas**” (negrito nosso; *ibidem*, p. 97). A grafia sobre o papel só pode ser verdadeiramente se for cicatriz da realidade. Assim, por mais que as discussões teóricas apresentadas possam parecer abstratas, estão calcadas no chão dos acontecimentos, na empiria histórica e cotidiana de reprodução da vida humana.

Quanto ao estilo, ao qual a cartografia se supõe peculiar, por oposição aos métodos mais “tradicionais” de escrita da filosofia/ciência, cabe destacar que o “trabalho do estilo é o de dar a um assunto qualquer sua ideia, ou seja, o tipo de individualidade que lhe convém e só convém a ele” (*ibidem*, p. 100). Se faço ligeiramente diferentemente do convencional é meramente por ser a forma que melhor apraz nossa peculiaridade, e não por mero capricho de estranhamento. Meu incômodo é sempre intencional. Ainda assim, ão de aparecer traços herdados das linhas duras, mas tal é o dilema de se apresentar algo novo: sempre restam roupagens do antigo. Como a crítica à distinção cartesiana através da raiz-rizoma, “[i]nvocamos um dualismo para recusar outro” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 42).

Estabelecendo-se, portanto, a escrita como *relação*, ela aproxima-se do sentido territorial conforme defendido na Parte I. Não sendo uma “coisa”, de existência palpável, independente, substancial, mas como algo que emerge pela partilha de duas ou mais partes, a

escrita faz-se “*modo de territorialização*, de presentificação do sentido” (grifo nosso; RANCIÈRE, 2017, p. 122). O que enuncio e quem o lê mantêm uma conexão envolvida em poder, intencionalidade criativa que visa o predomínio cognitivo da **utopia**: “o poder de recuperação entre um espaço discursivo e um espaço territorial” (*ibidem*, p. 129).¹⁷ É o pensamento desvelado enquanto *locus* de disputa entre ato e potência, área primordial de conquista de uma tese teórica.

Para finalizar, ainda cabem breves menções à obra agora enfocada. Todo texto tem uma chave de leitura interpretativa, que nos guia através de seus sentidos. Tal chave “costuma ser um corpo” (*ibidem*, p. 164), o qual os doutores cristãos reconheciam na “encarnação do Verbo” (*ibidem op cit*) e chamavam de “*exegese*” (*ibidem op cit*). “Em nossa idade leiga, chama-se a isso, habitualmente, de desmistificação ou, pura e simplesmente, de leitura” (*ibidem op cit*). Aqui o único corpo que há é o do autor (e, por óbvio, do leitor), sem nada por de baixo, sem nada escondido, sem promessas de providência. O corpo que se apresenta está nu, revestido apenas da transparente sinceridade de quem quer superar a “velha história-crônica” (*ibidem*, p. 197), em prol da nova história, “das vanguardas poéticas e políticas” (*ibidem op cit*).

Destarte, não ofereço modelos, respostas prontas, propostas utilitárias, socialismos reais ou científicos, apenas inquietações, possíveis linhas de fuga, arranjos discursivos de um fazer geográfico comprometido com a defesa de que, além de plausível, é imperioso cartografar territorialidades autônomas. Isto é, se quisermos efetivar uma humanidade radicalmente justa, donde a *eudaimonia* e a ataraxia suplantem o absurdo da existência, e o bem viver possa se realizar no lugar de tentativas que, até agora, têm falhado miseravelmente.¹⁸ Contudo, com base no que mostra a história, somos capazes de contínua e radicalmente experimentar as mais enebriantes “utopias piratas”, cabe a nós querê-las para além de breves pulsões.¹⁹

17 Conforme veremos na Parte III, tal distinção dilui-se no fato que o poder discursivo é predominantemente territorial, pois o enunciado é aquilo mesmo que circunscreve o que e o como pretendemos controlar. Tal é o sentido primordial de *metageografia*.

18 O termo "eudaimonia" tem origem na antiguidade grega, e toma corpo na filosofia aristotélica, podendo ser entendido como sinônimo de felicidade e/ou de vida plena, um bem final ao qual a realização humana se destina. Apesar de não partilhar seu aspecto teleológico, ecoa sua pretensão. Já a ataraxia, ligada ao pensamento epicurista, remete a uma vida ausente de dor e/ou sofrimento. São, portanto, complementares.

19 Consonante ao citado anteriormente, através de Castoriadis, não cabe avaliar se a humanidade é capaz de realizar "a luta de classes", posto que já o fez inúmeras vezes, mas de entender as razões de suas limitações, tanto no tempo quanto no espaço. É nesse sentido que digo termos falhado miseravelmente, pois apesar de inúmeras emergências, seguimos extremamente desiguais em nossas condições sociais globalmente. Quanto à expressão *utopias piratas* tomo-a de empréstimo de Hakim Bey (2011), com a qual ele designa a enorme rede de informações e assentamentos estabelecidos por piratas e corsários no século XVIII, ilhas determinadas a viverem à margem dos territórios e leis nacionais, “ainda que por uma temporada curta, mas alegre” (p. 11).

Conforme espero ter ficado evidente, as páginas precedentes tiveram três intuítos. O primeiro, enunciar as decorrências da qualificação. Apesar do possível aspecto de relatório, destinou-se a demonstrar as consequências reflexivas de tal momento sobre o desenrolar da tese. São mais um desenvolvimento de pesquisa que um “acerto de contas”. E tomando como referência textos filosóficos vemos como a narrativa pessoal sobre o trabalho desenvolvido serve enquanto contextualização investigativa, seus saltos e percalços. O segundo intuito foi o de explorar a realidade de um bolsista, no sentido da pretensa autonomia que lhe é atribuída e da “invariável liberdade” de que disporia, e de defender a importância da busca por conhecimento como valor social em si. Assim, não deixou de ser uma exploração metodológica da torrente cartográfica, sem fugir do assunto em tela, localizando o corpo que se dirige ao leitor. O terceiro, e último intuito, destinou-se a apresentar e relacionar duas obras que guiaram a produção da tese após a qualificação, uma em sentido mais prático-técnico e a outra em sentido mais literário-filosófico.

Todos momentos deste tópico prestam-se a servir de apoio metodológico e *afectivo*²⁰ àqueles que decidirem trilhar o mesmo caminho, ou aos que apenas desejem satisfazer sua curiosidade sobre o que representa o tão desafiador evento de pós-graduação e da pesquisa científica em geral. Que, como qualquer ação, e como tudo na vida, tem seus ônus e seus bônus, os quais deve-se carregar sem mágoas ou arrependimentos, pois são todos igualmente momentos de aprendizagem e nos levam a ser quem somos e a quem seremos.

20 Afecto e afeto diferenciam-se na obra “O que é a filosofia” (DELEUZE & GUATTARI, 2010, p. 193-235), de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Enquanto afeto mantém o sentido de ser afável, *afectos* são devires, que ultrapassam os sujeitos particulares. Como a arte cria sensações para além de seu criador e sua intencionalidade.

DA AUTONOMIA

Uma das primeiras coisas que constatamos ao pesquisar o termo autonomia é sua amplitude (PICKERILL & CHATTERTON, 2006).²¹ O que é esperado, na verdade, uma vez que a multiplicidade é intrínseca à autonomia. Entretanto, em vez de abordar a diversidade de noções existentes sobre o termo, gostaria de analisá-la a partir de um entendimento específico, o de Cornelius Castoriadis (1982, 1983, 1987, 1992, 2002). Conforme exposto nas disposições gerais, sua obra constitui um edifício teórico amplo e bem amarrado, em que a questão da autonomia aparece sistematizada e é possível de ser empregada metodologicamente, enquanto parâmetro subordinador.

Quanto ao autor:

Nascido em Istambul (então Constantinopla) no seio de uma família grega em 1922, o espectro dos *progom* perpetrados por turcos ressentidos contra a minoria étnica à qual ele pertencia leva a sua família a fugir e a fixar-se em Atenas quando Castoriadis ainda não contava nem três meses de idade. Sua militância trotskista começa ainda na adolescência, e é por pouco que ele, em duas ocasiões, escapa da morte durante a ocupação da Grécia pela Alemanha nazista. Estuda formalmente Direito e, simultaneamente, Ciências Econômicas e Políticas -e, informalmente, cada vez mais Filosofia -, ao mesmo tempo que prossegue com sua militância. Expulsos os alemães, é com a ditadura stalinista instalada em seu lugar que ele tem de se preocupar, mais uma vez se safa por pouco da prisão e de destino ainda pior, e em dezembro de 1945 embarca, como bolsista do governo francês, rumo a Paris. Passam-se alguns poucos anos até que, em 1949, rompe com o trotskismo e funda, com Claude Lefort, um grupo e uma revista homônima que se tornariam míticos na esquerda francesa e mundial: *Socialisme ou Barbarie*. [...]. O início da lenta implosão do grupo se dá, justamente, quando Castoriadis rumo na direção de não se contentar mais com um marxismo heterodoxo e antileninista: a partir da década de 1960, é o próprio marxismo, enquanto tal, que estará, crescentemente, em sua alça de mira (SOUZA, 2017, p. 303).

A citação é longa, mas comporta pontos importantes para a apresentação da pessoa e de seu pensamento. A primeira coisa evidente é o fato de que sua vida esteve rodeada por momentos capitais da história global contemporânea. Dois governos radicalmente heterônomos, responsáveis por genocídios gigantescos. A antítese de sua filosofia foi, assim, sentida na carne. Além disso, mostra a mudança de suas posições sobre a transformação

21 Os autores concedem, do ponto de vista geográfico, quatro pilares norteadores para noção de autonomia contemporaneamente. Controle político soberano (de como agir em seu próprio espaço), alfabetização cultural e midiática (detenção dos sentidos dos termos em disputa), autodeterminação de formas organizacionais (liberdade de como se organizar socialmente) e garantia produtiva (no sentido de autossustentabilidade). Em seus termos, as **geografias autônomas** são parte de uma “teia de histórias e lições ao redor do mundo e outros períodos históricos” (*a web of stories and lessons across the world and other periods of history*) (p. 7), e são mais uma propriedade “emergente e em muitos casos residual dentro - e muitas vezes contra - a ordem dominante, um desejo mais que um estado ou ser existente” (*an emergent and in many cases residual, property within - and often against - a dominant order, a desire rather than an existing state or being*) (p. 8).

social, e deixa evidentemente o caminho percorrido por ele. A autonomia, então, é uma alternativa tanto filosófica quanto política, dois aspectos da mesma coisa.

Essas duas “facetas” serão estudadas por Castoriadis em suas obras seminais. Conforme o próprio coloca na densa introdução de “Socialismo ou Barbárie” (1983)²², pode-se “tomar a questão pela parte mais concreta, mais dia-a-dia (como faço aqui e nos textos contidos nesse volume), ou pela parte mais abstrata, a mais filosófica (como faço em *A instituição imaginária da sociedade*)” (p. 21). O que ele ainda não sabia é que continuaria com ambas reflexões, entrelaçando-as ao longo dos seis volumes de “Encruzilhadas do Labirinto” (o primeiro volume é ainda da década de 70, enquanto o último foi publicado após sua morte).

Acredito que o melhor a fazer é apresentar seu pensamento principalmente através “d’A instituição imaginária”, e tecer as outras obras a partir daí. Por se tratar das reflexões que fundam e fundamentam a filosofia da autonomia (ou o projeto autonomista, se se preferir), “quando ela atingiu sua forma ‘plena’” (SOUZA, 2017, p. 302), sua densidade é considerável e possibilita guiar melhor o diálogo. Vale destacar, por exemplo, que enquanto os capítulos iniciais de “Socialismo ou Barbárie” são da revista homônima, escritos na década de 50, o último é posterior à publicação de “A instituição imaginária da sociedade” e contém já claramente a mudança de leitura feita pelo autor. A própria Introdução, citada no parágrafo anterior, também é bastante ilustrativa nesse sentido. Enfim, comecemos.

Publicada sua primeira edição em 1975, “A instituição imaginária da sociedade” continua extremamente atual, é um livro de grande fôlego, e claramente marca um ponto de inflexão na obra do autor. A leitura não passa incólume: seja para concordar ou para discordar dela, produz modificação no leitor.

Ao longo do livro, o que está acontecendo é uma série de desconstruções, que vão da abertura, com a crítica do marxismo, passando pelo questionamento do pensamento filosófico (de maneira ampla, pelo questionamento de seus pressupostos *operacionais*), até chegar na apresentação de seu argumento final, ao mesmo tempo que retoma toda a discussão que fez. Sua conclusão é uma que vale esse nome.

A primeira parte do livro, “Marxismo e teoria revolucionária” (CASTORIADIS, 1982), dedica-se a questionar a filosofia marxista e as possibilidades de transformação a partir dela. Tentarei apresentar, resumidamente, as indagações colocadas pelo autor, na medida que tenham importância para discussão da autonomia mais diretamente.

22 Cabe aclarar que o livro, de título homônimo à revista, é um compêndio de textos escritos ao longo de mais de vinte anos. Ou seja, é uma obra que expressa mudanças de pensamento no seu transcorrer.

Sua preocupação, tendo sido não só um leitor de Marx, mas também um militante em organizações marxistas, é abordar tanto a esfera da teoria quanto a da prática. De primeiro é dado que ele não tratará de retomar Marx, uma vez que o fazer seria ver “nos últimos oitenta anos somente uma camada de escórias dissimulando o corpo resplandecente de uma doutrina intacta” (CASTORIADIS, 1982, p. 20).

O que é colocado por essa questão é o fato de que não há uma pureza teórica, que teria sido mal interpretada ou deturpada pela prática. A própria teoria, em sua origem, seria problemática, e é o que tentará demonstrar ao longo não só do capítulo como do livro. Na verdade, o autor acredita que o problema do marxismo fica evidente no fato de que se tornou uma ideologia no sentido atribuído ao termo pelo próprio Marx.²³

Não só discorda da interpretação dialética entre as relações de produção e as forças produtivas, ao que diz que jamais houve uma *contradição*, no máximo uma tensão ou um conflito: “não há ‘contradição’ entre duas forças antagônicas que se aplicam sobre um mesmo ponto” (CASTORIADIS, 1982, p. 29). Também o faz, e especialmente, quanto à concepção de história, central na obra marxista. Ironicamente, ao apresentar a inovadora ideia de que “a significação de uma teoria não pode ser compreendida independentemente da prática histórica e social à qual ela corresponde, na qual ela se prolonga ou que serve para encobrir” (p. 20), Marx teria cometido um erro de compreensão. Analisando um período específico, de um lugar específico, produziu em vez de uma interpretação cabível ao “recorte” que analisava, uma explicação geral da sociedade em todos os contextos. E nisso erra fatalmente. Nas palavras do autor, se

para termos uma teoria da história, é necessário excluir da história quase tudo, exceto o que acontece durante alguns séculos numa pequena faixa de terra envolvendo o Atlântico Norte, o preço a pagar é realmente muito alto; é melhor manter a história e recusar a teoria” (*ibidem*, p. 41).

Logo após a constatação acima, faz um resumo de suas ponderações sobre a teoria marxista, ou mais especificamente, a “concepção materialista da história” (CASTORIADIS, 1982, p. 41). Os pontos são basicamente: a) tomar o “desenvolvimento da técnica como motor da história”; b) “submeter o conjunto da história” a categorias que são específicas do capitalismo; c) postular, ainda que veladamente, uma natureza “essencialmente inalterável” do ser humano.

23 “[...] o marxismo tornou-se uma *ideologia* no próprio sentido que Marx dava a este termo: um conjunto de idéias que se refere a uma realidade, não para esclarecê-la e transformá-la, mas para encobri-la e justificá-la no imaginário [...]” (grifo no original; CASTORIADIS, 1982, p. 21).

O “determinismo econômico e a luta de classes” (CASTORIADIS, 1982, p. 42) acabam enfrentando os mesmos problemas, em termos de generalização social e linearidade histórica (Castoriadis usa recorrentemente o termo *determinidade*). Todas essas ponderações que o autor coloca derivam de um de seus pontos principais, o de pensar não a sociedade e a história, mas o *social-histórico*. Será esse o seu foco no capítulo IV, “O imaginário social e a instituição”, que é o primeiro capítulo da segunda parte do livro.

Na verdade, o que acontece é que a crítica dirigida a Marx é contingencial, no sentido de que o que ele está fazendo é rever condições da filosofia herdada, da qual Marx, evidentemente, faz parte. A questão particular é que a teoria marxista (e aqueles que dizem a ela pertencer) está tecida aos acontecimentos impressionantes do século XX, e enquanto estratégia de transformação social disputa porquê optar pela autonomia e no que ela se difere do “projeto marxista”. Assim, o que se coloca para nós não depende de perpassar todas suas críticas, ponto por ponto. Não se trata aqui de um trabalho de crítica ao marxismo, mas de defesa da autonomia. Cabe mais, portanto, focar no que lhe dá sustento.

Destarte, a primeira revolução necessária seria da *práxis*, que o autor entende como “este fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como o agente essencial do desenvolvimento de sua própria autonomia” (CASTORIADIS, 1982, p. 94). Quanto a sua efetivação, ela depende de três elementos interlaçados, *o projeto, o plano e o programa*.

O projeto é a “intenção de transformação do real, guiada por uma representação do sentido desta transformação do real, guiada por uma representação do sentido desta transformação, levando em consideração as condições reais e animando uma atividade” (CASTORIADIS, 1982, p. 97). A essa atividade corresponde um “momento *técnico*” (grifo no original; *ibidem*, p. 97), que é o *plano*. Dos objetivos estabelecidos pelo projeto, e as capacidades de sua resolução técnica, resulta uma “concretização provisória” (*ibidem*, p. 97) denominada *programa*. Derivar no avanço dessas particularidades, como o próprio autor coloca, seria adentrar em uma “filosofia da prática” (*ibidem*, p. 98), a que o livro não se presta. O que ele deseja com isso não é buscar instâncias fechadas, como etapas sucessivas a serem seguidas, mas uma nova percepção da história, donde um *projeto revolucionário* faça sentindo, que nos dê uma certa “ideia de vitória” enquanto possibilidade, mas jamais como certeza.²⁴

24 “A história faz nascer um projeto, esse projeto nós o fazemos nosso pois nele reconhecemos nossas mais profundas aspirações e pensamos que sua realização é possível” (CASTORIADIS, 1982, p. 122).

A *práxis*, no sentido colocado pelo autor, é o oposto da demonstração de procedimentos necessários para se chegar em uma conclusão precisa. A totalidade aqui não é um sistema delineado, mas uma “*unidade aberta fazendo-se a si mesma*” (grifos no original; CASTORIADIS, 1982, p. 110). Aqui ele já está às voltas com a questão da mudança de imaginário, que inclui não só outra maneira de conceber o mundo, mas dos termos que utilizamos para entender e empreender essa jornada. O projeto, assim, se dá sobre o efetivo, ou seja, sobre o que efetivamente acontece, e não o que gostaríamos ou esperaríamos que acontecesse. Nesse sentido, introduz considerável injeção de realidade aos problemas enfrentados, consciente de que há “problemas que só podemos formular; outros que nem mesmo suspeitamos; outros que se colocarão fatalmente em termos diferentes, atualmente inimagináveis” (*ibidem*, p. 108). O que essas multiplicidades colocam para a análise é que a *práxis*, tal qual entendida, “sabe que esse processo [social-histórico] já comportou etapas e ainda continuará comportando” (*ibidem*, p. 107).

Afinal, o descobrimento do fogo ou da América, a invenção da roda, do trabalho com metais, da democracia, da filosofia, dos Sovietes, e outros acontecimentos na história da humanidade ocorreram *num certo momento*, separando profundamente o que havia *antes* e o que houve *depois* (grifos no original; CASTORIADIS, 1982, p. 107).

Assim, o que está colocado pela *práxis*, e, portanto, pelo projeto (revolucionário, do sujeito autônomo, visando o outro como igualmente autônomo), é situar as sociedades na história. Do projeto decorre a transformação, as mudanças da/na história, a possibilidade de não haver sempre uma única e mesma história, e fazendo um adendo à sua posição, de *produzir espaço*. A possibilidade de que existem *várias* histórias apoia-se na e reitera a *práxis*. Onde surge não sociedade de um lado e história de outro, mas o social-histórico como um só, espaço-tempo. Esse, por sua vez, não é instituído simultaneamente, da mesma maneira, em todos os lugares. Como ele “acontece”? O que ele “é”?

Certamente, não a soma dos indivíduos. Nem uma coisa “fora” deles que os determina. Tampouco é seu mero produto. O social-histórico “é um coletivo anônimo, o humano-impessoal que preenche toda formação social dada, mas também a engloba, que insere cada sociedade entre as outras e as inscreve todas numa continuidade” (CASTORIADIS, 1982, p. 131).

Começam a aparecer na obra, a partir de agora, cada vez mais as palavras instituinte e instituído. O social-histórico é, a cada vez, instituído pela sociedade que o

instituiu. É “a união e a tensão” (grifo no original; CASTORIADIS, 1982, p. 131) desses dois polos, sobredeterminantes, donde emerge a instituição.

Essas constatações têm importância grande no trabalho apresentado pelo filósofo. Primeiro, opõem-se à universalidade de *uma única* resposta, da qual se possa pensar A Sociedade. Além disso, eliminam qualquer possibilidade de que exista *determinidade* no social-histórico (a passagem linear e inexorável do capitalismo para o socialismo, e desse para o comunismo, por ex.). Por terceiro, tampouco há sociedade terminada, acabada, produzida pela instituição tal e qual para todo o sempre. Não há tautologia nem estado em perfeição, como o *clímax* da sucessão ecológica.

Tudo isso, na verdade, é uma longa introdução para conseguir sustentar o que o autor passará a defender. Tal já indica o título do livro: a sociedade é instituída por um imaginário. O que ele tenta é aclarar ao máximo os três termos envolvidos, e como podem ser relacionados, mais precisamente enquanto co-pertinentes. Nenhum deles existe em separado porque nenhum possui identidade substancial. Ou seja, nenhum possui *ousia*, como recorrentemente o autor escreve em grego. Se não por substância, então, todos são identificados acidentalmente, como sói se traduzir *sumbébékos*, “o que *acompanha*, que podemos e devemos traduzir por *comitante*” (grifos no original; CASTORIADIS, 1982, p. 219).²⁵ Cabe aclarar que isso é apenas uma aproximação com a teoria aristotélica, utiliza de sua linguagem para lhe mostrar problemática, através da crítica às relações identitárias operadas pela lógica. Assim, as maneiras pelas quais existem instituição, imaginário e sociedade são sempre contingenciais. Nunca se trata de *ser*, mas de *estar*.

Voltando para a centralidade da questão. Conforme dito, as sociedades existem a partir de e através da (auto)instituição. Ocorre responder, então, como esse instituir acontece, “como se constitui a instituição” (CASTORIADIS, 1982, p. 141). A resposta é, aparentemente, simples: “a saber, [pel]o *simbólico*” (grifo no original; p. 141). De maneira ampla, o autor afirma que “[t]udo que se apresente, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico” (*ibidem*, p. 141).

Mas, na verdade, não encontramos ainda resposta, uma vez que se abre outra definição requerente, a do próprio simbólico, o que ele é e como opera dentro e através desse processo do instituinte instituindo a instituição instituída...²⁶ Simbólico é tomado a partir da conexão entre “símbolo” e “significado”, entre “significante” e “representação”:

25 Para exemplificar, Homem seria a substância da qual Sócrates é um acidente, ou um comitante.

26 A própria sonoridade dos termos, aparentemente redundante ou tautológica, demonstra o processo recursivo da operação, de um termo atuando sobre o outro.

“significações em sentido amplo do termo” (CASTORIADIS, 1982, p. 142).²⁷ E tais significações, ou o símbolo, em particular, “nem se impõe com uma necessidade natural, nem pode privar-se em seu teor de *toda* referência ao real” (grifo no original; p. 144). Não pode estar totalmente emergindo do natural, porque colocaria um condicional determinante à sociedade (ou às sociedades, conforme seu natural, no sentido de ambiente), donde só poderia existir unicidade. Ora, a existência evidentemente múltipla do *socius* nega tal possibilidade. Nem pode totalmente desprender-se do real, no sentido de existir somente como fruto de um imaginário “puro”, nem pode calcar-se isoladamente na realidade “objetiva”, donde a cultura que lhe atribui significado poderia ser prescindida. A significação é produção (provém) ou criação (advém) do imaginário, mas não o faz em suspensão etérea, e sim em relação com a sociedade – ou *esta* sociedade considerada. A instituição, assim, “é uma rede simbólica, *socialmente sancionada*” (grifo nosso; CASTORIADIS, 1982, p. 159).

A preocupação do autor, dadas as constatações, é pensar como pode emergir algo de novo, *criação* em sentido radical, uma vez que essa espécie de circuito foi colocada em movimento. Pois, como vimos, todos os elementos (re)agem uns sobre os outros, e se afetam reciprocamente. A primeira coisa que atentar-se é ao fato de que o “jogo está feito e não podemos saber *como e porque* assim se deu” (grifos no original; CASTORIADIS, 1982, p. 185). O ponto de origem em que o pré-social, apoiado²⁸ sobre o “primeiro estrato natural”, passou a ser emergência do social-histórico. Ainda que incapaz de precisar o justo momento que tal aconteceu, não o impede de constatar que é assim que se dá desde então: dizer que “a instituição da sociedade *se sustenta* sobre a organização do primeiro estrato natural significa que ela não a reproduz, não o reflete, não é *determinada* por ele de uma maneira qualquer” (grifos no original; CASTORIADIS, 1982, p. 273). A segunda coisa é como uma dada instituição pode ser outra coisa que não é *agora*, que não *esta*, já que o instituído tende a seguir instituindo-se. Isso só pode se dar no sentido da *criação*, de surgimento determinável, mas certamente não determinado.²⁹

A *criação* só é possível no rompimento com a unicidade do pensamento herdado, ou do que ele denomina “lógica identitária e [d]os conjuntos” (CASTORIADIS, 1982, p. 260). A partir daí o autor procederá com uma longa e contundente crítica da lógica originada

27 Como diz o próprio autor, em observação aos termos: “‘Significante’ e ‘significado’ são tomados aqui e a seguir em *latíssimo sensu*” (CASTORIADIS, 1985, p. 142).

28 Aqui o autor usa o termo freudiano *Anlehnung*, traduzido na versão utilizada como “relação de *escoramento*” (grifo no original; CASTORIADIS, 1987, p. 234)

29 “Uma significação é indefinidamente determinável (e este indefinidamente é evidentemente essencial) sem que isso signifique que ela é *determinada*” (CASTORIADIS, 1985, p. 392). Em outras palavras, é possível alocar e dar interpretação ao fato, mas não é possível estabelecê-lo como efeito de uma causa.

com Aristóteles, calcada no silogismo e na predicação. Para isso, retorna e mantém sua mirada sobre as contestações substanciais. A identidade, como assumida pela lógica herdada, coloca um termo que é e somente é o que é, independente do momento em que se predique sobre ele. Essa característica aloca os elementos que pertencem a um e não a outro conjunto, que se diferenciam por sua *ousia*.³⁰ A significação desses elementos, no caso, coloca-se sobre as coisas e não sobre a própria representação (quando, para o autor, a representação não pode ser pensada fora dela mesma).

A lógica constitui-se pelo que ele chama de “reflexividade objetiva” (*ibidem*, p. 261, p. 307), a circularidade entre o estabelecer e o estabelecido (definir o conjunto das pedras brancas pressupõe que o elemento “pedra branca” já esteja definido, ou dito de outra maneira, para definir é preciso que a definição já esteja definida...). O que é instituído aí é a linguagem como *código*.³¹ Um elemento remete sempre, e sempre igual, a outro elemento e vice-versa. Ao contrário, o imaginário é a manifestação da *língua*, um magma de significações em vez de uma significação identitária.³²

Mas não podemos ser ingênuos, a humanidade “não pode escapar de si mesma” (CASTORIADIS, 1992, p. 129). Ela necessariamente distingue, e ao fazê-lo institui e desenvolve uma lógica conjuntista-identitária (CASTORIADIS, 1982, p. 267). O que pode fazer a respeito, e isso sim é o importante, é se tornar ciente do erro que é “pretender que esta lógica esgote a vida, ou mesmo a lógica, de uma sociedade” (*ibidem*, p. 266). Na verdade, a prova de que existe algo mais que os conjuntos-identitários é a própria possibilidade de conseguirmos pensar além deles.

E de onde podem emergir tais criações, a imaginação de outros mundos? Dos indivíduos, enquanto seres sociais. Ou seja, um indivíduo que é instituído pela sociedade que o instituiu. Cada sujeito é formado a partir de uma “mônada psíquica”, rompida por sua “inclusão no mundo” (CASTORIADIS, 1982, p. 339), tornando-o indivíduo social. Mas a psique permanece sempre como “capacidade originária de fazer surgir representações”

30 “A construção do par essência-acidente [ou comitante] a partir daí é imediata. Dizer que, para o elemento x enquanto pertencente ao conjunto X, tal predicado é essencial, é dizer que este predicado define o conjunto X ou decorre necessariamente daqueles que o definem [...]. Em outras palavras: são imediatamente afirmados ou negados todos os *predicados* possíveis de x” (CASTORIADIS, 1982, p. 264). Ou seja, ter-se-ia uma petição de princípio, em que a verdade concluída é presumida já nas premissas.

31 “Um sistema de signos cujos termos e relações são fixos e dadas em definitivo, e em correspondência bi-unívoca com um outro sistema” (CASTORIADIS, 1982, p. 254).

32 Em um capítulo de *As encruzilhadas do labirinto II*, “O imaginário: a criação do domínio social-histórico” (CASTORIADIS, 1987, p. 225-243), o autor faz uma síntese dos principais pontos discutidos no livro que agora abordamos. Aí diferencia código e língua de maneira bastante prática: num “a existência é determinidade”, no outro “a existência é significação” (p. 235).

(*ibidem*, p. 325), donde surge a constatação de que a *criação* do e no social-histórico é uma espécie de *via-de-mão-dupla* (indivíduo/coletivo), da qual a autonomia é expressão radical.

Assim, é pela defesa de tais distinções, e a possibilidade de sua superação, que o autor chegará à constatação da *heteronomia* como antítese do que é autoinstituído. A diversidade de sociedades, ou sociedades da sociedade, pulsa como prova passada e possibilidade futura de autonomia, serve como demonstração dos processos diferenciais de instituição do social-histórico. Caso fosse a heteronomia plena, estaríamos dentro de uma única e longa arborescência de acontecimentos dos quais não conseguiríamos jamais escapar.

A criação, enquanto *imaginário radical* (psique) e *imaginação social* (sociedade instituinte), coloca a necessidade de considerar a psique como realidade inexorável do indivíduo, ao mesmo tempo em que o aloca como emergência, produção e potência da própria instituição, a cada vez como “um magma de significações imaginárias sociais, que podemos e devemos denominar um *mundo* de significações” (grifo no original; CASTORIADIS, 1982, p. 404). O *magma* é, assim, o “modo de ser do que se dá, antes da imposição da lógica identitária ou conjuntista” (*ibidem*, p. 388), aquilo através de que se pode elucidar as representações, a partir do qual são instauradas e mantidas as significações, condição de entendimento de uma sociedade.³³

Fica posto, então, que a (auto)transformação da(s) sociedade(s) só pode partir dela(s) mesma(s) e em direção a ela(s) própria(s), e nada mais. A dificuldade reside, obviamente, no fato de que a potência do instituinte existe dentro exatamente da instituição que atua para impedi-lo: o “fazer pensante e o pensar político – o pensar da sociedade como *se* fazendo – é um componente essencial disso” (grifo no original; CASTORIADIS, 1982, p. 418).

Quanto ao livro “Socialismo ou barbárie” temos uma abordagem muito mais direta, de distinções e definições a partir da prática. A questão da autonomia aparece de forma concreta, porque exposta em seu sentido político de organização social. Seu foco é, inicialmente, a *gestão operária*, em que trata de esboçar, inclusive, algumas ponderações

33 Para ilustrar a questão, trago o exemplo oferecido pelo autor. “Dizer que o ouro não é em si mesmo dinheiro pode parecer, superficialmente, uma banalidade, mas conduz imediatamente à questão da instituição da sociedade e desta instituição como essencialmente histórica” (CASTORIADIS, 1982, p. 401). E imaginária poder-se-ia acrescentar. O mesmo vale para que “uma máquina se torne capital” (p. 401), e assim por diante.

operacionais no campo da organização econômica e “administrativa”. Foquemos aqui, entretanto, no aspecto geral que apresenta.³⁴

Se autônomo “significa aquele que dá lei a si mesmo” (CASTORIADIS, 1983, p. 21), uma “coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição [que]: nós somos aqueles cuja lei é dar, a nós mesmos, nossas próprias leis” (grifos no original; p. 22). Donde, em tal sociedade, a liberdade “*exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei*” (grifos no original; *ibidem*, p. 22)

São formulações bastante simples, a bem da verdade, mas não por isso pouco profundas. Inclusive por isso causam estranhamento à primeira vista daqueles já tão acostumados à heteronomia.³⁵ Que nada mais é que uma sociedade em que a *alienação*, enquanto desconhecimento de causa e incapacidade de agência, torna-se meio e produto do fazer social. Tal instituição, por definição, resiste à mudança, recusa a abertura, ao passo que, por antítese, numa sociedade verdadeiramente autônoma a justiça (enquanto execução de leis justas) “*permanece constantemente aberta*” (grifo nosso; CASTORIADIS, 1983, p. 33).

Assim, uma sociedade autônoma é aquela em que há participação isonômica (em “pé de igualdade”, diz a expressão popular) para e através da autoinstituição, na qual todas questões são sempre passíveis de discussão. Isso coloca a necessidade de discutir os dois aspectos através dos quais a (auto)organização social ocorre, ou pode ocorrer: *o poder e a política*.

Quanto ao poder, o autor traz uma definição em “Socialismo e barbárie” que ele ligeiramente ajustará em um dos ensaios de “Encruzilhadas do Labirinto III”. Vamos por partes.

No primeiro diz que poder é “levar alguém ou alguns a fazerem o que, de outro modo, com conhecimento de causa, não teriam desejado fazer” (CASTORIADIS, 1983, p. 16). No segundo, é “a capacidade, para qualquer instância que seja (pessoal ou impessoal), de levar alguém (ou vários) a fazer (ou a não fazer) o que, entregue a si mesmo, ele não faria necessariamente (ou faria talvez)” (CASTORIADIS, 1992, p. 126). Percebe-se que é

34 Sem dificuldade podemos evidenciar que a preocupação calcada na gestão operária advém da época de sua ligação ainda forte com o marxismo, donde essa seria a esfera principal da revolução. O mesmo é encontrado, por exemplo, nas discussões de Henri Lefebvre em “O direito à cidade” (2001), onde, apesar de esboçar reflexões que o levariam futuramente à ampla ideia de “produção do espaço” (2013), retorna reiteradamente à esfera dos bens e do papel transformador do proletariado enquanto detentor das forças produtivas. Em certo sentido ambos autores percorrem o mesmo caminho de “superação teórica”.

35 Sobre a instauração dessa naturalidade, de tomar o mundo como ele é em vez de como ele *está*, o autor dirá que é “imediato que o maior poder concebível é o de pré-formar alguém” (CASTORIADIS, 1992, p. 126), criando “a aparência da mais completa ‘espontaneidade’ e a realidade da mais total heteronomia possível” (*ibidem*, p. 127).

precisamente um ajuste, ou mais ainda, uma afinação do que havia sido dito antes. O “essencial” (palavra difícil de se empregar falando em Castoriadis) é que em ambos os casos poder é tomado enquanto *capacidade de condicionar ações* (para manter ou transformar certa situação). Talvez, em um primeiro momento, possa-se achar que para o autor, então, poder tem uma significação invariavelmente heterônoma. Nada poderia estar mais longe da verdade.

Não só ele não considera o poder essencialmente heterônomo como não o considera em apenas uma ordem de manifestação. Inicialmente, é preciso abandonar a ideia de que exista alguma sociedade, qualquer que seja, que não seja uma sociedade de poder.³⁶ E o poder também não possui só uma direção, ou seja, não é somente heterônomo. Mais especificamente, não é somente o sentido de poder que pode ser outro, mas sua ordem de manifestação.

O autor diferencia, destarte, *poder explícito* e *infrapoder*. Começemos pelo segundo.

O *infrapoder* tem equivalência com *poder instituinte*, é “o poder do próprio campo social-histórico” (CASTORIADIS, 1992, p. 127), “fundamental numa sociedade, o poder primeiro do qual todos os outros dependem” (*ibidem*, p. 143). Por isso “não é localizável, nem formalizável” (*ibidem*, p. 143), mas “é participável, todos participam dele” (*ibidem*, p. 144). O *infrapoder* atravessa toda a sociedade sem jamais ser exercido “de forma absoluta” (*ibidem*, p. 128), uma vez que para toda instituição há sempre um instituinte operando. A tentativa de sua manutenção é que dá origem ao *poder explícito*, “é uma de suas raízes” (*ibidem*, p. 130).

Assim, o poder explícito relaciona-se com “a existência de *instâncias que podem emitir injunções sancionáveis*” (grifos no original; CASTORIADIS, 1992, p. 132). Das quais o poder judiciário e o de governo são as maiores manifestações (*ibidem*, p. 132), enquanto “o que chamamos de ‘poder legislativo’ e de ‘poder executivo’ pode ficar dissimulado na instituição (no costume e na interiorização de normas hipoteticamente eternas)” (p. 131).

Ambos os poderes, portanto, estão sempre em tensão. E é essa tensão que difere o *político* da *política*. Ao primeiro estão relacionadas as questões *explícitas*, regulações mais diretas do fazer público cotidianamente, a “sua operação como *nomos, diké, télos* – legislação, jurisdição, governo” (CASTORIADIS, 1992, p. 149). Nesse sentido, ele é “sempre presente em toda sociedade” (*ibidem*, p. 135), diferente da *política*, uma *criação* dos gregos antigos que “ocorre quando a instituição dada da sociedade é questionada como tal e nos seus diferentes

36 Nesse sentido, não só faz eco às discussões de Pierre Clastres, como afirma a mesma frase. “As ‘sociedades sem Estado’ não são ‘sociedades sem poder’” (CASTORIADIS, 1992, p. 132).

aspectos e dimensões” (*ibidem*, p. 136). Mais radicalmente, ela “é a primeira emergência histórica do projeto de autonomia coletiva e individual” (p. 138).

Assim, partindo destas distinções, é possível dizer que *a política* engloba *o político*. E, no que diz respeito ao inovador em seu surgimento, a democracia grega criou instituições “para tornar a parte explícita do poder *participável*” (grifo no original; CASTORIADIS, 1992, p. 144), que é justamente uma das características do *infrapoder*, ao mesmo tempo que “uma parte do poder instituinte foi explicitado e formalizado” (*ibidem*, p. 144). Foi uma operação radical dupla, dos dois sentidos de poder e política, “em si” e interligados.

Para finalizar, então, tendo aclarado todos os termos, pode-se definir a autonomia mais densamente do que quando começamos, enquanto projeto. Faço minhas as palavras do autor:

A autonomia é, portanto, o projeto – e agora estamos ao mesmo tempo no plano ontológico e no plano político – que visa, no sentido amplo, ao nascimento do poder instituinte e sua explicitação reflexiva (que sempre só podem ser parciais). E, no sentido mais preciso, esse projeto visa à reabsorção *do* político, como poder explícito, *na* política, atividade lúcida e deliberada tendo por objeto a instituição explícita da sociedade (por conseguinte também, de todo poder explícito) e sua operação como *nomos, diké, télos* – legislação, jurisdição, governo -, tendo em vista *fins comuns* e *obras públicas* que a sociedade se propôs deliberadamente (grifos no original; CASTORIADIS, 1992, p. 148-149).

DO TERRITÓRIO

Todo termo, conceito, palavra, ideia ou hábito têm sua época, no sentido de que conhece um momento de destaque e relevância, sucedido de certo abandono ou esquecimento, muitas vezes temporário, ressurgindo, mais a frente, como redescoberta. Dos impérios às vestimentas, tudo está sujeito ao apogeu e à derrocada, ao modismo e ao descaso. Com o conceito de território não é diferente: vamos a suas trajetórias.

Já tendo sido realizado o trabalho de recuperação do conceito por outros autores, o que farei, na verdade, é retomar essas histórias, para apontar o que já foi dito, e eventualmente disputá-las, em vez de repetir as mesmas operações. A partir daí, mais explicitamente, mas também simultaneamente ao longo do texto, será assumida a posição sobre qual é o entendimento de território *neste* trabalho.

Nos situamos aqui no âmbito da geografia política, não há dúvida quanto a isso, uma vez que giramos em torno de território, poder, sociedade.... Mas cabe aclarar que geografia é essa a partir da qual falamos, qual a posição do nosso discurso e em que sentido ele se dirige.

Além de ter sido, e ainda ser, um marco dentro da história do pensamento geográfico (e talvez por isso), a abertura de “Por uma geografia do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 10-26) proporciona excelente apanhado, que transita da crítica da *geografia política clássica* ao apontamento de questões acerca de seu conhecido fundador, o alemão Friedrich Ratzel, e as implicações para a disciplina.³⁷ Ela é bastante importante por duas razões. Uma é a de que o entendimento que se tem sobre o fazer científico possui correlação com os entendimentos particulares dos conceitos operados e vice-versa. Uma vez modificados esses, altera-se aquele. E, por isso, empreender a crítica do clássico permite melhor transformar o novo. A outra é a qualidade do conteúdo, que nos ajudará a abrir a discussão por meio de algumas diferenciações entre o que marcou a tradição e a posição aqui assumidas.

Assim, sobre o que nos ajudam agora os apontamentos de sua “problemática”?³⁸ Duas características importantes nos diferenciam da disciplina fundada por Ratzel, e ambas partem do mesmo ponto: a partir de que instância é assumida a posição política.

Primeira característica, a geografia política clássica é uma geografia de Estado (RAFFESTIN, 1993, p. 10), e através dela, seja na *Antropogeografia*, seja na *Geografia*

37 Por óbvio não é coincidência que o título do capítulo I seja “Crítica da geografia política clássica”.

38 O título geral da primeira parte é “De uma problemática a outra”.

política, o que está em jogo é uma produção *nomotética*, com a qual Raffestin se identifica com ressalva.

Seja como for, postulamos a existência de uma possível epistemologia da geografia, em razão de sua própria busca de ‘leis’, quantitativas ou não. Somos encorajados nesse caminho pela geografia política, ela própria fundada de fato, em toda sua amplitude, por Ratzel, em 1897 (p. 10).

Portanto, ainda que este trabalho faça parte dessa linhagem, isso não se dá pelo alinhamento com o “*aparelho de Estado*” (grifo no original; CASTORIADIS, 1992, p. 133)³⁹, mas por conta do conceito de *poder*, isso se, e apenas se, liberto do pressuposto de “todas [as] escolas geográficas, [...] que não colocaram em causa, de forma alguma, a equação Estado = poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 15). Em vez de uma geografia política estatal, uma geografia política “concebida como uma geografia das relações de poder” (p. 26). Poder, esse, que também haverá de ser objeto de reflexão. Entretanto, uma coisa de cada vez.⁴⁰

A segunda característica, a geografia ratzeliana de teorização do “Estado moderno ou Estado-nação”, alinha-se à história de sua época, “ao pensamento do século XIX, que racionaliza o Estado” (RAFFESTIN, 1993, p. 12), dando-lhe forma e conteúdo operacionais sob uma tríade: “a população, o território e a autoridade” (*ibidem*, p. 23). As preocupações são de ordem descritiva, a partir da observação empírica, e o resultado, por sua vez, morfológico/geométrico: “a dimensão, a forma e a posição” (*ibidem*, p. 20). De novo ao lado de Raffestin, há aqui uma diferenciação do tradicional ao priorizar os *aspectos relacionais* do território, considerando os conflitos sociais como reveladores de campos de forças, percebendo na tensão entre poderes o desvelar do político.

Curiosamente, mesmo em uma visão autonomista, o que parece mudar é mais o entendimento do que efetivamente os termos da tríade clássica, ainda são eles que estão em xeque. Como diz o próprio Raffestin (2010), “esses elementos do código sintático, que são a dimensão, a forma e a posição, permanecem essenciais na linguagem do território” (p. 22). Assim como permanecem a população que lhe ocupa e produz, e exerce autoridade. Talvez possa-se dizer, sem medo de errar (muito), que um espaço autônomo se constitui a partir de

39 Para o autor, Estado define-se por onde há tal *aparelho*, “o que implica uma 'burocracia' separada, civil, clerical ou militar, muito embora rudimentar, isto é, uma organização hierárquica com delimitação das regiões de competência” (*ibidem*, p. 133). Por isso a *pólis*, por exemplo, não teria um Estado propriamente dito.

40 Dada a citação de Raffestin, também cabe destacar que me afasto de qualquer busca por leis, por mais aspas que lhe possam ser atribuídas. A perspectiva aqui defendida para geografia política não é nomotética (visando leis gerais) e tampouco é idiográfica (de análises regionais), muito menos pretende ser quantitativamente pragmática (como quis a geografia teórica). Se é herdeira de alguma corrente certamente é da geografia crítica, e mesmo assim com ressalvas.

um território em que a autoridade advém da população, enquanto combinação indissociável e isonômica do individual e do social, agindo por e para si própria.

Mas “[e]m vez de se interessar por qualquer organização dotada de poder político suscetível de se inscrever no espaço, a geografia política só viu e, em conseqüência, só fez a análise de uma forma de organização: a do Estado” (RAFFESTIN, 1993, p. 25). O que se espera realizar é, precisamente, o contrário, o caminho da multiplicidade, pois “[t]oda perda de diversidade é uma perda de autonomia” (RAFFESTIN, 1993, p. 106).

Retomando a questão do aparecimento, ascensão e queda dos conceitos/teorias. Tratarei aqui, principalmente, de duas obras para abordar a recuperação do histórico de território, o livro “O mito da desterritorialização”, de Rogério Haesbaert (2016) e “Abordagens e concepções de território”, de Marcos Saquet (2010). Tal escolha se dá pelo resgate amplo e de qualidade realizado por ambos autores, conforme indica a análise de Heidrich (2010a, p. 25-26), a qual desejo agora detalhar.

Quanto ao primeiro, como evidencia o título do livro, Rogério Haesbaert foca a discussão no aspecto da desterritorialização, enquanto termo-chave desse início de século. Impulsionada pela globalização, a “era ‘pós’, do pós-industrialismo ao pós-fordismo, do pós-socialismo ao pós-capitalismo” (HAESBAERT, 2016, p. 25), seria fator central de certo deslumbre modista com a desterritorialização enquanto sinônimo de desenraizamento e perda de identidade, pelo constante fluxo de informações e produtos. É a isso o que o autor chamará de mito, “no sentido de senso comum, como ‘fábula’” (*ibidem*, p. 25), o qual avalia decorrente da “já antiga confusão que resulta principalmente da não-explicitação do conceito de território” (*ibidem*, p. 25).

Constatando isso, o autor prossegue sua abertura com um tópico que ajuda a corroborar o afirmado sobre ascensão e queda dos conceitos. “As ciências sociais *redescobrem* o território para falar de seu *desaparecimento*” (grifos nosso; HAESBAERT, 2016, p. 26-33). Bem como Francis Fukuyama pleiteou o “fim da história”, também afirmou Bertrand Badie haver chegado “o fim dos territórios”. Sua perspectiva advém de uma leitura que faz eco à já citada característica central da geografia política, igualdade entre território e Estado. Seu livro é dedicado “sobretudo à discussão do debilitamento do Estado territorial e o surgimento de espaços dominados pelas organizações em rede” (HAESBAERT, 2016, p. 28).⁴¹ Como é comum em análises fatalistas, de “tudo ou nada”, a consideração de um fator

41 Outro comentário acerca da obra de Badie pode ser encontrada no livro de Marcos Saquet (2010, p. 98-100). “O território corresponde ao Estado-Nação e ao princípio de nacionalidade, ordenado e organizado” (p. 98) e à sua falência generalizada (o que esse início de século claramente mostra que não ocorreu), então, só poderia corresponder o “fim dos territórios”.

irremediavelmente suplanta outro, como se não fosse possível haver crescimento de organização reticular sem extermínio de outras formas.

Assim, o autor elenca três “questões básicas sobre os discursos e a ‘prática’ da desterritorialização” (HAESBAERT, 2016, p. 31). São elas: a) indefinição sobre o conceito de território; b) leitura uniforme e dicotômica; c) associação com a predominância reticular. É em função dessas confusões que o autor fará, no capítulo subsequente, uma “genealogia” do conceito, na perspectiva “materialista”, subdividida em naturalista, econômica e jurídico-política, e na perspectiva “idealista”, “integradora” e fechando com a “visão relacional” (HAESBAERT, 2016, p. 35-98). Dois capítulos depois realizará o mesmo para a desterritorialização, nas perspectivas “econômica”, “política” e “cultural” (HAESBAERT, 2016, p. 171-234). Seu esforço é metodicamente exemplar, e consiste em demonstrar que “dependendo da concepção de território muda, conseqüentemente, a nossa definição de desterritorialização” (HAESBAERT, 2016, p. 35).

Do começo, então. O conceito de território, assim como outros conceitos/noções, teve forte correlação com aspectos físico-biológicos, como “à Etologia, de onde surgiram as primeiras teorizações mais consistentes sobre territorialidade” (HAESBAERT, 2016, p. 37).⁴² Mas, extremamente insuficientes, as perspectivas behavioristas não são mais que propulsoras do debate, o qual, vale dizer, não é intrínseco a nenhuma disciplina: Psicologia, Antropologia, Economia, Filosofia... Diversas são as áreas de conhecimento que fazem diferentes usos de território. E que “não pensemos que esta polissemia acaba quando adentramos a seara da Geografia” (HAESBAERT, 2016, p. 39).

Em síntese, o autor apresenta quatro vertentes básicas da noção de território: política, econômica, cultural e natural (P-E-C-N). Cada uma delas prioriza um aspecto conforme a nomenclatura que lhe diz respeito. Fonte do poder, de recurso, de simbologia, de comportamento. Insatisfeito com essa distinção, logo na página seguinte diz que “é importante que organizemos nosso raciocínio a partir de outro patamar, mais amplo, em que estas dimensões se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem” (HAESBAERT, 2016, p. 41). São elas: a) o binômio materialismo-idealismo e b) o binômio espaço-tempo. Quanto ao primeiro, subdivide-se em visão “parcial”, ao priorizar um dos aspectos citados (P-E-C-N), e em “integradora”, que condensaria “todas aquelas esferas” (HAESBAERT, 2016, p. 41). Quanto ao segundo, diz respeito ao aspecto mais absoluto ou *relacional*, considerando sua historicidade e geograficidade. Como disse, não será refeito o

42 Destaque similar sobre a influência das ciências naturais é feito por Hannah Arendt (2016, cap. III). “Na minha opinião, nada poderia ser teoricamente mais perigoso que a tradição do pensamento organicista em assuntos políticos, por meio da qual poder e violência são interpretados em termos biológicos” (p. 94).

percurso de revisão bibliográfica empreendido pelo autor, mas alguns apontamentos merecem vez.

O primeiro é o destaque dado para a concepção de Milton Santos (*et al*, 2000; SANTOS, 2005 [1994]; SANTOS & SILVEIRA, 2001), sobre o conceito (ou, talvez, noção) de *território usado*, publicado no interessante manifesto “Papel Ativo da Geografia”, no artigo “O retorno do território” e abordado ao longo do livro “O Brasil: território e sociedade no início do século XIX”. Neles, então, território usado aparece como sinônimo de espaço geográfico (HAESBAERT, 2016, p. 61). Na verdade, ou mais precisamente, ele não é um sinônimo (apesar do que diz o próprio Milton), mas um *equivalente*, no sentido de que não é possível falar de espaço geográfico *sem uso*, ou seja, sem dimensão humana. Conforme ressaltado em “Natureza do espaço” (SANTOS, 2008), falar até mesmo em primeira natureza (como conceituaram Marx e Reclus)⁴³ no mundo contemporâneo é algo complicado, uma vez que todas as áreas de superfície (e atualmente de subsuperfície e profundidade em grandes porções) já foram esquadrihadas por fotogrametria e sensoriamento remoto. Manter a ideia de primeira natureza apenas pela impressão de uma “natureza intocada” (além do problema intrínseco à própria ideia, bizarramente exemplificado por expressões como “mata virgem”) seria erro grosseiro.

Retomando a questão do uso, o que parece ser o real (ou pretendido) objetivo do manifesto e dos outros textos é exatamente desfazer uma confusão e não cometer outra (obviamente, que texto almejaria isso?!), ao apenas propor uma polêmica heteronímia. Sua distinção do “território em si” para o “usado” é bem mais do que algo que lembra “a distinção de Raffestin entre espaço e território” (HAESBAERT, 2016, p. 59). Mais importante do que algum excesso ou “distinção discutível” (HAESBAERT, 2016, p. 59), o cerne da reflexão é romper com a ideia de território como pressuposto, como dado, como coisa, ou, ainda, assumido restritivamente como base/suporte estatal. São os atores, por conseguinte, *os usos que eles fazem*, que devem atrair o olhar analítico. Suas intencionalidades e projetos expressam o movimento perpétuo da humanidade sob a superfície terrestre, realizando “sua existência como presença circumspecta e atarefada”, diria Eric Dardel (2011, p. 32). Enfim, o esforço miltoniano (e daqueles que com ele escreveram) resume-se a dois pontos essenciais: mostrar “a interdependência e a inseparabilidade” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 247) entre materialidade e uso, evidenciadas pelo “território vivo, vivendo” (*ibidem op cit*), e o “esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território” (*ibidem*, p. 20),

43 Diferente do que se pensa, os termos primeira e segunda natureza “pertencem” igualmente a Marx e Reclus (SOUZA, 2017).

através de “uma proposta totalmente empericizável” (*ibdem op cit*). O próprio Rogério Haesbaert reconhece isso ao citar a abertura de “O retorno do território” (SANTOS, 2005), onde entende que o autor “começa por criticar o legado moderno de ‘conceitos puros’ que fez do território um conceito a-histórico, ignorando seu caráter ‘híbrido’ e historicamente mutável” (HAESBAERT, 2016, p. 59).

O segundo apontamento é reiterar o que foi mencionado em Raffestin (1993), sobre a geografia política clássica. “O vínculo tradicional na definição de território é aquele que faz a associação entre território e os fundamentos materiais do Estado. O autor clássico nesta discussão é o alemão Friedrich Ratzel” (HAESBAERT, 2016, p. 62). Além disso, o autor ressalta que Ratzel “se inspirou na natureza biológica do homem” (*ibdem*, p. 64), onde os “‘espaços vitais’ da Biogeografia são transladados para a realidade territorial do Estado” (*ibdem*, p. 65). Além disso, e de significativa importância, é o adendo de que “o vocábulo que ele [Ratzel] mais empregava era, entretanto, de longe, ‘solo’ (*Boden*, em alemão), e não ‘território’ (em alemão, reverberando o latim, *Territorium*)...” (SOUZA, 2013, p. 93). Também nos aspectos natural/orgânico e reificador, o presente trabalho se afasta da vertente clássica, ainda que, desde a origem, ela já mostre uma distância que “nem sempre foi claramente estabelecida” (HAESBAERT, 2016, p. 64) entre visão naturalista e abordagem política.

Por fim, o terceiro e último destaque desta “genealogia” proposta por Rogério Haesbaert é sobre “a visão relacional de território” (2016, p. 80-98), especialmente dedicada ao autor que abriu esse tópico, Claude Raffestin, e outro clássico da mesma época, Robert Sack. Entretanto, é curioso que mesmo abordando especificamente esses dois autores, Haesbaert (2016, p. 81) abra o tópico mencionando um dos principais brasileiros entre os “que enfatizam o sentido relacional de território”, Marcelo Lopes de Souza (2000), justamente “em sua crítica a Raffestin” (HAESBAERT, 2016, p. 81).

Falaremos desses três autores em separado, diretamente a partir de suas obras. Mas antes importa salientar características da “visão relacional”. Esta é fundada por oposição ao aspecto absoluto do território, “tanto no sentido idealista de um *a priori* do entendimento do mundo, como na visão kantiana de espaço e tempo, quanto no sentido materialista/mecanicista de evidência empírica ou ‘coisa’” (HAESBAERT, 2016, p. 80). Em vez disso, “o espaço é visto completamente inserido dentro de relações *social-históricas*, ou, de modo mais estrito, para muitos autores, de relações de poder” (grifo nosso; HAESBAERT, 2016, p. 80). Na verdade, é por ver o próprio conceito de poder (mais) como relação, em vez de posse, que essas visões relacionais são possíveis. “É uma abordagem também multidimensional das

relações de poder que se traduz numa compreensão múltipla de território e da territorialidade” (SAQUET, 2010, p. 33). E é certamente nessa linhagem que me incluo e posiciono este trabalho.

Quanto à obra “O mito da desterritorialização”, ela prossegue com um capítulo inteiramente dedicado às contribuições de Gilles Deleuze e Félix Guatarri, sobre o conceito de território e as possíveis aproximações com a geografia (HAESBAERT, 2016, p. 99-141). A principal contribuição da filosofia “rizomática”, na visão do autor, teria sido colocar o território na condição de movimento, ato de um processo constante de des-territorializar. A esse processo pode-se denominar *agenciamento* (HAESBAERT, 2016, p. 116-117), a maneira com que as partes se relacionam para formar e desfazer territórios.⁴⁴ Nesta perspectiva, o conceito assume caráter extremamente amplo, podendo-se falar, por ex., em *desterritorialização do pensamento*. Ou seja, ela produziria um deslocamento, uma modificação, a abertura para um novo modo de ser, que reterritorializará a relação, e assim por diante. Retornaremos a esses filósofos no eixo sobre Cartografia.

No que tange o restante do livro, não será nosso objeto esquadrihá-lo, ainda que apresente diversas relevâncias sobre desterritorialização e um panorama pertinente do mundo contemporâneo. Tal, evidentemente, em nada impede menções à obra em outras passagens do presente trabalho.

Sobre o ponto de vista do próprio Haesbaert (2016), ou melhor, sobre como ele procede na construção do conceito, merecem ser ditas algumas palavras. Apesar de também tomar como ponto de partida o conceito de poder, e de evocá-lo em diversos momentos ao longo da obra, o autor tem uma clara preocupação em ultrapassar o entendimento territorial a partir dessa noção. Ou, pelo menos, de não restringir a discussão a ela.

É por isso que afirma que “uma noção de território que despreza a dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender [apenas] uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder” (HAESBAERT, 2016, p. 92-93). E completa logo depois, “não há como separar o poder político num sentido mais estrito e poder simbólico” (*ibidem*, p. 93). Tal busca integradora fica evidente ao longo da obra, desde sua genealogia preocupada em não só mostrar as diferentes “temáticas”, mas em reter o que há de válido nelas para realizar sua própria análise.

44 Os dois principais sentidos que devemos reter de *agenciamento* são: a) “noção mais ampla do que a de estrutura, sistema, forma, etc.” (HAESBAERT & BRUCE *apud* GUATARRI & ROLNIK, 2009, p. 11); b) “conjunto de singularidades e de traços extraídos do fluxo - selecionados, organizados, estratificados - de maneira a convergir (consistência) artificialmente e naturalmente: um agenciamento, nesse sentido, é *uma verdadeira invenção*” (grifo nosso; DELEUZE & GUATARRI, 2012c, p. 94).

É assim que situa a longa discussão sobre desterritorialização e migração, sempre trazendo os movimentos forçados por questões econômicas, por perda de referenciais culturais, por incapacidade dos sujeitos de produzirem seus próprios territórios, ou, por outro lado, a territorialização de grandes empresas e empresários, os intensos fluxos de capitais e mercadorias. “Na verdade, tudo isso que aparece muitas vezes sob o rótulo ‘desterritorializado’ representa, antes, a construção de uma nova des-ordem territorial muito mais complexa” (HAESBAERT, 2016, p. 210).

Partindo dessas sobredeterminações o autor vai dar importância singular ao papel exercido pelas redes. Seja discutindo acerca de suas próprias particularidades, seja na sua relação com territórios (territórios-zona [T-Z] conectando-se, ou propriamente compostos, enquanto *território-rede* [T-R]), seja conformando novas formas espaciais, que ele chamará de “aglomerados de exclusão” [AE]: que são as “mesclas confusas de territórios-zona e territórios-rede, onde fica muito difícil identificar uma lógica coerente e/ou uma cartografia espacialmente bem definida” (HAESBAERT, 2016, p. 306).

A essas configurações (T-Z, T-R, AE) o autor denominará “três ‘tipos ideais’ em relação às formas de organização espaço-territorial” (HAESBAERT, 2016, p. 306), associando os fenômenos de territorialização-desterritorialização no sentido T-Z → AE (*ibidem*, p. 307). Sua defesa para essa associação, inclusive feita com ressalvas (*ibidem*, p. 312-313), é o que vai chamar de

“sentido ‘forte’, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, [entendendo] a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto ‘recurso’ ou ‘apropriação’ (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade” (HAESBAERT, 2016, p. 315).

Disso encaminha-se a conclusão da obra. Depois de amplas e consistentes definições e críticas das leituras e usos da desterritorialização, o autor propõe passar dessa noção “à [de] multiterritorialidade” (*ibidem*, p. 337). Tal se daria como fruto da transformação “de um ‘mosaico’ - padrão de unidades territoriais em área” (*ibidem op cit*), para uma “miríade de territórios-rede marcados pela descontinuidade e pela fragmentação” (*ibidem op cit*).

Assim, a multiterritorialidade seria “a forma dominante, contemporânea ou ‘pós-moderna’, da reterritorialização” (*ibidem*, p. 338), enquanto “dinâmica combinada de múltiplos territórios” (*ibidem*, p. 341). Ao fim, sua defesa é a de que um mundo cambiante, caracterizado por fluidez e movimento, demanda uma visão aberta/flexível de território, territorialidade e dos processos contínuos e concomitantes de *des-re-territorialização*. “Nem ‘fim da espacialidade’, inerente à existência do mundo, nem ‘fim da territorialidade’, inerente

à condição humana, a desterritorialização é simplesmente a outra face, sempre ambivalente, da construção de territórios” (HAESBAERT, 2016, p. 365). Ela é um fato: mesmo que as vezes se apresente como farsa, jamais será como mito.

Prosseguindo à outra obra mencionada na abertura deste tópico, “Abordagens e concepções territoriais” (SAQUET, 2010). Diferente da estrutura utilizada pelo autor anterior, Marcos Saquet não separa as definições e usos de território por temáticas, mas por contextos históricos, partindo diretamente da questão das “relações de poder e os significados do conceito” (SAQUET, 2010, p. 27-35), passando pela “reelaboração do pensamento geográfico nos anos 1950-60” (SAQUET, 2010, p. 37-52), até a discussão epistemológica, ou seja, de definição conceitual (*ibidem*, p. 53-74), chegando nas contribuições de “sínteses para expansão da abordagem” (*ibidem*, p. 75-96), particularmente de Raffestin, Dematteis e Sack, bem como da visão humanista e de desenvolvimento territorial. Em seguida é analisada “a dissolução da abordagem” até então apresentada (*ibidem*, p. 97-131), para se chegar à construção de uma nova “proposta de abordagem territorial” (*ibidem*, p. 157-177).

Aos capítulos, então. Abrindo o livro, o autor menciona que as relações de poder “têm sido efetivadas historicamente, em consonância com as características de cada sociedade” (SAQUET, 2010, p. 27). Por isso, igualmente, o território tem assumido “distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais dominantes” (*ibidem op cit*). Assim, calcado em Jean Gottman, o autor torna claro que independentemente da fundação da geografia política e do conceito,

a *ideia* de território já existia e era debatida no século XV, ligada a questões políticas da época: dominação de uma determinada área de terras como ocorrera nas cidades-estado gregas, em cidades romanas e em cidades italianas medievais, como Florença, Gênova, Pisa, Milão e Veneza, que tinham soberania territorial. A partir do século XVI intensifica-se a difusão de *doutrinas* políticas que reforçam a noção de soberania como atributo dos Estados ou reinos. [...] Outro fator importante desse período histórico [...] foi o descobrimento e a ocupação do chamado Novo Mundo (grifos no original; SAQUET, 2010, p. 27).

A partir daí, até chegar aos dias atuais, instaura-se o movimento que faz sumir, ou ao menos enfraquecer, as funções características do território: “a) servir de abrigo, como forma de segurança, e b) servir como *trampolim* para oportunidades” (grifo no original; SAQUET, 2010, p. 27). “E é no século XVIII, em meio a esse processo, especialmente na segunda metade, que se substantiva o caráter oficial da geografia” (SAQUET, 2010, p. 29). Momento que é berço da obra ratzeliana (SAQUET, 2010, p. 29-31).

Calcado em Giuseppe Dematteis (que, por sinal, escreve a abertura do livro), o autor afirma que tarda “mais de século” até “que se faça uma discussão crítica e se recoloque

no centro das atenções, do pensamento geográfico, o conceito de território” (SAQUET, 2010, p. 37), em vez das antes priorizadas superfície terrestre, paisagem e região. Inclusive, o crescimento de sua importância é tamanha que se chega à possibilidade de uma “perspectiva integradora” (HAESBAERT, 2016, p. 74-80), em que o território “desempenharia um pouco o papel que cabia à região como grande conceito integrador na perspectiva da Geografia clássica” (HAESBAERT, 2016, p. 74).

É interessante ver o esforço de Marcos Saquet em mostrar como as modificações do conceito estão intrinsecamente ligadas às modificações da própria disciplina (por ex., a “discussão crítica” impulsionada no período transicional de 1950-1970), ou, mais especificamente, do “repensar do método de análise e/ou o reconhecimento da atuação de forças sociais ligadas à produção do espaço geográfico e à dominação social [...]” (SAQUET, 2010, p. 39), “no bojo de um processo de discussão e reflexão sobre os *paradigmas* dominantes da ciência moderna [...]” (grifo no original; *ibidem*, p. 39). Apesar de alguns escritos esparsos, “o conceito de território não recebe maior atenção ou sistematização e aprofundamento. Isso vai ocorrer a partir dos anos 1950-60 e, sobretudo, entre 1960-1980” (*ibidem op cit*). Ainda segundo o autor:

O fato é que há um conjunto importante de pesquisadores que reconstruem o conceito de território e a abordagem territorial, evidenciando, ao mesmo tempo características da vida de indivíduos e, assim, a essencialidade da dinâmica social na constituição do território. São esses estudos, entre outros, que contribuem de forma decisiva na superação de uma concepção banal e imprópria do território entendido como suporte da sociedade ou configurado biologicamente por animais que ‘*controlam*’ certas áreas (grifo no original; SAQUET, 2010, p. 43).

Assim, a redescoberta e/ou renovação do território acompanha não só os meandros do fazer científico como têm relação com o contexto histórico mundial, tanto de ampla reestruturação pós-segunda guerra, quanto de mobilizações sociais no mesmo período (SAQUET, 2010, p. 39-45). E é com Jean Gottman que o autor diz ter havido um “*salto* qualitativo, referente às concepções de território” (grifo no original; SAQUET, 2010, p. 45), diferente de Haesbaert (2016), que o menciona brevemente, para dizer apenas que o que permanece aí fundamental é “o caráter político-administrativo do território” (*ibidem*, p. 67), e que Gottman “também incorpora uma dimensão mais idealista [...] mesmo assumindo uma posição de viés materialista” (*ibidem*, p. 67). Quanto a isso, entretanto, não parece haver discordância entre Rogério e Marcos, quando Saquet (2010) afirma que “Gottman elabora uma abordagem histórica e cultural, com elementos (i)materiais do território” (p. 46), onde “o

princípio de fluidez se torna central em suas concepções” (*ibidem*, p. 48), “tentando conciliar *ideia e matéria* como uma forma coerente de explicação” (grifo no original; *ibidem op cit*).

Adentrando no capítulo seguinte do livro, o autor aborda uma ampla gama de outros escritores, para tratar do conceito em termos de “movimento, processualidades e multiescalaridades” (SAQUET, 2010, p. 53-74). Inicialmente é ressaltada a importância de Henry Lefebvre ao longo da década de 70, em que a “*produção do espaço*, como produto e condição da dinâmica socioespacial” (grifo no original; *ibidem*, p. 53) e “noções como as de cotidianidade e de redes de informação [...] são fundamentais para a *redescoberta* do território com *novos* significados” (grifos no original; *ibidem* p. 53), especialmente no que tange as leituras de formação, dominação e apropriação do espaço.

Outros autores são destacados pela importância de renovação no “que se refere mais especificamente à discussão teórico-metodológica” (SAQUET, 2010, p.55-57), como Deleuze & Guatarri e, novamente, Dematteis. Encerra-se o tópico com a conclusão de que

apesar das especificidades metodológicas de cada abordagem e concepção, na filosofia, geografia e sociologia, pode-se afirmar que são todas *renovadas e múltiplas, relacionais e processuais* [e] foram fundamentais para estudos territoriais que se efetivaram posteriormente, com larga influência em diferentes países (grifo nosso; SAQUET, 2010, p. 63).

Em termos de temática, os principais avanços na análise se deram “para a compreensão de desigualdades presentes no território, principalmente, a partir das relações capital-trabalho, do uso do espaço e do movimento, traduzido na processualidade histórica e transescalar (redes de circulação e comunicação)” (SAQUET, 2010, p. 74). Assim, mais do que o valor em si das discussões conceituais então realizadas, pelas respostas ofertadas, elas são expressivas pelas novas perguntas que permitiram emergir.

Em seguida, no capítulo sobre a “expansão da abordagem [territorial]”, o autor aborda nominalmente Raffestin, Sack e Dematteis. Como manterei os dois primeiros à parte, desde os originais, seguem alguns comentários sobre o terceiro.

Giuseppe Dematteis é exemplo de outro “salto de qualidade centrado no conceito de território” (grifo no original; SAQUET, 2010, p. 49). Para ele o conceito “é compreendido como produto social, lugar de vida e de relações” (*ibidem*, p. 49), em “uma abordagem relacional, considerando interações territoriais (transescalar) entre diferentes lugares e pessoas” (*ibidem op cit*). Donde sobressai “uma compreensão (i)material do território e da territorialidade humana” (*ibidem op cit*), em que as “condições subjetivas e econômicas estão ligadas e o território se efetiva de maneira sobreposta” (*ibidem op cit*). Assim, para o autor,

Dematteis encarna uma geografia bastante completa a partir do território, considerando tanto a produção de bens e serviços e os meios para circulá-los – as redes –, quanto as relações interpessoais que permitem e resultam de tal produção. Resumindo, o “território é organizado pela sociedade, que transforma (*humaniza*) a natureza, controlando certas áreas e atividades, política a economicamente [...]” (grifo no original; SAQUET, 2010, p. 51). Por fim é destacada a importância de suas publicações terem ocorrido antes dos grandes marcos relacionais sobre território, ou das “duas obras basilares e clássicas” (*ibidem*, p. 51) de Raffestin e Sack.

Assim, Giuseppe Dematteis é “referência obrigatória no que se refere à discussão territorial” (SAQUET, 2010, p. 79). Sua peculiaridade é a análise global de “um processo de apropriação da *Terra*” (grifo no original; SAQUET, 2010, p. 80), onde são considerados aspectos de origem E-P-C-N como fonte de composição das “*condições territoriais*” (grifo no original; SAQUET, 2010, p. 80).

Sua obra possui diversas aproximações com Gottman, Raffestin e Sack, o que não é surpresa: “[h]á, nitidamente, na reconstrução da ciência geográfica do pós-1950-60 e, principalmente, a partir dos anos 1970, um entrecruzamento de autores e abordagens, especialmente entre Raffestin e Dematteis” (SAQUET, 2010, p. 80). Entre os dois últimos há compartilhamento da importância das relações de poder, do território como produto socioespacial, da consideração interligada de E-P-C e o destaque para o papel das redes. “No entanto, ao tratar a relação espaço *versus* território, por exemplo, Dematteis (1985) não dicotomiza esses conceitos e processos e não entende o espaço geográfico apenas como substrato (palco) de relações sociais” (SAQUET, 2010, p. 81).⁴⁵

Terminado esse apanhado, que vai até agora aos anos 1990, o autor ressalta, para além das particularidades teóricas e pessoais,

o processo de rearranjo das ciências sociais, como a geografia, a sociologia e a economia, aconteceu em virtude de contradições e do movimento dessas ciências em unidade com a filosofia e, de mudanças profundas efetivadas no mundo da vida, que condicionaram a busca incessante de uma explicação científica coerente (SAQUET, 2010, p. 96).

Após estas considerações, Saquet se debruça sobre três obras no contexto brasileiro. A de Milton Santos, a de Rogério Haesbaert e a sua própria. Já tendo realçado comentários sobre o primeiro, comecemos pelo segundo.

45 DEMATTEIS, Giuseppe. *La metafore della terra*. La geografia humana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985. Citado conforme Saquet (2010, p. 182).

Para ele, Rogério Haesbaert entenderia a produção do território como natureza “dominada e apropriada por um certo grupo social” (SAQUET, 2010, p. 124), embasado fortemente na obra lefebvriana, a partir da ideia de espaço produzido, ou, dito de outra maneira, do espaço como produto social. Tal se dá em “uma abordagem múltipla e (i)material: econômico-político-cultural” (*ibidem*, p. 124), onde “sempre acontecem relações de poder, desde as estabelecidas pelo Estado-Nação, até a multidimensionalidade das relações sociais. São as relações de força que condicionam e constituem o território” (*ibidem op cit*).

Mais particularmente no que toca as dimensões política e cultural, enquanto determinantes característicos do território, o que o autor acabaria por fazer, segundo Saquet (2010), seria uma conciliação coerente, “identificando *diferentes graus de correspondência e intensidade*” (grifo no original; *ibidem*, p. 124) entre ambas. Além disso, é salutar a importância dada, em sua obra, à constituição das redes, em especial do *território-rede* dentro de uma leitura que “afirma que o processo de produção do espaço envolve sempre, concomitantemente, a desterritorialização e reterritorialização” (SAQUET, 2010, p. 125).

Também dedicando-se à obra “O mito da desterritorialização”, que analisamos anteriormente, Saquet (2010, p. 126) relembra que mesmo que o autor mantenha um pensamento E-P-C-N para conceber o território, a importância do conceito de poder permanece no entendimento geral. Inclusive, cita uma excelente passagem, a qual tomo a licença de reproduzir do original, por demonstrar com força um caráter *integrador*:

podemos afirmar que o território, relacionalmente, ou seja, enquanto *mediação espacial do poder*, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política (grifo no original; HAESBAERT, 2016, p. 93)

Quanto a este livro, Saquet (2010, p. 126) ainda destaca o caráter multifuncional e multiescalar do território, e ressalta as composições “*territórios-zona, territórios-rede e os aglomerados de exclusão*, numa conjugação da perspectiva área-rede, rede-rede, e rede-lugar” (grifos no original; SAQUET, 2010, p.126). Corroborando a importância de tais distinções, o mesmo destaque foi dado por mim há alguns parágrafos.⁴⁶

Agora, quanto ao próprio Marcos Saquet (2010). Direto e sem rodeios, ele afirma, que: “[o] território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; *campo* de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-

46 Ironicamente, e talvez sem perceber, Saquet expressa a sobreposição corrente entre território e lugar, por sua associação definitiva dos *aglomerados de exclusão*.

culturais), historicamente determinadas” (grifo no original; p. 127). Assim como Haesbaert, apoia-se na “noção de espaço construído socialmente, tanto objetiva como subjetivamente” (*ibidem op cit*). Conforme ele mesmo coloca, sua preocupação central gira em torno da concepção simultaneamente material e imaterial, donde decorre o frequente uso da grafia “(i)material”, ressaltando uma perspectiva que não prioriza nem um nem outro. Além disso, ainda que partindo do poder, considera esferas mais amplas (E-P-C-N), que acaba por aproximar o território de uma ideia de totalidade, de expressão geral da vida cotidiana, em que, de fato, cultura, política e economia não se dissociam.

O território é resultado e determinante desta unidade [P-E-C-N], inscrevendo-se num *campo de forças*, de relações socioespaciais. O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território (grifo no original; SAQUET, 2010, p. 127).

Ao final do livro o autor retoma uma postura mais pessoal na discussão e parte em busca de uma “proposta de abordagem territorial (*i*)material” (grifo nosso, SAQUET, 2010, p. 157). Para isso, parte do ponto de que os “elementos basilares do território” são “as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade”, fundidas em uma “trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável” (SAQUET, 2010, p. 158). As redes, particularmente, ocupam importante papel na conformação e transformação de territórios, sendo duas facetas de um mesmo processo, como expressa ao afirmar que há “*redes de territórios e territórios em rede*, territórios nas redes e redes no território, num único movimento” (grifos no original; SAQUET, 2010, p. 161). Nesse aspecto, como em outros, aproxima-se das discussões de Rogério Haesbaert.

Resumindo, para o autor: a) as redes “substantivam o território, tanto interna como externamente” (SAQUET, 2010, p. 159); b) as identidades evidenciam o território enquanto relação social, fundada em conflitos e contradições, expressando “diversidade e unidade, heterogeneidade e homogeneidade, desigualdades e diferenças” (*ibidem*, p. 162); c) é multitemporal e multiescalar porque não acontece estritamente aqui e agora, localizável e eventual, pelo contrário é “processual-relacional; identidade/unidade e movimento” (*ibidem*, p. 163); d) é fruto de relações de poder porque existe “multidimensionalidade do poder na vida cotidiana, historicamente determinada e condicionando a formação de cada território” (p. 169).

Tudo isso aloca-se na tentativa de construção de um território, ou de um “desenvolvimento territorial”, em suas palavras, “que não seja burocrático e centralizado, político-institucional, partidário e mascarado” (SAQUET, 2010, p. 177). Para tal, precisa “ser construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; os tempos e os territórios; as temporalidades, as territorialidades e a *conquista de autonomia*” (grifo nosso; SAQUET, 2010, p. 177).

Afora a análise que pode, e deve, ser feita dos entendimentos particulares de Haesbaert e Saquet, o que a leitura geral deste resgate permite inicialmente entrever? A evidência de que, se por um lado, a “variedade de enfoques e pressupostos [...] fortalece a perspectiva territorial” (HEIDRICH, 2010a, p. 26), por outro, também “adquire-se certa imprecisão” (*ibidem*, p. 26). Especialmente se for considerado o amplo leque das ciências humanas, em que antropologia, sociologia, história, psicologia estão incluídas, com seus diferentes referenciais de origem e seus múltiplos entendimentos, tanto internos às disciplinas quanto a partir do uso de conceitos “de outras áreas” (não que um conceito *pertença*, como *propriedade*, a uma área do conhecimento e não a outra).

Contudo, no que toca os dois autores das obras resumidas e comentadas, não se pode dizer que adquirem essa imprecisão. Não há incoerência ou inconsistência em suas escolhas e nos caminhos traçados a partir delas. Ambos partem, igualmente, da noção/conceito de poder, como fato originário de definição de o que é território. Entretanto, ele, o poder, serve muito mais como *ponto de partida*, ao qual é postulada uma unidade E-P-C-N, tentativa que adensa a *visão integrada/integradora* de território. Assim, apesar da força epistemológica de suas discussões e proposições, o conceito dilui-se em uma gama ramificada de análises, que acaba transformando seu ponto de partida em *pano de fundo* ao longo da obra, como algo que se tem em mente, mas que não é necessariamente explicitado.

Suas análises e conceituações parecem rapidamente derivar para decorrências, as vezes como adendos da definição, as vezes como indicação, as vezes como reformulação do original. É curioso que, muitas vezes, depois de análises sobre a unicidade das quatro dimensões (E-P-C-N), e seus efeitos sobre os processos de des-re-territorialização, os autores voltem a afirmar a centralidade do poder, quase como um (auto)lembrete...

Acredito que o que se perde, nessa tentativa de açambarcar todas ramificações possíveis, é a especificidade do território enquanto desvelador de conflitos, das intencionalidades dos sujeitos envolvidos, e do aspecto de *controle* inerente a qualquer território. Ainda que esses mesmos processos possam ter como catalisador ou motivador as mais diversas questões, de ordem econômica ou simbólica, querer englobá-los em uma única

definição é enfraquecê-la. É como se para responder o que é o território fosse imperioso dizer “do que vivem, como se alimentam e se reproduzem”... Em outras palavras, o que se perde é a própria capacidade do termo enquanto *conceito*.⁴⁷

Sim, pode ser aceito, sem problemas, que toda produção territorial, ou seja, todo processo de re-des-territorialização (T-D-R) comporta uma dimensão cultural-simbólica, enquanto representações e conotações a partir da materialidade e com ela, bem como todo território depende de uma sustentação econômica para existir, seja enquanto produção de subsistência, seja enquanto lastro monetário. Contudo, nada disso impede certa “restrição” de definição, o que não significa negar a existência e a importância dessas dimensões.

A busca totalizante – ou “experiência integrada” (HAESBAERT, 2016, p. 341) – acaba realizando uma extrapolação do desvendamento de conflitos (enquanto dimensão privilegiada do poder e da política) para as mais diversas espacialidades da reprodução humana. Um argumento em favor dos autores (na verdade essa é a posição de ambos (HAESBAERT, 2016, 2011; SAQUET, 2010, 2011⁴⁸) seria a consideração de que há poder em sentido *simbólico* e não estritamente político (especialmente se tomado como jurídico-político), ou que existem relações de apropriação concomitante com as de dominação e para além delas. A bem da verdade, mesmo que simbólico, trata-se de poder ainda assim, e pensar a representação de táticas e estratégias não demanda necessariamente discutir elementos “culturais” em sentido amplo. Isso me parece muito próximo a aspectos constitutivos das territorialidades (mais especificamente *territorialismos*, como define Souza (2000)), que, sim, são produto e condição do território, mas que servem enquanto suporte e possibilidade de manutenção do *campo de forças* propriamente.

Dito isso, a seguir apresento minha visão de dois autores já várias vezes citados, por mim e por aqueles que usei, os clássicos da perspectiva relacional, Raffestin e Sack. Conforme mencionado, (HAESBAERT, 2016; SAQUET, 2010), Raffestin, em especial seu “Por uma geografia do poder” (1993), publicado em 1980, tornaram-se um clássico internacional do pensamento geográfico. Em abordagem original, inspirada nas concepções de Michel Foucault e suas análises do poder, o autor propõe uma “problemática relacional”

47 Até que se prove o contrário, em ciência (muito diferente da leitura filosófica apresentada, por exemplo, por Deleuze & Guatarri (2010)) o conceito é uma *ferramenta*, devém significativo da capacidade explicativa que contém, ou seja, é forte por sua restrição, define em oposição àquilo que *não* conota.

48 A obra “Territórios alternativos” (HAESBAERT, 2011) só é citada agora porque, para os fins aqui devidamente cabidos, não há nada naquela que não esteja presente em “O mito da desterritorialização” (HAESBAERT, 2016) enquanto posição pessoal/conceitual ou em termos de recuperação histórico-epistemológica de território. Algo parecido ocorre com “Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades” (SAQUET, 2011). Inclusive, vale salientar que a “Figura n. 2: Uma representação do que estamos entendendo por territorialidade” (SAQUET, 2011, p. 88) é exemplar de certa perda de especificidade quanto à centralidade as relações de poder ou dos campos de força.

(RAFFESTIN, 1993, p. 27), em que “a existência é tecida por relações” (*ibdem op cit*). Define, assim, que toda questão colocada é uma possibilidade, “apenas” uma teoria dentre outras, e, mais especificamente, que esta é “uma pesquisa que se define *projeto*” (grifo nosso, RAFFESTIN, 1993, p. 28), isto é, pelo “processo de inteligibilidade” (*ibdem op cit*) são delimitadas as descrições possíveis, a partir de “um quadro conceitual inteiro” (*ibdem op cit*). Coerência interna em vez de aplicação exógena generalizante.

Por essa perspectiva é que o autor percorre o caminho das definições de espaço, território e poder. É essa tríade que operacionaliza o empreendimento de análise, a *relação entre eles e eles próprios enquanto fruto de relações*. Metodologicamente, o aspecto relacional se dá associando A com B, e estes com C, e também vendo que C pode ser produto da relação de A e B. Entretanto, há mais uma possibilidade, a de ver que C é relacional *constitutivamente*, que só existe enquanto a relação permanece, o que é muito diferente de ser decorrência de duas ou mais partes em contato. Concordando com Souza (2000), Raffestin peca em ver o território *em si mesmo como campo de forças, ou seja, operando por, sobre, através de uma certa materialidade (substrato), mas não sendo ele propriamente material*. Este não é um de seus aspectos, ou uma de suas faces, por assim dizer. Enfim, voltemos à abordagem diretamente, e o que ele diz textualmente.

Dentro de sua problemática, o autor trabalha com alguns “elementos constitutivos da relação”, que são: “os atores, a política dos atores – o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades –, a estratégia delas para chegar a seus fins, os mediatos da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais” (RAFFESTIN, 1993, p. 34). Desses elementos gostaria de destacar dois apontamentos que creio são essenciais no restante do livro.

Primeiro, os atores, aqueles que efetuam os acontecimentos, que engendram o movimento de (des)fazer territórios, de acordo com suas intencionalidades. Eles, por sua vez, podem ser subdivididos em sintagmáticos e paradigmáticos (*ibdem*, p. 36). Enquanto aquele possui um projeto, ou melhor, “parte de um programa” (*ibdem op cit*), esse parte de “uma classificação, uma repartição, sem integração num processo programado” (*ibdem op cit*). Usando seus próprios exemplos, “Estado” é um ator sintagmático enquanto “população da Bélgica” é paradigmático.

O segundo apontamento é sobre os mediatos, pois são eles os responsáveis para se conseguir efetivar uma estratégia: alcançar algum fim sempre depende de certos meios, estes são os mediatos. Recursos de ordem militar, financeira, etc. O que todos têm em comum é o fato de mobilizarem certa quantidade de *energia* e de *informação* (RAFFESTIN, 1993, p. 38).

Isso será fundamental no funcionamento de qualquer território: para mantê-lo, expandi-lo, conservá-lo, não importa o que, sempre será mobilizado um *quantum* combinado desses dois constituintes. Daí decorre, inclusive, a preocupação do autor com questões da ordem dos sinais, das representações, dos códigos e da linguagem em uma perspectiva de funcionamento do território: o que é mobilizado, e como, para atingir tal fim por determinado ator. Aqui adentramos no reino dos *trunfos*, mas peço um momento antes, para definir o que ele entende por poder e distinguir a emblemática e polêmica distinção operada na obra.

Como mencionado, seu entendimento de poder advém da obra de Michel Foucault. Mas, mais restritivamente do que isso, ao se observar as notas de referência do capítulo III, “O poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 46-58), ver-se-á que ele usa apenas uma bibliografia (A história da sexualidade 1, e uma pequena amplitude dela, na verdade), e não “a obra” inteira. Haesbaert (2016, p. 83), por exemplo, diz que o autor, “ao caracterizar o que entende por natureza do poder, sintetiza as proposições de Michel Foucault”. Referenciando três livros do filósofo, faz um resumo de compreensões sobre Foucault que dá a entender que tudo isso é feito pelo próprio Raffestin, o que não corresponde ao fato.

Basicamente, o que acontece é que ele, Raffestin, parte da distinção já realizada em “História da sexualidade 1” (FOUCAULT, 1999), entre o Poder, de P maiúsculo, relacionado ao Estado, e o poder de p minúsculo, que se faz presente “em todos os lugares” (RAFFESTIN, 1993, p. 46), “em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltra-se até o coração do homem” (RAFFESTIN, 1993, p. 46-47). Enfim, o que o autor efetivamente faz é resumir as proposições de Michel Foucault no capítulo “Método” (FOUCAULT, 1999, p. 88-96), e esse resumo são os pontos reproduzidos por Haesbaert (2016, p. 83).

Aqui cabe destacar que, para Claude Raffestin, a importância do conceito de poder, enquanto constitutivo essencial do território, é sua relação com os *mediatos*. “Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, *a energia e a informação*” (grifo nosso; RAFFESTIN, 1993, p. 48). O poder é definido, assim, “por uma combinação variável” (*ibidem*, p. 49) de ambos. E o trabalho, sendo “energia informada” (*ibidem*, p. 50), caracteriza-se como seu “vetor mínimo” (*ibidem*, p. 50), “na qualidade de *poder original*” (grifo nosso; *ibidem*, p. 51). O trabalho, então, é motor de transformação do físico e do social.

Enquanto objetivo, o poder “visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 52), cuja efetivação se dá através de determinados

trunfos, a saber, “a população, o território e os recursos” (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Após uma longa análise de aspectos que compõem o conjunto “população” e sua relação com o poder, como os recenseamentos, a língua, a religião e as raças e etnias, o autor passa, já na metade do livro, a discutir diretamente a definição conceitual, ou: “O que é o território?” (RAFFESTIN, 1993, p. 128-145). É esse capítulo que contém a famosa e polêmica diferenciação entre espaço e território. Não me deterei naquilo que já foi reiteradamente dito sobre ela (HAESBAERT, 2016; HEIDRICH, 2010a; SAQUET, 2010): que o espaço antecede o território, este é uma produção a partir daquele, que o espaço é “prisão original” e o território é “a prisão que os homens constroem para si”, que o espaço é anterior à ação humana, “dado, como se fosse uma matéria-prima” (RAFFESTIN, 1993, p. 128-129).

Cabe, entretanto, pausar em alguns detalhes geralmente deixados de lado. É inegável, *porque textual*, que as concepções encontradas em “Por uma geografia do poder”, apesar de sua problemática relacional, e de toda sua preocupação em ampliar o conceito de território para o libertar das garras estatais, vinculam-no reiteradamente a aspectos e noções materialistas. E mais, empobrecem a possibilidade de compreensão social do espaço, ainda que para sua distinção utilize de Henry Lefebvre, quando, por exemplo, diz que “[o] espaço é, em primeiro lugar, um dado que antecede à intervenção humana” (RAFFESTIN, 1993, p. 43).

Entretanto, acredito que possa ser feita uma leitura levemente mais generosa, não do livro, cujo mérito não me parece ser negado por quem quer que seja (em termos de inovação, conteúdo e operacionalidade), mas da polêmica diferenciação. Mais do que questão de generosidade: sem negar uma interpretação, conseguir defender, igualmente, outra (desde que não sejam contraditórias).

A antecedência do espaço ao território, posição assumida ao longo de toda obra, é amplamente interpretada (como nas bibliografias referidas neste eixo, tópico ou platô) enquanto precedência “natural” ou “material”. Todavia, pode-se mudar o ponto de vista posicionando-se um fator-chave, citado pelo próprio Raffestin (1993): os atores e suas intencionalidades. O espaço, assim, precederia o território enquanto “realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um autor manifeste intenção de dele se apoderar” (grifo nosso; p. 128-129). Isso significa que o espaço é aquilo que antecede a *ação*, aquilo sobre o que o ator em particular não teve agência, tomado como fato dado para ele. O mundo ao qual me deparo ao nascer é um espaço que posso territorializar *a partir daí, é espaço enquanto herança de condições*, sobre as quais eu não tenho capacidade de mudar *retroativamente*, mas sobre as quais posso atuar projetivamente, ou *territorializar*, em seus termos.

Em outro texto, em que fórmulas tomam o lugar das características quadrículas de “Por uma geografia do poder”, Raffestin (2010, p. 13-23) retoma a polêmica iniciada anos atrás. “O fato é que a diferenciação é útil e necessária” (*ibidem* p. 14), “embora esta diferenciação não tenha agradado a muitas pessoas [...]” (*ibidem*, p. 14). Nas palavras dele, um exemplo bastante esclarecedor resolve a questão:

Tomemos um exemplo referente ao Brasil: quando os portugueses chegaram em 1500, encontraram um território sistematizado pelos habitantes. Porém, (o território) não era delimitado, demarcado e, por isso, foi considerado pelos portugueses como um ‘espaço dado’, que, naturalmente, poderia ser transformado (RAFFESTIN, 2010, p. 14).

O território encontrado foi, portanto, assimilado na condição de espaço, como dado “‘ofertado’ à ação” (grifo no original; RAFFESTIN, 2010, p. 14). Ainda que possa parecer uma diferença de sutileza, parece-me que é um adendo assaz importante, que abre uma brecha para passarem outras ideias, uma vez que considera o emprego de nova “energia informada” como basilar para distinção espaço/território.⁴⁹

Para finalizar, retornando ao livro clássico, a “produção territorial” (RAFFESTIN, 1993, p. 135) expressa-se por tessituras de nós ou de redes, um sistema de malhas que caracteriza as organizações espaciais. Tais marcas são impressas pelas relações de poder e, nessa medida, revelam suas estratégias. Como ressalta o autor, são essas malhas o que é verdadeiramente disputado. “Em resumo, trata-se de redescobrir, para as coletividades, malhas concretas que se oponham às malhas abstratas propostas pelo Estado” (*ibidem*, p. 165).

Assim consta, pois, resumidamente os aspectos gerais de sua obra. E, independente de algumas disputas internas, parece ser indiscutível que se inaugura uma abordagem inovadora e extremamente fértil, evidenciada pelo longo debate que ainda se faz atual.

Igualmente ao seu predecessor, o livro de Robert Sack (1986)⁵⁰ também dá privilégio ao poder enquanto questão central nas discussões territoriais. Como salienta Haesbaert (2016), mais do que o conceito de território propriamente, o autor se preocupa com a *territorialidade*, por ser “um meio indispensável ao poder em todos os níveis: do pessoal ao internacional” (SACK, 1986, p. 1).⁵¹ Um apontamento inicialmente importante, que o distancia das influências da citada Etologia, é necessário para apontar que o autor diz que ao

49 Para discussão complementar da correlação entre territórios e intencionalidade dos atores, ver Heidrich (2017).

50 Todas as citações desta obra são traduções livres minhas. Para nível de comparação, incluo as originais em notas de rodapé. Peço desculpa pelo amplo número porvir, mas desconheço forma mais fiel de fazê-lo.

51 No original: “an often indispensable means to power at all levels: from the personal to the international”.

enxergar a territorialidade como base de poder não o faz vendo-o, o poder, enquanto “parte de um instinto” (*ibidem*, p. 1), “nem como essencialmente agressivo” (*ibidem*, p. 1).⁵² Em sucinta definição: “[t]erritorialidade em humanos é melhor entendida como uma *estratégia espacial* para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de área; e, como uma estratégia, a territorialidade pode ser ligada e desligada” (grifo nosso; SACK, 1986, p. 1-2).⁵³ Assim, a territorialidade é uma “estratégia humana para afetar, influenciar e controlar” (*ibidem*, p. 2).⁵⁴ Nessa tentativa de controle areal, o autor destaca que a territorialidade é “intimamente relacionada a como as pessoas usam a terra, como elas se organizam no espaço, e como dão significado ao lugar” (*ibidem*, p. 2).⁵⁵ É interessante notar que tais observações ressaltam uma *íntima relação* e não uma condição definitiva entre esses aspectos e o território, ou, particularmente, a territorialidade.

Para exemplificar seu ponto, o autor faz uso de três contextos: dos índios Chippewa e da casa e do local de trabalho modernos. Em ordem, conforme os apresenta.

Os Chippewa são uma tribo principalmente caçadora e coletora, com ampla dispersão, que se viu dilacerada “por um canetaço”⁵⁶ (*ibidem*, p. 11) efetuado sobre uma “terra virtualmente desconhecida pelos europeus” (*ibidem*, p. 11).⁵⁷ É curioso que essa situação se encaixa perfeitamente na questão do “espaço dado” à ação, salientado em Raffestin. A folha em branco sobre a qual linhas foram traçadas era, na verdade, extremamente densa de territorialidade. E, nessa divisão, ignoraram o uso comunitário que os sujeitos locais faziam da terra, organizados ao longo de largas distâncias. Tal população, identitariamente unida, de repente se viu alocada em diversas repartições administrativas, que suplantaram os significados dados aos lugares por suas práticas cotidianas de reprodução da vida.

No âmbito da casa moderna, o autor destaca os múltiplos cômodos, em que os pais têm que controlar o acesso das crianças a objetos e/ou a áreas. Da mesma maneira que os pais podem ter uma conversa com a criança e delimitar sua entrada na cozinha, influenciando-a enquanto relação de poder, seja por convencimento ou por meio da autoridade, condicionando o *comportamento* da criança por meio da ação, eles também podem restringir o acesso dela por meio de atos, por estratégias físicas, como simplesmente fechar a porta da cozinha ou retirar os pratos para que não os quebre.

52 No original: “I do not see it as part of an instinct, nor do I see power as essentially aggressive”.

53 No original: “Territoriality in humans is best understood as a spatial strategy to affect, influence, or control resources and people, by controlling area; and, as a strategy, territoriality can be turned on and off”.

54 No original: “a human strategy to affect, influence, and control”.

55 No original: “Territoriality is intimately related to how people use the land, how they organize themselves in space, and how they give meaning to place”.

56 No original: “by the stroke of a pen”.

57 No original: “a land virtually unknown to Europeans”.

De acordo com o autor, o segundo caso seria uma “estratégia não-territorial”, *non-territorial* (SACK, 1986, p. 16). Essa distinção entre ato e ação, para definir o que é territorial, não é terminologia própria de Robert Sack, mas minha, a partir de uma associação com Hannah Arendt (2014), em “A condição humana”. O primeiro se dá no âmbito do movimento, do físico, e o segundo no âmbito da política, relacional. Conforme as palavras da filósofa, a diferenciação acaba definindo a própria “condição humana”, em que um ser humano produzindo um objeto sozinho em uma caverna é um *animale laborans*, enquanto que ao fazer isso em conjunto, com outros, o faz como *homo faber*. Assim, a aproximação, com o que é dito por Sack (1986), não parece ser nenhum malabarismo teórico.

Ainda no âmbito da casa o autor novamente menciona a questão do lugar, em sua diferenciação com território. “Em outras palavras, um lugar pode ser um território em um momento e não em outro, e um território pode criar um lugar onde antes não existia” (SACK, 1986, p. 16).⁵⁸ O lugar se territorializa ao ter seu acesso delimitado/restringido, ao ser constituído como “*a bounded place*”(p. 16). “No caso não-territorial, simplesmente [o lugar] não foi demarcado como uma área de controle” (p. 16).⁵⁹ Quanto ao local de trabalho, a questão do acesso se desvela pelas diferentes áreas de uso por parte de cada trabalhador. Especialmente as “estações de trabalho”, as “*workstations*” (p. 17), revelam como os comportamentos diários são restringidos a uma determinada atividade, em local singular, por um período de horas-por-dia. Não é permitido, por exemplo, “vagar por qualquer escritório” (p. 17).⁶⁰ Quando o prédio fecha, ou seja, quando se encerra o expediente, a territorialidade muda para a estrutura de maneira geral, e o acesso fica restrito não só a áreas internas, mas ao prédio como um todo, “o prédio agora está fora dos limites para ele [o funcionário] e para o público” (p. 17).⁶¹

Contextualizados estes casos, o autor continua com algumas ressalvas e definições sobre território/territorialidade. A primeira questão é que fica “claro com esses exemplos que a territorialidade cobre um amplo espectro de atividades” (SACK, 1986, p. 18)⁶², o que significa que “precisa ser definida ampla o suficiente para cobrir esses e outros casos” (*ibidem*, p. 18).⁶³ A efetividade conceitual, ou seja, a acuidade da produção teórica, reside “na ajuda em apontar os importantes efeitos de um fenômeno” (*ibidem*, p. 18).⁶⁴ A partir disso é retomada a

58 No original: "In other words, a place can be a territory at on time and not at another, and a territory can create a place where one did not before exist".

59 No original: "In the non-territorial case it simply was not demarcated as an area of control".

60 No original: "He cannot wander into any office".

61 No original: "the building is now off limits to him and to the public".

62 No original: "It is clear from these examples that territoriality covers a wide range of activities".

63 No original: "this means that territoriality must be defined broadly enough to cover these and other cases".

64 No original: "on helping to point the important effects of a phenomenon".

tentativa de definição de territorialidade e, em consequência, de território. Refinando o apresentado inicialmente, diz ele que a territorialidade “envolve a tentativa de um indivíduo ou grupo em influenciar ou afetar ações de outros incluindo não-humanos” (*ibdem*, p. 19)⁶⁵.

Por isso,

territorialidade será definida como a tentativa por um indivíduo ou um grupo em afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relacionamentos, por delimitar e enunciar controle sobre uma área geográfica. Essa área será agora chamada de território (SACK, 1986, p. 19).⁶⁶

O autor segue até o final do capítulo retomando, reiterando e refinando suas definições. Destacarei as principais. O território pode ser usado para conter, restringir ou excluir o acesso, e nenhuma dessas precisam que os “indivíduos que estão exercendo o controle” (SACK, 1986, p. 20)⁶⁷ estejam dentro do território. A territorialidade estabelece, ou trabalha para estabelecer, “diferentes graus de acesso” (p. 20)⁶⁸, leia-se, ela não é uma ação monolítica, quali e quantitativamente sempre idêntica. O território pode igualmente ser fixo ou móvel, tal condição não tem posição definitiva (*ibdem*, p. 20). A territorialidade, então, para além de qualquer enraizamento biológico, coloca-se como estratégia, e, ao fazê-lo, delimita-se “inteiramente no contexto das motivações e objetivos humanos” (*ibdem*, p. 21).⁶⁹

Assim, preocupado com as significações dadas ao espaço, o autor defende três apontamentos-base, ou o que ele chama de “a significância da territorialidade” (SACK, 1986, p. 21)⁷⁰. Novamente, por definição, “territorialidade *precisa* envolver uma forma de classificação por área” (grifo nosso; *ibdem*, p. 21)⁷¹, mas a territorialidade também pode depender de classificação por tipo: “na verdade pode empregar ambos [por tipo e por área], mas sempre emprega o segundo” (p. 21).⁷² Além disso, também por definição, a “territorialidade precisa conter uma forma de comunicação” (*ibdem*, p. 21).⁷³

E, diferente do atribuído por Haesbaert (2016) a esse autor, a questão comunicacional não é, necessariamente, ligada à de *fronteira*, especialmente se tomada no

65 No original: “involves the attempt by an individual or group to influence or affect the actions of others including non-humans”.

66 No original: “territoriality will be defined as *the attempt by an individual or a group to affect, influence, or control people, phenomena, and relationships, by delimiting and asserting control over a geographic area. This area will be called the territory*”.

67 No original: “the individuals who are exercising control”.

68 No original: “different degrees of access”.

69 No original: “entirely within the context of human motivations and goals”.

70 No original: “significance of territoriality”. Traduzi por significância porque dá a ideia dupla daquilo que contém significado e que é significativo, no sentido de expressivo.

71 No original: “territoriality must involve a form of classification by area”.

72 No original: “indeed can deploy both but it always employs the later”.

73 No original: “territoriality must contain a form of communication”.

sentido de linha traçada sobre marcos bem delineados. Lembremos que *boundary* pode significar, sem dúvida alguma, limite jurídico-político, mas também pode significar limite de maneira ampla: algo que está “off boundaries” está fora do meu limite, do meu alcance, da minha alçada. Lembremos também que é o caso de existir, em inglês, as palavras *border* e *frontier*. A primeira, sim, associada e muito mais usada em sentido jurídico-político, e a segunda no sentido de borda ou franja de uma certa área, geralmente em expansão, como na expansão da “marcha para o Oeste”.

Na verdade, o que acontece é que Haesbaert (2016) escreve a seguinte frase: “a territorialidade deve conter uma forma de comunicação *pele uso de uma fronteira*” (grifo nosso; p. 88), e logo após cita textualmente um trecho de Robert Sack. A frase, no original, tem um ponto final em “comunicação”, donde prossegue-se que a comunicação “geralmente envolve um marcador ou um sinal (*marker or a sign*) como é comumente encontrado em uma delimitação (*in a boundary*)”, e que uma *boundary* pode ser criada, inclusive, “através de um gesto como apontar (*through a gesture such as pointing*)” (SACK, 1986, p. 21).

Assim, basicamente o que está acontecendo aqui é uma disputa de tradução e de interpretação a partir disso. Delimitação me parece radicalmente mais preciso para a análise pretendida pelo autor do que *fronteira*, uma vez que delimitação permite algo de ordem mais fenomênica, mais ou menos precisa, enquanto fronteira implica, ou ao menos dá a entender no caso específico, algo passível de se traçar uma linha estrita sobre.⁷⁴ Existe certa “dureza” implícita aí que não encontro nas referências textuais.⁷⁵

Voltando, comunicação possui um sentido específico de transmissão informacional, independente da maneira como essa comunicação é gerada e transmitida. O que realmente importa é que “se a enunciação não for clara e inteligível não fica claro se a territorialidade está sendo exercida ou não” (SACK, 1986, p. 20-21).⁷⁶ Por fim, “cada instância de territorialidade” (p. 22)⁷⁷ precisa envolver o acesso às coisas internas à área, ou restringindo aqueles dentro do território ao acesso às coisas externas.

Assim, restringe-se a “lógica da territorialidade” (SACK, 1986, p. 22)⁷⁸ à *relação* com uma dessas facetas-base (estabelecer graus de acesso, classificar por área e/ou tipo e

74 Uma possibilidade seria ver um aspecto de transição, ou de permeabilidade, no uso do termo fronteira. Mas isso requereria sempre realizar tal ressalva.

75 Mais adiante e retomando justamente as três facetas da territorialidade, o próprio Sack (1986) escreve “uma forma de comunicação *by boundary*” (p. 28). “Por delimitação” é uma tradução totalmente plausível e que, na sua amplitude, faz inclusive mais sentido se comparado o nível de generalização das três proposições.

76 No original: “if the assertion is not clear and understandable then it is unclear whether territoriality is being exercised”.

77 No original: “each instance of territoriality”.

78 No original: “the logic of territoriality”.

comunicar), individualmente ou interconectadas, porque essas “três facetas da territorialidade podem ser encontradas em todas as sociedades” (*ibidem*, p. 22).⁷⁹ Por fim, encerra com alguns apontamentos que reforçam sua perspectiva *relacional*. A sua consideração particular de territorialidade muda os entendimentos espaciais tradicionais/herdados, preocupados com o embasamento das “propriedades métricas do espaço” (*ibidem*, p. 26).⁸⁰ Enfatizando as ações, torna-se “a lógica territorial mais complexa que a lógica da distância porque está embebida em relações sociais” (*ibidem op cit*).⁸¹ As interações humanas, como em Raffestin, dependem da “transmissão de energia e informação” (*ibidem op cit*)⁸², porque dizem respeito diretamente à capacidade de acesso e influência. Assim, a territorialidade “é a forma espacial primária assumida pelo poder” (*ibidem op cit*).⁸³ E cada sociedade “usa diferentes maneiras de poder” (*ibidem op cit*)⁸⁴, o que coloca a questão da territorialidade no contexto social-histórico, originada diferencialmente a partir de diversas concepções de mundo. Diferentes relações de poder, produzindo diferentes organizações espaciais e significados, que instauram diferentes territórios/territorialidades. Assim, buscar as facetas encontradas em “todas as sociedades”, como destacado na citação de início de parágrafo, não exclui a importância e a necessidade de um olhar situacional e histórico sobre as características territoriais consideradas a cada análise. Significa, apenas, encontrar ferramentas que expliquem os casos além de suas particularidades, ou no que residem comumente, o que os torna igualmente territoriais.

Assim, resumindo, a territorialidade é uma estratégia de estabelecimento de graduações de acesso. Tal estratégia almeja diferentes funcionalidades, ou seja, diferentes usos do território. Esses usos levam à produção de lugares, enquanto práticas de significação, que, quando (de)limitadas, territorializam-se. O objetivo de toda territorialidade, independente de variações, é o controle de coisas, pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela restrição ou promulgação do acesso ao influenciar interações, entre as pessoas e entre as pessoas e as coisas. Dito controle se dá por meio (ou através) de uma área, necessariamente, ainda que a classificação possa se dar também por tipo (não acesse a cozinha em comparação a não toque especificamente nos pratos). O controle de área(s), estabelecida necessariamente por relações de poder, carrega íntimos *vínculos* (como meio de sua efetivação) com o uso da terra, a organização espacial e a significação de lugar(es). Ainda, e igualmente importante, a

79 No original: “these three facets of territoriality can be found in all societies”.

80 No original: “metrical properties of space”.

81 No original: “The logic of territorial action is more complex than the logic of distance because territoriality is embedded in social relations.

82 No original: “matters of transmitting energy and information”.

83 No original: “is the primary spatial form power takes”.

84 No original: “different societies use different forms of power”.

comunicação é sempre necessária, porque diz respeito ao entendimento comum dos sinais emitidos para manutenção do controle estabelecido e/ou pretendido. A combinação dessas facetas resultam em diferentes *intensidades territoriais*.⁸⁵

Pois o território, diferentemente da “maioria dos lugares ordinários” (SACK, 1986, p. 19), requer constante esforço de estabelecimento e manutenção. Por isso, “[c]ircunscrever coisas no espaço, ou no mapa, [...] não, por si, cria um território. Essa delimitação torna-se um território somente quando seus limites são usados para *afetar o comportamento por controlar o acesso*” (grifo nosso; p. 19)⁸⁶.

Antes de terminar o tópico gostaria de fazer alguns apontamentos sobre o que segue no livro em questão. Robert Sack (1986), após abrir com definições conceituais e situando a abrangência da discussão, continua a análise fazendo uma combinação matricial de *dez tendências territoriais e quatorze combinações* dessas tendências, “resultando em um total de vinte e quatro efeitos” (p. 29).⁸⁷ Esses aspectos serão perpassados brevemente, uma vez que as noções/definições mais importantes dessa teoria já foram mencionadas, e esse não é o projeto sobre a concepção deste autor, mas sobre a amplitude do conceito, em seus vários usos e decorrências possíveis.

Assim, considerando-se as facetas originalmente delimitadas por ele, têm-se que as três primeiras tendências são classificação (*classification*), comunicação (*communication*) e aplicação (*enforcement*).⁸⁸ Essas três primeiras, então, possuem posição de destaque, uma vez que fazem parte da definição apresentada pelo autor anteriormente. Se há territorialidade, ela classifica e comunica uma aplicação, donde resultam gradações de acesso.

Rapidamente, as outras sete tendências são⁸⁹: a) reificar o poder (*reifying power*), a territorialidade auxilia a tornar o território mais tangível; b) desviar a atenção

85 Este termo é proposição minha e visa tripla finalidade. A primeira, sintetizar as proposições de Sack sobre territorialidade em seu cerne, o que lhe torna comum em todos casos. A segunda, salientar que cada Território forma-se por diferentes estratégias de implementação e manutenção. A terceira, que todo Território é necessariamente processual, forma-se por ações empregadas em graus distintos.

86 “Circumscribing things in space, or on a map [...] does not by itself create a territory. This delimitation becomes a territory only when its boundaries are used to affect behavior by controlling access”. Optei por traduzir *boundaries* por limite em vez de fronteira, dado os apontamentos anteriores.

87 No original: “for a total of twenty-four effects”.

88 É especialmente difícil traduzir *enforcement*. Por exemplo, se utilizado ao lado de *officer*, *law* ou *judgment*, assume o significado de agente policial, de corpo policial (coletivo) ou de execução de sentença. Mas não necessariamente *enforcement* tem sentido de legalidade ou de força policial, também pode significar imposição, aplicação, cumprimento. Assumo como aplicação pelo sentido de buscar um resultado objetivo, mas com conotação genérica. Exemplifico. É válido aplicar uma injeção para se vacinar, aplicar força para carregar algo, aplicar uma lei.

89 Para facilitar o entendimento, o autor apresenta uma figura matricial (SACK, 1986, p. 35) das tendências e combinações, inclusive atribuindo valores de importância aos entrecruzamentos. Como não abordaremos todos os desdobramentos combinatórios, resguarda-se o direito de apenas indicá-la ao leitor que se interessar.

(*displaceattention*), a territorialidade como maneira de deslocar a atenção entre controlador e controlado; c) impessoalizar as relações (*make relationships impersonal*), a territorialidade tenta manter-se velada pela generalidade, desprovida de sujeito particular e naturalizando as relações sociais; d) neutralizar as aparências (*neutral space-clearing*), a territorialidade como garantia de funcionalidade, essencial e neutra; e) servir de molde (*mold*), a territorialidade como condicionante normativo dos acontecimentos; f) esvaziamento sócio-espacial (*socially emptiable place/space*), a territorialidade esvazia socialmente os espaços para preenchê-los e organizá-los à sua maneira; g) engendrar mais territorialidade (*engender more territoriality*), a territorialidade perpetuando-se e se expandindo, garantindo a si mesma.

Para fechar gostaria de mencionar as três principais combinações matriciais propostas por Sack (1986), uma vez que são as únicas pertinentes a todas as tendências. E as que, talvez, sejam mais expressivas para nossas análises. A elas o autor denomina “combinações primárias”, as *primary combinations* (p. 34-36): a) hierarquia e burocracia (p. 36); j) dividir e conquistar (p. 39); n) secessão (p.40).⁹⁰ Observemos que as letras que acompanham cada uma não estão em ordem alfabética, mas essas são as letras atribuídas às combinações pelo autor, que, no total de quatorze, vão de *a,b,c...* até *n*. Isso se dá porque, na matriz apresentada, a lista alfabética está organizada pelas “misturas de tendências mais do que pelas interconexões entre as combinações” (p. 35-36).⁹¹

Às combinações. A hierarquia é uma questão inerente às territorialidades, uma vez que ela (refinando a definição) é (também) uma maneira de “circunscrever conhecimento e responsabilidade” (SACK, 1986, p. 34), da menor a maior das escalas. A burocracia é sua decorrência moderna mais clara, e ambas têm a ver, no fundo, com *eficiência organizativa*. Dividir e conquistar, por sua vez, é uma frase que a maioria das pessoas já ouviu e até mesmo a utiliza, e seu uso pode se dar desde a divisão disciplinar, de cada espaço para uma coisa, até fragmentar uma força inimiga poderosa. É certo que as guerrilhas, rurais ou urbanas, colocam minimamente em dúvida a força da afirmação, mas isso é para outra hora.⁹² Por último, a secessão é uma combinação bastante óbvia, dadas todas as observações feitas desde a abertura da obra. Entretanto existe aqui um importante detalhe, o “ato de separar o que estava unido” não diz respeito à ação positiva, de instauração/manutenção do território, mas, ao contrário, na sua fragmentação, na perda de controle. Em forte sentido, o processo de secessão, na verdade, é um processo de “desterritorialização”, é a perda de território para o ator. Primeiramente

90 No original: “hierarchy and bureaucracy”, “divide and conquer”, “secession”.

91 No original: “mixtures of tendencies rather than by the interconnections among the combinations”.

92 “O fato é que a lacuna entre os meios da violência possuídos pelo Estado e aquilo que o povo pode juntar por si mesmo – de garrafas de cerveja a coquetéis molotov e armas – sempre foi tão imensa que as melhorias técnicas dificilmente fazem qualquer diferença” (ARENDDT, 2016, p. 65).

podendo ser lida como uma combinação empregada para “(g) engendrar mais territorialidade”, a secessão é, na verdade, sua falência, ou a perda daquele que “detém” o poder em disputa.

Enfim, tomando as distinções feitas no capítulo II de seu livro, sobre o que constitui sua teoria social da territorialidade, e suas noções de espaço e tempo, o autor utiliza-se de “modelos históricos” (*historical models*) (SACK, 1986, p. 52-91), para compor a reflexão geográfica à sua “irmã” disciplinar. Inclusive, cabe destacar que o autor diferencia algumas *combinações* em termos de (pré)modernidade, pois, como ele próprio diz no início de seus escritos, “alguns efeitos territoriais são universais, ocorrendo em praticamente qualquer contexto histórico e organização social, [mas outros] são específicos para organizações e períodos históricos particulares” (SACK, 1986, p. 6).⁹³

Constituída, então, sua visão teórica, ou seja, sistematizado o quadro de onde partir e do qual se utiliza, o autor transita entre três modelos, o das sociedades a que chama primitivas, o da origem da civilização e o surgimento do capitalismo e da modernidade. Neles analisa, em vez das generalizações, particularidades: um capítulo para as transformações na Igreja (desde o surgimento cristão até a reforma protestante), um para o sistema territorial (norte) americano (da colonização à organização contemporânea) e outro para o espaço de trabalho (em seu aspecto marcadamente moderno, como local à parte de outras atividades).

Uma breve recuperação desses capítulos é feita na “[c]onclusão: sociedade, território e espaço” (SACK, 1986, p. 216-219), onde também reitera as posições teóricas assumidas anteriormente. Em especial: a) espaço e tempo são “componentes fundamentais da experiência humana” (*ibidem*, p. 216)⁹⁴, e de maneira alguma se abreviam em dimensões e distâncias, e jamais estão esvaziados de aspectos sociais, mesmo que se faça parecer como se fosse; b) a territorialidade é o “pano de fundo do contexto geográfico” (*ibidem*, p. 216)⁹⁵, permeando as mais diversas ações sobre a superfície terrestre, e, assim, condicionando essa “forma socialmente construída de relações espaciais”⁹⁶, a que se chama território, e que é revelador, por sua vez, de quem controla quem e com quais propósitos. Peço licença para

93 No original: “some territorial effects are universal, occurring in practically any historical context and social organization, [...] are specific to particular historical periods and organizations”.

94 No original: “fundamental components of human experience”.

95 No original: “the backcloth of geographical context”.

96 No original: “Territories are socially constructed forms of spatial relations and their effects depend on who is controlling whom and for what purposes”. É interessante observar que há duas possibilidades de interpretar essa frase. Uma é restringir *forms* ao seu sentido formal, o território é uma forma (uma *área*, na verdade), ainda que socialmente construída. Mas também se pode, sem inconsistência com seu pensamento, entender *forms* como *maneiras de*. Não fosse assim, a frase traduzida na nota 31 (“territoriality is the primary spatial form power takes”) colocaria territorialidade como equivalência de forma, o que seria totalmente descabido.

finalizar com uma citação direta e não com palavras minhas. Se pudesse fazê-lo de maneira igualmente sintética e eloquente, o faria.

Territorialidade, como um componente do poder, não é somente um meio de criação e manutenção da ordem, mas um instrumento para criar e manter muito do contexto geográfico através do qual nós experienciamos o mundo e lhe damos significado (SACK, 1986, p. 219).⁹⁷

Finalizando as duas abordagens. Quanto à Sack, tentei fazer uma (re)apresentação de suas discussões, citando a partir do original com tradução “simultânea”. Sou incapaz de fazê-lo com Raffestin por impedimento de proficiência. O que espero é minimamente soprar novos ares no debate, por considerar que ambos autores, apesar de recorrentemente citados, muitas vezes o são como “mais do mesmo”, com as mesmas passagens e as mesmas interpretações. Acho importante possibilitar interesse na releitura, em vez de tecer comentários *an passant*, quase que por obrigação de seu peso histórico, e simplesmente para concluir que se trata(m) de obra(s) importante(s), mas datada(s), falha(s), etc. Ainda que existam limitações, e devemos lembrar que ambas foram escritas aproximadamente há duas décadas, tal não significa que não possamos olhar a “paisagem” de suas páginas com frescor. É necessário confirmar o que já foi dito sobre e sempre checar, de novo e novamente, se não há potencialidades antes despercebidas. Desde que não se recaia, é claro, em malabarismos teóricos ou interpretações tão flexíveis que acabam concluindo algo que o próprio autor discordaria.

Assim, acredito ter apresentado a minha interpretação desses clássicos, talvez em uma espécie de (auto)sabatina, como um rito de passagem perante aqueles que, se supõem, deve-se saber o que dizem. Em alguns momentos estive de acordo com pesquisadores que também os analisaram, em outros discordei ou fiz algum adendo, mostrando, mesmo que minimamente, que as páginas precedentes não são mera cópia, resumo ou repetição, porque incluem contribuições para essa larga trilha de análises.

Por conseguinte, no que toca as obras mencionadas de Rogério Haesbaert e Marcos Saquet acredito ter demonstrado importantes qualidades que as mantêm como centrais na investigação do pensamento geográfico, especialmente na recuperação de pensadores

⁹⁷ No original: “Territoriality, as a component of power, is not only a means of creating and maintaining order, but is a device to create and maintain much of the geographic context through which we experience the world and give it meaning”. Optei por traduzir *device* como instrumento em vez de dispositivo para não confundir com o conceito.

centrais nesta longa historiografia. Ao mesmo tempo são apontadas críticas epistêmicas que demarcam meu afastamento com suas posições, em particular sobre a postura radical acerca da perspectiva relacional e sua correlata concepção territorial como produção do poder e da política. Muito menos que apontar falhas, coube discordar de (alguns) desenvolvimentos conceituais que se distanciam da precisão aqui assumida.

Buscarei, a partir de agora, apresentar o conceito de território para outro autor brasileiro, Marcelo Lopes de Souza, cujos escritos priorizados serão “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento” (2000 [1995]), “Território e (des)reterritorialização” (2013) e “A liberdade e suas geografias, com a Geografia e para além dela” (2017).⁹⁸ Como se poder ver, esses textos são cronológicos, e mais do que isso, apresentam uma evolução, ou um adensamento, das reflexões, inclusive utilizando-se um do outro recursivamente.

Antes de dar início, gostaria de tecer dois comentários breves e pontuais sobre este autor. Em sua obra, conforme veremos, há a predominância clara e objetiva do aspecto político do território. É uma linhagem assumida de partida e que só se adensa com o passar dos anos. Assim, não transita, como Saquet, da discussão sobre poder e política para um açambarcamento de “totalidade” (a perspectiva integradora), ou como Haesbaert, que se aproxima dos aspectos simbólicos e de apropriação (ou sua perda), ou mistura território com materialidade e espaço natural, como às vezes faz Raffestin, tampouco preocupa-se com modelos espaciais/históricos e o acesso como fonte de delimitação da área territorial tal qual Sack.

A leitura de M. L. de Souza é, reitero, eminente e predominantemente política, calcada na noção de poder e no territorial como manifestação de controle e de conflito. Dentre todos autores, é dele quem sou particularmente caudatário, contudo, tal não significa, sobremaneira, que me furtarei de, por exemplo, apontar discordâncias e possíveis leituras incoerentes acerca dos precedentes. Ser caudatário significa, apenas, ser adepto de uma visão e posição teóricas, a qual não se precisa, por isso, “assumir por completo”.

Em Souza (2000) tem-se a conceituação de território como “*espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (grifos no original; p. 78). Justamente em

98 O último dos três capítulos compõe o livro “Por uma geografia libertária” e não aparece citado em separado nas referências bibliográficas ao final. Faço a ressalva apenas para evitar confusões sem ter que citar duas vezes a mesma obra.

seguida, na continuação do parágrafo, o autor esclarece que, por isso, não se trata de discutir características “*geoecológicas*” (grifos no original; *ibidem*, p. 78) ou “*ligações afetivas ou de identidade*” (grifos no original; *ibidem*, p. 78). Ou seja, ainda que cruciais “para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo” (*ibidem*, p. 78), “o verdadeiro *Leimotiv* é o seguinte: *quem domina ou influencia e como domina e influencia esse espaço?*” (grifos no original; *ibidem*, p. 79). Clara herança de Robert Sack, aqui o território é considerado a partir do poder sob a ótica basilar de controle, tanto internamente quanto em termos de acesso. Quem controla quem, como e onde.⁹⁹ Simples e complexo assim, essa é uma proposição de defesa de análise das táticas e estratégias engendradas pelos sujeitos envolvidos. São essas distinções, já na abertura do texto, que servem de base para a crítica anteriormente feita aos aspectos “integradores”.

A seguir o autor fala da necessária discussão de poder, em decorrência da definição derivada (um conceito delimitado em função de outro) de território. Não mencionarei essa parte aqui, pois a questão do poder merecerá discussão específica ao final deste capítulo e retoma algumas de suas mesmas referências, a partir dos originais. “Retornando ao conceito de território, é imperioso que saibamos despi-lo do manto de imponência com o qual se encontra, via de regra, adornado” (SOUZA, 2000, p. 81). A isso, toca o fato da já relatada associação histórica do conceito como espaço limítrofe de um Estado-nação, restringindo-o “à sua forma mais grandiloquente e carregada de carga ideológica: o ‘território nacional’” (*ibidem op cit*). A partir daí também este autor retoma uma crítica ao aspecto tradicional da geografia política, suas associações entre espaço concreto e identidade e o uso dos “termos *espaço* e *território* indistintamente” (grifos no original; SOUZA, 2000, p. 84), para chegar ao bastião Friedrich Ratzel (SOUZA, 2000, p. 85-86), “exemplo espetacular e seminal desse tipo de discurso sobre o território essencialmente fixado no referencial político do Estado” (p. 85).

Continuando com a discussão, o autor ressalta que:

o território será [aqui] um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou da ‘comunidade’, os *insiders*) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) (grifos no original; SOUZA, 2000, p. 86).

Cabe destacar que ao que tange, por exemplo, o termo “campo de forças”, Saquet também o faz, assim como Haesbaert fala em “mediação espacial do poder” (o que é uma

99 Curiosamente o título do livro de João Ubaldo Ribeiro, “Política: quem manda, por que manda, como manda”. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1981.

ótima definição, por sinal). Entretanto, não parece que isso desvalida, em nada, a crítica anteriormente feita. Pelo contrário, reconhece que os autores, de fato, preocupam-se e mencionam a influência do poder como constituinte do território. A questão ocorre justamente a partir disso. O *salto*, como gosta de dizer Saquet, talvez fique mais claro quando este autor afirma que os territórios “são no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço*” (grifos no original; SOUZA, 2000, p. 87). Sendo o próprio território *uma relação (social)*, torna-se desnecessário ficar reiterando-o como (i)material, distinção demandada ao se tentar superar o território enquanto materialidade sem ter que desconsiderar *a base natural/física* intrínseca à sua existência. Além disso, a partir da posição de Souza pode-se assumir que o acesso, em acordo com Sack, assume aspecto não só de ingresso, mas de pertencimento a regras de convivência.

Para afirmar sua posição, Souza (2000) recorre à noção de “*substratos materiais*” (grifos no original; p. 87), diferenciando-o de aspecto material ou materialidade *do* território: o território-relação se dá sobre e depende de um *substrato*, modificado, ou não, conforme a sucessão de novos territórios.¹⁰⁰ Tal recurso epistemológico diminui drasticamente o compromisso derivativo de argumentação (defender diversas premissas decorrentes de uma inicial justamente para conseguir sustentá-la). Um território pode suplantado outro sem qualquer alteração de substrato, sem que se tenha que recorrer a alguma manifestação *física*.

Este autor também dá destaque às relações entre território e rede, enfatizando a “necessidade de se construir uma ponte conceitual entre o *território* (que pressupõe contiguidade espacial) e a *rede* (onde não há contiguidade espacial)” (SOUZA, 2000, p. 93). Entretanto, diferente de Haesbaert (2016), em vez de “território em rede ou território-rede, propõe o autor do presente artigo chamar de *território descontínuo*” (SOUZA, 2000, p. 93), em que “temos que cada *território descontínuo é, na realidade, uma rede a articular de dois ou mais territórios descontínuos*” (grifos no original; *ibidem*, p. 94). Com isso faz a ponte, novamente, para a questão do poder, e “a necessidade de se superar uma outra limitação embutida na concepção clássica de território: a *exclusividade* de um poder em relação a um dado território” (grifos no original; *ibidem*, p. 94).

É hora de fazer um movimento de “retorn[o] à lacônica definição fornecida na introdução [...] para complementá-la e precisá-la, aparar-lhe as arestas” (SOUZA, 2000, p. 96). O autor começa por remeter ao clássico Raffestin e sua “Por uma geografia do poder”, a quem dirige as críticas a seguir. Primeiro que este coisifica, ou reifica, o território, associando

100 Dependendo do substrato significa que as relações sociais não se dão “em suspensão”, “no vácuo”, ou são “etéreas”, mas, de maneira alguma, confundem-se.

substrato material e espaço social (SOUZA, 2000, p. 96), ignorando que se um território demanda espaço social, o inverso não é, necessariamente, verdadeiro (*ibidem*, p. 96-97). Segundo que “reduz *espaço* ao *espaço natural*, enquanto que *território* de fato torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social” (grifos no original; *ibidem*, p. 97).

A isso tenho a restrição já mencionada na parte específica sobre Raffestin, e que resumirei novamente, por garantia. Apesar de colocar o território como uma produção *a partir* do espaço, prisão original e prisão criada, ele o faz enquanto intencionalidade dos atores. Não necessariamente o território é criado a partir do *natural*, mas do espaço enquanto condições previamente dadas ao ator no momento inicial de suas ações. Entretanto, tendo a concordar que não alcança todo potencial de sua elaboração, “quando se tem em mente que Raffestin pretendeu desenvolver uma abordagem *relacional*” (grifos no original; SOUZA, 2000, p. 97) e, mesmo assim, permaneceu ligado a particularidades de distinção material. De outra maneira, mesmo que tendo no território o fruto de relações, pecou em vê-lo enquanto relação em si. Assim, “não discerniu que o território *não* é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial*” (grifos no original; *ibidem*, p. 97).

Sobre a importante questão da territorialidade, o autor afirma que se diferencia de “expressões e conceitos em número suficiente que apontam para o tipo de relação material ou cognitiva homem/meio, natureza/sociedade” (*ibidem*, p. 98), passando pelo “amplo conceito lefebvriano de produção do espaço” (*ibidem*, p. 98), “até noções escalarmente específicas como identidade regional e regionalismos, passando por ideias de ‘consciência espacial’ [...] e de ‘topofilia’” (*ibidem*, p. 98). Se forem essas as designações de especificidade do termo, “é preferível empregar, para designar esse controle, o termo *territorialismo*” (SOUZA, 2000, p. 98-99).¹⁰¹ Territorialidade, mais especificamente, seria a característica que dá movimento ao fazer-se território, “aquilo que faz de qualquer território um território” (*ibidem*, p. 99), “os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios *conforme suas propriedades*” (grifo nosso; SOUZA, 2000, p. 99): contínuo ou descontínuo, fixo ou móvel, perene ou cíclico. Autônomo ou heterônimo.

Nas páginas que seguem o autor discute as diferentes concepções de “desenvolvimento”, em particular na sua relação com o conceito de território, por se complementarem em termos de recursos, alocação de infraestrutura, possibilidade de exploração. Nesse sentido, inclusive, o uso corrente de “ordenamento territorial” assume

¹⁰¹ Territorialismo teria, assim, equivalência com *processos de territorialização*. Aquilo que se engendra para instituir e manter uma territorialidade.

cabal importância, uma vez que supõe organizar o que, supostamente, seria incoerente, desordenado, disperso e desconectado.¹⁰² Em tal contexto, por exemplo, é que a racionalidade logística assume centralidade frente as teorias geopolíticas (BECKER, 2000).

Voltando à questão territorial em relação ao desenvolvimento, realça-se superar a visão economicista de desenvolvimento, entendida inclusive como “desenvolvimento *tout court*” (SOUZA, 2000, p. 101), em relação à consideração das “*estratégias de desenvolvimento sócio-espacial* em sentido amplo” (grifos no original; SOUZA, 2000, p.100). Ou seja, um desenvolvimento territorial embasado nas ideias de igualdade e justiça, de condições iguais de reprodução e manutenção da vida, de acesso a condições materiais de sobrevivência tanto quanto acesso a serviços públicos, de responsabilidade isonômica da lei e capacidade decisória sobre o destino comum da coletividade. O desenvolvimento sócio-espacial permitiria a instauração de uma sociedade (uma territorialidade) autônoma, “aquela que logra defender e gerir livremente seu território” (SOUZA, 2000, p. 106), retirando o conceito de desenvolvimento de sua “carga teleológica, historicista [...], mas também de seu eurocentrismo” (SOUZA, 2000, p. 106). A sua finalidade, por fim, e consonante com esse trabalho, é “compreender (ou tentar compreender) os limites da liberdade e da justiça social efetivas, enfim, do desenvolvimento social e espacial em uma sociedade heterônoma, e procurar delinear uma alternativa essencial a essa sociedade” (SOUZA, 2000, p. 108-109).

Essas são “tarefas necessárias, pois esboçam um *projeto*, um *horizonte* de pensamento/ação” (*ibidem*, p. 109), mesmo que “em meio a uma conjuntura política e ideológica internacional tão avessa a utopias de liberdade, e em um mundo que assiste a uma avassaladora globalização da economia e da cultura” (SOUZA, 2000, p. 108). Infelizmente, depois de mais de vinte anos da publicação original, o mundo não parece ter mudado para melhor (ou pior, está retrocedendo).

Em capítulo subsequente (SOUZA, 2013) o autor prossegue a discussão enfatizando justamente este primeiro texto, e também uma posterior tentativa de resolução dos mal-entendidos, inclusive com autores “que diziam concordar comigo” (SOUZA, 2008, p. 58)¹⁰³. Optei por prosseguir como faz o próprio, uma vez que retoma “agora, o fio da meada, com a finalidade de atualizar certas coisas e rever outras, além de acrescentar uma ou outra

102 É curioso perceber como esse raciocínio contém, ao menos implicitamente, a combinação “esvaziamento”, caracterizada por Robert Sack.

103 Este capítulo de 2008, “‘Território’ da divergência (e da confusão)” é estritamente direcionado às polêmicas, suposições e interpretações errôneas do capítulo de 1995. Assim, constitui-se não só uma ótima fonte de continuidade da discussão (que é ao mesmo tempo retomada e atualizada em 2013, e por isso optada por mim como referência principal) como dá atenção ao importante dilema em voga ainda hoje, entre a tensão “território x lugar” e a prioridade do político como uma negligência automática do simbólico, o que não pode ser mais fundamentalmente afastado da verdade.

nova” (SOUZA, 2013, p. 77). Assim, como no trabalho anterior (SOUZA, 2000), passa-se para a discussão do conceito de poder, retomando os apontamentos de alhures. Em termos de continuidade, “após essa necessária pausa para tratar do conceito de poder” (SOUZA, 2013, p. 86), retorna-se “para o território, que nos remete à *conjunção dos conceitos de espaço e poder*”(grifo nosso; *ibdem*, p. 86).

Um primeiro apontamento relevante é que, ainda que se faça a relação definitiva de território com o conceito de poder, muitas vezes deixa-se passar que o contrário também é verdadeiro. Se o território é mediação espacial do poder, ele, por sua vez, “só se exerce *com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território*” (grifos no original; SOUZA, 2013, p. 87). Em segundo, destaca-se a questão que debatemos anteriormente, sobre o poder não só ser central na definição, mas se ter o cuidado de não o deixar como pano de fundo, em prol de focalizar os diversos aspectos que podem *motivar* os processos de territorialização. Como dito por M. L. de Souza, ainda que haja uma “plêiade de motivações” (*ibdem*, p. 88), desde recursos naturais, passando por questões produtivas, militares e até afetivas e da ordem das significações sócio-espaciais, seja para ocupar, manter e/ou transformar territórios, o ponto é que todas contribuem para compreender “a *gênese* de um território ou as *razões do interesse por mantê-lo*” (grifos no original; SOUZA, 2013, p. 88), mas que o “verdadeiro *Leimotiv* do conceito de território é *político*” (grifo no original; *ibdem*, p. 89), o que em nada tem a ver com negligenciar aspectos econômicos e culturais em termos de reflexão. Contudo, querer preenchê-lo com toda sorte de dimensões, em pé de igualdade na definição, seria como “se um único conceito devesse dar conta de todas as facetas do espaço social” (SOUZA, 2013, p. 90).

Prosseguindo a uma ampla discussão, que remete ao clássico F. Ratzel, já reiteradamente mencionado, o principal objetivo é desfazer qualquer aproximação conceitual com vinculações materiais, com o substrato, em seu aspecto de “coisificação”. Assim, recuperando aspectos do texto de 1995 (SOUZA, 2000), em particular as complementações à “definição lacônica” do início do seu próprio texto, o autor reitera a noção de *campo de força*, “uma analogia bastante razoável” (SOUZA, 2013, p. 97), pois o território “é, *em si mesmo*, intangível, assim como o próprio poder o é, por ser uma relação social” (grifo no original; *ibdem*, p. 97). Destarte, se “o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: *uma relação social tornada espaço*” (*ibdem*, p. 98-97). Voltam os múltiplos aspectos na consideração do conceito, em especial a definição simultânea do território como *(i)material*. Ora, de novo e pela última vez: se ele próprio é *relação*, e, enquanto tal, intangível, torna-se desnecessário diferenciá-lo dessa maneira, ou mais, torna-se

ineficaz dizer que ele é, a um só tempo, isso e aquilo, porque ele *não é materialidade*, ainda que dela não possa prescindir, porque não paira no ar.

Continuando, ainda sobre a relevância da definição conceitual mais delimitada, e seus possíveis desdobramentos analíticos, o autor realça que se

[...] sabemos muito bem que a sociedade concreta é uma e indivisível, qual seria a necessidade de sobrecarregar um único conceito – no caso, o de território –, quando podemos e devemos, na realidade, nos servir de vários conceitos simultaneamente, integrando-os uns com os outros de modo complexo, ao sabê-los interdependentes e mutuamente complementares?... (SOUZA, 2013, p. 100).

Feita a defesa do território estritamente como relação, de maneira geral, e como relação de poder(es), especificamente, frente a visões “coisificantes” e de sobreposição de diferentes dimensões, o autor passa à outra questão que considera relevante, pela forte marca impressa na história territorial: a escala estatal como *lócus* de referência, por excelência, da geografia política. Quanto a isso, como também fazem Haesbaert (2011, 2016) e Saquet (2010, 2011), Marcelo Lopes defende uma perspectiva multiescalar, desde as mais reduzidas, as escalas nanoterritoriais, como uma rua (SOUZA, 2013, p. 105), até ao internacional. Por fim, encerra com o caso da reforma realizada por Clístenes, na Antiguidade grega, que “preparou o terreno para o florescimento da democracia ateniense” (SOUZA, 2013, P. 108).¹⁰⁴ O faz enquanto exemplo de uma “reestruturação espacial” (*ibidem*, p. 107), demonstrando, ao mesmo tempo: a) a possibilidade de se falar de espacialidade em diversas escalas, rejeitando a reestruturação espacial como estritamente regional, por exemplo, no sentido de rearranjo produtivo; b) a transformação territorial enquanto maneira de organização política. Assim, terminar com o exemplo de Clístenes é a tentativa de “marcar um ponto” sobre os argumentos desenvolvidos anteriormente, e de mostrar que o território, tão intangível, está ao alcance da mão.

No terceiro trabalho citado ao começar a abordagem de M. L. de Souza, a introdução de “Por uma geografia libertária” (2017), o autor continua a qualificar seus escritos anteriores. Essa retomada parte diretamente de uma aproximação pela diferença, entre território e lugar. Na verdade, permanece o embate iniciado no primeiro texto citado, da prioridade do poder e do político, perante o econômico e o cultural na definição. Assim, assume território e lugar como “tributários do conceito de espaço social” (SOUZA, 2017, p. 39), e sucintamente afirma:

¹⁰⁴ O autor faz duas citações diretas sobre as características da reforma, em Marilena Chauí e em Christian Meier. A elas eu acrescentaria o primeiro capítulo de “Carne e Pedra”, “O corpo do cidadão na Atenas de Péricles” (SENNET, 2010, p. 29-60).

[...] o território corresponde, *em uma primeira aproximação*, a um espaço definido e delimitado por relações de poder, pelo exercício do poder; ao passo que o ‘lugar’, analogamente, corresponde, também *em uma primeira aproximação*, a um espaço “percebido e vivido”, dotado de significado, interpretado e ‘(re)criado’ (inter)subjetivamente” (SOUZA, 2017, p. 39-40).

Permanece aqui, ainda, necessário retornar às distinções entre definir os conceitos a partir de diferentes dimensões da vida (E-P-C-N) e assumir que a vida se apresenta a cada um de nós de maneira una e indissociável. Os recortes analíticos, mesmo que recheados de limitações espaço-temporais (onde e quando foram concebidos, sob quais propósitos e condicionamentos) e epistêmicas (o que conseguem explicar pelos limites de sua formulação), auxiliam a ver a complexidade através de particularidades, mais do que em partes. Assim, antes que fatiar “o real”, a ser reconectado posteriormente, os conceitos realçam características, que se sabe estarem tecidas juntas. Como disse o próprio Marcelo Lopes, tais ferramentas do pensamento apontam “aquilo que é *distinguível*, mas não é propriamente *separável*” (grifos no original; SOUZA, 2008, p. 60).

O desdobrar da escrita, então, leva à constatação de que tratar o território enquanto relação de poder não autoriza “a pensar que ‘primeiro’ existe o poder, o qual, ‘depois’, se projetaria sobre o espaço, como se uma coisa precedesse a outra cronologicamente” (SOUZA, 2017, p. 41). Realça, dessa maneira, que “o território é *poder enquanto espaço* (ou *vice-versa*)” (grifos no original; *ibidem*, p. 41), e o “poder, das escalas mais acanhadas ao nível global, se exerce, do início ao fim, *por meio do espaço*” (*ibidem op cit*).

Dando continuidade à exposição da introdução de “Por uma geografia libertária” (SOUZA, 2017), reitero seus principais destaques sobre o tema do território e seus correlatos. De certa forma, concordando com Haesbaert (2011, 2016), em seu receio de que aquele que olhe somente pelo viés político sempre enxergará um território incompleto, M. L. de Souza salienta, mais uma vez, a separação teórico-conceitual como fundamentalmente operacional, “pois, via de regra, não há substrato sem território e ‘lugares’, e jamais há territórios e ‘lugares’ sem relação com um substrato espacial material determinado” (SOUZA, 2017, p. 44). Cabe atentar ao fato de que os conceitos da frase anterior (substrato, território, lugar) compõem uma tríade intrinsecamente conectada, e que esclarece algumas condições basilares, sem as quais não se pode pensar a existência humana efetiva.

Não há relação social ausente de substrato espacial material, que não deve ser confundido com “primeira natureza”, mas identificado como produto, como tributário, do

conceito de espaço social (em sua devida, mas não estrita, materialidade). Toda relação social está imbuída de poder, tornando possível evidenciar territórios nas mais diversas escalas, desde o tratamento face a face até a mais ampla internacionalidade, e ver que a história da humanidade não é a de “três homens em conflito”, mas de todos, enquanto tensões internas e externas das sociedades em geral. E que toda relação social também “lugariza”, porque envolve de significações, simbologias, pertencimentos. Nas palavras bastante ilustrativas do autor:

[...] frequentemente o que se tem, em ambos os casos (território e ‘lugar’), é uma combinação de vários fatores, em que um ou outro costumam aparecer como imediatamente predominante, enquanto outros permanecem na sombra, precisando ser lidos nas entrelinhas (SOUZA, 2017, p. 44).

Assim, acredito estar demonstrado que território, definido em função do poder, é elucidativo de “quem controla quem, como e onde”, e que tal compreensão pode se dar sem prejuízo analítico (a questão da incompletude, querer atribuir todos significados possíveis a um e único conceito). E que, novamente, privilegiar uma dimensão não implica restringir ou ignorar outras, pelo contrário, é apenas a sincera tentativa de almejar o sentido mais estrito de conceito (científico, não filosófico), enquanto ferramenta operacional do pensamento. Sua força epistemológica advém de seu poder (!) explicativo, e não dá para dizer tudo com apenas uma palavra.

Para encerrar, dada a longa extensão do tópico, condensarei o que foi feito. Primeiro, apresentei a temática e sua herança na geografia (política), localizando “em que pé” a presente tese se sustenta. Em seguida, resumi e comentei duas obras reconhecidas (HEIDRICH, 2010a) em sua excelência retrospectiva epistemológica. O esforço daqueles possibilitou focar a reflexão na amplitude dos entendimentos (em vez de mais uma recuperação genealógica), através de um (não tão) breve “resumo comparativo” entre ambas obras (HAESBAERT, 2016; SAQUET, 2010) e sua relação com o viés assumido aqui, mais “delimitado” (muitas aspas) do conceito. Os resgates e rerepresentações de Claude Raffestin e Robert Sack não realizam necessariamente algum corte epistêmico radical em relação ao já discutido pelos outros autores que aqui trouxe e os comentam. Contudo, são ofertadas lufadas de novos ares que tornam sua leitura mais atual e menos “superada” do que supõem algumas críticas. Além disso, e quiçá mais importante, permitiu explicitar uma leitura individual, pertinente para se assumir responsabilidade, e demonstrar respeito, perante aqueles que também se comprometeram com a discussão e que possuem, inclusive, maior *vigor* que eu.

Conforme realçado anteriormente, ter escrito as páginas precedentes demanda que algumas palavras sejam ditas sobre o conceito de *poder*. Esse é o problema das definições derivadas, em que se utiliza uma para realizar outra: precisa-se explicar duplamente. Também como nos casos anteriores, nenhuma das próximas menções têm o intuito de demonstrar o que cada autor, na completude de sua obra, pensa sobre o que é, e como se efetua, o conceito. Algo do tipo “O poder em tal autor”. O que quero é embasar minimamente um entendimento *satisfatório em relação ao conceito de território* postulado, viabilizando, em decorrência, as interpretações pretendidas. Ainda, a discussão a seguir (como todas as outras, na verdade) almeja produzir um “nivelamento” entre escritor e leitor: que o proferido seja compartilhado em significado. Como diz Quintero Weir (2011), é assim que a palavra pode florescer e ser “encarnada por todos” (p. 111).

Poder, algo tão simples se pensarmos em sentido literal. Poder, enquanto verbo, é basicamente poder fazer: conseguir realizar (ou evitar) algo, para si ou para outros. Seja por condições físicas, monetárias, de direito ou de contingência (“naquele momento”), pode resolver um problema, ajudar alguém, desfazer um empecilho. O poder corriqueiro é o poder de ser capaz. Ou, como dizia a personagem de uma estória que escutava quando criança: “poder eu posso, tanto que fiz, talvez não devesse”. Mas não é (somente) do ordinário que aqui se trata, razão pela qual nem o senso comum nem o dicionário resolverão a questão, ainda que muito possam acrescentar.

A primeira possibilidade, por óbvio, seria empreender uma genealogia do conceito, em suas origens teóricas e respectivas derivações. Mas, como já dito, esse não é o objetivo da tese, além de que, uma vez assumido certo “ponto de partida” sobre quais interpretações de poder nos envolvem (em função da discussão sobre território), é desnecessário deter-se em tal jornada. Mais vale refletir diretamente acerca da noção/conceito que aqui interessa, e que já foi levemente pincelado.

Começemos retomando a abertura do eixo territorial. A geografia política clássica, se bem disse, tratava na verdade mais do *político*, e desde um ator unívoco, o Estado. Onde o que se tem é um poder radicalmente localizável, mesmo que ninguém tenha conseguido “apontar o Estado” (apenas suas manifestações/reificações), aí estava identificado seu ninho,

necessariamente Soberano. Essa é a “noção de poder absoluto, que acompanhou o surgimento do Estado-nação [...]” (ARENDDT, 2016, p. 54).

O que ocorre, então, como *turning point*? O deslocamento, ou mais especificamente a dispersão, da fonte de poder de onde ele tradicionalmente emanou. Movimento ao qual a geografia política pôde seguir e a partir do qual pôde se expandir. Mas não simplifiquemos tanto a trajetória, a visão de poder ligada ao estatal é longa e ainda demasiada presente para se falar em qualquer tipo de *superação* ou fato consumado.

Lembremos que “o longo século XX, das grandes revoluções”, foi fortemente tributário de duas concepções herdeiras do hobbesianismo (o que em nada tem a ver com concordância, mas com sentido social-histórico, contextual). Tanto marxistas quanto anarquistas¹⁰⁵ reiteradamente associaram poder ao Estado, ou poder ao Poder. Não se dão, à toa, os embates entorno das estratégias para “tomar o Poder” ou “destruir o Poder”, ou mesmo “rejeitar o Poder” (no que tange qualquer associação/aproximação com o estatal). Discussões infundáveis foram realizadas (e ainda são) sobre algo completamente sem fundamento, ou melhor, sob péssimo prisma.

Quem dera tivessem sido “só discussões”, elas tiveram efeitos práticos desastrosos. A ditadura proletária é particularmente exemplar, desde sua nomenclatura: não existe ditadura “de esquerda”.¹⁰⁶ Tendo apossado-se do Palácio de Inverno, ela acreditou, ou fez crer (o que parece mais plausível), que segurava as rédeas da História. Destronando o regime czarista, encaminhava-se, necessariamente, em direção à libertação da alienação e à produção do homem novo. Errou em todos os aspectos. Não só não destruiu o Poder (substituiu-o por um novo, criação tão terrível quanto, a Burocracia) como tampouco chegou se quer perto de destruir qualquer poder (pelo contrário, deparou-se com ele em todos os âmbitos, da repressão às revoltas populares, internas à URSS, até o extermínio dentro do próprio Politburo). Nem mesmo efetivou sua frase de ordem, “todo poder aos *soviets*”: antes de chegar aos conselhos operários, cristalizou-se na centralização do Partido.¹⁰⁷ Menos ainda esteve sob posse da História: ninguém o fez nem nunca o fará. O máximo que se pode

105 Destaco, porque parece corriqueiramente passar “batido”, certo problema “escalar” nessa histórica comparação, uma vez que associa uma pessoa a toda uma doutrina, por sua vez extremamente heterodoxa. Seria mais preciso falar, por ex., de proudhonismo e marxismo e outras derivações do tipo.

106 Bakunin (1999) já havia advertido, muito tempo antes da URSS, sobre os perigos da “ditadura de proletariado” e a substituição de uma classe dominante por outra. Não imaginava, porque impossível, a que magnitude chegaria a burocracia stalinista.

107 É curioso observar, sem dúvida com a facilidade da distância social-histórica, que também no lema está presente uma ideia totalitária: “*todo* o poder à [forma de organização]”. Ora, nada nem ninguém pode deter *todo* o poder (aliás, o que seria isso, uma soma zero absoluta?!), todavia, a vida teria sido outra se os conselhos tivessem prosperado. Se daria “certo” não há como dizer, mas inegavelmente os outros 2/3 do Século XX não seriam como o conhecemos.

alcançar, nesse quesito, é a propriedade da narrativa (que, aliás, em nada tem a ver com veracidade).¹⁰⁸

Quanto aos anarquistas (clássicos)¹⁰⁹, se não pecaram pela aproximação à instituição heterônoma, porque contrários à estratégia por definição, pecaram por outros.¹¹⁰ Querer “destruir o poder” é tão insensato quanto tomá-lo, sua diferença é mais de grau que de gênero (ainda que amenize a possibilidade de recair em totalitarismo).¹¹¹ Uma vez instaurado o comunismo libertário, ou antiautoritário (distinção curiosa, dado que se refere a diferenças do estágio intermediário, da “sociedade de transição”),¹¹² a sociedade seria igualitária, dentre outras razões, por haver destruído o Poder. A autogestão, enquanto oposição ao governo (*burguês-capitalista-representativo*), garantiria a participação coletiva. Ao igualmente não reconhecer as relações de poder como intrínsecas ao social, falhou em entender que dominação, opressão e coerção, ainda que estruturantes do Estado, igualmente ocorrem sem sua presença. Em outras palavras, ver que alguém pode silenciar a outrem em uma assembleia popular, por ex., tanto quanto o intimidante Estado o faz com seus civis. E mais, assim como os marxistas, também pecaram em avaliar que tais aspectos não são solucionados com o fim da propriedade privada, o fim do trabalho alienado, e assim por diante.

Em especial, ambos não conseguiram se desvencilhar da ideia central de que transformações na esfera da produção teriam impactos (mais ou menos em “efeito cascata”), necessariamente, e necessariamente positivos, na enorme esfera da vida. Não há fiador para política, a não ser sua própria autoinstituição *radical*, e que tampouco pode garantir resultados quaisquer.

Ainda que, à primeira vista, os comentários acima possam aparentar ser desvio de assunto, ou um considerável “gancho” teórico (forçar uma associação pela ampliação elástica do tema), não o são. Todos refletem acontecimentos ocorridos e fundamentados no entendimento unilateral de Poder, a partir do qual as mobilizações sociais pensaram estratégias, organizaram-se e *agiram*. Ou seja, realizaram-se em sua “condição humana”, cujo

108 Como escreveu o memorável Eduardo Galeano (O Livro dos Abraços, Editora L&PM, Porto Alegre, 2009): “até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caça seguirão glorificando ao caçador”.

109 Sobre distinções entre anarquistas clássicos, *neonanarquistas* e libertários, ver Souza (2017).

110 Sobre essas diferenças estratégicas, é interessante ver a fala de Noam Chomsky acerca da mudança (oportunista) dos escritos de Lênin que precedem a Revolução Russa, especialmente o caráter *libertário* de “Estado e Revolução”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yQsceZ9skQI>. Acesso em Outubro de 2018.

111 Não é coincidência que, em resposta aos horrores do Século XX, tenha surgido uma corrente chamada de marxismo libertário, espécie de revisão elástica das visões políticas do marxismo. Expressivo expoente internacional é John Holloway e seu livro “Mudar o mundo sem tomar o poder”. Ver Souza (2017).

112 A principal discordância estratégica, ou uma das, envolvendo as duas doutrinas é precisamente sobre o “momento revolucionário”. Ao qual caberia ou a destruição do Estado (e “seu” capitalismo) e a passagem direta ao comunismo, ou a instauração do socialismo, enquanto fase intermediária-transitória.

mérito não lhes pode ser negado. Todavia, o mérito não os isenta, nem a qualquer um, de avaliação, ponderação e crítica. Lembremos que isso é, a bem da verdade, o que constitui a base e a garantia da *autonomia*: sua perpétua autoavaliação.

Muito chão foi percorrido desde “as grandes revoluções”, e nunca se deve julgar alguém por parâmetros fora de seu tempo. Além de um erro teórico, é uma injustiça com aqueles que a viveram. Ou seja, não se está demandando uma leitura relacional de poder em um momento histórico no qual ela simplesmente não existia. Seria como acusar Newton de não ter uma percepção a partir da relatividade einsteiniana. Menos ainda advogo que se tal leitura tivesse ocorrido teria resolvido os percalços (de estrutura e de contingência, imagine-se que tamanha pretensão!) do “socialismo real”¹¹³ e/ou do “curto verão da anarquia”.¹¹⁴

O que cabe é avaliar o que nos é legado, com toda a amplitude possível que temos à disposição (das técnicas aos conteúdos), para pensar projetiva e criticamente. Assim, *poderemos* evitar reproduzir os mesmos erros políticos de outrora, e, ao mesmo tempo, frear o impulso de *transpor* teorias pensadas sobre e partir de seus (distantes) contextos sociais-históricos. Impulso especialmente expressivo ao se viver um mundo que oferece respostas tão escassas, e que parece ter seus Poderes cada vez mais invisíveis e difusos, e (contra)poderes mais dispersos e fragmentados, que nos séc. XIX e XX.

Apesar do rico sonho contido na criação da *world wide web*, nunca estivemos tão efetivamente desconectados e desinformados quanto na “era da informação”.¹¹⁵ E é por meio desse emaranhado contemporâneo, tão obscuro quanto cambiante, que se forma solo fértil para brotar nostalgias de um passado idílico.¹¹⁶

Como alertou Hannah Arendt (2016), há mais de 50 anos:

Se se fizerem duas simples perguntas a um membro dessa geração: “Como você quer que seja o mundo em cinquenta anos?” e “O que você quer que seja sua vida daqui cinquenta anos?”, as respostas serão quase sempre precedidas por: “Desde que ainda haja um mundo” e “Desde que eu esteja vivo” (p. 33).

113 Como atenta Souza (2017), é, no mínimo, estranha essa definição, como se fosse possível haver outro socialismo, ideal, em potência, esperando por ser efetivado. Ou ainda, como se a sociedade, efetivamente instaurada ao longo do século XX, estivesse descolada da teoria que a produziu, seja por má interpretação, incompetência, etc. O socialismo “real” é o único que há, e, enquanto tal, foi o que foi, e o que foi jaz inalterável.

114 Alusão ao título homônimo do romance documental escrito por Hans Magnus Enzensberger (Ed. Companhia das Letras, 1987), sobre a Revolução Espanhola, e, em especial, sobre Buenaventura Durruti e seus companheiros próximos.

115 Ver a reportagem com o criador do termo, Tim Berners. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/11/opinion/1552298297_783559.html. Acesso em Março de 2019.

116 Ressalta-se que a afirmação vale para os “dois lados” do espectro político. Ao mesmo tempo que ares saudosistas da ditadura militar emergem no Brasil, ares saudosistas da ditadura soviética reaparecem na Rússia. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/19/internacional/1545228653_659406.html. Acesso em Dezembro de 2018.

Infelizmente, a citação permanece extremamente atual, mesmo sem “Guerra Fria” e sem constantes ameaças de ataques atômicos. Na verdade, desde os testes termonucleares de 1953, o “Relógio do apocalipse” ou “Relógio do Juízo final” nunca esteve tão perto de badalar meia-noite....¹¹⁷

Aproveitando que acabo de citá-la, tomemos breve momento para falar de Hannah Arendt e seu manuscrito “Sobre a violência” (2016). Diferente do que diz Souza (2013), essa não é uma reflexão “sobre a natureza do poder” (p. 79) mais do que é, como enuncia o título autoevidente, sobre a natureza da violência.¹¹⁸ Na verdade, seu objetivo principal, para além das naturezas particulares, é desfazer as aproximações entre os dois termos, “um consenso entre os teóricos da política, da esquerda à direita, no sentido de que a violência é tão somente a mais flagrante manifestação do poder” (ARENDDT, 2016, p. 51). E por ter sido historicamente negligenciada, “um triste reflexo do atual estado da ciência política” (*ibidem*, p. 59), é que dedica todo o capítulo final estritamente à violência. Nuances à parte, sigamos com as distinções conceituais.

Uma das características da escrita de Hannah Arendt é que ela não tem meandros, diz o que quer dizer, direta e claramente. Já na segunda página do manuscrito afirma “que a violência – distintamente do poder, da força e do vigor – sempre necessita de *implementos*” (grifo no original; *ibidem*, p. 18). Estão dados os quatro conceitos elementares do livro (na verdade, cinco, posto que mais adiante a autora inclui a autoridade (*ibidem*, p. 61)), os quais citarei textualmente, posto que são sucintos e objetivos.

Vigor é o poder sem sentido metafórico. “Em seu uso corrente, quando falamos de um ‘homem poderoso’ ou de uma ‘pessoa poderosa’, já usamos a palavra ‘poder’ metaforicamente; aquilo a que nos referimos sem a metáfora é o ‘vigor’” (ARENDDT, 2016, p. 61). Ele é “singular, uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter [...]” (p. 61).

Por sua vez, a “*força* [...] deveria ser reservada, na linguagem terminológica, às ‘forças da natureza’ ou à ‘força das circunstâncias’ (*la force des choses*), isto é, deveria

117 Relógio simbólico, criado por cientistas do Boletim dos Cientistas Atômicos, em 1947. Quanto mais perto da 0h, mais próximo estamos de uma catástrofe global. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40606193>. Acesso em Dezembro de 2018.

118 Aceito de bom grado o fato de ser nas últimas linhas do Capítulo 2, e somente então, que a autora afirma “que a violência não pode ser derivada de seu oposto, o poder, e que, *afim de compreendê-la pelo que é*, teremos de examinar suas raízes e a sua natureza” (grifo nosso; ARENDDT, 2016, p. 74). Ou seja, somente no último terço do livro é que especificamente discute violência, tendo passado os dois terços anteriores a fazer distinções e definições em relação ao poder. Entretanto, já na página 23 afirma claramente o projeto do livro, preencher o descuido e negligência com o conceito de violência, consequência do fato de “ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos” (ARENDDT, 2016, p. 23).

indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais” (grifos no original; *ibidem*, p. 61). Enquanto a “*autoridade* [...] pode ser investida em pessoas [...], ou pode ser investida em cargos [...]; ou ainda em postos hierárquicos [...]. Sua insígnia é o reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeçam, nem a coerção nem a persuasão são necessárias” (grifo no original; *ibidem*, p. 61-62). Destarte, contra a autoridade, “o mais seguro meio para miná-la é a risada” (*ibidem*, p. 62).

E poder e violência? Eis que a diferenciação toma corpo. O primeiro “corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido” (ARENDT, 2016, p. 60). Assim, o poder é *relacional*, constitui-se por e a partir da *interação social*. Essa é uma típica operação distintiva que aparenta ser singela, e por isso tende a passar levianamente, mas seguramente não o é. Alocar o poder no âmbito da interação *entre humanos* retira-o do âmbito aristotélico das *substâncias*, ou seja, delimita que a existência do poder depende de perpétua manutenção: existe somente *efetuando-se*, sem o qual não pode subsistir. Desfeita a “união do grupo”, desmancha-se no ar (talvez Aristóteles dissesse “torna-se etéreo”).

Assim, se o poder é relacional, a *violência* “distingue-se [dele] por seu caráter instrumental” (ARENDT, 2016, p. 63), e, por conseguinte, vincula-se à evolução técnica, “especialmente notada na guerra” (*ibidem*, p. 18). “De fato, uma das mais óbvias distinções entre poder e violência é que o poder sempre depende de números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em *implementos*” (grifo nosso; *ibidem*, p. 58).

A capacidade para exercer violência aumenta conforme a capacidade destrutiva dos implementos à disposição. Melhoria técnica, instrumentos aprimorados, maior eficiência... Recordemos o Relógio: Hannah Arendt enuncia-se desde a década de 70, com todo seu aporte atômico. Sua preocupação está longe de ser “meramente” teórica, claramente reflete a partir e sobre o Mundo que lhe é contingente, e, ao fazê-lo, *age pensando*. E décadas depois segue nos ajudando a compreender a importância inexorável das combinações entre *poder, saber e fazer*.

Continuando nas ramificações distintivas, têm-se que o poder precisa ser legitimado, enquanto a violência precisa ser justificada (ARENDT, 2016, p. 69). Sendo inerente “à própria existência das comunidades políticas” (*ibidem*, p. 69), ele dispensa justificativa. Entretanto, quanto à legitimidade, ela se dá por duas vias complementares: a) o grupo em união, cuja agremiação inicial é *necessária* e é mais importante “do que de qualquer

ação que então se possa seguir” (*ibidem*, p. 69); b) em razão de (a), a legitimidade apoia-se no passado, no momento em que houve a união, a partir de onde ela tentará se conservar.

Por outro lado, a justificativa ocorre ao revés, em direção ao futuro. Ser violento é um meio que justifica uma finalidade. Precisamente aí reside seu maior problema, ou melhor, a razão pela qual não se pode, ou não se deveria (lembrando da minha estória de infância sobre poder e dever...), confiar nela: não há nenhuma garantia de que, uma vez iniciada a ação, tudo decorra precisamente como esperado. Não existe *nenhuma* garantia, donde a “violência pode ser justificável, mas nunca será legítima” (ARENDT, 2016, p. 69). Apoiar-se na violência é um risco que, conforme tenta demonstrar a filósofa, raramente vale a pena, especialmente a partir do momento em que a ameaça não é eminente (como num caso de *legítima* defesa).¹¹⁹ Assim, é “o poder de fato a essência de todo governo, e não a violência” (*ibidem*, p. 68).

Tal qual na questão de território e lugar, a tensão definitória apresenta-se. Ciente de suas separações, ou recortes analíticos conforme escrevi anteriormente, ressalta-se que “[p]oder e violência, embora sejam fenômenos distintos, usualmente aparecem juntos. Onde quer que estejam combinados, o poder é, como descobrimos, fator primário e predominante (ARENDT, 2016, p. 69).

Para não alongar esse “breve momento””, serei sucinto, apontando apenas as distinções exemplares da autora. Já foi dito que poder e violência não são o mesmo, mas essa definição é insuficiente, pois eles “são *opostos*; onde um domina absolutamente, o outro está ausente” (grifo nosso; ARENDT, 2016, p. 73). Assim, onde a violência domina, o poder foi perdido ou está em vias de: “do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder” (*ibidem*, p. 70). E tendo desaparecido por completo, portanto, aloca a violência em seu ápice, e o que se caracteriza é um governo *pelo terror* (*ibidem*, p. 72-73). Mas, como dito em parágrafo prévio, recorrer, e especialmente governar, com base na violência é um sério e arriscado problema. “A prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é *para um mundo mais violento*” (grifo nosso; ARENDT, 2016, p. 101). Razão pela qual devemos *sempre* “resistir à tentação de substituí-lo [o poder] pela violência” (*ibidem*, p. 108).¹²⁰

119 “Substituir o poder pela violência pode trazer a vitória, mas o preço é muito alto; pois ele não é apenas pago pelo vencido, mas também pelo vencedor, em termos de seu próprio poder” (ARENDT, 2016, p. 71).

120 Conforme veremos a seguir, em Deleuze & Guatarri, sobrepor o poder pela violência aproxima-se, em muito, do perigo contido na máquina de guerra das linhas de fuga, quando a mutação pode ser substituída pela destruição.

Encerro com uma pergunta condicional, proposta pela autora: “O desaparecimento da violência nas relações entre os Estados significaria o fim do poder? Ao que parece, a resposta dependerá do que compreendemos como poder” (ARENDDT, 2016, p. 52).¹²¹ De minha parte, fazendo eco à filósofa, respondo convictamente: *não*.

Feita essa exposição que já possibilita embasar explicitamente, se não um conceito, ao menos uma noção, de poder *relacional*, gostaria de passar a um autor de outra área do conhecimento. Aqui teremos, em vez de conceituação “bem delimitada”, a exposição empírica do poder, através de sociedades que tampouco o conceituavam, mas que, não por isso, ignoravam-no. Ao contrário, por sua percepção vívida da *dominação*, organizaram-se para *impedi-la*. Estou falando de Pierre Clastres e as populações ameríndias. Transitemos por seu “Sociedades contra o Estado” (2017) e, também, por um breve capítulo de “Arqueologia da violência” (2004), especificamente sobre a “questão do poder nas sociedades primitivas” (p. 100-108).¹²²

Com esse autor nos deslocamos da filosofia para a antropologia política, “em cujo centro o *poder* coloca a sua questão” (grifo no original; CLASTRES, 2017, p. 23). Assim como Hannah Arendt, a discussão apresenta-se sem meandros. O que está sendo disputado por ele tem estreita relação com o recém-exposto, a saber, a definição de poder como “comando-obediência”, e, em particular, a separação entre aqueles com e aqueles sem Estado (por decorrência, na literatura clássica, com e sem poder, civilizados e selvagens, e toda sorte de dualismos). O *salto*, visto de longe social-historicamente, pode parecer pequeno, contudo, sua ruptura epistemológica (ao menos dentro do discurso antro/etnológico) é enorme. A isso agrega-se outra característica que também acabamos de ler em Hannah Arendt, a predisposição em duvidar daquilo que é suposto por todos. E faria ainda um adendo ao obstáculo inicial: quando o suposto (ou o “fora da curva”) é discutido, seja na academia, seja no cotidiano, a tendência é ser recebido ou com indiferença (por suposta irrelevância) ou com estranhamento (em princípio rejeitando-o). Esse parece ser o preço a pagar por se caminhar às

121 Aqui jaz uma questão assaz importante. Hannah Arendt responde a si mesma dizendo: “E o poder, ao que tudo indica, é um instrumento de **domínio**” (grifo nosso; p. 52). “Ao que tudo indica” domínio parece ter um sentido remissivo às teorias herdadas, que identificaram poder = dominação, haja vista que quatro páginas depois cita os gregos e os romanos antigos para *negar* essa relação (p. 57). Até aí tudo bem, o interessante é que, no original, o “**domínio**” da página 52 é grafado *rule*, que dependendo do contexto pode ser traduzida por governar (*to rule*) ou por regra (*a rule*). A diferença cabal é que comondo a frase como “an instrument of rule” chega-se ao sentido de **regramento**, de criar regras, amplamente diferente das visões hierárquicas e/ou opressoras de domínio e/ou mando. Um sentido, inclusive, possível de ser assumido em um “território autônomo”, donde poder seria controlar (isonomicamente) a produção de suas próprias regras.

122 Para interpretação complementar sobre o autor, ver “homenagem à memória de Pierre Clastres” (DELEUZE & GUATARRI, 2012c, p. 19-25). Não só tal texto agrega ao aqui discutido como fornece material para entendê-lo a partir da leitura e terminologia peculiar desses filósofos rizomáticos, sendo boa fonte de consulta da “aplicabilidade” interpretativa de seu próprio pensamento.

margens.... Por sorte, mentes como essas se encorajaram a tanto, e percorrer suas linhas tão bem escritas, mais que adensar conhecimento, acalenta a angústia do pesquisar e afaga a curiosidade.

Tudo que o autor de “Sociedades contra o Estado” (CLASTRES, 2017) enuncia parte de suas pesquisas (d)e trabalhos de campo, com diversas etnias. O que, por si só, demarca um posicionamento tanto teórico quanto político.

Em relação ao primeiro. Por óbvio, enquanto antropólogo francês, a bagagem que traz consigo não só é acadêmica como é europeia. Como explicar, através delas, relações de poder que não tem “a menor ideia” de quem são Hobbes e Locke, e vice-versa, como utilizar de uma teoria que não tem “a menor ideia” de quem são Tupinambás e Guaranis... A bússola eurocêntrica, de repente, se vê sem Norte.

Quanto ao segundo, deparar-se com esse outro Mundo, o mundo ameríndio, e tratá-lo como igual, como *igualmente capaz*, de ser feliz até ser capaz de organizar seus espaços de alimentação e moradia, de elaborar cosmologias até sistematizar saberes medicinais... A univocidade dos “centros de poder” de repente se vê perante o Outro, tão real e tão capaz quanto.¹²³

Alguém poderia advogar que os ameríndios não eram novidade teórica na década de 70, e qualificá-los como aparição “repentina” seria desprovido de sentido. Lévi-Strauss havia passado por essas terras há anos, há tanto tempo quanto havia sido fundada a antropologia política. Pois, a novidade é precisamente perante a própria antropologia. Exatamente *porque* ela já existia, e por aqui já havia trilhado, que foi possível “um” Pierre Clastres: seu pensamento passa justamente pela crítica e reinvenção de sua herança.

“Foi desse modo que Clastres inventou um uso afirmativo da noção de sociedade primitiva” (LIMA & GOLDMAN, 2017, p. 15), a partir da qual ele pôde enunciar sociedades com ou sem Estado *em igualdade política*: não é a instituição, nem seu aparelho burocrático, que cria, mantém ou exerce “o” poder, exclusivamente (e) por excelência. A distinção clássica, desde 1800, do “tipo social” entre *contrato x status* é, desse modo, ultrapassada. Em vez das típicas comparações de graus de parentesco, sistemas religiosos, etc., como uma espécie de compêndio étnico (isso soa, ou deveria soar, familiar à geografia decimonônica e sua herança), a análise política das etnias.

123 Talvez óbvio para alguns, cabe ressaltar que a teoria política clássica enxergava o Estado como etapa necessária da flecha do desenvolvimento social. Ou seja, aquelas sociedades que não o instituíram ou eram incapazes, logo *menores*, ou *atrasadas*, porque não haviam alcançado tal estágio. É justamente na contestação desse *status quo* teórico que a revolução do pensamento selvagem de Pierre Clastres opera.

Seus avanços, como se pode constatar, são das mais diversas ordens do conhecimento. O livro que proponho discutir, por ex., apresenta um capítulo sobre demografia ameríndia de extraordinária excelência, “de dar inveja” a qualquer geógrafo. Ao mesmo tempo, é analisada a teia de relações que compõem o que é ser, e o que demanda ser, um chefe indígena: algo totalmente assimétrico ao que definiria o Ocidente. Comenta, também, as funções das marcas corporais, dos ritos de passagem e das experiências de tortura como processo de reconhecimento dos jovens à vida adulta, e o faz sem qualquer traço de julgamento universal ou relativista, mas contextual (qual sentido adquire aonde é exercido). Ao longo de todo livro, o autor mantém o olhar positivo (sem ser romântico ou benevolente) proposto em sua “revolução copernicana”: tentar entender o que existe pelo que efetivamente é, ou seja, a partir de si próprio e suas potências, com sinceridade e respeito. Parece-me um excelente indicativo, à ciência e à vida.

Imagino que o leitor já prevê o que direi a seguir, mas não posso me furtar de reafirmar. Não destrincharei todo o livro, muito menos a obra do autor. Em termos de pertinência teórico-metodológica, destacam-se os capítulos “Copérnico e os selvagens” (CLASTRES, 2017, p. 23-38), “Troca e poder” (p. 40-56), “O dever da palavra” (p. 139-142) e o final, e homônimo, “A sociedade contra o Estado” (p. 166-190). Farei um apanhado geral dos quatro (mais um capítulo de “Arqueologia da violência”), por mais que, pela qualidade (de conteúdo e literário), dê ganas de detalhá-los todos.

Do início. O livro é um compêndio de escritos, como também é o “Arqueologia da violência”, e os textos podem ser lidos separadamente sem perda do “fio da meada”. Todavia, o primeiro capítulo “faz as vezes de introdução” (LIMA & GOLDMAN, 2017, p. 11), e talvez mereça ser lido antes. O último capítulo de “Sociedades contra o Estado” foi escrito para a publicação do livro, e complementa significativamente o primeiro texto. Se fosse obrigado a escolher, diria que são mais que prioridades, condensam as hipóteses e os argumentos centrais.

A abertura tem como pano de fundo a crítica de uma obra particular, “Ensaio sobre o fundamento do poder político”, de Jean-William Lapierre. É o início da caracterização das sociedades primitivas como distinção positiva, populações que *deliberaram viver exatamente como viviam*. Nada de bons selvagens em estado de natureza, nada de impedimentos técnicos ou organicismos genéticos, nada fora do âmbito da *política*. De novo, as sociedades ameríndias (das planícies sulistas, vale ressaltar, o autor não está preocupado nem com os impérios do altiplano, nem com as ilhas caribenhas) *deliberaram* sobre sua existência, com conhecimento de causa e responsabilidade sobre as consequências. Por isso,

reforço que o título do livro é “contra” e não “sem” o Estado, afastando uma ideia de linearidade histórica evolutiva, do surgimento estatal enquanto estágio esperado de desenvolvimento.

Aliás, sobre isso, o autor é bastante sincero, uma vez que coloca em xeque a demografia como condicionador (chega a aceitar a possibilidade de ser *determinante*) da ausência de centralização e todo seu aparato decorrente. “Eu dizia em que condição uma sociedade podia ser primitiva. Uma dessas condições, essencial, é o tamanho da sociedade, da comunidade; *penso que não pode haver sociedade ao mesmo tempo grande e primitiva*” (grifo nosso; CLASTRES, 2017, p. 207).¹²⁴ O fato concreto dos imponentes impérios inca, maia e asteca reforçariam essa ideia, porque todos organizaram um sistema de governo separado do corpo civil e todos tinham enormes populações. Dos aspectos internos às sociedades “sem e contra o Estado” (*ibidem*, p. 209), é o fluxo de crescimento populacional que tem maior tendência à desordem: “há talvez uma coisa que escape à sociedade primitiva, a demografia” (*ibidem op cit*). Entretanto, essas sociedades possuíam diversas formas de controle de natalidade, muitas delas abomináveis aos olhos ocidentais.

Dentro de seus “estudos de caso”, poderia haver uma possível exceção ao impedimento *tamanho x primitivo*, a enorme população Tupi-Guarani. Mas “no momento em que os conhecemos, isto é, logo no início do século XVI, isso [a expansão demográfica] não os perturbava, porque estavam em expansão territorial” (*ibidem*, p. 209). Devido a chegada dos conquistadores, nunca saberemos. Ainda, é curioso que o comportamento em tela tenha sido exatamente o caracterizado por F. Ratzel: aumento de espaço vital. Talvez as sociedades primitivas tenham muito a nos ensinar sobre as limitações explicativas de nossos conceitos, que pretensiosos em se atualizar, e superar a si mesmos e perante os outros, esquecem estar fortemente direcionados à enunciação de um mundo particular: civilizado, (pós) moderno, urbano, burocrático, populoso, fragmentado, impessoal...

A relação “eficiente” aqui colocada não é exatamente a mesma que a da ágora e da *ekklesia* (o que torna especialmente interessante a comparação), a saber, reunir operacionalmente o corpo político de cidadãos para exercerem a dialética (originalmente “a arte do diálogo”) e a política. A questão demográfica ameríndia diz respeito ao fato de que a sociedade primitiva “controla o que se poderia chamar o fluxo do poder; ela o controla e o mantém dentro dela, não o deixa sair; pois, se o deixar sair, haverá conjunção entre chefe e poder, e aí caímos na figura mínima do Estado [...]” (CLASTRES, 2017, p. 209).

124 Apenas para aclarar o tom coloquial da citação, esse trecho pertence à entrevista que consta após os artigos.

Duas sinalizações sobre a citação acima. Primeira, o fluxo de poder é entendido como completamente ramificado na sociedade primitiva, tudo que lhe importa lhe diz respeito *totalmente*. Isso é destacado textualmente: “reconhecemos aqui a *definição etnológica dessas sociedades*: elas não têm órgão separado do poder, o poder não está separado da sociedade” (grifo nosso; CLASTRES, 2004, p. 101). Segundo, o exercício da política não se dá como *momentum*, mas como conjunto de princípios globais cotidianamente legitimados *porque presumidos*. Em casos de explosão demográfica, ninguém contestará a moralidade do infanticídio ou do aborto. O que não acarreta, necessariamente, em uma supressão do indivíduo: o *regramento* está implicitamente aceito ao se fazer parte da vida comunitária, e por ela será explicitamente exercido.

Aqui um desdobramento interessante aponta para distinção de Hannah Arendt, entre legitimidade e poder, e justificativa e violência. A legitimidade dos costumes é inerente ao passado *porque é tradicional*. O bebê não será sacrificado ou o aborto realizado por meio de justificativas, mas porque *assim deve ser*: estamos claramente no âmbito do poder, enquanto um agir em uníssono e não por imposição (violenta).

Assim, uma ideia apontada por uma filósofa ocidental típica (leia-se, citações em grego, conectivos lógicos, etc.) cabe, sem necessitar de ajuste, à sociedade primitiva ameríndia considerada. A saber, uma noção que pode servir à interpretação política de distintas sociedades. Eu diria até que esse é um tipo de progresso, no bom sentido da palavra, porque aponta caminhos para certa superação do que diz Clastres (2017, p. 38), acerca do choque e limitações do Ocidente perante as sociedades primitivas.¹²⁵

De maneira alguma pretendo amenizar ou relevar o leque enorme implicado pelas leituras ocidentalizadas, especialmente frente a deslegitimidade do conhecimento produzido por sociedades distantes do meridiano de Greenwich (aquilo que Aníbal Quijano (2005) chamou de “colonialidade do poder”). Quero apenas apontar que o encontro desses saberes, e especialmente de possibilidades de interpretação, não é completamente incompatível, e mais, talvez (muito provavelmente) possuam entendimentos que, em seu cerne, são complementares, ou minimamente partilham explicações sobre a vida cotidiana e perante o qual todos têm a ganhar. Na verdade, colocando o argumento extremamente: ou isso é possível ou o projeto autonomista torna-se fantasia.¹²⁶

125 Tomar o que é certo, e/ou verdadeiro, e/ou conhecível, para um a partir dos parâmetros de outrem. Como sociedades sem Estado foram tomadas enquanto menos desenvolvidas que sociedades com Estado, *por definição*. Se uma autora como Arendt, e mesmo Clastres, conseguem aportar leituras diferenciadas, ainda que a partir do pensamento herdado, podemos, ao menos, começar a superar as interpretações hegemônicas, mesmo que sob seus próprios parâmetros. Já é um começo, conquanto tímido.

Ainda sobre a legitimidade, “a defesa do passado”, a definição arendtiana é especialmente condizente com o papel de chefia indígena, salientado no texto “Troca e poder” (CLASTRES, 2017, p. 40-56). Uma das funções principais do chefe indígena é perpetuar os costumes: “os chefes pilaga, xerente, tupinambá, exortam todos os dias o seu povo a viver segundo a tradição”. O chefe, então, está constantemente personificando e reiterando a legitimidade do grupo, e o faz por meio da *palavra*, desde a oratória cotidiana até o diálogo com outros chefes. Curiosamente, de novo temos a aproximação de uma prática primitiva com um pensador ocidental, no caso Michel Foucault (2012): o discurso é aquilo “pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p. 10). Mesmo sendo o chefe indígena genericamente impotente (por ex., sem voz de comando: se a tribo não concordar com a guerra ela simplesmente não o seguirá, e o fará legitimamente, sem qualquer consequência punitiva), o lugar de enunciação é, *em si*, lugar de poder. Apesar das diferenças “continentais”, ambos acabam servindo à normalidade e, enquanto tal, exercem controle.

Contudo, o chefe primitivo desempenha sua maior função implicitamente. Ao se situar nesse local de poder despossuído, o chefe primitivo “funciona como uma máquina antipoder” (CLASTRES, 2017, p. 214): “se não houver essa figura que ocupa o lugar do poder possível, não se pode impedir que o poder se torne real” (*ibidem*, p. 213). Ilustrando perfeitamente a questão, o autor cita um caso curioso (CLASTRES, 2017, p. 213), em que o chefe de uma tribo chega à outra sem essa figura à qual dirigir sua palavra. O dever literal de *porta-voz* torna-se incompleto sem *equivalente* para se reconhecer: “quase se irritava [o chefe estrangeiro] de ver o que via, porque o espetáculo não era completo” (*ibidem*, p. 213-214)

Então, por meio de tais exemplos, caracterizações e discussões, fica claro que o autor diferencia pontos extremamente importantes e de consequências essenciais para nós. Não importa se a sociedade é com ou sem Estado, “não há sociedades sem poder” (CLASTRES, 2017, p. 36), “ele é uma necessidade inerente à vida social” (*ibidem*, p. 36). Mais complexo, as sociedades primitivas mostram, por sua organização interna, que estavam cientes dos perigos de um poder descolado do corpo coletivo. E revelam isso ao criar uma armadilha para impedir o florescimento da relação comando-obediência. Invés de

126 A filosofia, por ex., até hoje depara-se com discussões de Universais perante os particulares, um longínquo dilema originado pelos gregos, que assumiu vestimenta imperativa com a teologia medieval e amadureceu com a modernidade. Contestar tal posição, assim, não deveria nos levar à impossibilidade de enunciação, mas chegar a um acordo comum que possa fazer sentido para mundos distintos. Por isso, o que afirmo é diferente de uma noção que informaria todos os casos individualmente, e que deles existiria independente, como as Formas platônicas, ou as categorias de pensamento *a priori*, como na filosofia kantiana. Minha posição é, a saber: ou há algo em comum quando enunciamos Autonomia ou não conseguiremos nos dirigir com o mesmo termo a casos distintos. Assim, *não é questão de afirmar que todos os casos se efetivam da mesma maneira, mas que há algo compartilhado naquilo que efetivam.*

simplesmente negar a posição de chefia, negam-lhe a autoridade: “*a palavra do chefe não tem força de lei*” (grifo no original; *ibidem*, p. 180), e, com isso, impediram o surgimento da “figura mínima do Estado” (*ibidem*, p. 209).

Destarte, não estamos só falando de sociedades *sem* Estado, mas de sociedade *contra* o Estado, com mecanismos objetivamente destinados a impedi-lo: “o Estado é impossível” (*ibidem*, p. 179). Por fim, tudo isso acarreta um fato econômico importante: “[n]a sociedade primitiva, sociedade essencialmente igualitária, os homens são senhores de sua atividade” (*ibidem*, p. 173). Ou seja, trabalham para viver, mas jamais vivem para trabalhar. E, ao fazerem, têm “todo o direito do mundo” de decidir como usar o tempo que lhes resta. Nesse sentido, nada têm de *subsistência*, pelo contrário, dedicam a maioria do cotidiano ao lazer, ao ócio, aos ritos.... O trabalho ocupa lugar menor em suas jornadas e, por isso, libera potencialidades.

Brevemente, para finalizar a questão do poder, gostaria de fazer sucintos apontamentos sobre Michel Foucault (1977, 1992, 1999, 2012). Na verdade, *a partir dele*. Um aspecto importante, que já citado por intermédio dos autores precedentes, é o de o poder estar ramificado em todas as relações sociais, ou seja, permear a sociedade também no âmbito “microfísico”. Não só não emana de um único lugar (o Estado), como não se dirige apenas em um sentido (daquele que manda para aquele que obedece). O poder é ambivalente, se estabelece através de um tensionamento: sempre há resistência.

Assim, além de existir em sentido jurídico tradicional, na relação basilar de mando-obediência e direito-dever, o poder também opera e depende de subjetivação, opera ao nível dos sujeitos. Primeiro, pode-se dizer que o sujeito é negado pelo poder, é moldado em sua negatividade: “não faça isso”, “não se comporte assim”, “restrinja-se”. Seja menos do que é. Mas, quanto a isso, Foucault dá um salto qualitativo muito interessante, e começa a enxergar que, de maneira alguma, a relação detém-se aí (pois, ambivalente): o poder também produz um sujeito, subjetiva positivamente. Ao dizer para “não ser” também diz o que se é. Cria desejos, intencionalidades, opiniões, comportamentos: introjeção que faz germinar normalidade desde dentro, *sujeita* no nível mais infinitesimal (ou micro...). Assim, as relações de poder transitam transversalmente pela sociedade, da prisão, passando pela escola, aos diversos ambientes cotidianos. Até o momento em que, por panoptismo¹²⁷, o indivíduo

127 O panóptico é uma forma penitenciária, idealizada por Jeremy Bentham, aonde os encarcerados podem ser observados a partir de qualquer ponto de mirada, em uma vigilância perpétua. Michel Foucault toma o termo metaforicamente, utilizando-o para designar que não só o poder disciplinar visa esquadrihar minuciosamente os sujeitos, como também instaura a noção de uma autoprivação, de repressão sobre si.

passa a vigiar a si mesmo (e aos outros, vale dizer). O poder, pois, opera a partir dos “mesmos” corpos que dociliza à obediência.

No âmbito acadêmico (e da sociedade em geral), temos uma situação assaz interessante, onde o poder age para criar *regimes de verdade*, uma vez que o que é dito é dito em uma época, sob certo contexto. O sistema que avalia a produção intelectual (e o próprio senso comum) é criado por si próprio, regula a si mesmo, e, também a sua maneira, resiste (à mudança). Uma *verdade* dita sobre um regime que não a reconhece como *verdadeira* é negada e tida como *falsa*.¹²⁸ O discurso, lembrando, é aquilo mesmo de que queremos nos apoderar.

Em uma frase: *não há fora do poder*. Ele pertence a este Mundo e está presente em todas suas manifestações. Mesmo que despercebido, nunca passa incólume.

128 Em “Ordem do discurso” (FOUCAULT, 2011), o autor cita o caso de Mendel e o sexo vegetal, tomado como falso pelos pressupostos herdados, mas verdadeiro faticamente.

DA CARTOGRAFIA

Tendo convivido demasiado tempo com computadores, celulares e câmeras digitais, geralmente conectados à internet e sua malha global (mas não total) de receptores-emissores, é fácil naturalizar a existência de toda essa parafernália. Especialmente para a *geração Z*, é como se “a realidade” tivesse sempre sido assim. Por tanto, vale dar alguns longos passos atrás, em direção às origens dessas práticas e tecnologias.

Se a cartografia moderna nasce com a Renascença (RAFFESTIN, 1993; HEIDRICH, 2010b, DOS SANTOS, 2011), sua herança é muito mais antiga, e remonta aos gregos da antiguidade clássica. Estamos falando do surgimento da filosofia e dos primeiros discursos geográficos (CLAVAL, 2010).

Se toda orientação humana começa a partir da extensão do corpo, e sua posição relativa a outros “objetos” (o que está a minha volta), a carta geográfica surge mais como imagem do que como instrumento (CLAVAL, 2010, p. 66). A representação projetada no escudo de Aquiles¹²⁹ constrói uma visão de mundo, e esse é um discurso de reconhecimento e não de localização. Tal acontecerá com Anaximandro e sua carta geográfica na “forma de um cilindro ou de uma coluna de pedra” (*ibidem*, p. 69). É ela que permite começar a se falar em orientação, aliando a esfera celeste à terrena.

Assim, o princípio da cartografia e da geografia estão muito ligadas à cosmografia – que é o estudo da “esfera celeste e sua aplicação na astronomia” (CLAVAL, 2010, p. 71). Pelo movimento das estrelas e dos astros observáveis, como o Sol e a Lua, os gregos tentam explicar o que se passa na Terra. É uma geografia embrionária, em que a superfície terrestre começa a ser iluminada: “é uma maneira de definir a posição de um ponto por observação dos astros” (*ibidem*, p. 72). Surgem as primeiras divisões que nos trouxeram até as zonas climáticas: os círculos astronômicos (*ibidem*, p. 73), que delimitam, entre seus extremos, o “mundo habitado, o *oikoumenê*” (*ibidem*, p. 74).

Eis que surge Heródoto. Conforme ressalta Paul Claval (2010), o que faz dele o *primeiro geógrafo* é o fato de ter usado essa herança, de cartas geográficas e observações astronômicas, para criar um discurso “regional”. Os povos não são mais imprecisos, podem ser localizados e tornam-se “um espaço que é preciso fazer viver” (CLAVAL, 2010, p. 77). As *sphragides* (em grego, selo ou lacre) são as divisões que Heródoto cria para explicar as

129 De acordo com a *Iliada* de Homero, o deus Hefáisto forja para o guerreiro Aquilo um escudo, e nele grava uma imagem que representa a configuração da cosmologia grega. Seu Okeanos, mar que circundava todas as terras, seu mundo “subterrâneo”, o Hades, e assim por diante. Não tem nenhuma intenção de ser uma carta no sentido geográfico.

divisões do mundo. São figuras geométricas que contêm características como rios, florestas, montanhas. E que são habitados por um povo com tais e tais características: “a geografia regional dos gregos é ao mesmo tempo uma etnografia” (*ibidem*, p. 80). As descobertas aceleram-se e Eratóstenes propõe a primeira medição da circunferência terrestre: “o erro que ele comete é inferior a 10%” (*ibidem*, p. 74).¹³⁰ Ainda mais importante é o avanço técnico que se configura, a partir de agora “é possível localizar pontos na superfície terrestre ao se medir sua latitude e longitude” (*ibidem*, p. 74).

Os polígonos são preenchidos de descrições, e o fazem através de uma relação ainda estreita entre *astrologia* e *astronomia*. A posição sideral nos permite precisar a localização dos pontos terrestres, que, por sua vez, estão sob as condições dos círculos astronômicos, o que “tem repercussões sobre o comportamento e a saúde das populações” (CLAVAL, 2010, p. 80). Assim, cria-se uma narrativa determinista sobre os povos: não é preciso buscar um lugar ao Sol, ele já está localizado, e a astrologia é a explicação dessa posição. A independência da astronomia em relação a ela, e da geografia em relação a ambas, vem muito depois, com a Renascença.¹³¹

E essa independência é dupla. “No século XVIII, os sucessos que a cartografia conhece faz com que ela se destaque do resto da disciplina [geográfica]” (CLAVAL, 2010, p. 93). O processo de construção científica separa o geógrafo de sua herança, a “disciplina perdeu seu suporte institucional” (*ibidem*, p. 94). Em vez de ocupar local central, enquanto objeto da produção geográfica, a cartografia torna-se instrumento de seu próprio fazer científico, sua precisão confere-lhe *status*. É nesse contexto de expansão de conhecimentos e de deslocamentos ao redor do globo, com a circum-navegação e o avançar das fronteiras de exploração e colonização, que a geografia adquire caráter essencialmente estatal-imperialista. Enquanto ciência, ela domina.

“Para muitos, a história da geografia se confunde daí em diante com o progresso da exploração do mundo realizada pelos ocidentais” (CLAVAL, 2010, p. 95). São os geógrafos que “colecionam seus resultados, garantem a publicação destes e sua difusão” (p. 95). Mesmo que desejosos de participar das grandes expedições, os geógrafos permanecem no papel escriturário. Não por isso resultam menos importantes, “como inventário de recursos e de possibilidades de desenvolvimento guia o colonizador e os negociantes” (*ibidem*, p. 102).

130 Explicação particularmente ilustrativa sobre o processo realizado por Eratóstenes foi dada pelo astrofísico Carl Sagan, em seu icônico programa “Cosmos”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fu9Z7YuXLVE>. Acesso em Dezembro de 2021

131 É assaz interessante observar como a história da astrologia mostra seu enorme e profundo afastamento daquilo que se poderia chamar atualmente de “horoscopia”, como aquelas colunas de jornais e revistas que dizem como será seu dia baseado no seu signo.

Como dito, estamos no Séc. XVIII, do surgimento do poder disciplinar (FOUCAULT, 1977) e, por conseguinte, dos primeiros recenseamentos (CLAVAL, 2010; RAFFESTIN, 1993). É preciso organizar pessoas e coisas, e as “informações coletadas são tanto mais úteis quanto estiverem localizadas” (CLAVAL, 2010, p. 104), é o “apogeu da cartografia temática” (*ibidem*, p. 104). Passam a ser delimitadas áreas administrativas, com populações e características discriminadas. Os recursos estão medidos e tabelados, o panorama produtivo é atualizado pela sistematização periódica de levantamentos e o controle territorial se torna cada vez mais preciso. “No final do século XIX, os Estados dispõem de sistemas georreferenciados coerentes” (CLAVAL, 2010, p. 105), e “o público pode geralmente adquiri-los ou consultá-los” (*ibidem*, p. 105). Quem poderia dizer que um dia teríamos tudo isso na palma da mão, condensados em um pequeno aparelho “3x4”...

O que se retém, então, desse breve apanhado histórico? A cartografia surge da inquietação de orientar o que se vivencia na superfície terrestre. Busca *poder* dizer, com *garantia de verdade*, “onde está o que”, mesmo que fora do horizonte: a astronomia triangula a humanidade com as estrelas, e lhe dá orientação absoluta (em vez de posições relativas a algo: direita ou esquerda, antes ou depois). Esquadrinha o planeta, estendendo-lhe um tapete de coordenadas. Afina seus instrumentos e passa a navegar pelo espaço com bússolas, astrolábios, sextantes. Carrega cartas e diários, atualiza levantamentos topográficos e adensa a descrição da Terra.

Se, na Antiguidade grega, Heródoto se importava com a extensão da área ocupada pelo povo da Cítia (CLAVAL, 2010, p. 77), no Renascimento a cartografia serve como apoio ao poder soberano, traçando suas fronteiras (HEIDRICH, 2010b, p. 35). E alçando-se em direção à independência disciplinar, consolida-se como saber-fazer, ao mesmo tempo que serve de dispositivo essencial de dominação. O mapa, fruto e fonte de poder, apresenta-se tecnicamente descolado do social.

Abordemos um pouco, então, o produto cartográfico. Um dos principais teóricos que se pode citar, no âmbito das análises sociais sobre o tema, é Brian Harley (2009), como evidencia o objetivo título “Mapas, saber e poder”¹³². Em sua aparência estritamente técnica, enquanto representação gráfica de algo tomado como *real*, o mapa esconde as intencionalidades e os contextos de onde, por quais razões e por quem foram produzidos. Cada mapa também diz pelo que silencia, pelo que não mostra.

132 Cito tal trabalho por seu caráter resumido. Para consulta de maior fôlego, ver “La nueva naturaleza de los mapas” (HARLEY, 2005).

Poder-se-ia advogar que a cartografia produz um conhecimento parcial como qualquer outro saber. Além de que sempre se escolhe o que vai ser dito, em sentido operacional: é impossível dizer tudo. Caso contrário as pesquisas seriam intermináveis. Contudo, a questão aqui não é dessa ordem, mas do caráter especialmente *seletivo* da iconografia mobilizada.

Os mapas nunca são imagens isentas de juízo de valor e, salvo no sentido euclidiano mais estrito, eles não são por eles mesmos nem verdadeiros nem falsos. Pela seletividade de seu conteúdo e por seus símbolos e estilos de representação, os mapas são um *meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens* (grifo nosso; HARLEY, 2009, p. 2).

Ou seja, afora o precisamente *técnico* (orientação, escala, georreferenciamento), os mapas disputam significado e significação, disputam *regimes de verdade*. Quando os europeus, por ex., “descobrem” uma Amazônia vazia demograficamente, criam um discurso que afeta o *imaginário social*, reiterando a expansão e a dominação.¹³³ Ao desenhar figuras monstruosas na “borda do mundo”, os mapas antigos revelam a cosmologia da época. E assim por diante. “Mapas expressam a compreensão das diferentes sociedades sobre o que é o mundo” (HEIDRICH, 2010b, p. 34). E essa “leitura dos mapas” (HARLEY, 2009, p. 3) nos ajuda a historicizá-los, revelando “os códigos e os contextos da cartografia” (*ibidem*, p. 3). É como na arqueologia, o objeto fala sobre quem o confeccionou e elucida seus usos: interpretar a linguagem do mapa é se aprofundar no espaço-tempo de sua produção. E, inegavelmente, da “mesma forma que os canhões e os navios de guerra, os mapas foram as armas do imperialismo” (HARLEY, 2009, p. 5).

Vale lembrar que os mapeamentos também tiveram influência em âmbitos muito mais próximos da vida cotidiana. Os mapas cadastrais disciplinaram a vida rural “como o relógio” (HARLEY, 2009, p. 8) disciplinou os trabalhadores da fábrica. E, dividindo proprietários de arrendatários e camponeses, “são parte integrante de algumas mudanças estruturais de longo prazo que marcaram a passagem do feudalismo ao capitalismo” (*ibidem*, p. 7).

Agora, convém perceber, além do estrutural, as transformações no *locus* de enunciação desse saber-poder ao longo da história. Quando remetemos ao período medieval e renascentista, estamos falando do momento em que a produção cartográfica pertence, por excelência, aos poderes instituídos, diz respeito ao governante e é seu instrumento privilegiado (mesmo que não exclusivo, como demonstram os casos de expedições privadas,

¹³³ Lembrando a abordagem de Robert Sack, a esse esvaziamento é tática para tornar o espaço mais maleável à ação.

de que o grandioso Alexander von Humboldt é caso exemplar¹³⁴). A circum-navegação do globo e o estabelecimento da rota comercial para as Índias Orientais foram a corrida armamentista e a viagem à Lua de sua época.¹³⁵ Mobilizaram fortunas, armadas e segredos de Estado.

Quando falamos do contemporâneo, o cenário é de larga ampliação de acesso aos meios cartográficos. Além da forte democratização das ferramentas utilizadas para produzir mapas, houve a proliferação daqueles que os produzem. Assim, igualmente as finalidades dos mapeamentos deslocaram-se. O campo de forças de hoje é radicalmente outro e a ele cabe nos dirigirmos.

O primeiro e mais gritante fator que pode ser trazido à baila são os múltiplos adjetivos que a cartografia possui contemporaneamente. Participativa, comunitária, coletiva. Antigamente a cartografia era apenas e simplesmente cartografia, evidência de sua unicidade enunciativa. Os adjetivos multiplicam-se porque se multiplicam os atores envolvidos (e seus objetivos) e os métodos engendrados.

Conforme Acselrad & Coli (2008), tal modificação revela que o *mapeamento*, para além do mapa em si, é “objeto de ação política” (p. 14). Antes de disputar os significados contidos na imagem, o que é tensionado é seu próprio fazer.

De acordo com os autores, desde os anos 60 encontram-se evidências do início dessa “virada”, de esboços à mão organizados *in loco* (na linha de mapas mentais) até o uso de sistemas geográficos de informação (SIG), os quais, apesar de inúmeras qualidades e precisões, continuam revelando a “distância entre as pessoas das comunidades, detentoras do conhecimento local, e aquelas que produzem os mapas” (ACSELRAD & COLI, 2008, p. 15). Visando diminuir tamanha distância, surge o sistema *participativo* de informações geográficas (SPIG), cujo marco histórico é o “Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós” (ACSELRAD & COLI, 2008, p. 16), ainda na década de 70.

Entretanto, é somente vinte anos depois que haverá ampla disseminação de todas essas práticas, e especialmente a partir dos anos 2000 constitui-se “uma espécie de ‘sub-campo’ da cartografia participativa no escopo geral das práticas da representação cartográfica” (ACSELRAD & COLI, 2008, p. 17). Delimita-se, então, de maneira clara, que o fato balizador dessa transição é o envolvimento direto dos atores, são eles que “orientam estrategicamente suas ações” (*ibidem*, p. 17). Mesmo que a representação cartográfica

134 Excelente romance documental sobre a expedição desse titã da Geografia é encontrado em “O Cosmos de Humboldt”, de Gerard Helferich (2005), da Editora Objetiva.

135 Para outro excelente romance documental, agora sobre a armada de Fernão de Magalhães, ver “Além do fim do mundo” de Laurence Bergreen (2004), também 0 Editora Objetiva.

invariavelmente resulte numa escala à distância, o mapeamento passa a ser produzido desde dentro.

Isso acarreta um câmbio metodológico drástico, com consequências teóricas e políticas importantes. O campo da cartografia social promove um processo de empoderamento, e ele avança pelo questionamento de si próprio: começando com a população local que, pela primeira vez, pôde interferir nas confecções, até a possibilidade de tomar para si todos os meios necessários, em um literal *automapeamento*. Pois não basta tornar visíveis aqueles impedidos de falar, é imperioso reconhecer o direito de autorrepresentação: deriva-se daí a possibilidade de ruptura da relação sujeito-objeto herdada da ciência positivista.

Exemplifiquemos em termos de políticas públicas. Um plano de manejo para unidade de conservação visa, certamente, o bem-estar das populações atingidas (aí está um termo minimamente curioso, porque supõe um lado passivo), garantindo-as direitos. Não obstante, há uma enorme discrepância entre três maneiras de compreender o “participativo”: dizer aos outros quais são suas necessidades, indagar-lhes e dizer por eles e deixá-los fazer tudo por conta própria. A diferença pode parecer sutil, mas não é. Reside entre falar de alguém, falar por alguém e alguém falar por si. É ceder ao outro o que, na verdade, lhe é de direito, o lugar de sua enunciação.

Já há resíduos entre o que quero falar, o que realmente digo e o que o outro entende. E tudo piora, tendo-se em vista que interpretar é sempre filtrar: ser porta-voz do que não se é, ou do que não se faz parte, é especialmente complicado e delicado. Assim, afinar tais questões teórico-metodológicas requer esforço permanente e incansável, porque resultará sempre incompleto.

Considerando-se que as “iniciativas de mapeamento participativo variam consideravelmente em suas metodologias e terminologias” (ACSELRAD & COLI, 2008, p. 22), poderíamos seguir por esse caminho.¹³⁶ Contudo, ele é extremamente amplo e não nos interessa tanto para a discussão presente. Gostaria, por outro lado, de continuar explorando as disputas entre enunciar e fazer.

Renato Emerson dos Santos (2012)¹³⁷ coloca a questão muito bem ao situar três âmbitos diferentes de disputa: o processo de produção cartográfica, o objeto cartográfico e o uso da cartografia. O primeiro é o que recém comentávamos, sobre o nível de envolvimento dos atores na construção. Quanto ao segundo, seria a disputa diretamente sobre “o que se

¹³⁶ Para um excelente compêndio de trabalhos realizados no âmbito brasileiro, ver “Cartografia da ação” ((org.) RIBEIRO, CAMPOS & SILVA, 2011).

¹³⁷ Leitura similar e complementar é feita pelo mesmo autor em Dos Santos (2011, p. 43-60), presente no livro citado na nota de rodapé anterior.

cartografa e como se cartografa” (grifo nosso; *ibidem*, p. 2). O terceiro é o da finalidade política, enquanto “instrumento de grupos desfavorecidos” (*ibidem op cit*). Considerados em sua inter-relação, configuram o que o autor chama de “ativismos cartográficos” (*ibidem op cit*).

Configura-se, então, um complexo campo que pode ser demarcado por quatro aspectos constituintes (DOS SANTOS, 2012, p. 2). A saber: a) o debate acadêmico sobre as representações espaciais; b) o mapeamento como instrumento de luta; c) a política participativa como gestão social do Estado; d) a disputa dos meios de produção informacional. Explico.

O primeiro aponta ao tipo de discussão feita por Harley (inclusive citado pelo próprio Dos Santos), e envolve os regimes de verdade de que falamos quando das discussões especificamente sobre poder. O segundo diz respeito à mobilização dos atores, ao se envolverem como partes ativas do processo. O terceiro afirma a absorção estatal do aspecto participativo como mecanismo de apaziguamento das tensões sociais, através da qual consegue conferir poder sem realmente cedê-lo.¹³⁸ O quarto, por fim, e talvez o mais inovador em relação ao dito até agora, salienta a hegemonia de quem produz os instrumentos mobilizados. Ou seja, mesmo em um mapeamento popular, geralmente depende-se de um programa cartográfico qualquer. A licença do ArcGIS, o SIG mais difundido no mundo, é da ordem das centenas de dólares.¹³⁹ Como no caso dos sistemas operacionais de computadores, softwares *livres e abertos* passam a ocupar lugar central na possibilidade de outros fazeres.¹⁴⁰ É um claro caso de busca de autonomia técnica.

Antes de avançar, cabe destacar e recuperar alguns pontos do eixo. Primeiramente, a cartografia surge como método, ou mais precisamente como maneira experimental, de explicar o mundo. Confere sentido entre o sideral e o terreno, utiliza-se de um para melhor posicionar o outro. Aloca as distâncias e as torna tangíveis. Depois passa a dar contorno ao que existe, precisa-lhe formas e as preenche de sentido. Continua sua trajetória expandindo-se conforme expande-se o mundo, enuncia terras desconhecidas e legitima e auxilia o imperialismo. Até alcançar “o lado de cá da margem”, para ser disputada

138 Uma reflexão interessante, nesse caminho, contesta o papel do “participativo” nas recém comentadas políticas públicas. Assim como nos recenseamentos, os interlocutores, ao providenciar o Estado com informações sobre suas vidas, estão, paradoxalmente, ocasionando melhorias tangíveis em suas condições materiais de sobrevivência ao mesmo tempo que contribuem para seu próprio controle. Além disso, acaba que diversos processos participativos, apesar de empoderarem os envolvidos, isenta o poder público da obrigação institucional, servindo como “repasse de responsabilidade”.

139 Sua expressão pode ser comparada ao AutoCAD, no universo dos desenhos técnicos.

140 No âmbito do SIG, o programa QuantumGIS é exemplo crescente.

por aqueles que historicamente sofreram seus efeitos. A trajetória das cartas, assim, acompanha a grafia da humanidade sobre e através da superfície terrestre.

Eis que se apresenta, a seguir, um ponto de inflexão radical da questão. Do surgimento e desenvolvimento da cartografia, passando pelo tensionamento de seu fazer técnico-político, chegamos ao princípio filosófico e à prática investigativa.

Os estudos de Gilles Deleuze & Félix Guattari configuram uma nova formulação para a questão cartográfica. Em vez do plano técnico, o do pensamento. Não se trata mais da cartografia em sentido tradicional, enquanto produção de cartas e mapas, mas de estratégia para reflexão.

O primeiro, e maior, desafio ao tratar desses dois autores (que juntos devem num terceiro, nem Gilles, nem Félix)¹⁴¹, são os atravessamentos internos de suas discussões, cada uma remete à outra, recursivamente e de volta. Mais precisamente, é o caráter rizomático de sua produção: ao mesmo tempo que permite abordá-la a partir de qualquer ângulo, dificulta muito aproximações parcelares, de um texto ou livro isoladamente. Mas falar “rizoma” já é abordar os autores sem seus próprios termos. O que é, precisamente, o problema: ao criarem uma linguagem inovadora, precisam dela mesma para explicá-la. Em outras palavras, dizer o que entendem por cartografia e mapa demanda trazer todo um arsenal a reboque. Vamos a ele, uma vez que dele não podemos nos furtar.

Abordarei aqui apenas sua obra paradigmática “Mil platôs”, em especial o volume I (DELEUZE & GUATTARI, 2011) e os volumes III e IV (DELEUZE & GUATTARI, 2012a, 2012b).¹⁴² Aparentemente seria pouca bibliografia, tomando-se como parâmetro a vastidão da obra. Todavia, para os nossos propósitos, acredito suficiente: elas condensam as explicações basilares, que envolvem o entendimento dos termos, além de apresentar textualmente as definições de cartografia e mapa.¹⁴³

141 “Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados, aspirados, multiplicados” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 17).

142 Enquanto o volume II apresenta discussão centrada nos aspectos da linguagem, significado e significante (que, por sinal, são frutífero campo para trabalho futuro, pela possibilidade de diálogo com Castoriadis, em particular suas discussões envolvendo código e língua), portanto mais facilmente “deixado de lado” no que toca esta pesquisa, o volume V, contudo, apresenta não só a conclusão dos mil platôs como capítulo seminal de um “tratado de nomadologia”, o que poderia levar à dúvida da razão de sua ausência. Primeiramente, a discussão em tela pode despendar da questão nômade sem prejuízo de entendimento. Em segundo, a conclusão é muito mais um apanhado tópico, passível de ser diluído ao se apresentar capítulos (ou platôs) específicos. Por fim, os próprios autores alertam que sua leitura só deve ocorrer ao se concluir integralmente os outros volumes, o que demandaria apresentar a obra em totalidade, e tal não acontece aqui. Resumidamente, a escolha pela exposição predominante dos volumes I, III e IV resulta de objetividade focal.

143 É justo e necessário reconhecer o auxílio nevrálgico, às reflexões presentes, prestado pelo capítulo “Território e desterritorialização em Deleuze e Guattari” (HAESBAERT, 2016), e também o artigo “Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari” (HAESBAERT & BRUCE, 2009).

Como mostra o subtítulo “Capitalismo e esquizofrenia 2”, essa obra é de continuação, no caso de “O anti-Édipo”. Escrita oito anos antes e ambientada na psicanálise, aquela cede lugar aos platôs, que são “nosso adeus” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 10) ao tema. Agora os autores querem mostrar “como as multiplicidades ultrapassam a distinção entre a consciência e o inconsciente” (*ibidem*, p. 10). O objetivo é criar uma teoria sobre tais multiplicidades, “que são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito” (*ibidem*, p. 10). Sua esquizoanálise, assim, em vez de escavar as profundidades do inconsciente, cartografará desejos.

A peculiaridade da obra apresenta-se já na organização dos volumes. Afora o quinto e último, que serve como conclusão (e a possui nominalmente, enquanto capítulo final do volume), não há precedência de importância ou de “cronologia” dos platôs. Assim, “podem ser lidos independentemente uns dos outros” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 15), em qualquer ordem, e inclusive em partes, “pulando” do capítulo de um volume ao outro e de volta. Ao quebrar a lógica sequencial, sua estrutura serve de demonstração do que advogam, o rizoma perante a arborescência.¹⁴⁴

Passemos a essa distinção. “Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes [pivotantes] e radículas. Os bulbos, os tubérculos, são rizomas” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 21). Enquanto as primeiras apresentam características centrais e ramificadas, um eixo ou vários, o rizoma une diversas brotações horizontalmente, e não se diferencia do caule. Se aqueles separam, esse conecta.

O rizoma dispersa os pontos localizados pela lógica de seus precedentes, rompe a ordem hierárquica e desfaz as derivações ramificadas. “Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 24). O rizoma constitui-se de conexões sem início, as quais não se pode percorrer a uma origem. Múltiplo, é a própria conformação da multiplicidade. Delineiam-se, assim, a conexão, a heterogeneidade e a multiplicidade: os três primeiros princípios de um total de seis. Todos servem à discussão como “características aproximativas” (p. 22) e não como definições duras: a rigidez não combina com o rizoma.

Assim, ele também é “ruptura assignificante” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 25). Diferente da raiz, em que cada ramificação se define *a partir* do que deriva, o rizoma “pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra

144 Exercício similar é realizado por Gaston Bachelard em “A poética do devaneio” (Ed. Martins Fontes, 1988), onde apresenta o devaneio, enquanto método, devaneando. É como se a forma “marcasse um ponto” sobre o conteúdo. Apesar de empreendimento arriscado, e as vezes dificultante à apreensão do leitor, é um esforço que resulta assaz potente para demonstração da posição defendida. É sua própria aplicabilidade.

de suas linhas e segundo outras linhas” (*ibdem*, p. 25). O quarto princípio age “contra os cortes demasiado significantes que separam as estruturas” (*ibdem op cit*).

E aos anteriores associam-se o quinto e sexto princípios, “de cartografia e decalcomania” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 29). Se, por sua característica assignificante, “é uma antigenealogia” (*ibdem*, p. 28), a cartografia não pode ser expressa por representações sucessivas. Essa é a “lógica da árvore, [...] do decalque e da reprodução” (*ibdem*, p. 29), donde a imagem copiada é “uma unidade pivotante objetiva” (*ibdem*, p. 29). “Diferente é o rizoma, *mapa e não decalque*” (grifos no original; *ibdem*, p. 30). Enquanto este é instante registrado, um movimento cristalizado, aquele “é aberto, é conectável em todas suas dimensões, desmontável, reversível” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 30). Nesse sentido, os produtos cartográficos tradicionais são exemplos perfeitos da decalcomania: circunscrevem um cenário para reproduzi-lo da maneira mais *fidedigna* possível, “o decalque remete sempre a uma presumida ‘competência’” (*ibdem*, p. 30). Pretendendo equivalência com a realidade, retorna ao uno e aí se mantém, fechando-se à multiplicidade.

O princípio da cartografia, então, é uma espécie de personificação do rizoma. E, como dito anteriormente, se o rizoma comporta pivôs e ramificações, também o mapa se relaciona ao decalque. Conforme ressaltam os autores, “não restauramos um simples dualismo opondo os mapas aos decalques” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 31)? Não, porque, presumindo o princípio da conexão, distinguem as duas operações sem separá-las.¹⁴⁵ Na verdade, almejam possível associação: “é preciso sempre projetar o decalque sobre o mapa” (*ibdem*, p. 31). “Religar os decalques ao mapa, relacionar as raízes ou as árvores a um rizoma” (*ibdem*, p. 32). Pois, se o mapa é como o rizoma, possui múltiplas entradas, e “se pode entrar nelas pelo caminho dos decalques ou pela via das árvores-raízes, observando as precauções necessárias” (*ibdem*, p. 33).

O que propõem, ao fim e ao cabo, é outra maneira de filosofar, portanto, de *estarno-mundo*. Diferenciam-se dos estudos que buscam razões de origem para os fenômenos, que instituem significantes e sujeitos localizáveis. Deslocam o pensamento da externalidade da margem para dentro do rio heraclíteo, submergindo-o numa torrente de devires. “Não é fácil perceber as coisas pelo meio, e não de cima para baixo, da esquerda para a direita ou inversamente: tentem e verão que tudo muda” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 46).

145 “Nem outro nem novo dualismo. Problema de escrita: são absolutamente necessárias expressões anexatas para designar algo exatamente. [...]. Invocamos um dualismo para recusar um outro. Servimo-nos de um dualismo de modelos para atingir um processo que se recusa todo modelo” (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 42). Em meu entendimento, os autores recorrem mais a composições de pares e tríades que propriamente a opostos duais. De toda sorte, nos lembra Castoriadis que, ainda que queiramos dizer o novo, estamos vinculados ao pensamento herdado, e, por isso, precisamos utilizar de estratégias..

Essa mudança de mirada, a que convocam, assume aspecto mais radical enquanto *linhas de fuga*. Lembremos que, rizomaticamente, existem “somente linhas”, mas elas não são todas qualitativamente iguais. E, ao distingui-las, estamos “mais aptos a desenhar um mapa” (DELEUZE & GUATTARI, 2012a, p. 112).

São três, predominantemente, os tipos de linhas. A flexível, onde operam códigos e territorialidades, cuja segmentaridade é “dita *primitiva*” (*ibdem op cit*), e o espaço social aqui é das linhagens. A seguinte, a linha dura, onde “o espaço social implica um *aparelho de Estado*” (grifo no original; *ibdem op cit*). Operam aqui não códigos, mas sobrecodificações, e reterritorializações. Por fim, as já citadas linhas de fuga. A elas competem não os segmentos, e sim os fluxos de *quanta*, por isso são “definidas por descodificação e desterritorialização” (*ibdem op cit*).

Como atentam os próprios autores, o problema dessa aproximação é que ela dá a entender que primeiro vem o primitivo, depois o Estado e, finalmente, as fugas. Contudo, não é assim que acontece, inclusive como vem nos mostrando Rogério Haesbaert, talvez o principal responsável por introduzir o pensamento desses filósofos na disciplina geográfica: os movimentos (ou processos) de territorialização, desterritorialização e reterritorialização não seguem uma espécie de sequência, $T \rightarrow D \rightarrow RT$, como aquele clássico esquema econômico $D \rightarrow M \rightarrow D'$... Aqui, tais forças estão agindo todas simultaneamente, “coexistem as três espécies de linhas estreitamente misturadas” (*ibdem op cit*).

Tal simultaneidade deve ser observada especialmente no aspecto $D \leftrightarrow RT$, em que o processo de abertura, fuga, ou descodificação, nunca é “retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga” (*ibdem*, p. 45). A reterritorialização “implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua.” (*ibdem op cit*). Isso é o que nos diz o primeiro dos quatro teoremas de desterritorialização. O segundo nos alerta de que a velocidade de um movimento de D não o faz, por isso, ser mais intenso. O terceiro, que aquele que é menos D se territorializará sobre o que é mais D. Por fim, o quarto, donde a máquina abstrata se efetua em diversos graus (*ibdem*, p. 45-47).¹⁴⁶

Fica claro, então, que as linhas se associam aos processos que envolvem T, e como.¹⁴⁷ E esses a toda questão que envolve a filosofia das multiplicidades. As linhas duras são associadas às raízes, à sobrecodificação e a reterritorialização, e ao molar ou a

146 Para uma exposição de tais teoremas, ver o já mencionado artigo de Haesbaert & Bruce (2009, p. 7-22).

147 Territorialidade, reterritorialização e desterritorialização são predominantemente entendidas, então, como tentativas de instituir algo, de manter o instituído e de desestabilizar um novo instituinte. Por conseguinte é que se associam, a cada um, os processos de codificação, sobrecodificação, descodificação e suas respectivas linhas: flexível, dura e de fuga.

macropolítica. Enquanto as linhas de fuga são associadas ao rizoma, à descodificação e a desterritorialização, e ao molecular ou a micropolítica. Em todos casos, segue-se a ideia mantida anteriormente, de que tudo isso acontece ao mesmo tempo. Não existe só política macro ou micro, nem só fuga, nem só dureza, etc, mas não por isso se confundem. As linhas possuem caracteres particulares, tem importâncias respectivas, tem imanência mútua e, por fim, cada uma apresenta perigos diferentes (*ibidem*, p. 85-89).¹⁴⁸

Sempre em choque com a dureza, e as vezes por ela impedida, ainda assim as linhas de fuga conseguem escorrer fluxos de *quanta* entre seus segmentos. Elas carregam consigo a potência do novo, de uma outra política, de um *devenir-mundo*: “**não consistem nunca em fugir do mundo, mas antes em fazê-lo fugir**” (negrito nosso; *ibidem*, p. 85) e marcam “a realidade de um número de dimensões finitas que a multiplicidade preenche efetivamente” (grifo nosso; DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 25).

Destarte, servem de balizador para o existente, ao mesmo tempo que impulsionam o por existir: as linhas de fuga são traçadas por uma “máquina abstrata de mutação” (DELEUZE & GUATTARI, 2012a, p. 114).¹⁴⁹ Mas, importante salientar, seu efeito mutante não é *per se* positivo ou benéfico, no sentido de produzir necessariamente algo melhor: em toda mudança corre-se um risco.

E tal risco advém especialmente de seu caráter de tensionamento, porque nas linhas de fuga está sempre igualmente operando uma outra máquina, a “máquina de guerra” (DELEUZE & GUATTARI, 2012a, p. 112). Apesar da nomeação, ela “*certamente não tem a guerra por objeto*” (grifos no original; DELEUZE & GUATTARI, 2012a, p. 122), pelo contrário, é “passagem de fluxos mutantes” (*ibidem*, p. 122), *locus* de “toda criação” (*ibidem*, p. 122). Sua ambiguidade perigosa decorre do fato de que pode, eventualmente, destinar-se ao que não tinha por objeto, e, ao fazê-lo, como fim em si, substitui “a mutação pela destruição” (*ibidem*, p. 123), cujo efeito mais drástico levará à sua própria ruína.

Então, é preciso fugir, mas com cautela. Pois, pode acontecer de a máquina de guerra não ter “*mais objeto a não ser a própria guerra*” (grifo no original; *ibidem*, p. 125) e quando isso acontece mostra-se que os “perigos todos das outras linhas são irrelevantes comparados a esse perigo” (*ibidem op cit*), como revelam as consequências de Estados

148 Especialmente sobre os perigos das linhas, ver Deleuze & Guattari (2012a, p. 119-125), em que são abordados o Medo, a Clareza, o Poder e o Desgosto. O Medo remete à perda de algo dado e a insegurança daí resultante, a Clareza àquilo que é instituído, a estabilidade do conhecido, o Poder à capacidade de conter a mutação, e o Desgosto, próprio das linhas de fuga, expresso pelo risco de que a passagem do novo possa levar à reterritorialização de algo destrutivo em vez de produtivo.

149 A criação das máquinas de mutação opõe-se, então, às de sobrecodificação, que concebem “um espaço homogêneo, divisível, estriado em todos os sentidos” (DELEUZE & GUATTARI, 2012a, p. 112).

totalitários, em particular o caso nazista, que se torna *suicidário*, e o fascista, que se instala em todos nichos da vida, inclusive dentro de nós.¹⁵⁰

Para tornar a discussão mais palpável, cabe trazer um livro fortemente marcado pelas concepções desses autores, “Aos nossos amigos: crise e insurreição” (COMITÊ INVISÍVEL - CI, 2016).¹⁵¹ De escrita marcadamente fluida, esse ensaio visa ser uma “modesta contribuição à inteligência de nossa época”, como diz a contracapa. Tentando relacionar crise e insurreição, o grupo anônimo Comitê Invisível (que assina a autoria) busca empreender uma (auto)crítica da militância “à esquerda” e, simultaneamente, oferecer ares de estratégia e esperança, possíveis linhas de fuga.

Originalmente publicado em 2015, o livro olha para um passado extremamente recente, marcado por revoltas diversas que aconteceram “mundo afora desde 2008” (CI, 2016, p. 15).¹⁵² Tomemos um ano emblemático dessas revoltas. Em fevereiro de 2011, a Praça Tahir, na capital egípcia, agremia uma multidão que sacudirá o país. Em questão de 18 dias, a “Primavera Árabe” derruba o governo de 30 anos, e no ano seguinte conquista eleição por voto direto. Pouco depois a Espanha é surpreendida pela mobilização do 15-M (alusão ao dia da primeira manifestação, em 15 de Maio), e sua contestação gira entorno do sistema representativo. O slogan adotado é de que “[eles] não nos representam”, e é minimamente curioso que seu principal fruto seja a criação de um partido, o “Podemos”. A *Wall Street*, símbolo mor do capitalismo financeiro globalizado, é ocupada no segundo semestre do mesmo ano. O ativismo *occupy* espraia-se rapidamente, e praças viram acampamentos ao redor do globo, em um grito uníssono contra a desigualdade econômica: “nós somos os 99%”.

Estamos falando de fenômenos políticos que inauguram duas novidades inter-relacionadas. A primeira é o papel extremamente relevante da internet, as redes sociais permitem um chamamento em velocidades que as massas do século passado jamais imaginaram. Em questão de horas, milhares de pessoas estão nas ruas. A segunda é o caráter impessoal das mobilizações, justamente porque organizadas de maneira difusa. Ao menos inicialmente, nenhuma delas reconhece lideranças, sua expressividade política se dá por ser

150 Como diz Hakim Bey (2003, p. CXIII-CXVI), é preciso boicotar o policial que há dentro de você...

151 Tal publicação é a continuação de “A insurreição que vem”, de 2007. Disponível em <https://dazibao.cc/wp-content/uploads/2015/11/A-insurreição-que-vem-CI.pdf>. Acesso em Agosto de 2018.

152 Não custa lembrar que em 2007 desvela-se a crise hipotecária estadunidense, e em 2008 o banco Lehman Brothers declara falência. Tais acontecimentos é exemplar do caráter volátil e da riqueza imaterial do sistema financeiro global.

multidão¹⁵³: é significativa ao agremiar o descontentamento de muitos. Inclusive o aparato repressivo do Estado se vê numa relação de estranhamento, não há uma persona específica a qual prender ou negociar. Como se dirigir ao rosto anônimo?

Percebendo essas ondas de protestos, os autores afirmam que “não somos contemporâneos de revoltas esparsas, mas de uma única onda mundial de levantes que se comunicam entre si de maneira imperceptível” (CI, 2016, p. 15).¹⁵⁴ Estão situados, destarte, os dois termos em tensão: a crise global, catalisada pelo sistema financeiro, e as insurreições que lhe seguiram. É um início de século atabalhado que ainda se procura entender.

Rompendo com a leitura de que a crise pode ter efeitos sistêmicos (como uma falha estrutural que tornaria o conjunto insustentável, tal qual o capitalismo conteria sua própria ruína), conferem-lhe outro papel: “como técnica de governo” (CI, 2016, p. 19). Ela “não é econômica, ecológica ou política, *a crise é antes de tudo crise de presença*” (grifos no original; *ibdem*, p. 35), é preciso reinventar nossos relacionamentos desde o nível pessoal. E aí a insurreição joga papel essencial: “os encontros que efetivamente ali se produziram [...] põem *devires-revolucionários* em ação” (grifo nosso; *ibdem*, p. 52). “Ninguém pode antecipar a potência de um encontro” (*ibdem op cit*), e sua aposta nela é enorme, especialmente defendendo que as insurreições contemporâneas têm o traço comum de promover o reconhecimento de si no outro: “*a repugnância pela vida que somos forçados a viver. A repugnância por uma vida em que estamos todos sozinhos*” (grifos no original; *ibdem*, p. 57). Até o momento em que nos tornemos insurrectos.

Assim, suas preocupações, como reiteradamente deixam claro, distanciam-se dos moldes tradicionais-modernos de revolução, consciência de classe, lideranças, etc. “O que aqui se constrói não é nem a ‘sociedade nova’ em seu estado embrionário, nem a organização que finalmente derrubará o poder” (CI, 2016, p. 53). Nossa crise de presença não se resolverá se não soubermos de antemão “*o que é uma forma desejável de vida*” (grifo nosso; *ibdem*, p. 58). A questão, em outras palavras, é muito mais de “*produzir inconsciente* e, com ele, novos enunciados” (grifo no original; DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 38).

153 O sentido de multidão aí expresso aproxima-se do aspecto positivo atribuído por Michael Hardt e Antonio Negri, em sua diferenciação a povo e massa, como já havia feito Espinosa. Para breve comentário a respeito, ver <https://razaoinadequada.com/2015/07/15/negri-e-hardt-multidao/>. Acesso em Outubro de 2021. Tal entendimento afasta em muito, portanto, *multitude* da noção de *mob*, que, apesar de também se referir a amplas agremiações de pessoas, tem conotação turbulenta e violenta, como no caso de linchamentos.

154 Em análise completamente diferente, em objeto e método, mas chegando à conclusão extremamente similar, Benedict Anderson (2014) aborda como as independências nacionais dos insulares asiáticos estão intimamente conectadas ao enorme emaranhado das efervescências europeias do século XIX. Através de sua *astronomia política*, demonstra como havia uma rede atuando às sombras do holofote dominante, em vez de serem eventos espontâneos, ocasionais ou dispersos.

É interessante ver que se os próprios participantes dessas manifestações têm dificuldade em lidar com seu caráter político bastante intangível (produzir inconsciente, forma desejável de vida, ausência de líderes), outros atores também. Da parte do poder público, ou, mais estritamente, da máquina estatal, sempre que há mobilizações de massa ela pergunta “o que querem”, “qual sua reivindicação”, etc. Tenta enquadrar as potências o mais rápido possível, para melhor controlar os atos, é a “máquina abstrata de sobredecodificação” (DELEUZE & GUATTARI, 2012a, p. 113) operando a reabsorção do heterogêneo, reterritorializando-o. De outro lado, a esquerda partidária tradicional, que ou contesta a efervescência social pela “falta de projeto” ou tenta cooptá-la sob sua bandeira. Assim, a mobilização de caráter mais difuso tende a ser *decalcada*, como se fosse esvaziada de propósito e, especialmente, de processualidade. Quando, na verdade, ela é uma linha de fuga pedindo passagem, um mapa em conformação.

Ora, não é porque algo me incomoda que preciso ter uma resposta bem delimitada a esse incômodo. Sua validade não tem nada ver com minha capacidade de solucioná-lo. E geralmente passa-se muito rápido por essa questão, num molde que mescla concordância (“ok, o mundo é injusto”) com desqualificação (“e como resolvemos, o que propões?”). É quase certo que os integrantes de todas as mobilizações não tivessem alternativas claras ao que viviam, muito menos respostas concretas. Mesmo assim, sua indignação é *radicalmente* legítima: o que está posto não lhes serve.¹⁵⁵ E sabê-lo já é muito. Contudo, concordamos com “nossos amigos” quando dizem que:

[...] sem uma ideia concreta do que seria uma vitória, só podemos ser derrotados. A determinação insurrecional não basta por si só; nossa confusão ainda é demasiado espessa. Que o estudo das nossas derrotas nos sirva, pelo menos, para dissipar um pouco (CI, 2016, p. 163).

Encontrar soluções *para o que está aqui*, então, demanda invariavelmente deixar essas linhas de fuga passarem. Para que assim se possa chegar exatamente naquele lugar a que leva toda ação: o desconhecido.

Poderíamos prosseguir com o panorama insurrecional, mas parece que o propósito foi atingido. O exercício realizado em “Aos nossos amigos” demonstra possibilidades para outra cartografia. O mapeamento, o fazer mapa dos platôs, enquanto levantamento *situacional*. Em vez de plotar localizações, situar ações. Apontá-las e contextualizá-las, pensando-as enquanto potências *para a vida em geral*. Que maneiras de se relacionar

¹⁵⁵ Vale lembrar a icônica frase grafitada em Paris, durante Maio de 68: “sejam realistas, demandem o impossível”.

propiciam, que germe *imaginário* carregam consigo? Como podem servir de *inspiração*? Ou, por outro lado, *que mundo negam*? Se as utopias clássicas se preocuparam em almejar uma sociedade já delineada, a partir do qual se poderia traçar estratégias objetivas, talvez a utopia contemporânea advenha de que nossa “alucinação é suportar o dia a dia”, como canta Belchior.¹⁵⁶

Voltamos, enfim, às palavras que nos envolviam lá atrás.¹⁵⁷ Agora adensadas pelo já escrito, podemos precisar melhor a reflexão e nos confortar com onde ela se situa: investigar o que permite e o que impede a *efetivação desse mundo latente*.¹⁵⁸ Dito de outra maneira, como (começar a) garantir nossos próprios territórios, como (começar a) ser autônomo “desde já”, enfrentando poderes mais fortes, que não cederão de bom grado um milímetro de terreno, e, mais, que parecem guinar à direita mundialmente? Constantemente *fazer-o-mapa* de uma cartografia dos territórios autônomos é minha resposta momentânea.

Apesar das páginas escritas e sua apresentação da amplitude em que se situa a cartografia hoje (tão considerável quanto a do conceito de território), não fiz nenhuma referência à prática de mapeamento *strictu sensu*, ou em sentido estrito. Gostaria de pedir licença para fazer agora. Sua apresentação em meio ao texto quebraria o fluxo explicativo. É um complemento breve, mas que visa exemplificar as possibilidades de ativismo cartográfico e ajuda a antever as tessituras que compõem as múltiplas cartografias, ou “maneiras de mapear”, do ensaio na Parte II. Bem como situa o começo desta pesquisa, apontado em “Da qualificação e seus desdobramentos” e “Das disposições gerais”, nesta Parte I.

Então, o “estudo de caso” em tela é o duo argentino *Iconoclastas*¹⁵⁹, formado por Julia Risler e Pablo Ares, respectivamente, comunicadora, docente e pesquisadora da “Universidad de Buenos Aires” (UBA), e ele artista, animador cinematógrafo e desenhista gráfico. Dessa correlação de particularidades pessoais surgiu uma prática cartográfica que açambarca desde mapas mais “tradicionais” até painéis preenchidos de textos explicativos, com desenhos extremamente chamativos (por suas cores, formas, etc).

156 Trecho de *Alucinação*, disponível no CD *Alucinação*, Phonogram Inc., 1976.

157 Se Foucault permite-me que lhe roube o recurso linguístico, ao final de “Ordem do discurso” (2011).

158 As possibilidades de resposta a essa pergunta são enormes, vão desde a defesa dos caracóis zapatistas até a disputa de editais públicos. As escolhas, sempre contingenciais, devem ser balizadas por um parâmetro principal: “que fazer e como fazer para que cada etapa de um processo de emancipação, por seus resultados, torne mais fácil, e não mais difícil, a participação política na etapa seguinte?” (SOUZA *apud* CASTORIADIS, 2017, p.342).

159 Disponível em <https://www.iconoclastas.net>. Acesso em Março de 2018.

Acerca de ambos, pode-se dizer, inicialmente, que são um catalisador de comunicação para criação de redes de solidariedade e afinidade, impulsionando, através delas, práticas de resistência e transformação social. Seus produtos são de livre-circulação, sobre a licença *creative commons*, que permite a reprodução, total ou em parte, desde que citada a fonte e sem custos autorais. Definem-se como um duo que “combina el arte gráfico, los talleres creativos y la investigación colectiva *a fin de producir recursos de libre circulación, apropiación y uso*” (grifo nosso; RISLER & ARES, 2013, p. 78).

Reiterando, a escolha em apresentar esse duo particular sustenta-se no fato de que é ele o estudo de caso inicialmente pretendido pela pesquisa de doutoramento. Ilustram, portanto, o ponto de partida que permitiu vislumbrar a discussão possível entre prática cartográfica e a conquista de autonomia através de disputas territoriais, bem como exemplificam (junto com "nossos amigos) mais um dos múltiplos sentidos que o termo cartografia assume contemporaneamente.

MANUAL DE MAPEO COLECTIVO

Recursos cartográficos para procesos territoriales de creación colaborativa

A publicação “Manual de Mapeo Colectivo”, que condensa as posições teóricas e as práticas que realizaram ao longo dos seus dez anos de existência, é a principal obra dos *Iconoclastas*. Vale lembrar que eles têm como ação focal a efetivação dos mapeamentos propriamente, e não uma produção teórica, o que não quer dizer que suas discussões estejam desprovidas de embasamento, apenas que é de se esperar encontrar maior produção gráfica que escrita. A seguir estão desmembrados os dois pontos do manual que considero mais importantes, ao menos no que tange à possibilidade de diálogo com este projeto.

#1: Mapeos, narraciones críticas y creación colectiva

Suas oficinas (*talleres*) de mapeamentos colaborativos buscam construir “miradas territoriales que impulsan y facilitan prácticas colaborativas y de transformación” (RISLER & ARES, 2013, p. 4), portanto, o manual objetiva sistematizar “metodologías, recursos y dinámicas de pedagogía crítica para incentivar su apropiación y uso derivado” (RISLER & ARES, 2013, p. 4). Ou seja, este é um documento direcionado à difusão de seus fazeres e de assuntos com os quais se envolveram.

Primeiramente, é interessante observar o uso da palavra *território* desde o início das primeiras páginas da publicação. Uma citação de Milton Santos abre o manual, antes mesmo do sumário: “El territorio es el espacio socialmente construido”.¹⁶⁰

Pode-se observar, de antemão, que os *Iconoclastas* estão preocupados com as ações dos seres humanos sobre a superfície terrestre, e é assim que o mapa, para eles, é mais que imagem configurada por pontos, linhas e áreas. Ele é uma atividade de constituição dos próprios sujeitos, que ao se apropriarem da metodologia das oficinas também o fazem perante a realidade que lhes circunda. O *produto-mapa* é apenas uma das múltiplas etapas do *processo-mapa*.

Destarte, a atividade sobrepõe o objeto, porquanto a formação de novos agentes de mapeamento e de futuras oficinas é assaz mais pertinente. Tal não quer dizer um descuido com suas representações, ou que não há preocupações de acuidade com os mapas que elaboram. Pelo contrário, apenas quer dizer que estão preocupados com o “trabalho de base” (para usar um clichê ainda charmoso), inclusive como maneira de se distanciar de posição de “consultoria”, de prestação de serviço (ainda que gratuito).

Seu intuito, com o manual, é condensar o acúmulo obtido ao longo dos anos, demonstrando seu fazer político como *obra*, e ainda facilitando a busca daquelas que querem organizar oficinas, aprender questões técnicas (no sentido de utilização de imagens de fundo, de legendas, de vetorizações), e assim por diante. E tal intuito corresponde ao fundamento que guia toda a prática dos *Iconoclastas*: “eludir la especialización y liberar los recursos, animando a los interesados a que realicen sus propios talleres y prácticas” (RISLER & ARES, 2013, p. 5).

Não por coincidência (porque possuem clara influência do movimento), fazem eco aos situacionistas e sua psicogeografia¹⁶¹: propõem práticas que podem e devem ser úteis a outrem, para recriá-las e adaptá-las como lhe convier. No presente caso, no mínimo é uma libertação dos “técnicos detentores do saber” e uma apropriação sobre os fenômenos que regem seu cotidiano. Além disso, outro entrecruzamento central entre os dois movimentos/ativismos é o de restituir, à vida ordinária, técnicas que se tornaram fonte de especialistas. A ideia principal que surge daí é que as propostas devem ser possíveis de ser realizadas por qualquer pessoa, porque dizem respeito ao “bem comum”. Por isso, sua tática

160 Citação do mesmo texto discutido no eixo "Do território".

161 A Internacional Situacionista foi um grupo formado ao final da década de 50 e extinto no início dos anos 70. Transitaram da crítica da arte ao urbanismo, e tem, em Guy Debord e Raoul Vaneigem, seus dois maiores expoentes. A IS será novamente mencionada, e melhor abordada, no ensaio “Do caminhar”, na Parte II.

gira em volta de “favorecer las distintas formas de comprender y señalar el espacio a través del uso de variados tipos de lenguaje” (RISLER & ARES, 2013, p. 5).

Os mapas, como indica o título do capítulo, são relatos, maneiras de contar histórias e histórias, apropriação por parte de quem os realiza como maneira de consolidar uma perspectiva crítica. Nesse sentido, aproximam-se muito à obra de Harley (2009), citada anteriormente. Portanto, as *narraciones críticas* são a História contada pelo lado da caça em vez do caçador, os entremeios contidos na narrativa oficial, cristalizada ao longo do tempo pela naturalização da soberania estatal sobre a vida dos cidadãos. Suas oficinas e produções são como entrelinhas que se infiltram no discurso hegemônico. É o insurgente manifestando-se contra a norma.

Para os *Iconoclastas*, de acordo com o dito acima, a concepção de “‘mapeo’ como una práctica, una acción de reflexión” (RISLER & ARES, 2013, p. 7) coloca em xeque a prioridade do produto, a posse da imagem cartográfica. Para eles, “el mapa es sólo una de las herramientas que facilita el abordaje y la problematización de territorios sociales, subjetivos, geográficos” (RISLER & ARES, 2013, p. 7).¹⁶² Ou seja, as oficinas e publicações não se encerram com as digitalizações e as impressões. Trata-se, muito além disso, de empoderamento através do apoio mútuo, donde novas relações interpessoais surgem pela formação de laços afetivos criados pelo *face-a-face*. O contato pessoal demanda que cada um se abra, fale o que pensa e grafe suas vivências. E isso é extremamente importante, haja vista que não há qualquer possibilidade de autonomia sem existência de diálogo. É ele que, em parte, cria o sentido de pertencimento e, deste modo, favorece a reflexão sobre os “mecanismos de disciplina, mandato y control” (RISLER & ARES, 2013, p. 13).

Os territórios são feitos de gente, que o moldam diariamente através “del diario habitar, transitar, percibir, crear” (RISLER & ARES, 2013, p. 8). Cada produto final, portanto, é o começo do próximo, e, em sua sucessão, registra a conjuntura de cada atividade. Por sua vez, expressa como vale mais utilizar-se do *mapeo* para percepção e vivência dos territórios do que para simples modelagem gráfica. Não é sua metodologia que circunscreve a demarcação dos territórios, é cada eventualidade de mapeamento que conduzirá a metodologia: parâmetro maleável de acordo com a necessidade. O que faz muito sentido, pois, especialmente nesse tipo de prática, limitar o acaso seria tolher a mesma fecundidade dos corpos insurgindo-se na praça.

O capítulo é encerrado com uma *pergunta-resposta* que os autores fazem a si mesmos, e que cabe utilizar, também aqui, como fechamento. Sinteticamente:

¹⁶² É interessante observar o confuso uso dos três adjetivos de “tipos” de território.

“¿Cómo usar este manual?

No hay una única forma de usarlo. Con esta publicación no estamos cerrando la práctica ni la experiencia. Creemos que todavía hay mucho por aprender y explorar y esto se va a lograr a partir de las apropiaciones y derivas que cada uno de ustedes vaya realizando. Sólo nos resta animarlos a que experimenten en los espacios a partir de los recursos disponibles, que se dejen llevar por las eventualidades y que acomoden la práctica para potenciar momentos de cooperación social y subjetiva que *activen, a su vez, procesos de gestión colectiva del común*” (grifo nosso; RISLER & ARES, 2013, p. 8).

#2: Talleres de mapeo y el territorio

Em uma frase, o que é o mapeamento coletivo? “Es un proceso de creación que subvierte el lugar de enunciación para desafiar los relatos dominantes sobre los territorios, a partir de los saberes y experiencias cotidianas de los participantes” (RISLER & ARES, 2013, p. 12).

O trabalho de *mapeo colectivo* tem dois pilares, ao redor dos quais outros apontamentos gravitam e através dos quais todos se conectam (RISLER & ARES, 2013, p. 13). Sem ordem de importância, são eles: a) possibilitar a conexão entre feitos de significativa importância; b) colaborar com a construção de um *diagnóstico territorial*.

Assim, os *Iconoclastas* estão preocupados, metodologicamente, em propiciar que as pessoas envolvidas na atividade possam constituir o que é de mais importante *em seu cotidiano*, quais *suas demandas* mais gritantes e onde elas se localizam, quais as conexões existentes, ou quais gostariam de propiciar, entre os fenômenos analisados. O diagnóstico, por sua vez, é confluência, resultado da participação coletiva com o qual conseguem identificar-se e se empoderar. Esses dois pilares, portanto, fazem com que as atividades/oficinas sejam muito mais que movimentos de corpos “desenhando sobre o papel”. Elas são a troca profunda de experiências, um agenciamento transformador. Uma ação, portanto política, e, enquanto tal, muito mais profunda que a simplicidade do gesto.

Em termos práticos, os *Iconoclastas* dividem seus trabalhos em jornadas, que são atividades de quatro a seis horas de duração. Oficinas de uma jornada, que visam atingir objetivos de curto prazo, denomina-se de “mapeo agit-pop” (RISLER & ARES, 2013, p. 15). O manual ainda elenca uma série de outras propostas, as quais me furtarei de comentar.

DA METAGEOGRAFIA

Como espera-se ter ficado claro, a presente pesquisa não tem como “objeto” os termos que utiliza, não se trata de uma investigação sobre autonomia, território ou cartografia em particular. Sua reflexão interligada visa analisar experiências sociais e “tipos” de abordagens cartográficas, mas não para confirmar que elas “se encaixam” nesse esquema tripartite, permitindo falar aquilo que, na verdade, já era pretendido de antemão.¹⁶³ Tal análise se propõe a ser uma *aproximação recíproca*, ponto de contato pelo qual os termos estão passíveis de ressignificação.

Assim, se não se trata dos conceitos em si, tampouco é questão de tomar as experiências como “objeto”. Elas também são *em-razão-de*, e, enquanto tal, servem de *parâmetros*, apoios para reflexão sobre territorialidades autônomas.

O que está em questão, por conseguinte, é a elaboração de *um* discurso, que parte de experiências e opera por meio dos termos elencados. Esse discurso está além das particularidades dos casos, sem, por isso, pretender sua unicidade generalizante. É impossível dar conta da multiplicidade de realidades por meio de integração identitária, como uma área de interseção comum a dois diferentes. Ele se situa “além das particularidades” no sentido de pensar *uma* metageografia, a emergência de um novo “conjunto de estruturas espaciais através do qual as pessoas organizam seu conhecimento do mundo” (LEWIS & WIGEN, 1997, p. ix).¹⁶⁴

Fica claro que não se assume metageografia enquanto “quadro espacial totalizador, uma ‘metaestrutura’ que se esforça para impor sua própria ordem rígida” (LEWIS & WIGEN, 1997, p. 11).¹⁶⁵ Pelo contrário, o discurso pretendido é aberto e por fazer, elaboração sempre momentânea de decalques constantemente religados ao mapa.

Cabe destacar uma diferenciação do que é aqui abordado com o trabalho citado. Em seu “Myth of continents” (1997), os autores Martin Lewis e Karen Widgen estão situados no âmbito das representações regionais, ou seja, problematizam principalmente as maneiras pelas quais “recortamos” a superfície terrestre, como os continentes ou os estados nacionais. Contudo, não se detêm no aspecto que se poderia dizer de precisão técnica, como se fosse questão de afinar os instrumentos utilizados. Preocupam-se com as consequências acarretadas por essas representações, sua influência na maneira como entendemos o mundo e

163 O que seria, na linguagem de Castoriadis, operar por *determinidade*.

164 No original: “the set of spatial structures through which people order their knowledge of the world”.

165 No original: “totalizing spatial framework, a ‘metastructure’ that strives to impose its own rigid order”.

“como [elas] guiam nossa política” (LEWIS & WIGEN, 1997, p. xiii)¹⁶⁶. Ou, em palavras castoriadianas, sua influência na significação imaginária social. É especialmente através desse aspecto que nos agenciamos.

Ao final do livro, os autores propõem “dez princípios” (LEWIS & WIGEN, 1997, p. 194-200) que servem para delinear alguns procedimentos. Em vez de destrinchá-los individualmente, analisemos sua influência geral sobre a conformação de *um discurso metageográfico crítico*.¹⁶⁷

Primeiramente, é necessário desfazer a centralidade de uma interpretação do mundo sobre outras. Não há hierarquias *a priori* entre as sociedades. E romper com a hierarquia é também negar um de seus sustentáculos principais, o determinismo de acordo com o ambiente em que existem, naturalizando o que é social. Isso leva a rejeitar a herança da dominação canônica, como se o que está recortado existisse totalmente alheio a quem opera o recorte, ou que a representação, uma vez instaurada, passaria a definir o que representa em uma cristalização. Para tanto, é necessário assumir precisão sócio-espacial, ou seja, não tomar as partes pelo todo nem o inverso, como se as escalas fossem mero reflexo uma das outras. E essa precisão só pode acontecer considerando-se cada sociedade em sua especificidade histórica, produzindo-se em ritmo próprio, jamais como entidades dadas. Assim, a “ânsia” da interpretação não pode suprimir as particularidades que nela não se encaixam, como se os fenômenos pudessem ser tratados à revelia. Ainda, elaborar esse “nível” de discurso sempre será falar do outro, que é conotá-lo. Tal demanda o cuidado de ponderar possíveis consequências depreciativas, contidas na maneira que nos dirigimos ao que é alheio. Tudo isso significa, enfim, que pensar novas formas de agir e representar terá de ultrapassar o entendimento das sociedades como realidades discretas, sem, por isso, torná-las um monólito indiscernível. Retemos sua afirmação de encerramento:

Enquanto os limites epistemológicos e políticos do discurso espacial nos tornam humildes, não devem nos fazer arremessar todos nossos mapas ao vento. Ao contrário, devem nos persuadir a reter e reformar esses mapas, reconhecendo o peso ideológico dos aspectos em jogo, na maneira que concebemos o mundo (LEWIS & WIGEN, 1997, p. 205).

166 No original: “how they guide our policy as well”.

167 “Uma crítica não é um projeto para encontrar falhas, mas um exame dos pressupostos de um campo de conhecimento. Seu propósito é entender e sugerir alternativas para as categorias de conhecimento que usamos. Essas categorias (i.e., pressupostos e noções familiares) moldam o conhecimento tanto quanto o possibilitam” (CRAMPTON & KRYGIER, 2008, p. 86).

Ao longo deste trabalho, em função da abordagem de Castoriadis, mencionou-se várias vezes a noção de *criação*, a emergência de algo radicalmente *novo* do fazer e representar sociais. Por suas implicações metodológicas, cabem algumas palavras.

Para o autor, criação “significa evidentemente criação autêntica, criação ontológica, a criação de novas Formas ou novos *eidé*, para utilizar o termo platônico” (CASTORIADIS, 1987, p. 225). Apesar da terminologia, não se segue que ele tenha um alinhamento com a filosofia das Ideias, o que seria, inclusive, totalmente contraditório pelos seus aspectos essencialistas e imutáveis. Seu uso de *eidós* caminha muito mais na direção de um aporte genérico de abordagem do domínio social-histórico. Se toda e qualquer sociedade é enquanto instauração de “uma forma particular e mesmo singular” (*ibidem*, p. 228), logo, sua existência é “irreduzível aos tipos tradicionais de ser [substância, sujeito, ideia]” (*ibidem*, p. 231): cada uma advém das *eidé* que ela mesma criou.

Assim, o novo só é possível porque há indeterminação, porque as coisas não estão dadas. Ao mesmo tempo, a novidade não pode ser “pré-vista”, pois como definir o que será a partir daquilo que *não é*? Colocam-se dois apontamentos importantes.

O primeiro é o de reconhecer o inexoravelmente potente domínio do *anthrôpos*. Libera-se a transformação da existência humana em seu sentido mais radical: capacidade de se *autoinstituir*, abandonando os grilhões da determinação natural e social. Sempre se pode ser de outra maneira, de outra *forma*.

O segundo é, dada a imprevisibilidade do que emergirá, a impossibilidade de *explicar* o que já emergiu. Sem causa, ou determinação, não há efeito derivado. O máximo que se pode fazer é tentar *elucidar* “as condições que precederam e envolveram essas emergências” (CASTORIADIS, 1987, p. 239). Exemplificando, pode-se fazer grandioso esforço para contextualizar a criação da democracia: Grécia antiga, oligarquia, etc. Mas não há como precisar porque ela se deu *exatamente*, porque *esta* democracia e não outra qualquer.

Isso aparentemente posiciona uma dificuldade enorme para análise. Se não é possível identificar causas para criação, nem prever sua configuração, teríamos chegado a uma aporia?¹⁶⁸ Acredito que não. A menos que se queira ou usar das experiências sociais como modelo ou determinar “condições ideais” para transformação da realidade.

Esse aspecto indeterminado do fazer social é também evidenciado por Hannah Arendt (2016), quando diz que “os resultados das ações dos homens estão além do controle dos atores” (p. 18) “e o totalmente inesperado não pode ser eliminado por simulações,

168 Aporia é a situação lógica em que se chega uma conclusão insolúvel e/ou absurda, donde é necessário abandonar, pelo menos, uma das premissas. Os diálogos socráticos são exemplo clássico dessa situação.

roteiros, teoria dos jogos e coisas assim” (*ibidem*, p. 19). O espaço da política não é de garantia, pelo contrário: “é função de toda ação, como distinta do mero comportamento, interromper o que, de outro modo, teria acontecido automaticamente, tornando-se, portanto, previsível” (*ibidem*, p. 48).

O que, enfim, pretende-se com esse mergulho “no real”? Cartografar as fendas que existem, apesar do “fechamento dos mapas” (BEY, 2011, p. 21)¹⁶⁹, auxiliando no longo e árduo trabalho de elucidação da vida humana, ao mostrar que novas *Formas* não só são possíveis como já existem. E que, se queremos tomar parte na empreitada, é preciso *deixar de suportar* esse mundo e *começar a desejar* outro.

Apresentada aonde a tese situa-se, resta apontar seus procedimentos. Talvez já esteja evidente, esse é um trabalho teórico, mas apoiado em casos concretos. A ferramenta central de investigação é a revisão bibliográfica e o levantamento de dados, e seu produto principal, o texto. Não foram realizados trabalhos de campo, uma vez que não há “estudo de caso” particular, nem carece de levantamentos empíricos, já realizados pelas fontes consultadas.

Quanto à análise, ela é eminentemente qualitativa, e, apesar das inevitáveis comparações, não se pretende estritamente comparativa. Ao mesmo tempo, parte da impossibilidade de dedução social-histórica, sem desconsiderá-la plausível para avaliar e estruturar argumentos. Nem prioriza a inferência, tampouco vê razões para negá-la completamente. Assim, o presente trabalho guarda forte proximidade com a proposta de “epistemologia anarquista” (FEYERABEND, 1977), em que não há prioridade de um método (e/ou técnica), mas pluralismo metodológico. Não se espera, portanto, que o produzido seja *reproduzível*, que todos cheguem às mesmas conclusões percorrendo o mesmo caminho, e sim que *essa* trajetória faça sentido, e, por sua estrutura interna, sustente-se sozinha, ou seja, sem depender de seu autor.

Conforme mencionado, a Parte II é composta de ensaios temáticos.¹⁷⁰ Cada um deles visa explorar os termos expostos aqui, de maneira entrelaçada. Ainda que possam não

169 “O último pedaço da Terra não reivindicado por uma nação-Estado foi devorado em 1899. Nosso século é o primeiro sem *terra incógnita* [...]” (BEY, 2011, p. 21).

170 O termo ensaio pode parecer, para alguns, pouco científico, especialmente para uma tese. Contudo, entendo que são recurso literário potente, que permitem expor um assunto de maneira fluída, ao mesmo tempo que comportam sua discussão através da exposição de ideias, pontos de vista e análise. Contempla, assim, o caráter rigoroso esperado da reflexão, ainda que de maneira mais experimental que um artigo, por exemplo.

aparecer expressamente em conjunto nos textos, ou algum seja mais predominante em um que em outro, eles são certamente o *leitmotiv* de todos igualmente.

O primeiro ensaio visa explorar as relações entre caminhar enquanto possibilidade inicial da política, e em particular da autonomia. O segundo explora diferentes metodologias cartográficas, propondo uma tipologia em distintas abordagens: social, dissidente, diagnóstica e filosófica. Já o terceiro discorre sobre quatro experiências sociais, no sentido de gestões territoriais concretas: a Comuna de Paris, a Revolução Espanhola, o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o movimento *piquetero*. Por fim, o quarto ensaio enuncia a partir do contemporâneo, situando nossa atual condição de existência e possibilidades de mudanças imediatas.

O caráter de platô dos ensaios da Parte II é mais forte que dos eixos da Parte I, podendo ser lidos em qualquer ordem e de maneira independente, sem quaisquer prejuízos de compreensão interna. Enquanto os eixos, apesar de também independentes, possuem certa sequência de pensamento na passagem de um para o outro.

Vale lembrar que a Parte III, apesar dos focos e resultados diferenciados de cada platô das partes anteriores, tem o intuito de integrar todo o trabalho, ou complexificá-lo, no sentido literal de aquilo que é tecido junto. Trata-se, pois, de tessituras. Ao final, o discurso não deve operar como *inputs* e *outputs* matriciais, que gerariam uma amostragem estatística, mas como esquematização de posições para guiar investigações metageográficas *nesta* perspectiva.

PARTE II

Três platôs elaborados a partir dos e sobre os eixos conceituais. Um platô elaborado como exercício do *aqui-agora*. Ou quatro ensaios cartográficos.

DO CAMINHAR E A CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA

O caminhar é essencial ao humano, ainda que seja curioso o fato de que algo definitório de uma coisa não lhe seja peculiar.¹⁷¹ Andar não é restrito ao ser humano, diversas outras espécies detêm a mesma capacidade. Ainda assim, é o caminhar que permitiu tudo que viemos a ser, foi ele que nos retirou dos espaços aquáticos em direção aos espaços telúricos. A evolução da maneira de se deslocar, em direção à postura ereta e bípede, é nossa verdadeira ascensão aos céus.

É certo que à época foram os nossos ancestrais répteis que fizeram esse movimento por nós. Não estávamos lá, por assim dizer, ainda que guardemos um resquício do momento, revelado no desenvolvimento fetal pelo breve desenvolvimento de cauda. O ser *sapiens* é resultado dessa trajetória ambulante, de estórias que percorreram trajetos ao longo da superfície terrestre, sejam fluxos migratórios, sejam movimentos pendulares diários, sejam povoamentos de novas áreas. A história das trajetórias ocupa toda a história da vida no Planeta Terra (que, justiça seja feita, deveria chamar-se Planeta Água, o que, ironicamente, tornaria o caminhar hábito um tanto quanto excêntrico...).

Caminhar é tão expressivo do desenvolvimento hominídeo que aquela famosa ilustração evolutiva, dos primatas até o presente *homo sapiens*, é a de uma caminhada em direção ao aprimoramento, certa forma de ápice: postar-se alinhado da cabeça aos calcanhares.¹⁷² E dessa larga existência sobre nossos pés resultou um humano urbano, consolidando-se desde a Modernidade. A maioria da população mundial já vive em cidades, ou, mais precisamente, em espaços urbanos. Depois de tantas reviravoltas, que *senderos* são esses que ocupamos atualmente, e quais ainda temos por percorrer? Para tal reflexão focaremos em uma proposta específica de caminhar, as derivas situacionistas.

Às áreas mais próximas às “ciências da Terra”, como a Geografia e a Geologia, quando alguém escuta a palavra *deriva* ela remeterá, na esmagadora maioria dos casos, à teoria de movimentação dos continentes. Não podemos estar mais distante dessa conotação no

171 Cabe lembrar que a ideia de essência, conforme elaborada pelos gregos da antiguidade, é aquilo que permite definir dada entidade. Ou seja, caminhar é um aspecto essencial historicamente necessário à caracterização do *homo erectus*, mas não é suficiente para defini-lo, não basta isoladamente. Por exemplo, o homem é animal bípede, ainda que existam homens de uma perna só. Assim como há outros animais bípedes que não são homens. Condição necessária, mas não suficiente.

172 “The only given thing is that upright walking is the first hallmark of what became humanity” (SOLNIT, 2000, p. 32). “A única coisa dada é que caminhar ereto é a primeira grande marca do se tornou a humanidade” (tradução livre). E cabe destacar que apesar de ilustrativa, tal imagem está, na verdade, errada, pois representa passagem de um macaco para um humano, quando, em realidade, ambos possuem um ancestral em comum, uma terceira parte da qual partilham.

presente texto. Aqui o termo aproxima-se à imagem de barcos flutuando sem direção no oceano. Mas nosso âmbito é o das cidades, e quem se desloca são os corpos pelas ruas.

A genealogia em que nos incluímos é a das errâncias, dos flanares e deambulares (JACQUES, 2005). A história da experiência urbana através do caminhar, prática cada vez mais dissonante em mundo extremamente motorizado. Falemos da cidade, então, visando situar do onde enunciamos, antes de adentrar no que é o caminhar derivante. Seguem breves considerações acerca da cidade/sociedade “espetacular-mercantil” (DEBORD, 2002).

A cidade como imagem – no sentido debordiano¹⁷³ – é bem evidente no que concerne o seu tratamento de marketing, ao menos em dois pontos. O primeiro, a promoção de uma guerra fiscal por fatias de investimento – condição na qual as unidades da federação encontram-se em particular.¹⁷⁴ O segundo, a elevação de localidades à condição de pontos turísticos, que recebem prioridade de gestão – através da mercantilização da paisagem, o objetivo basilar do próprio turismo, seu meio e seu fim – por se fazerem interessantes. É preciso que as cidades saibam “vender seu peixe” para poderem ser atrativas aos investimentos.¹⁷⁵

Em conjunto, esses dois pontos são capazes de transformar a cidade de maneira magnânima, tornando a experiência “dos outros” mais importante que a vivência autóctone, fato que deveria ser primordial. O cenário contemporâneo, ilustrativamente, é o de uma cidade que só possui restaurantes “cinco estrelas”, mas cujos habitantes não têm renda compatível com tal usufruto. Não parece difícil ver, mesmo nesse exemplo fictício, o absurdo que há em produzir o espaço do cotidiano deslocado de quem o anima de vida diariamente.

Há outra condição importante a ser destacada na cidade-espetáculo, que se poderia chamar de etimológica: espetáculo supõe uma plateia, que, por mais participativa que seja, não detêm qualquer agência real sobre o conjunto da obra.¹⁷⁶ Além de repelir a construção coletiva, a cidade-espetáculo enfraquece a participação popular através da mercadoria como paradigma de reprodução: entre a especulação imobiliária de “vazios urbanos” e de “espaços degradados” e a transformação de direitos em serviços, o que resta é a sobreposição do uso do

173 “O espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem” (grifo no original; DEBORD, 1997, p. 25; aforismo 34).

174 Para um apanhado sobre a guerra fiscal entre as UFs no país, ver “Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil” (DULCI, 2002). Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/9VWCkbZFNbfB5q8XjFhdncc/?lang=pt>. Acesso em Junho de 2021.

175 Para uma reflexão crítica sobre *city marketing*, ver “Cidade à venda: reflexões éticas sobre marketing urbano” (DUARTE & JÚNIOR, 2007). Disponível em <https://www.scielo.br/j/rap/a/fKJNnbwr8sXN9mQ3pwXTs8d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em Junho de 2021.

176 É interessante observar que plateia também pode ser substituída por público, em forte correlação com o papel do espaço público e da “coisa” pública como um *theatrum mundi*. Sobre tais correlações, ver a obra “O declínio do homem público” (SENNET, 2014).

espaço pelo seu valor de troca. Do “*cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*” (grifos do autor; SANTOS, 2012, p. 25)

A consequência disso é o ressecamento dos significados na vida urbana ordinária, tornando os lugares homogêneos em experiência e aparência. E o encolhimento do espaço social seu mais recorrente resultado, expressos, por exemplo, no autoenclausuramento das elites e a segregação das populações de menor renda (SOUZA, 2015). A priorização do que “a coisa vale”, em vez do que se faz com ela, é uma lógica espacial às avessas, porque se deveria, já diria o grupo *The Minimalists*¹⁷⁷, amar as pessoas e usar as coisas: o contrário nunca dá certo.

É tal contexto que leva à gentrificação, exclusão silenciosa que se esconde nos interstícios da ausência de força física (como sói acontecer com remoções de ocupação, por ex.).¹⁷⁸ Esse processo ocorre pelo encarecimento econômico dos espaços, que é um dos maiores motores do desenvolvimento urbano contemporâneo. A demanda acumulativa da sociedade espetacular-mercantil leva à corrida atrás do relógio abstrato do sistema financeiro, situando os sujeitos em uma condição perversa. Vive-se uma vida a prazo, atrás da próxima fatura, da promoção empregatícia, da materialidade “um pouquinho melhor”. E que se organiza por prazos, a formação profissional, a busca de uma carreira, a garantia da aposentadoria, a estabilidade financeira. Nessa disputa pelo algo a se ter, esquece-se de ser. E se esquece, também, que a existência só se dá à vista.

A isso os situacionistas contextualizaram como alienação pela sobrevivência (VANEIGEM, 2002). Abre-se mão de viver em prol da subsistência. É a ideologia da posse justificando a si própria. Aquilo mesmo que oprime, diminuindo o significado amplo da existência, começa a assumir status positivo ao ser o que lhe dá sentido: trabalhar torna-se mais que o necessário à reprodução, torna-se algo a ser buscado enquanto sentimento de realização. Em metáfora simples, seria como alguém que algema a si mesmo acreditando que a restrição, na verdade, liberta. Por conseguinte, o urbanismo assume forma do projeto, que divide o sócio-espacial, e tem como estratégia de dominação negar a cidade e a vida urbana em sentido forte. Nas acepções situacionistas, o urbanismo é o espetáculo-mercantil olhando-se no espelho.

E em oposição ao espetáculo, “o centro que separa”¹⁷⁹, o que há como resposta, como alento, como resistência? O que há para além do abismo aparente? A cidade como obra

177 Documentário disponível em <https://www.netflix.com/br/title/80114460>.

178 Em trabalho anterior definimos gentrificação como uma área VIP (SOARES DE LIMA, 2015, p. 122), teoricamente acessível a todos, mas marcadamente excludente por meio de poder aquisitivo.

179 Para a IS, o Espetáculo é a reunião de tudo aquilo que divide a sociedade, a união de suas próprias fraturas políticas, projeto produzido alheio às vontades populares mas a elas imposto (DEBORD, 1997).

de arte (LEFEBVRE, 2001), criação coletiva dos habitantes, empoderamento cidadão, o cidadão em seu exercício essencial: pessoa que pode decidir, em conjunto com seus pares, outros cidadãos, sobre o que fazer de sua vida e como reproduzi-la. Alçar-se à condição projetiva, rompendo com o pré-fabricado, o imposto e a normalidade.

Há, aqui, uma aproximação com a estética anarquista (RESZLER, 2005), em que a obra-prima, o produto, importa menos do que o processo. O ato criativo torna-se libertação e afirmação de autonomia. Produzir com o outro e para o outro é produzir, ao mesmo tempo, para si próprio, em aliança, opondo-se às limitações liberais, em que a liberdade individual é limitante: termina onde a outra começa. Na visão coletivista, a liberdade é associativa, congrega-se com a próxima, e, juntas, sucessivamente, tendem ao infinito (BAKUNIN, 1999). A libertação reside no projeto comum e não na soma de conquistas particulares. Não existe política nem liberdade que possa existir isoladamente, o que não significa, de maneira alguma, que o conjunto deva suprimir as partes: o coletivo não é mais importante que o indivíduo, tampouco o contrário. Na verdade, formam-se em mútua influência, donde a Autonomia só pode ser verdadeiramente efetivada nessa duplicidade: ignorar isso foi o erro crasso do "socialismo autoritário" (GUÉRIN, 1968, p. 28-34).¹⁸⁰

Enfim, e a libertação de tal vida, tão dura e renhida, tão “total” na sua dominação, como e onde realizá-la? Como romper as amarras que chacoalham a cada movimento do corpo e da mente? Nas disputas cotidianas, na reprodução ordinária, comum, aquela que se dá ao longo do giro terrestre em sua viagem estelar. O horizonte das linhas de fuga (DELEUZE & GUATARRI, 2011) está ao alcance do toque, nas micro-zonas de tensão, através dos nanoterritórios (SOUZA, 2011), em projetos à escala da rua e no tempo do caminhar.¹⁸¹

Reesoando tal visão, a Internacional Situacionista (IS) criou suas leituras e propostas sobre as *derivas*, cuja prática é escape possível ao condicionamento da dominação sócio-espacial. Para os situacionistas, a cidade moderna calca-se predominantemente na concepção de utilidade, escolhemos uma rota entre dois pontos pela eficácia: o mais rápido e menos cansativo possível, importa chegar. Eles acreditavam que muito mais importante era o percorrer, experienciar a cidade em vez de a atravessar. Assim, a primeira conotação de *deriva* é a mais simples: transitar pela cidade sem destino, deixando-se levar pelo momento e

180 Na literatura, a distinção entre socialismo autoritário e libertário diz respeito, basicamente, à qualificação do espectro marxista (e suas correntes subsequentes) e do anarquista. Dito de outra maneira, a distinção reporta ao papel do Estado, e seus dirigentes, para a transformação social.

181 Vale lembrar, conforme exposto na Parte I, que as linhas de fuga dizem respeito àquilo que pode desestruturar o que está estabelecido. Na linguagem dos autores, rompe os estratos de sobrecodificação... Quanto ao nano, é apenas apontamento escalar sobre um território possível, na dimensão das casas, da rua, das pequenas associações e assim por adiante. Tem como objetivo fundamental atentar para as microrresistências, as pequenas tensões do cotidiano.

pelo terreno, uma espécie de jogo lúdico. A “primeira” deriva é uma brincadeira cotidiana. Contudo, é a “segunda” que mais importa, e que potencialmente tem mais a contribuir com a produção teórica e política de outra sociedade (IS, 2003a, 2003b).

A arquitetura moderna é utilitária, projeta espaços para finalidades pré-definidas, estabelece uma cidade que deve cumprir o “destino manifesto” concebido pelos “especialistas”. Contra essa forma tecnocrática de pensar a urbe, a IS elaborou a proposta de *psicogeografia*, que seria o estudo das atmosferas psíquicas, as *ambiências*, resultado das experiências do sujeito com seu entorno. Em vez do planejamento funcional, o sensorial. Seu objetivo é a reposição do uso perante o valor (*ibidem op cit*).

Essa técnica de investigar o espaço urbano tem um método claramente anunciado, as derivas. Uma vez delimitada a área de interesse, especialmente em função dos fluxos externos e internos dos indivíduos, deve-se desbravá-la por meio de deslocamentos incondicionados de destinação, sujeitos apenas à imersão situacional. Dobrar à direita ou à esquerda, subir ou descer, contemplar ou observar, cada atitude é livre ao seu próprio acontecer. A única “demanda” a ser realmente cumprida por esse método de investigação, seu princípio basilar, é a exaustão da vivência. Pelo máximo tempo possível, sob as mais diversas condições (sol, chuva, vento, calor, frio, umidade), em todos horários do dia e da semana. A delimitação das ambiências é tão mais precisa quanto a diversidade apreendida pelo derivante.

Assim, o deambular situacionista é muito amplo e, tanto como jogo quanto como metodologia, calca-se num fator extremamente importante: caminhar é sempre experiência de conhecimento, de si e do entorno. Mesmo quando só saímos de casa para o trabalho, e de volta, permanecemos andarilhos, ao descobrir que “[a]li mesmo, onde moro, freqüentemente não sei onde estou” (SANTOS, 1992, p. 98). Mesmo no movimento pendular pode-se produzir estranhamento, mas romper tal linearidade contém potência ainda maior. Caminhar fora de nossos trajetos padronizados permite muitos olhares novos. Podemos, simplesmente, subir uma ladeira nunca antes enfrentada e descobrir que somos capazes! É como deixar de circundar uma montanha para se perceber alpinista, e que tamanha satisfação isso nos traz. Ou descobrir um evento de bairro que nunca tínhamos presenciado, por simples comodidade de ter ido sempre “direto para casa” em vez de se permitir “vadiar por aí”. Esses pequenos desvendamentos são como se preenchêssemos de cor uma paleta que antes era apenas escala de cinza. Assim, conhecer a realidade circundante é valor em si: a busca de um estado de nirvana cotidiano.

Por essas características “abstratas”, “metafísicas”, “psíquicas”, a investigação situacionista pode facilmente ser vista como apenas uma proposta lúdica, de baixa

aplicabilidade ou pouca validade técnica. Uma resposta possível, e de caminho mais longo e tortuoso, seria dizer que as preocupações situacionistas assemelham-se à inutilidade da Filosofia, ideia apresentada por Aristóteles em sua "Metafísica" (2002). A importância de um pensamento não reside no que se pode fazer com ele, em sua utilidade: um jardim de flores não alimenta ninguém (a não ser que sejam plantas alimentícias não-convencionais....), mas, sem dúvida, acalenta o espírito. Contudo, foquemos no aspecto prático, “pulando” essa discussão que talvez desagrade, ou seja indiferente, à maioria.

Foi justamente visando discutir as ramificações aplicáveis dessa proposta aparentemente pouco útil, ou de verdade científica duvidosa, por depender tanto do sujeito que a realiza, que foram produzidos três estudos distintos e complementares (SOARES DE LIMA, 2011, 2015, 2016). Um importante escritor de contracultura, Stewart Home (2004), corrobora fortemente tal posição ao dizer que “os vários jogos e exercícios psicogeográficos, embora bem-humorados, não produziram os tipos de dados pelos quais uma *pesquisa científica séria* pudesse se desenvolver” (grifos do autor; p. 37).

O primeiro estudo tratou de explorar quem era o movimento em questão e quais suas principais ideias, associando-as com os conceitos geográficos para uma possível aproximação analítica. O segundo, aproveitando do acúmulo de sua precedente, conseguiu se debruçar sobre o cerne do problema, a pesquisa psicogeográfica em si, donde emerge a tensão entre o caráter experimental das produções situacionistas e sua pretensão investigativa "séria". A última investigação, por fim, é um capítulo de livro em que sugeri uma metodologia de regionalização (SOARES DE LIMA, 2016, p. 229-248), através do conceito composto *região-ambiência*, recortes do espaço delimitados a partir das características físicas associadas com a sensação que se tem delas, através do uso. Exploremos a seguir alguns apontamentos importantes sobre o que tais pesquisas desvelaram e produziram como reflexão.

Uma importante névoa a ser dissipada sobre o movimento situacionista é a seguinte: a IS foi um movimento de agitação, questionador daquilo tomado como dado. Sua produção teórica visou muito mais produzir inquietações que aportar respostas. Nesse sentido foram extremamente coerentes, pois, se afirmavam a criação como algo que deveria ser apropriado pelos sujeitos, não poderiam apresentar modelos a serem seguidos, apenas propostas motivadoras. As discussões psicogeográficas não contêm qualquer traço metodológico “bem-acabado” porque isso deveria caber aos que sobre ela se debrucem. Seu objetivo jamais foi o de uma “pesquisa científica séria”. Contudo, foi precisamente isso o que tentamos fazer a partir deles.

Há, sobre o assunto, basicamente, uma referência bibliográfica legada pelo movimento, a investigação psicogeográfica de Khatib (2003 [1958]), no bairro de Les Halles, em Paris. Apesar de única, ela deixa claro que a psicogeografia define uma área de estudo enquanto ambiência geral, composta por ambiências particulares, e para tanto depende de fluxos, internos e externos, ambos precisados pela localização de *plaques tournantes*, ou placas giratórias¹⁸², na área em questão. Temos aí três parâmetros para iniciar um alicerce sólido de pesquisa. O estudo de Khatib é assaz experimental na sua execução, então, minha principal preocupação foi conceber sustentos referenciais do dito, para além das percepções individuais do pesquisador. Ou seja, aportes palpáveis que não dependessem da crença em quem enunciava. Tal tentativa deu-se através de dois grupos reflexivos, um técnico e um teórico.

Seguramente, a principal técnica apontada na literatura situacionista é a narrativa (no sentido comum do termo): descrever as derivas e o observado. Assim, a primeira estratégia utilizada, para dar suporte à escrita, foi utilizar de amplo registro fotográfico. Tornar visível o que era dito. A segunda estratégia foi relatar o percebido através de elementos fisicamente presentes no espaço. Por exemplo, defender que determinada rua é significativa enquanto eixos de conexão (fluxos internos/externos) pela presença de pontos de linhas de ônibus e quantidade de vias trafegáveis. A terceira estratégia foi comparativa, ou seja, o que diferencia uma porção de área de outra? Esse processo de “eliminação” de possibilidades ajudou a sustentar as delimitações de ambiências internas elencadas. A quarta estratégia recorreu a dados oficiais, como taxas de imóveis residenciais para referendar a percepção de uma área menos comercial em relação a outra, ou as diferenças entre delimitação administrativa do bairro e suas ambiências. A quinta estratégia deu-se pela produção cartográfica tradicional, vetorizando uma imagem de satélite georreferenciada. Esse referencial técnico permitiu plotar, com precisão locacional e escalar, as diversas informações contidas no texto, desde locais fotografados até as dimensões regionalizadas. A sexta e última estratégia, e a menos palpável de todas, foi uma prática reconhecidamente válida na antropologia, manter um diário de campo etnográfico, registrando as percepções e conversas mantidas ao longo de toda pesquisa.

Quanto à questão teórica, demonstrou-se importante sustentar a discussão em aportes não situacionistas. Por um lado, em teorias que não tivessem conexão com a IS, ou seja, que tivessem reflexões similares ou próximas ao que dizia o movimento, sem que pertencessem à mesma linhagem teórica. Quando diferentes de nós chegam a similares

¹⁸² As *plaque tournantes* são uma “expressão francesa para designar o mecanismo que permite desviar a rota de um trem pela mudança de direção dos trilhos” (nota do tradutor em JACQUES, 2003, p. 79). Placas giratórias foi a tradução livre adotada no referido trabalho.

conclusões, somos levados a crer na validade de nossas produções: distintas origens chegarem ao mesmo resultado mostra consonância científica (por estrutura argumentativa), especialmente no âmbito das áreas humanas. Por outro lado, teorias que mantêm conexão com a IS, mas não contradizem os aportes alheios a essa linhagem. Ou seja, espera-se que em um mesmo *corpus* teórico haja concordâncias, mas, quando estranhos também se alinham endogenamente, servem de validade para as associações realizadas. Por exemplo, não há surpresa na aproximação lefebvriana-situacionista, mas entre aqueles e as aspirações foucaultianas, sim. E, havendo coerência entre ambos, verifica-se validade e força argumentativa do trabalho em geral.

Em palavras mais simples, o esforço foi motivado por demonstrar que, se a pesquisa psicogeográfica depende fortemente do sujeito que deriva, existem diversas maneiras de a sustentar para além dele, seja empírica, seja teoricamente. Além disso, focamos em uma questão importante e conflitante em relação às propostas situacionistas. Estes focavam no desvendamento de usos possíveis das áreas em questão, “que outros usos posso fazer além dos que me são dados?”. Concluí que tal reflexão não deve ser o imperativo principal, ou seja, é fácil que qualquer um pense em práticas diversas para uma determinada área, qualquer que ela seja. Assim, a investigação psicogeográfica não deve se calcar tanto na criatividade, “o que posso pensar de diferente para aquele espaço”, mas naquilo que impede sua realização. Tal investigação, aí sim, pode vir a cumprir o papel fundamental de desvendamento da dominação espetacular perante a sociedade. Menos um estudo perceptivo e mais das “geometrias do poder” (MASSEY, 2009).¹⁸³

Destarte, a referida pesquisa avançou em dois sentidos. Aprimorar técnica anterior, refinando as propostas inicialmente elaboradas, ao mesmo tempo que realiza uma contestação para além de seu objetivo original. Não só foram colocadas em questão as maneiras de validação da pesquisa psicogeográfica, como, igualmente, fez-se um esforço crítico perante sua abordagem reflexiva, que deslocou “o que” para “de que modo”. E, ainda, se a alguém importa a relação volumétrica da produção intelectual com o mérito da obra, estamos falando de um texto de “meia dúzia” de páginas, escrito por Khabib, em comparação a um de quase cento e cinquenta laudas...

183 No original: "power-geometries".

As discussões supracitadas são herança dos trabalhos de monografia e de dissertação do presente autor (SOARES DE LIMA, 2011, 2015). E, conforme consta, possuíram dois objetivos bem definidos, a obra da Internacional Situacionistas e sua aproximação com a Geografia, e o desenvolvimento de uma proposta metodológica a partir deles. Assim, no que dizem respeito à discussão sobre territorialidades autônomas (ou, por que importam à tese)? Primeiramente, elas são o ponto de origem de onde, hoje, nos alocamos. O anteprojeto, apresentado para seleção no programa de pós-graduação, foi elaborado mesclando tal herança com a preocupação sobre cartografia social. Naquele momento o “estudo de caso” pretendido era o ativismo/movimento *Iconoclastas*, duo argentino mencionado no eixo Cartografia da Parte I desta tese.¹⁸⁴

Portanto, a estrutura presente, que mescla a tríade autonomia-território-cartografia emerge precisamente de tal situação. E há, no mínimo, algumas associações possíveis entre ambas as discussões, em especial no que toca a Autonomia.

Não é fácil afirmar qual a principal intenção motivadora do projeto concebido pelo filósofo grego Cornelius Castoriadis, pois ele possui muitas aproximações possíveis. Contudo, sem sombra de dúvida, uma delas é superar o dualismo herdado das duas doutrinas expoentes do século XIX, e consolidadas até o século XX: o marxismo e o anarquismo. Se para a primeira a questão central da emancipação social se dá em como realizar a tomada do Estado, para a segunda se dá em como destruí-lo.

Em outras palavras, na verdade palavras mais precisas, a tensão distintiva dentre essas correntes políticas é a oposição de sua abordagem sobre como eliminar a influência opressiva do Poder perante a organização política. Ou a classe proletária/popular deveria tomá-lo para si, ou deveria destruí-lo.

Pode-se perceber, sem dificuldade, que ambas correntes identificam “poder” à estrutura heterônoma¹⁸⁵. E tal é o ponto essencial do pensamento castoriadiano: ao fazerem isso erram fundamentalmente. O marxismo(-leninismo), acreditando que a heteronomia pode servir à autonomia, desde que gerida pelas “pessoas certas”, peca em ver a essência dominadora da verticalidade. Já o anarquismo, imaginando haver sociedade sem poder, peca

184 Ver www.iconoclastas.net. Acesso entre 2019 e 2020.

185 Lembremos que heteronomia significa receber ordens ou leis de força externa/hierárquica, e ausência ou oposição à autonomia. Tais termos são polos opostos.

em ver que a destruição de formas centralizadas não elimina a possibilidade de autoritarismos horizontais.

Nenhuma das abordagens satisfaz a “equação”, porque invariavelmente se chegará à “rua sem saída” de que relações de poder são inexoráveis a quaisquer sociedades, em todas as escalas (FOUCAULT, 1992). Portanto, tal é a lição primordial ensinada pelo projeto da Autonomia: a emancipação social só pode ser a busca incessante de condições cada vez mais igualitárias ao fazer político. Ou não será.

Precisamos destrinchar essa “síntese”, para que ela faça sentido em relação ao seu distanciamento das doutrinas mencionadas. Inicialmente, a concepção processual. A autonomia sempre será *projeto*, não há situação ideal ou teleológica em que o estágio final tenha sido alcançado, como é característico dos clássicos modelos utópicos, ou mesmo das doutrinas supramencionadas, em que o comunismo assume certa posição de realização finalística. Uma sociedade verdadeiramente autônoma é aquela “*onde a questão da justiça permanece constantemente aberta*” (grifos no original; CASTORIADIS, 1983, p. 33), e não onde se elaborou a “justiça perfeita”, que a tudo poderia satisfazer e a todos agradar.

Em segundo, o significado implícito na ideia de igualdade. Facilmente se poderia pensar que ela aqui reveste-se de isonomia eleitoral, donde a política é fruto de um quadro em que todos seus membros têm direito ao voto e cada voto vale o mesmo. Sim, é isso, mas também é muito mais. A saber, que a dimensão individual é indissociável da coletiva, porque *psique* e *socius* se produzem simultaneamente: “[s]omente homens iguais podem ser livres e somente homens livres podem ser iguais” (CASTORIADIS, 1983, p. 17). Ambas dimensões imbricam-se, atualizam-se, condicionam-se.

Uma estrutura social que foque na soberania dos indivíduos tende a se tornar uma sociedade regida pelo egoísmo, pelo individualismo, pelos direitos que se dividem em vez de se somarem, uma política liberal em sentido mais estrito, onde a liberdade termina no começo da do outro. Em uma sociedade autônoma, a liberdade de um deve se agregar a do próximo.

Ao contrário dessa predominância individual, só pensar a escala coletiva tende a suprimir os sujeitos particularmente. Recai-se, aí, em uma heteronomia de tipo stalinista. Assim, faz-se imperioso, para o projeto autonomista, que exista junção entre “autonomia *individual* e autonomia *coletiva*” (grifo do autor; SOUZA, 2006, p. 70), ou seja, “a capacidade psicológica e a possibilidade material e institucional efetiva de cada indivíduo adulto de estabelecer fins para sua existência e persegui-los de modo lúcido em igualdade de oportunidades” (SOUZA, 2006, p. 70), e “instituições sociais que garantam igualdade efetiva - e não apenas formal - de oportunidades aos indivíduos para satisfação de suas necessidades

e, muito especialmente, para participação em processos decisórios relevantes para a regulação da vida coletiva” (SOUZA, 2006, p. 70). As próprias definições dos dois “níveis” de autonomia mostram a ocorrência de um sobre o outro, e versam tanto sobre o material quanto o imaginário, e tanto sobre a estrutura quanto o processo.

Mantendo nosso exemplo anterior, se nessa agremiação, em que todos têm o mesmo valor, cada membro exercer o voto meramente visando a si próprio, jamais ela poderá ser considerada autonomista. A produção da liberdade somente pode acontecer se a igualdade em decidir almejar a igualdade naquilo que é decidido, e no compromisso compartilhado em acatá-lo.

E, para se engajar efetivamente intervindo no processo de gestão do cotidiano, há um fator de importância sumária em disputa: é preciso que os sujeitos detenham as informações sobre o que estão a deliberar (que, hoje em dia, não se dá de fácil acesso, seja pela burocracia estatal, seja pela atuação, eticamente duvidosa, dos meios de comunicação em massa, seja pela fonte confiável em meio ao turbilhão de *fake news*). Ao deter tal capacidade, de se informar com confiabilidade e facilidade, o cidadão será realmente responsável por aquilo que cativa e poderá ser cobrado por seus pares, bem como o inverso. Ou seja, cidadãos com essas características são cidadãos *ipsis literis*. Como atingir tal condição é um árduo caminho, que na academia vem sendo percorrido, por exemplo, por autores como Marcelo Lopes de Souza, desde sua dissertação (SOUZA, 1988), e em cujo trajeto minha pesquisa singelamente toma parte.

Prosseguindo, então. Que a discussão sobre Autonomia é uma reflexão (sobre) política não resta dúvidas. E que por política entende-se o fazer daquilo que compete à organização da vida social. Não há política de uma pessoa só.¹⁸⁶ Mas talvez não seja tão óbvio o aspecto aparentemente legal que Cornelius Castoriadis condiciona ao termo. Relembrando algo já dito na Parte I, *autos* significa de si mesmo ou de si próprio, e *nomos* significa lei ou norma, no sentido de “convenção” (SOUZA, 2006, p. 69).

Assim, autônomo é “aquele que dá lei a si mesmo” (CASTORIADIS, 1983, p. 21). Entretanto, seria incorrer em erro interpretar que o autor está simplesmente apoiando sua empreitada filosófica, tão titânica, ao mero sentido jurídico e pessoal sugerido pela etimologia. Para deixar indiscutivelmente claro, *sociedades autonomistas constituem-se de indivíduos instaurando a si próprios, coletivamente, em seu conjunto formal (permissão legal) e informal (dever ético)*. Juntas são essas as *instituições* da sociedade. Donde derivam-

¹⁸⁶ Nesse sentido, Hannah Arendt (2016) é cirurgicamente precisa. A política só pode ser enquanto for partilhada. Uma pessoa produzindo e trocando entre pares é um *homo faber*, enquanto uma pessoa produzindo sozinha em uma caverna é somente um *animal laborans*.

se dois princípios fundamentais: “sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma por divisa e por autodefinição: *nós somos aqueles cuja lei é dar, a nós mesmos, nossas próprias leis* (grifo no original; CASTORIADIS, 1983, p. 22). Ou seja, aqueles que decidem viver, tal e qual, sem que outros lhes ditem seu cotidiano.

Conforme mencionado anteriormente, há diversas possibilidades de adentrar no pensamento castoriadiano e seu projeto político-filosófico. Contudo, em vez de prosseguir a outras esferas, gostaria de ainda explorar o já dito e suas implicações. A palavra autonomia, em especial nos dias atuais, é de “comprensión multidimensional” (MAKARAN, LÓPEZ & WAHREN, 2019, p. 11), e os parâmetros apresentados por Cornelius Castoriadis são profícuos como ponto de partida e comparação para a questão. A seguir apresentarei distintas enunciações que se manifestam contemporaneamente sobre o que é ser autônomo.¹⁸⁷

Não posso deixar de fazer notar, em primeiro, a conotação de “trabalhador autônomo”. Extremamente saudado pelos ideólogos e teóricos do neoliberalismo, é aquele que tem liberdade de decidir sobre suas jornadas, remuneração e atividades. Sem patrão, pode “escolher” quando, como, onde e por quanto laborará. Autônomo significa, aqui, ausência de vínculo formal, flexibilização da jornada de trabalho e, muitas vezes, precarização de suas condições.

Outro importante sentido é o de “não filiado”. Indivíduo, ou coletivo, sem vínculo institucional com partidos, sindicatos, associações, movimentos sociais. Autônomo assume, agora, o sentido de uma atuação sem amarras, independente. Esse aspecto de independência também pode assumir outro aspecto, e se refaz na formulação do termo enquanto “sustentabilidade material”, aquele(s) que subsiste(m) sem precisar de forças externas. Autonomia, então, designa capacidade produtiva.

Ainda, tal palavra pode se referir à prática “intelectual”. Aquele que reflete sem compromisso da aprovação dos pares ou da opinião pública. A cátedra, que organiza seus currículos, normas e representantes. E o pesquisador, ao decidir por conta própria seus temas de investigação e projetos. Autonomia, nesse caso, é a de pensamento.

Por fim, a implicação “federativa”. A condição de unidades territoriais gerirem suas estruturas executivas, legislativas e judiciárias. Esse talvez seja o sentido que permita os exemplos mais diferentes, desde as tensões entre municípios e estados, passando por decisões

187 Para interessante sistematização dos possíveis entendimentos de autonomia, ver Mabel Rey (2011, p. 151-177), em que se diferenciam três acepções, ou grupos: a) definições teóricas; b) posturas políticas e ideológicas; c) práticas.

internacionais na ONU até a ocupação de áreas por grupos revolucionários. Essa Autonomia, enfim, é decisória.

Feita a breve exploração acima, qual fato ressalta mais comumente aceitável? De que é extremamente difícil derivar uma definição de Autonomia que satisfaça os casos entre si. E tal dilema de precisão é tanto da ordem da ciência quanto da filosofia (na verdade do próprio cotidiano): para que um conjunto dado de interlocutores entenda a palavra “X” há de se detonar a mesma coisa entre todos. Um acordo linguístico, não importa se explícito ou tácito, é minimamente necessário, caso contrário, não só a elaboração de argumentos é impossível como o é qualquer partilha mínima de significado. Na vida rotineira ninguém haveria de discordar disso (imagine o absurdo que seria se o que eu designo por “cadeira” fosse “árvore” para um e “carro” para outro...), mas especialmente no que diz respeito às categorias, e mais importante, aos conceitos, isso não pode ser tomado como leviano, muito menos como dado.

Haja vista que a comunidade acadêmica jamais entrará em consenso estrito (nem acho possível, nem acho que deva), o que acontece é que se espera consistência e coerência interna da bibliografia usada em cada pesquisa e na interlocução entre essas. Ou seja, que não se analise um fenômeno através de autores cujos conceitos são contraditórios por definição. Ou que se utilize o mesmo conceito para fenômenos que ele não abarca. Para tornar palpável a discussão, retornemos aos casos anteriores. Se eu tomar autonomia no sentido laboral não poderei usá-la para designar a não filiação; no âmbito intelectual estarei limitado para abordar o aspecto produtivo. Assim por diante, os exemplos limitam-se entre si, não consigo açambarcá-los integralmente, a não ser que faça ressalvas “ponto-a-ponto”, conforme consta.

E se resgatarmos a definição castoriadiana, o que acontece? Um meandro comum se desvela, “aquele que dá lei a si próprio”... Podemos dizer que, nesse aspecto, todos buscam certa autonomia, buscam ter maior agência sobre si. Todavia, é correto, e fundamentalmente importante ressaltar, que se continuarmos explorando as discussões presentes em “A instituição imaginária da sociedade” (CASTORIADIS, 1982), e “Socialismo ou barbárie” (CASTORIADIS, 1983), veremos que há condições por explorar em todos os casos. Mas não era a intenção do autor, nem é a minha, fazer da discussão uma *checklist* de pré-requisitos, ou seja, condições por cumprir para se poder afirmar que isso ou aquilo é autônomo, mas aquele outro não. Lembremos que se está falando de um *projeto sempre em construção*, portanto seria impossível responder de maneira binária ao problema. A luta contra a heteronomia é um processo constante de busca, porque a cada conquista consegue-se pensar perspectivas antes inconcebíveis. A liberdade de cada dia projeta liberdades novas que, subsequentemente,

trazem liberdades outras. Não se pode debater essas noções como situações fechadas, em que se atingiu ou não a capacidade de decisões autoinstituídas.

Assim, como é possível encaminhar a problemática? Curiosamente, de uma maneira relativamente simples, contudo bastante potente, é possível encaminhar pensando-se em “questão de graus [de autonomia]” (SOUZA, 2015, p. 177-187), ou, também, em sentido “fraco” e “forte” (SOUZA, 2015, p. 82-6; p. 189). Facilmente consegue-se conceber um exemplo comparativo: duas sociedades em que há mais e menos capacidades, ou margens de manobra, para os cidadãos exercerem a política. Uma teocracia, sem dúvida, é *menos* autônoma que uma democracia representativa, e uma autogestão é *mais* do que esta. Bem da verdade, autogestão é sinônimo de autonomia, dado que uma sociedade radicalmente autogestionada é uma sociedade que efetivamente institui a si mesma, “na qual a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos foi abolida” (SOUZA, 2015, p. 175).

Marcelos Lopes ilustra a discussão sobre os níveis e intensidades de autonomia e participação com uma tipologia: 1) coerção; 2) manipulação; 3) informação; 4) consulta; 5) cooptação; 6) parceria; 7) delegação; 8) autogestão. Em “Mudar a cidade” (2015, p. 207) o autor vincula as situações por sua intensidade de participação. Enquanto 1 e 2 são situações de *não-participação*, 3, 4 e 5 são de *pseudoparticipação*, já 6, 7 e 8 são de participação *autêntica*. Em “A prisão e a ágora” (2006, p. 414) o parâmetro é a graduação política. Aqui, a coerção ocupa a totalidade do espectro heterônomo, enquanto a autogestão ocupa o extremo oposto da autonomia, com as outras tipologias conectando-as em degradê.

Pode-se, se se quiser, chamar a autogestão de auto-organização; mas auto-organização *de quê?* A auto-organização é também auto-organização das *condições* (herdadas social e historicamente) nas quais ela se desenrola. E estas condições, condições instituídas, englobam tudo: as máquinas, as ferramentas, os instrumentos de trabalho, mas também os seus produtos; o seu meio, mas também os locais de vida, isto é, o habitat, e a relação entre os dois; e também, sobretudo, evidentemente, os indivíduos presentes e futuros, os seres humanos, sua formação social, sua educação no sentido mais profundo do termo – sua *paidéia* (grifo no original; CASTORIADIS, 1983, p. 21).

Tomando inspiração da última frase citada acima, da necessidade de se pensar educação (ampla e) profundamente, prossigamos para a cidadania. Que não seria “nada mais” que a aprendizagem e o exercício cotidiano da política, como veremos a seguir.

CIDADÃO, *HOMO POLITICUS*.

Ser cidadão não é ter a posse de um documento de identidade ou conquistar ofertas de serviço, como acesso à saúde, escola e moradia. Ainda que tudo isso componha a questão, a cidadania é um exercício, uma prática cotidiana. Em outras palavras, o voto é um parâmetro demasiado raso para a enorme potência de uma democracia *radical* – cujo sinônimo é a autonomia coletiva (SOUZA, 2006, p. 70).

Etimologicamente, inclusive, percebe-se a clara associação entre cidade, cidadão, cidadania (SOARES DE LIMA, 2015). Fruto do momento-chave na história da humanidade em que se pode falar de surgimento da democracia, o governo do *démos* organizando a *pólis*, a cidade e a política partilham um longo passado.

Na Atenas da Antiguidade, ser cidadão era poder deliberar sobre os assuntos da *pólis*. Ser cidadão era necessariamente participar da atividade política. Falando mais rebuscadamente, a cidadania é uma ontologia prática, condicional entre ser e fazer. Assim, só existe cidade havendo cidadãos, porque a cidade é um fenômeno relacional, a *pólis* só existe enquanto a política for exercida.¹⁸⁸ Outra coisa é a estrutura onde se dá essa relação, e que é produzida por ela, seu “substrato espacial material” (SOUZA, 2013, p. 63-77). Essa é a diferenciação básica do fato político, a cidade, do fato físico, a urbe (BOOKCHIN, 2010). Analogamente, se o território não é uma coisa, mas uma relação, um campo de forças entre duas ou mais partes, tampouco poderia ser a cidade, uma vez que ambos estão envoltos no fazer político, ou seja, envoltos pela dimensão do poder.

O espaço cívico (bairro, cidade) é o berço em que o homem se civiliza e civilizar é sinônimo de politizar, de transformar a ‘massa’ em corpo político deliberativo, racional e ético. Formando e fazendo funcionar tais assembleias [comunais, de bairro], *os cidadãos formam-se a si mesmos, porque a política nada é se não for educativa* e não promover a formação do caráter. O município não é apenas o local onde se vive, a casa, os serviços de higiene e salubridade, de previdência, emprego e cultura (grifo nosso; BOOKCHIN, 2010, p. 46).

Vale levantar, ainda, outro apontamento importante sobre a associação entre cidade-cidadão-cidadania e o projeto autonomista, que é a “relevância da cidade como *incubadora de experimentos políticos e de preparação para o futuro*” (grifos no original; SOUZA, 2006, p. 273). A própria vivência de cidade e a prática cotidiana da política, daí advinda, são maneiras de conceber novos mundos, e isso não pode ser feito somente com uma

¹⁸⁸ É importante ressaltar que a correspondência não é uma garantia, mas uma projeção. Justo porque se origina da política (e sua inescapável indeterminação, como já vimos na Parte I).

educação sobre o que é autonomia (ainda que tal seja de extrema importância) porque é condição necessária que exista, também, “um *imaginário* que propicie o caldo de cultura para uma socialização autônoma do indivíduo” (grifo do autor; SOUZA, 2006, p. 273). A efetividade da prática corriqueira depende igualmente de um “caldo cultural” que a sustente.

Além disso, o entrelaçamento do fazer político com as diversas vivências com a cidade pode, sem malabarismos teóricos, ser igualmente pensado para o meio rural, ou mesmo redes em escalas mais amplas, “regionais” como se diz corriqueiramente. Ao mesmo tempo, não é difícil perceber, a partir de tais diferenciações/definições, como a constituição da democracia representativa perdeu potência frente seu longínquo passado. Ao ponto de que se chegue a duvidar da capacidade da sociedade de se autoinstituir.

O próprio termo autonomia teve espécie de emergência popular contundente somente a partir dos anos 90 (SOUZA, 2017; ZIBECHI, 2007). Mas as provas históricas são antigas, e das mais diversas em espaços e tempos:

É fácil demonstrar, empiricamente, que ela se tornou realidade numerosas vezes ao longo da história, e isso em várias escalas temporais e espaciais: dos dois séculos da democracia ateniense na Antiguidade (de 510 a 322 a.C.) até as experiências autogestionárias protagonizadas por movimentos sociais em escala nanoterritorial nas últimas décadas, passando pelos conselhos operários do início do século XX e os *kibbutzim* na Palestina, antes da criação do Estado de Israel. E, para quem pensa que tais experiências foram, espacialmente, sempre demasiado localizadas, basta recordar a autogestão anarquista em regiões inteiras da Espanha, durante alguns anos, em meio à guerra civil (1936-1939) e, antes disso, na Ucrânia, durante a Revolução Russa [comunhas agrárias, as *makhnovitas*]. [...] Contemporaneamente, o caso dos zapatistas em Chiapas, deve também ser lembrado, já que, a despeito de diversas limitações, trata-se de uma experiência em escala regional (SOUZA, 2013, p. 294-295).

Assim, a concepção aqui apresentada de cidadania e política mostra, especialmente através dos exemplos elencados, o uso supérfluo da palavra democracia em sua associação representativa, por um lado, e, por outro, do uso redundante ao falar em democracia *direta*, em oposição à política parlamentar. Democracia, em sentido estrito, é necessariamente direta. Uma verdadeira “autonomia coletiva corresponde, no fundamental, a uma *democracia sem aspas* (grifos no original; SOUZA, 2006, p. 93).¹⁸⁹

E a necessidade de entender esse exercício constante, que é o fazer político, torna-se evidente quando se percebe que a formação neural de cada sujeito se dá a todo instante, “em permanência, sem trégua” (ONFRAY, 2010, p. 69). Cada ambiente que perpassa lhe

189 Uma defesa extensa das concepções apresentadas nesse parágrafo, e no anterior, é encontrada na obra de Marcelo Lopes de Souza (2006, 2015), que, citando Cornelius Castoriadis, diz que as atuais democracias representativas, na verdade, não são verdadeiras democracias, mas “oligarquias liberais” (SOUZA, 2015, p. 170).

marca de determinada maneira. Cada pessoa que conhece, cada momento que vive, forma-o e influencia sua relação com o entorno que lhe circunda. É preciso educar para e através de muito mais que os muros da escola. Se um projeto autonomista é aquele que busca a dissolução de níveis de agência sobre a organização da sociedade, a saber, que assume como premissa que todo sujeito não só é capaz como deve assumir a produção da sua vida, coletivamente, faz-se necessário que tal sujeito esteja apropriado dos aspectos que regem seu cotidiano. Para tanto é necessário instrumentalizar-se, e tal se dá por meio da educação para além do sentido escolar-formal, entendendo a “sociedade [como] um imenso organismo de ensinamento mútuo” (RECLUS, 2002, p. 108), porque ainda que a escola tenha sua importância, ela é bem inferior em relação “à vida social ambiente” (RECLUS, 2002, p. 108). Desse modo, reafirma-se justamente o que disse ao introduzir o tópico da cidadania, como algo que é, simultaneamente, um exercício e um aprendizado.

Retomando a Grécia antiga, na sociedade ateniense, lócus de origem da democracia, a ideia de ser livre estava imbricada com a capacidade coletiva das liberdades individuais de se juntarem para decidir sobre a organização e funcionamento de seu próprio espaço. Afora quaisquer peculiaridades anacrônicas, é válido trazer essa longínqua referência pela imbricação que ela revela.¹⁹⁰ Ela foi a primeira grande *criação social-histórica* (CASTORIADIS, 1987, p. 237), algo novo sem qualquer comparação com Formas anteriores. Enfim, conforme dissemos, a *pólis* só existia através de seus cidadãos, que estudavam para exercer, dentre outros papéis, o de gestores da cidade. Sua formação educacional era proveniente do fazer político, e vice-versa (SENNET, 2010; BOOKCHIN, 2010; SOUZA, 2006, 2015), e esse é o resgate central a ser relacionado com a consolidação de um projeto autonomista: o “cotidiano será, um dia ou outro, a escola da desalienação” (SANTOS, 2012, p. 71).

Contudo, de agora o espaço público passou a ser sua antítese. Cada vez menos um local de encontro, de troca, de efervescência e, o mais importante, de decisão coletiva, de *ekklesia*. Mercantilizado, o espaço se enfraquece politicamente ao ser instituído pelo valor de troca sobrepujando o valor de uso. O projeto autonomista é um apelo ao resgate desse cotidiano intrinsecamente político, em que o sujeito emerge como produto e produtor das condições de sua vida. A autonomia, assim, é projeto porque por acontecer, é eminente porque se destaca em importância, e é transcendente porque experiência alçada além de si mesma. Algo que *é-vindo-a-ser*, ato sempre potente.

¹⁹⁰ Como precisamente expõe M.L. de Souza (grifos no original; 2006, p 84), “o recurso à *pólis* grega não é o recurso a um *modelo*, mas sim a uma *fonte de inspiração* [...]”.

DO MAPA E DAS MANEIRAS DE CARTOGRAFIAR

No eixo Cartografia, da Parte I, consta uma abertura de cunho mais histórico da questão. Retomando desde os gregos e as origens da disciplina geográfica, chegou-se à dimensão filosófico-metodológica. Assim, é hora de dar prosseguimento, ao mesmo tempo evitando ser repetitivo e efetivamente continuando a investigação, seguir o “caminho de tijolos amarelos” lá apontado.

As bibliografias trazidas ajudam a compor o quadro diverso do que se tem enunciado atualmente como “cartografia”. Respectivamente, na ordem exposta em parágrafo acima, temos cinco casos: o primeiro é uma discussão teórica sobre o que são os mapas e como devemos interpretá-los e tomá-los em consideração no momento de nossas análises; o segundo é uma discussão histórica e metodológica sobre o grande “guarda-chuva” da cartografia social (e seus variados sinônimos ou aproximações); o terceiro é uma abordagem compilativa de práticas contemporâneas de mapeamento, dentro do que se vem chamando contra-cartografia ou cartografia dissidente; o quarto é um exemplo do que denominei de “cartografia de diagnóstico”, espécie de levantamento situacional de um movimento social ou de uma temática (luta pela terra em latino-américa, por exemplo); o quinto traz diferentes exemplos das potencialidades de uma abordagem filosófica. Vamos a elas.

ABORDAGEM CRÍTICA

Historicamente, a cartografia foi um instrumento de Poder e dos poderosos, serviu à dominação e compôs o acervo das bibliotecas dominantes. Assim, há uma peculiaridade que une os casos a serem aqui abordados, o fato de que todos pertencem ao escopo do que se pode denominar *abordagem crítica*, e que é algo extremamente recente (em especial se considerarmos, como o fiz, a cartografia desde sua origem na antiguidade grega). “Nos últimos anos, a cartografia tem escapado ao controle das poderosas elites que exerceram a dominação sobre ela por várias centenas de anos” (CRAMPTON & KRYGIER, 2008, p. 85). E isso se dá por um “golpe duplo – um conjunto amplo de práticas imaginativas de mapeamento e uma crítica ressaltando a política do mapeamento – [que] indisciplinou a cartografia” (*ibidem*, p. 85-6). Esses são, precisamente, os pontos principais sobre os quais se debruça Bryan Harley, e que servirão como partida.

Geógrafo de vasta produção, faleceu justamente no pico de sua vida acadêmica, em 1991 (LAXTON, 2005, p. 11). Assim, o primeiro apontamento que deve ser feito sobre o autor é que ele não pôde contribuir com a “virada cartográfica” (LÉVY, 2008, p. 153-167), que aconteceria a partir dos anos seguintes. Contudo, antecipa muitas das discussões que moveram o período vindouro, demonstrando a força de seu pensamento.

O texto a seguir consta em uma compilação póstuma, chamada “Nueva naturaleza de los mapas” (2005), mas sua data original de publicação remonta ao ano de 1988, em um livro organizado por Denis Coosgrove. Tal compilação tem o intuito de apresentar, da melhor maneira, as posições do autor, e não o de ser um livro de memórias. Conforme encontra-se no prólogo, escrito pelo organizador Paul Laxton (2005, p. 11-20), o principal propósito da agenda de trabalho de Brian Harley, e sua “filosofia de la historia de la cartografía” (p. 12), é mostrar que a maioria dos cartógrafos eram menos objetivos do que pensavam. Aqui há, de saída, uma posição muito importante para tomar em consideração durante toda a leitura do livro. De que o trabalho técnico não é neutro em qualquer aspecto considerado, existe sempre, literalmente sempre, uma intencionalidade por detrás da técnica empregada, especialmente no âmbito que ele está considerando, que é o da representação: o que é representado, e como isso se dá necessariamente parte de um julgamento inicial, porque feito por pessoas, e todo mundo tem uma bagagem que, de alguma forma, condiciona-lhe.

Assim, de acordo com Harley (2005, p. 79-112), um mapa nunca é verdadeiro ou falso em si mesmo, exceto nos seus aspectos euclidianos mais estritos. Por isso que o positivismo se adapta tão bem à disciplina cartográfica e lhe é tão útil, porque é a dimensão (objetiva, enquanto dado positivo) que interessa mais ao cartógrafo. Contudo, se expandirmos a discussão isso resulta irrelevante, porque implica não em ver o mundo que o mapa descreve, mas adentrar nessa descrição através de quem o traçou e como o traçou, emergindo em direção aos seus leitores.

O mapa é, essencialmente, um constructo social: essa é sua premissa inicial, sobre a qual todo o argumento sustenta-se. É aquela premissa que precisa ser aceita para “início de conversa”, caso contrário todo resto pode ser imediatamente descartado. E aqui observa-se outra questão interessante, que é o fato do livro (*Nueva naturaleza*), apesar de composto por ensaios independentes, que em princípio não precisam ter correlação entre si, ser integralmente atravessado pela mesma premissa. Isso demonstra posição de coerência muito forte por parte do autor e de onde se deduz o enlace entre os diferentes capítulos.

Enfim, sobre “Mapas, conocimiento y poder” (HARLEY, 2005, p. 79-112). A tradução que utilizo, como percebido pelas grafias, é em espanhol. Entretanto, também ficou

famosa, ao menos no Brasil, uma tradução em português na Revista *Confins* (2009), que utilizei ainda no Eixo da Parte I. Dois adendos conflituosos entre ambas traduções. Do título em português consta Saber, enquanto no espanhol está Conhecimento, o que pode parecer algo “menor”, mas, se fossemos levar a cabo a discussão no campo da sociologia e da filosofia, as distinções entre tais termos complica-se. Todavia, relevemos isso. Logo em seguida, e seguramente mais significativo, constata-se a tradução em português de “iconologia”, e no espanhol de “iconografía”. Desconheço a razão de em espanhol aparecer assim, dado que no original está “iconology” e as palavras são completamente diferentes nas três línguas.¹⁹¹ Tais termos remetem a métodos radicalmente distintos, e claramente a discussão que aparece no texto é de fato iconológica, porque trata de uma análise valorativa, e não de uma descrição ou análise formal das representações.

Prosseguindo para o conteúdo propriamente. Já no primeiro parágrafo (HARLEY, 2005, p. 79) o autor indica qual a principal preocupação do texto: utilizar da cartografia como um meio. Apesar de o que possa parecer à primeira vista, ela não é um fim ou um objeto propriamente, mas um vetor, que pode enunciar “acerca de los mundos sociales del pasado” (*ibidem*, p. 80). Assim, o que encontramos é uma espécie de arqueologia, não das técnicas cartográficas ou da história da cartografia, mas das representações sociais materializadas nesses produtos que chamamos de mapas. Então, a investigação, no âmbito que ele propõe, não é uma questão de avaliar se os mapas são verdadeiros ou falsos, precisos ou imprecisos, etc, como mencionado anteriormente, e sim de avaliar a seletividade de seu conteúdo, e especialmente que, enquanto representações, são “una manera de concebir, articular y estructurar el mundo humano” (*ibidem op cit*), em vez de um decalque da realidade, ou uma objetivação neutra do que é empiricamente constatável (plotar o *shape* correspondente, por ex.). Sendo uma representação, os mapas não podem equivaler à Realidade, no máximo expressam *uma* realidade dentre inúmeras possíveis, e, mais importante ainda, produzem realidades, porque condicionam nossas imaginações e o próprio imaginário social.

Todo e qualquer mapa é produzido dentro de certos “contornos ideológicos” (HARLEY, 2005, p. 80), acerca dos quais pode-se levantar três pontos fundamentais para análise. O primeiro é de que o mapa é linguagem, e sendo linguagem pode ser interpretado equivalente a um texto, tanto em suas expressões literais, o que está efetivamente escrito, quanto em suas manifestações hermenêuticas, o que está por detrás do que é evidente. O segundo fundamento é de que o mapa é uma imagem iconológica, que pode nos dizer como

191 O que quero dizer é, dada a correspondência exata das duas palavras entre as diferentes línguas, não seria o caso de um erro interpretativo na tradução.

ele é resultado tanto de uma motivação individual, o desejo de apresentar algum fato específico, quanto é expressão ideológica da situação em que foi elaborado. Já o terceiro é que o mapa é produto social, no sentido da sociologia do conhecimento, ou seja, aquilo que uma determinada sociedade toma como verdade ou real.¹⁹² É importante reter o fato de que ainda que esses pontos possam ser tomados separadamente, eles, em geral, para não dizer sempre, aparecem interligados.

Logo em seguida o autor nos dá uma pista metodológica e um indicativo de pesquisa que merecem ser destacados. A pista é que essa espécie de arqueologia não se dá da mesma maneira que uma investigação comparativa das características concretas entre mapas diferentes (a evolução de uma técnica topográfica, por ex.). Como ele diz, não há “una prueba química” (HARLEY, 2005, p. 82) para avaliar tendências ideológicas. Em outras palavras, a pesquisa qualitativa está sempre condicionada por nuances, por sutilezas, que a pesquisa quantitativa não está. Nosso caminho é mais meândrico, para utilizar de metáfora geográfica. Já o indicativo de pesquisa indica seus próprios procedimentos: analisar o contexto político em que um mapa foi produzido, o exercício do poder em tal contexto e a forma que ocorreu dada comunicação cartográfica.¹⁹³ Tal é o tripé de sua iconologia e seu legado para nós.

Em uma “inspección superficial” (*ibidem*, p. 84), como ele diz, pode-se evidenciar que a confecção de mapas “fue una de las armas de intelectuales especializadas mediante la cual se podía obtener, administrar, legitimar y codificar el poder” (*ibidem op cit*), seja no Egito, Grécia, Roma ou na Europa medieval. Não só a fonte de produção era elitista como sua finalidade esteve atrelada à perpetuação da classe dominante. O mapa aparece aqui, sem dificuldade, como um instrumento de Poder, com P maiúsculo. Vale apontar que também são mencionados os levantamentos topográficos iniciados no século XVIII, o que condiz com o momento em que a cartografia se descola da ciência geográfica, conforme aponta Paul Claval (2014). Assim, os mapas, além de embasarem processos de conquista, serviram de sustento para sua manutenção, comunicando mensagens imperiais. Outros exemplos seguem no texto e servem predominantemente para destacar como um “canetaço”, a partir de latitudes e meridianos, mudou a vida de grande parte do Mundo de então e culminou no Mundo hoje conhecido.

192 Ver “A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento”, de Peter Berger & Thomas Luckman. Petrópolis: Vozes, 2014.

193 Uma boa exemplificação desse “tripé” é um dos mapas que o autor apresenta, do império britânico, de 1886 (Figura II, p. 86). O contexto é o da dominação colonial, o exercício de poder é o da expansão imperialista, e a comunicação é a de supremacia, representada especificamente por Britania, mulher sentada sobre um globo, na parte inferior da imagem.

No âmbito do Estado-nação (HARLEY, 2005, p. 87) o papel dos mapas encontra “apenas” continuidade herdada da Antiguidade e da expansão dos impérios. A diferença é que o Estado surge como um ator que organiza a cartografia num acervo sistemático, o qual sustenta a própria estrutura territorial da instituição, delimitando suas fronteiras e levantando seus recursos internos. Os mapas constituem a afirmação da dimensão político-econômica transmutada em expressão espacial concreta, tornada tangível para ser melhor administrada. E aí podemos lembrar de Raffestin (1993), quando salienta que esse fenômeno se associa ao surgimento de outras técnicas, como os censos, enquanto forma de implementar o poder disciplinar. Delimitar e quantificar com precisão são palavras de ordem, donde se consolidam as “cartas de Estado maior” (LACOSTE, 2020, p. 3) da instituição militar.

Outra manifestação dos mapas, como instrumento de controle, é apresentado pelo autor através dos “derechos de propiedad” (HARLEY, 2005, p. 89). Inclusive, e extremamente significativo, é o fato que os mapas serviram para transição do feudalismo para o capitalismo. Foi a divisão traçada sobre o papel que sustentou a divisão geográfica do trabalho, que regulamentou a renda da terra e que legalizou a posse de áreas. A transformação das práticas agrícolas modernas, a partir da Europa, foram condicionadas pela informação fornecida através da exatidão cartográfica, e assim foi possível instaurar uma ditadura do espaço no campo, do mesmo jeito que o relógio instaurou uma ditadura do tempo na fábrica. Ambos catalisadores do mundo urbano por vir.

Resumidamente, todos os aportes trazidos por Brian Harley constituem o esforço conjunto de demonstrar as implicações políticas daquilo que foi tomado como meramente técnico, enquanto “convenção”. Seja a escala utilizada, seja a projeção escolhida, seja a paleta coremática, os mapas são imagens retóricas, dizem apenas aquilo que pretendem dizer, e pretendem apenas aquilo que dizem. Seja com o Hemisfério Norte significativamente maior que o Sul, seja a centralização em Greenwich, seja o que seja. A representação cristalizada no mapa emite uma mensagem e reforça uma visão de mundo: toda cartografia é “una ficción controlada” (HARLEY *apud* MUEHREKE, 2005, p. 140) por meio do que enuncia e, igualmente, pelo que silencia ou não representa (aquilo que não está no mapa “inexiste”).

De sua conclusão, ou “ideas preliminares” (HARLEY, 2005, p. 110), podemos (ou devemos) reter os seguintes apontamentos: a) os mapas foram guiados por uma elite ou grupos de indivíduos poderosos, como “flechas ideológicas [que] han tendido a viajar definitivamente hacia una misma dirección” (*ibidem*, p. 110); b) os mapas são essencialmente linguagem de poder e não de contestação; c) os processos cartográficos são atos deliberados

de vigilância e adaptações cognitivas dos valores dominantes; d) enquanto conhecimento pessoal, os mapas tendem a dessocializar o território.

Em termos históricos, ou até onde alcança a abordagem do autor, é assaz difícil discordar dele. Entretanto, conforme mencionado na abertura desta abordagem, ele faleceu em 1991, a partir de quando se fortaleceram práticas cartográficas participativas/comunitárias. Ou seja, ele não só não estava errado em sua leitura como estava inequivocamente correto, é apenas mais um caso de leitura datada (algo a que sempre devemos estar atentos em nossas interpretações e análises, e nossos próprios textos). São justamente essas características estruturais da cartografia herdada a serem postas em xeque pelas metodologias apresentadas pelos próximos autores.

ABORDAGEM SOCIAL

O texto “Disputas territoriais e disputas cartográficas” (ACSELRAD & COLI, 2008, p. 13-43), assim como o antecessor, compõe uma compilação, com a diferença significativa de que aqui os autores são múltiplos. Contudo, também há um fio condutor entre os capítulos, expresso pelo próprio título do livro, “Cartografias sociais e território” (org. ACSELRAD, 2008). Todos dizem respeito à discussão do mapa em uma posição antagônica às constatações de Harley, ou seja, enquanto possíveis instrumentos de contestação e libertação. Dessa maneira, o que segue é, literalmente, a continuação histórica do tópico anterior.

Tamanha é a continuidade que os autores abrem sua escrita com posicionamentos idênticos aos postulados pelo antecessor e, também, de apontamentos feitos por mim no eixo Cartografia:

Todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista. Na história das representações sociais, os mapas começaram, não por acaso, como ficção, um meio de se pensar o mundo a partir da crença e dos mitos, e não a partir da geografia. [...] O imaginário cartográfico e as representações do território passaram assim a recortar o real para descrevê-lo, defini-lo e, simbolicamente, possuí-lo. As representações cartográficas passaram igualmente a subordinar-se aos imperativos territoriais dos sistemas políticos que as reclamavam e justificavam (ACSELRAD & COLI, 2008, p. 13).

Do Mundo no escudo de Aquiles, expressando uma cosmologia e não sua localização, em direção à cartografia estruturada no período renascentista, a produção de mapas construiu e consolidou imaginários sociais. A questão é que, cada vez mais, tal

característica aliou-se às dinâmicas de controle, enquanto posse e domínio de áreas, mas também da vida em geral. É nesse sentido que as disputas cartográficas são necessariamente também disputas territoriais, e que esse texto aprofunda o que foi colocado por Brian Harley. Aqui não é só o produto que aparece como fonte de disputa, o *estar-no-mapa*, mas o próprio mapeamento, a ação de mapear, que passa a ser objeto de tensionamento. Uma disputa articula-se com a outra indistintamente, tornando-se, no final das contas, uma e a mesma coisa.

Assim, a emergência das metodologias participativas vêm para desestabilizar a legitimidade hegemônica de representação do espaço por parte do Poder. Esse papel contestador é precisamente o que se chama de “cartografias sociais”, ou seja, tal adjetivo aparece aqui, como em muitos outros lugares, enquanto sinônimo de realocação/reorganização do campo de forças. É óbvio que toda cartografia é social, na perspectiva de que é produção de um indivíduo em sociedade, mas tal nomenclatura contém certa especificidade que lhe diferencia daquela “tradicional”. É o surgimento de algo novo/distinto que está em questão. No caso da cartografia, o social é a denúncia e a resistência desse “outro lado” da política, o lado de relações de poder não dominantes, ou, pelo menos, a partir de uma perspectiva *desde abajo*, a partir das populações locais.

A disseminação de práticas com esse cunho ocorreu “desde os anos 1990. [...]”. Utilizando-se de diversas terminologias, tais atividades são reconhecidas, no debate internacional, como iniciativas de “mapeamento participativo” (ACSELRAD & COLI, 2008, p. 14). Tal mapeamento define-se, metodologicamente, pelo aspecto de observação participativa ou pesquisa colaborativa, e diz respeito à inclusão das populações locais lado a lado com as agências de desenvolvimento, e envolvem basicamente o uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs). Já os projetos de “mapeamento comunitário” envolvem as populações locais diretamente realizando o levantamento “do uso da terra e das fronteiras de seus domínios” (*ibidem*, p. 15), e as tecnologias podem variar muito. No que diz respeito a esse aspecto do SIG, ligado ao participativo, seria questão de adicionar o P de participativo na sigla, tornando-a um *SPIG*. Os autores destacam ainda, cabe frisar, que embora os avanços tecnológicos tenham permitido aquisições importantes do ponto de vista prático, a desigualdade de acesso a tais condições continua mantendo afastados aqueles que efetivamente cartografam e aqueles que são cartografados.¹⁹⁴

194 Mesmo que tal crítica permaneça válida, muito se avançou nesse quesito desde de 2008 (ano de publicação do texto). Especialmente no que toca a produção de *softwares livres*.

Se, em termos de recorte histórico, a primeira experiência de mapeamento com populações locais deu-se na década de 70, e na década de 90 têm-se a expansão das metodologias participativas, é somente a partir dos anos 2000 que se constitui “uma espécie de ‘sub-campo’ da cartografia participativa no campo mais amplo das práticas da representação cartográfica” (*ibidem*, p. 17). Esse sub-campo define-se por um rearranjo nas fronteiras institucionais e na produção dos mapas, especialmente “para fazer valer as reivindicações sobre territórios e seus recursos por parte de populações locais” (*ibidem*, p. 18). Em outras palavras, “atores sociais orientam estrategicamente suas ações disputando legitimidade no âmbito das representações espaciais” (*ibidem*, p. 17). Ou seja, a consolidação desse “sub-campo” não é nada mais, mas também nada menos, que a consolidação não só da disputa por *estar-no-mapa* quanto da capacidade de efetivamente tomar parte no processo. Também como no caso do acesso tecnológico, apesar dos avanços, os autores destacam que existe ainda uma diferença entre projetos “dirigidos-pela-oferta” e “dirigidos-pela-demanda” (p. 20), ou seja, a participação concedida em um projeto imposto e a participação que parte do próprio local.¹⁹⁵

Assim como o termo cartografia tem assumido inúmeros sentidos, igualmente tem acontecido com as metodologias participativas de mapeamento. Depende-se do enfoque, é verdade, mas, de acordo com os autores (ACSELRAD & COLI *apud* CHAPIN *et al*, 2008), também depende-se do local de origem. No caso do Canadá e do Alasca, as terminologias estão mais vinculadas ao uso do solo, ocupação, recursos e subsistência. No caso dos EUA as terminologias tradicionais dos órgãos competentes tem sido mantidas. Enquanto no “restante do mundo” (*ibidem op cit*) aparecem terminologias ligadas ao participativo, comunitário, etno e auto-dermarcação. No caso brasileiro (ACSELRAD & COLI, 2008, p. 24) faz-se eco ao “restante do mundo”, com destaque particular à *cartografia social*.

Em seguida, os autores trazem três “experiências originais, em certa medida ‘paradigmáticas’ e, no Brasil, inaugurais” (*ibidem*, p. 26). Por esse caráter de destaque acredito que merecem ser mencionadas, ainda que brevemente. O primeiro é o caso das Reservas Extrativistas (RESEX), que remontam à década de 80. Tais áreas surgem da demanda de grupos locais, preocupados em melhorar suas condições de vida e defender seus modos de reprodução frente aos projetos de integração nacional da Amazônia, uma “estratégia de articulação entre reforma agrária e proteção da floresta” (*ibidem*, p. 29). Através de lideranças como Chico Mendes, os extrativistas colocaram em pauta a demarcação de terras por meio do auto-mapeamento.

195 A mesma ressalva feita em nota anterior aqui permanece.

O segundo caso ocorreu na década seguinte, e leva o nome de “Guerra dos Mapas”, publicação homônima de Alfredo Wagner, antropólogo brasileiro. Tal publicação é resultado de diversos mapeamentos que visaram identificar situações de conflitos entre a população local e a implementação do Programa Grande Carajás (PGC). A mobilização deu-se, especialmente, contra a concepção de um espaço homogêneo (vazio de histórias e cheio de recursos, em outras palavras, euclidiano), mostrando que o território é um espaço vivido, em movimento, feito de apropriações, um *acontecendo-por-vir-a-ser*. Tal evento mostrou “que os sujeitos sociais são capazes de se familiarizar com a idéia do mapa e com o repertório de informações nele contido” (*ibidem*, p. 32). As bases lançadas pela “Guerra dos Mapas” levaram ao projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia”, existente até hoje.¹⁹⁶

Se o exemplo anterior serviu para contrapor a visão hegemônica e homogeneizante de um projeto desenvolvimentista, o “Projeto Mamirauá” partiu da necessidade de efetivação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Em vez de contrapor a implementação de uma força exógena, serviu para uma melhor organização endógena: um plano de manejo (PM) produzido comunitariamente. Sua inovação é dupla, tanto enquanto categoria de unidade de conservação, ela é a primeira RDS do país, quanto em seu formato de estabelecimento. A elaboração participativa do PM visou atender os usos plurais e comunitários possíveis, aliando as demandas locais às institucionais. As reuniões setoriais de mapeamento visaram identificar quais espaços deveriam se destinar a tais usos e quais deveriam ser preservados, de acordo com a população ocupante.

Constatando que o primeiro caso registrado internacionalmente, de cartografia participativa, se deu com os *inuits* e a demarcação do território *Nunavut*, e no contexto brasileiro com a RESEX, a RDS e o PGC, evidencia-se que há uma importância histórica entre as metodologias “inclusivas” e questões ambientais, associadas à demarcações territoriais/identitárias.¹⁹⁷ E, nesse sentido, parece imperioso pensar a discussão em tela tendo em vista o paradigma da “ecologia profunda”, que surgiu na década de 70, e que pleiteava um preservacionismo extremo, no sentido de ausência de populações humanas.¹⁹⁸ O que essas mobilizações autóctones impõem à análise, para além da tensão “poder popular *versus* poder institucional”, é a possibilidade de preservação atrelada ao uso humano, não só como não

196 Disponível em www.novacartografiasocial.com.br. Acesso em Dezembro de 2020.

197 Os autores (ACSELRAD & COLI, 2008, p. 25) apresentam um quadro-síntese das experiências de mapeamento participativo brasileiras, entre 1992 e 2008. Do total, 47,6% são casos de “demilitação de território/territorialidades identitárias”.

198 Uma notável contribuição para a crítica de tal concepção é a produção de Murray Bookchin. Ver, por exemplo, “Ecologia social e outros ensaios” (2010). Para uma leitura geográfica e um apanhado geral de sua obra, ver “Por uma geografia libertária” (SOUZA, 2017).

agressor, mas como promotor de diversidade dos ecossistemas, contestando a noção de natureza intocada, ao mesmo tempo que coloca em xeque a noção desenvolvimentista dos territórios, que enxerga na “natureza” um obstáculo a ser transposto, e nas áreas de demarcação (indígena, quilombola, de conservação) um entrave à economia nacional. A gênese das metodologias participativas demonstra, enfim, que o envolvimento local não só manifesta a resistência ao solapamento de suas estórias e modos de vidas como uma defesa do *buen vivir* de maneira generalizada.¹⁹⁹

Enfim, sobre as considerações finais dos autores (ACSELRAD & COLI, 2008, p. 36-41) e o que elas contribuem para nossas reflexões. Apesar de suas potências, os SPIGs não estão ausentes de problemas, como já mencionado ao longo da exposição. É necessário atentar à tecnologia, em primeiro lugar, que ainda permanecendo “nas mãos de poucos” pode perpetuar o afastamento entre quem mapeia e quem é mapeado, mesmo que os primeiros sejam sujeitos “bem intencionados”. Em segundo lugar, atentar às demandas institucionais, pois, ainda que promovendo participações locais, pode levar a seu afastamento efetivo, utilizando do conhecimento comunitário para, em vez de servir à sua emancipação, perpetuar seu controle. Promove-se um sentimento de “fazer parte” que é inócuo em termos estruturais. Paralelamente, podemos pensar nas audiências públicas, que mais servem a cumprir um rito administrativo do que respeitar realmente as demandas populares, quando não usam de informações produzidas pela sociedade contra ela própria.

Por definição, a cartografia integrada ao planejamento “pretende ligar os atores e o território, construir o território com os atores e mobilizar estes atores através do território sob a hipótese de que, nesta relação, uns e outros se transformarão” (*ibidem*, p. 38-39). Assim, o ponto principal é que, apesar de qualquer conquista parcial, falhar nessa co-transformação (considerando-a em sentido positivo, de melhoria da vida cotidiana) seria falhar no processo como um todo. “No quadro da pretensão participativa, esta dicotomia entre comunicação e gestão técnica do território não parece poder perdurar” (*ibidem*, p. 39). Resumindo, nas palavras dos autores, a “noção de mapeamento participativo surge, pois, com a marca desta ambigüidade: [...] sua realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura” (*ibidem*, p. 40). A esse problema os próprios sugerem uma resposta que reflete suas preocupações iniciais, de que a disputa cartográfica está entrelaçada com as disputas territoriais, logo, somente a “natureza dessas tramas” (*ibidem*, p. 40) pode nos fornecer resposta plausível.

199 "O *Buen Vivir* é parte de uma grande busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas da humanidade pela emancipação e pela vida" (ACOSTA, 2016, p. 208).

ABORDAGEM DISSIDENTE

Até agora vimos uma abordagem que abriu a discussão da cartografia numa perspectiva crítica, contestando a neutralidade da informação disposta sobre os mapas, assim como a própria técnica empregada por seus realizadores. E outra abordagem que apresentou avanços práticos dessas questões, deslocando a exclusividade dos “detentores do saber e suas representações” para um âmbito mais amplo, no caso o das populações locais, através de associações participativas/comunitárias entre as partes. Contudo, ainda aí podemos ver que a tecnologia e o institucional jogavam um papel marcante. Aqui apresentarei a continuidade dessa narrativa de contestações cartográficas, iniciada há meio século. A nomenclatura escolhida para esta abordagem inspira-se no título da tese “Mapas dissidentes” (MESQUITA, 2013), e se refere aos esforços de produzir representações que contraponham tanto a forma quanto as informações dos acervos tradicionais.

Mais uma compilação, “Not an atlas” (ORANGOTANGO, 2019) resulta do esforço para reunir experiências de mapeamento ao redor do globo. Sua potência está em demonstrar a imensa variedade que há desde as técnicas empregadas, passando pela forma do produto final, até as temáticas que cada mapeamento açambarca. O documento está disponível na íntegra, em formato *e-book*.

O título do livro nos ajuda a entender sua intencionalidade. Ele é uma negação, um não-atlas. Mas, então, por que simplesmente não colocar outro nome, em vez de dizer o que ele não é? Tal resposta pode ser encontrada no editorial de abertura.

Escolhemos chamá-lo de Não-um-Atlas porque queríamos romper com as convenções dos atlas tradicionais. Ao mesmo tempo, queríamos nos basear em outros contra-atlas. Essa contradição nos deu a sensação de estar no caminho certo. Queríamos deixar claro o que não queremos ser. Ao mesmo tempo, queríamos mostrar respeito às nossas fontes de inspiração (HALDER & MICHEL, p. 13).²⁰⁰

O nome Atlas apareceu pela primeira vez no século XVI, designando uma coleção de mapas que, supunha-se, mostravam o mundo “como ele realmente é” (HALDER & MICHEL, 2019, p. 12).²⁰¹ Fazendo eco à herança deixada por Harley, e toda a abordagem

200 No original: "We chose to call it Not-an-Atlas because we wanted to break with the conventions of traditional atlases. At the same time we wanted to build on other counter-atlases. This contradiction gave us the feeling of being on the right track. We wanted to be clear about what we do not want to be. At the same time we wanted to show respect to our sources of inspiration".

201 No original: "as it really is".

crítica da cartografia²⁰², os organizadores também assumem a postura de que os mapas “articulam afirmações que são modeladas por relações sociais” (HALDER & MICHEL, 2019, p. 13).²⁰³ Assim, livres da exclusividade das mãos acadêmicas e dos especialistas, passando para toda sorte de ativistas, os mapas podem enriquecer nossas visões de mundo, contestar a realidade imposta e criar linhas de fuga. Na já famosa expressão, “conhecer para se organizar e combater”...

Conforme já mencionado no texto de Acselrad & Coli (2008), a origem dos mapeamentos participativos/comunitários está ligada à populações indígenas/tradicionais. E também está o termo “counter-mapping [contra-mapeamento]”, cunhado por Nancy Lee Peluso em 1995, em trabalho com os Dayak, na Indonésia (HALDER & MICHEL, 2019, p. 16). Assim, a história de *mapear-de-volta*, em sentido contrário ao hegemônico, deve-se a mobilizações que se opuseram e se opõem à colonialidade há muito tempo. “Mapear disputas por territórios e direitos indígenas são um capítulo central na história da contra-cartografia” (HALDER & MICHEL, 2019, p. 16).²⁰⁴

Resumindo, o livro em questão, no lugar de um atlas, pretende ser “uma coleção global de contra-mapeamentos” (*ibidem*, p. 18)²⁰⁵ e tem com principal objetivo “não apenas pretender mostrar, mas também contribuir para a abertura de atores, tópicos e maneiras de fazer mapas” (*ibidem*, p. 18).²⁰⁶ Para cumprir o que pretende, o livro está dividido em nove capítulos, agrupando diferentes temáticas. Apesar da citação longa, peço licença para reproduzi-la integralmente, uma vez que resume com precisão cada um dos capítulos e garante a definição textual apresentada pelos autores.

No primeiro capítulo, os mapas são usados como uma ferramenta de ação, para alterar diretamente o espaço ao nosso redor. No segundo capítulo, os mapas são usados para costurar redes fomentem o diálogo e o intercâmbio. No terceiro capítulo, os mapas servem para revelar problemas sociais e criar pressão política. No quarto capítulo a contra-cartografia é educativa: os mapas podem fazer parte de um trabalho educacional crítico, não só servindo para criticar as imagens cartográficas hegemônicas, mas também como um convite para se tornar um cartógrafo ocasional por meio de processos de mapeamento auto-organizados, como pode ser visto no quinto capítulo. Como mostra o capítulo seis, as contra-cartografias criam visibilidade para grupos e processos “invisíveis”, quebrando o silêncio cartográfico.

202 Os organizadores indicam que devemos ter sempre em mente os “três C’s”: contra-cartografia crítica, entendida como “a political practice of mapping back” (HALDER & MICHEL, p. 13). Cabe apontar que *counter* pode significar tanto “contra” quanto “em sentido contrário”.

203 No original: "articulate statements that are shaped by social relations".

204 No original: "Mapping struggles for indigenous territories and rights are a central chapter in the history of counter-cartography".

205 No original: "a global collection of counter-mapping".

206 No original: "not only intend to show but also to contribute to this opening up of actors, topics and forms of map-making".

No capítulo sete, os contra-mapas mostram a subjetividade espacial, capacitando as pessoas a visualizar suas geografias pessoais e percepções do espaço. Isso anda de mãos dadas com seu potencial para iniciar e apoiar os processos de autorreflexão mostrados no capítulo oito. No capítulo final, as contra-cartografias articulam a crítica da sociedade, das imaginações cartográficas dominantes e dos próprios mapas críticos. A coleção em suas mãos quer refletir essas várias abordagens e objetivos (*ibidem*, p. 18).²⁰⁷

Dado que a força dessa “coleção global” reside basicamente em imagens, no próprio produto cartográfico (ainda que cada caso seja acompanhado de um texto explicativo, elaborado pelos envolvidos), tomaria demasiado espaço trazer mesmo que fosse apenas um exemplo de cada capítulo. Considerando que o livro está aberto à consulta, talvez seja mais frutífero aproveitar para explorar o texto de abertura, que segue o editorial. E dado que esta é uma tese eminentemente teórica, opto por seguir esse rumo de discussão.

Tal texto, “Counter-Cartographies Politics, Art and the Insurrection of Maps” (p. 26-30), é assinado por André Mesquista, autor do trabalho que inspira o título desta abordagem. O que aí encontramos não deixa de ser uma espécie de resumo de suas posições na referida tese.

Para Mesquita (2019, p. 26), o ponto principal que está em disputa é precisamente realocar as proposições firmadas ao final do capítulo de Brian Harley (2005). Transformar um instrumento de dominação em instrumento de resistência, preencher o território de *socius* e criar narrativas, tanto em termos de forma quanto de conteúdo. Assim, é necessário constituir estratégias que possam tornar operacional a grande empreitada que é o ativismo contra-cartográfico. São elas: traçar sistemas complexos; compreender conflitos, redes, territórios, fronteiras e situações antes invisibilizadas; compartilhar técnicas e novas tecnologias e produzir conhecimentos autônomos (MESQUISTA, 2019, p. 26).

Cada estratégia é significativa em si mesma, mas especialmente quando consideradas inter-relacionadas é que emergem com maior potência. Elas formam “aquilo que é tecido junto”, o sentido literal de *complexus*. Traçar sistemas ajuda a compor um quadro da

207 No original: "In the first chapter the maps are used as a Tool for Action, to directly change the space around us. In the second chapter maps are used to Tie Networks for fostering dialogue and exchange among them. In the third chapter maps serve to uncover social problems and to Create Political Pressure. In the fourth chapter Counter-Cartography is Education: maps can be part of critical educational work, not only serving to criticize hegemonic cartographic images, but also as an invitation to Become an Occasional Cartographer through self-organized mapping processes as can be seen in the fifth chapter. As chapter six shows, counter-cartographies Create Visibility for "invisible" groups and processes, breaking the cartographic silence. In chapter seven counter-maps Show Spatial Subjectivity, empowering people to visualize their personal geographies and perceptions of space. This goes hand in hand with their potential to initiate and support processes of Self-Reflection shown in chapter eight. In the final chapter, counter-cartographies articulate Critique of society, of dominant cartographic imaginations and of critical maps themselves. The collection in your hands wants to reflect these various approaches and aims".

vida humana que não é nem simples, nem linear, que não permite respostas prontas e não se contenta com soluções fáceis. É justamente o oposto da dessocialização territorial que Harley aponta na cartografia tradicional, e que Sack aloca como estratégia de controle em seu estudo de territorialidade. Ao mesmo tempo, o esforço de realizar o levantamento dessas diversas experiências ajuda os envolvidos, e os nelas interessados, a perceberem que não estão sozinhos, que existem outros na mesma batalha, e traz à evidência que não só a história não teve fim como continua em aberta e em franca tensão.

No quesito técnica e tecnologias, encontramos resposta às ressalvas feitas por Acsehrad & Coli (2008), quanto aos “perigos” existentes no uso de SPIG’s, apesar de seus avanços teórico-metodológicos. A desigualdade tecnológica é uma realidade mundial que precisa ser atacada nas mais diversas frentes, e uma maneira de “driblar” tal limitador tem sido através da sempre bem-vinda criatividade. Muitos dos ativistas dissidentes, vamos chamá-los assim, utilizam de estratégias que vão da colagem ao desenho, passando por fotografias, bem como o uso cada vez maior de *softwares* livres. Por fim, a produção autônoma de conhecimento é, de certa forma, o que amarra todas as estratégias, no que resultam e pelo que se definem. A conquista do *autos*, o fazer por si e para si, sem depender de outrem, é uma conquista de valor intrínseco. E é justamente o que motiva o início disso tudo, autóctones tomando parte na produção de informações sobre suas vidas para poderem agir sobre elas.

Conforme já reiterado, a contra-cartografia ocupa um lócus de contestação, e isso, no mundo contemporâneo, significa necessariamente uma oposição ao sistema capitalista. Todos as experiências de “Not an atlas” demonstram situações de desigualdade social, de violência sistêmica, de exclusão deliberada, enfim, de descaso profundo com o *buen vivir*. Para mudar uma estrutura é preciso decodificar seus mecanismos, podendo, assim, “situar estratégias e ações insurgentes” (MESQUITA, 2019, p. 28).²⁰⁸ Para usar de um “chavão epistêmico”, as experiências de contra-cartografia atuam localmente, mas não deixam de pensar, e de se situar, globalmente. Tal ativismo, portanto, não ataca somente o positivismo técnico da engenharia cartográfica, também o faz sobre o positivismo balizador do imaginário social. O que “Not an atlas” compila não são somente novas maneiras de fazer mapas, mas aquilo que Castoriadis chamou de *criação radical*: eventos sem causa, mas de muitos efeitos. Se certamente existe uma causa motivadora para tais mapeamentos, o não determinável é a maneira com que ocorrem. Por que precisamente desse jeito e não de outro? Impossível dizer,

208 No original: "situate insurgent strategies and actions".

a inventividade faz emergir o imprevisível. E tão indefinido quanto o fato serão seus desdobramentos, como é o caso de qualquer ação.²⁰⁹

Por todas essas razões é que a insurgência de mapas dissidentes se justifica mesmo em um mundo já “hipermapeado” (KIMINAMI, 2018). Eles não são correções de documentos oficiais, como representações mais acuradas. Eles são outras realidades pedindo passagem para seu merecido lugar ao Sol. Nas palavras de Mesquita: “contra-cartografia é menos um objeto que acumula informação que a oportunidade de ir além da 'devida' representação dos mapas tradicionais” (2019, p. 30).²¹⁰ Assim, reforça-se o que foi dito por Acsehrad & Coli (2008), que toda disputa cartográfica é igualmente uma disputa territorial, e aqui ainda mais, porque expandem a noção de “mapas produzindo território [...]: estende-se do local de onde os mapas são produzidos – com suas histórias, relatórios e vestígios – para as inúmeras situações em que eles são distribuídos, acessados e utilizados” (MESQUITA, 2019, p. 30).²¹¹

ABORDAGEM DIAGNÓSTICA

O que chamei de cartografia enquanto ferramenta de diagnóstico, desde o projeto de qualificação, sustenta-se, basicamente, na obra de Raúl Zibechi, em particular aquela que leva o subtítulo “Cartografia política das periferias urbanas latino-americanas” (2015 [2008]). Apesar do termo cartografia política só aparecer explicitamente neste livro, a mesma concepção metodológica aparece em “Autonomias y emancipaciones: América Latina en movimiento” (2007) e “Movimientos sociales en América Latina: el ‘mundo otro’ em movimiento” (2017). Dadas as discussões até aqui apresentadas, o adjetivo cartografia política necessitaria de (constantes) ressalvas, assim como o termo cartografia social, destarte, optei por utilizar *diagnóstico*, entendendo que essa é a operação que o autor precisamente efetua e, por conseguinte, o termo que melhor lhe descreve.

Esses três livros são espécie de obra única, porque partilham em temática e metodologia, mas também porque são uma atualização contínua entre si, a manutenção persistente de um projeto: mostrar que além de outros mundos serem possíveis, eles já

209 Lembremos que ação é aqui utilizada nos termos de Hannah Arendt, discutidos no eixo Do território. Sobre Castoriadis, ver o eixo Da autonomia.

210 No original: "Counter-cartography is less a visual object that accumulates information than the opportunity to go beyond the "proper" representation of traditional maps".

211 No original: "maps producing territory [...]: it extends from the place where the maps are produced – with its stories, reports and vestiges – to the countless situations in which they are distributed, accessed and used".

existem. E que se o capitalismo não será superado através de um momento de ruptura (pelo menos, não foi até agora), já está sendo superado em algumas escalas.²¹²

Isso pressupõe adentrar a análise dos movimentos a partir de outro lugar: não mais as formas de organização e os repertórios de mobilização, mas sim as relações sociais e os territórios, ou seja, os fluxos e as circulações, e não as estruturas (ZIBECHI, 2015, p. 37).

Apesar de possuírem importância igualitária, ater-me-ei à obra que carrega o termo cartografia em seu título. Primeiro porque esta não é uma tese sobre o autor, tampouco sobre os casos que apresenta. Segundo, porque este texto almeja debruçar-se sobre distintas metodologias, e, nesse sentido, são livros que nos dariam o mesmo "tipo" de informação. Por fim, é em "Territórios em resistência" (2015) que se encontram discussões teóricas que mais se aproximam, por óbvio, do outro eixo presente nesta tese, o de Território. Quanto ao aspecto da Autonomia, é uma preocupação que perpassa toda sua produção, não estando restrita ao livro que lhe carrega no título.

De início, deve-se ressaltar que a proposta de "cartografia de diagnóstico" estabelece um recorte epistêmico. Não é o diagnóstico de todo um continente que está em questão (o quadro geral), ou de práticas específicas (militâncias em prol desse ou daquele tópic), mas de mobilizações populares anti-capitalistas e anti-estatais.²¹³ Além disso, são focados casos em que o território cumpre papel explícito, enquanto "espaço onde se desenvolvem relações sociais diferentes das capitalistas hegemônicas, daqueles lugares onde os coletivos podem praticar modos de vida diferenciados" (ZIBECHI, 2015, p. 39). Esse é o objetivo claro de tal metodologia, que, diga-se de passagem, faz eco evidente às definições e debates referidos nas abordagens anteriores. Nada impede, entretanto, que outros diagnósticos sejam elaborados com especificidades diferentes.

A luta indígena ocupa lugar central na história das cartografias participativas da mesma maneira que aqui, através do termo território como cerne das disputas sociais: "não queremos terra, queremos território" relata Carlos Walter (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 54) ter ouvido de um camponês boliviano, ainda em 1993.²¹⁴ "Está é uma das principais

212 Tais casos o autor denomina de "ilhas": autogeridas, de emancipação e não-capitalistas (ZIBECHI, 2015, p. 108; p. 159; p. 164).

213 É verdade que em "Territórios em resistência" (ZIBECHI, 2015) são priorizados casos de periferia urbana. Mas em "Autonomia y emancipaciones" (2007) aparecem casos múltiplos (de fábricas recuperadas à lutas pela terra), e em "Movimientos sociales em América Latina" (2017) é feito um balanço genérico do continente. Todavia, as premissas anti-capitalista e anti-estatal são recorrentes.

214 Vale lembrar que quatro anos *antes* desse relato haviam acontecido dois marcos históricos importantes em relação a essa "distinção", ou melhor, à centralidade do território nas demandas e debates, especialmente a partir das populações ameríndias. Tais marcos são as Marchas por Dignidade e Território, ocorridas na Bolívia e no Equador (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 49)

contribuições dos movimentos indígenas do nosso continente para a luta da emancipação. [...] Até então, o único território existente fazia parte do Estado, tanto em sua realidade material quanto simbólica” (ZIBECHI, 2015, p. 39). Se já havia tal debate dentro da academia, é essa “novidade que ilumina as lutas sociais dos últimos 15-20 anos” (*ibidem*, p. 37). E tal novidade, obviamente, não é meramente conceitual, mas prático-política, porque realoca a trajetória das lutas sociais:

Da lógica classe-sindicato-partido, ancorada na representação dos interesses de um setor social no aparato estatal e na dinâmica reivindicativa, passa-se a outro mais auto-centrado, no âmbito do qual o “auto” (autoconstrução, autogoverno) ocupa o lugar da demanda e da representação. Este caminho ainda é muito incipiente, mas dá início a uma trajetória diferente daquela que os setores populares percorriam até esse momento (*ibidem*, p. 42-3).

Diagnosticar cartograficamente, então, não é somente relatar acontecimentos, situar experiências e sintetizar conquistas, mas pensar analiticamente sobre elas, para além de suas próprias conjunturas. Assim como a abordagem dissidente auxilia a pensar os mecanismos do capitalismo e nossas ações perante eles, a abordagem diagnóstica contribui para pensar tais questões temporalmente, o que se modificou a partir da posição que tomamos e como prosseguir a partir disso. De certa maneira, aquela nos dá uma perspectiva de “gestão” enquanto esta nos dá uma de “planejamento”.

Nesse sentido é que o autor pensa, por exemplo, em “desafios ineludíveis” (ZIBECHI, 2015, p. 148-151) para os movimentos sociais, sem que isso, entretanto, signifique propor “uma ‘linha’ política a ser aplicada” pelos mesmos (*ibidem*, p. 148). Tal nos evidencia outra característica metodológica de diagnóstico. Diferente das proposições participativas/comunitárias ou dissidentes, aqui a produção (textual em vez de imagética, cabe também salientar) é realizada por um olhar “de fora”. Ou seja, por um pesquisador e não por um militante ou membro local. Se estar imerso em uma situação pode promover leituras mais acuradas das forças em disputa, uma posição externa pode permitir uma leitura “mais sóbria” de conjuntura. Nem melhor, nem pior, e, como disse anteriormente, nada impede que outros diagnósticos sejam feitos de maneira diferente. O método em tela é menos uma “camisa de força” e mais uma inspiração.

Para encaminhar o encerramento, elenquemos os desafios evidenciados pelo autor (*ibidem*, p. 148-151): 1) compreender as novas governabilidades, entendendo que as formas de controle mudam conforme o espaço-tempo, e que mesmo governos tidos como progressistas podem tentar cooptar (e de fato o fazem) e enfraquecer os movimentos sociais; 2) proteger

nossos territórios, entendendo que o principal ataque das instituições heterônomas se dão visando enfraquecer os espaços cotidianos de reprodução da vida; 3) criar e manter uma agenda própria “dos de baixo”, entendendo que por muitas vezes tal agenda poderá se confundir com propostas “de cima”, no sentido de estarem dentro do mesmo espectro político, mas se diferenciam por seu caráter institucional; 4) delimitar campos de atuação, entendendo que as mobilizações sociais devem rejeitar integrar-se formalmente aos projetos governamentais (ainda que possam deles fazer uso), mesmo que isso resulte em isolamento no curto prazo; 5) potencializar uma política plebeia, entendendo que a organização popular independe de estruturas unitárias para se associar em uma pauta comum.

Podemos observar em comum entre os cinco pontos elencados que, além da óbvia preocupação com o espectro de direita, o maior desafio contemporâneo dos movimentos sociais é não se deixar cooptar, fragmentar e, portanto, enfraquecer, ao tomar parte da esquerda institucional, seja através de partidos, programas, centrais ou eventos. A principal luta emancipatória, nesse sentido, é permanecer radicalmente popular. Destarte, o *sendero* que se apresenta é extremamente tortuoso e incerto, mas parece ser o único que pode resultar, “lá na frente”, em uma verdadeira conquista de autonomia. Ou seja, o que está em questão é saber avaliar se um ganho momentâneo de melhores condições de sobrevivência, ou mesmo de autonomia, impedirá, no futuro, um ganho mais significativo de tais condições. Parece ter sido jogando sobre esse fio da navalha que os governos progressistas na América Latina conseguiram, simultaneamente, chegar ao Poder e enfraquecer os (contra) poderes insurgentes... Mas isso é um debate de conjectura que não pretendemos tomar parte no presente momento, ainda que seja a isso que as leituras libertárias contemporâneas indiquem (ZIBECHI, 2015; SOUZA, 2017).²¹⁵

Resumindo, então, qual o diagnóstico do autor? Novos mundos, “territórios da emancipação” (ZIBECHI, 2015, p. 155-160), já existem, mas seguem encontrando diversas dificuldades, seja em termos de organização interna, seja em termos de conquistas estruturais. Assim, o principal desafio atual não é tanto de avaliação da capacidade organizativa, mas de manutenção e expansão de tais condições.²¹⁶

O principal debate sobre os limites aparece vinculado à expansão, a como fazer para que uma experiência, por mais interessante que seja, não fique presa ao localismo e

215 Cito aqui apenas referenciais recentes, muitos outros podem ser encontrados na literatura libertária (e anarquista mais especificamente) e suas ressalvas ao Estado, contudo, isso demandaria um debate histórico-doutrinário que aqui não é nem pretendido, nem desejável.

216 A bem da verdade, esse é um problema histórico das insurreições populares. As mais diversas revoluções demonstram que o problema não está na incapacidade de mobilizar forças autônomas, mas de essas se manterem. As razões apontadas para isso são diversas e merecem aprofundada reflexão.

seja capaz de se multiplicar, incentivando ou motivando muito mais em outros lugares a fazerem algo similar e contribuírem para mudar efetivamente o mundo, ou pelo menos algo mais que a realidade imediata e local (ZIBECHI, 2015, p. 168).

Apesar de serem muito mais indagações, ou apontamentos, o que a cartografia diagnóstica nos apresenta é duplamente instigante. Por um lado, uma metodologia possível para levantamento de experiências sociais e uma análise propositiva, de como prosseguir. Por outro, uma metodologia que oferece, tal qual uma coleção global de contra-cartografias, alento àqueles que estão envolvidos e preocupados em produzir narrativas que versem sobre os leões em vez dos caçadores.

ABORDAGEM FILOSÓFICA

Conforme mencionado inicialmente, no eixo Cartografia chegou-se até a abordagem filosófica de Deleuze & Guattari (2011, 2012a, 2012b, 2012c). Aproveito, então, para apresentar um livro (mais uma compilação) que traz diferentes perspectivas possíveis para a proposta elaborada pelos dois filósofos franceses. Para tal, mencionarei quatro textos presentes em “Cartografias e Devires: a construção do presente” (org. FONSECA & KIRST, 2003). Todos partilham do fato de serem menções metodológicas sobre o fazer filosófico da cartografia.

Souza (2003, p. 63-68) demonstra a função da utopia, em uma perspectiva bastante diferente das tradicionais, enquanto projeto, ou até mesmo modelo, a ser implementado, e também das perspectivas que a colocaram em seu sentido literal, de *atopos*, um lugar sem localidade definível. Aqui o que temos é a utopia na qualidade de “convite à imaginação” (p. 67). Mas seu sentido não se restringe ao campo da criatividade, como algo difuso, intangível ou “abstrato” (na acepção negativa que alguns utilizam a palavra), ela também é “um convite a não tomar as formas de vida que se apresentam como definitivas, irreversíveis e naturais” (p. 66). Mais uma ressalva àqueles que acreditam no fim da história. A utopia, assim, cumpre essencialmente a função de uma crítica social, e a cartografia é uma tentativa de promovê-la.

Já Passos & Benevides (p. 81-90) ponderam sobre a rigidez da ciência herdada, através de um apelo, pode-se dizer, à complexidade e à transdisciplinaridade. A cartografia, destarte, opõe-se às respostas de causa simples da ciência moderna (p. 81), ao defender o “encontro com outros saberes” (*ibidem*, p. 83). Um apontamento assaz importante desse texto, em relação a presente tese, aloca-se na problemática do conceito. Diferente do que foi dito da

Antiguidade ao Iluminismo, os conceitos não são substanciais, não possuem essência e muito menos podem perdurar imutáveis à passagem do tempo. Se podemos encontrá-los em algum lugar, não é no mundo das Ideias, mas no plano mundano, dentro do contexto histórico e epistêmico em que emergiram. Assim, as definições de Autonomia, Território e Cartografia aqui elaboradas dizem respeito ao próprio entrelaçamento ao qual estão imersas, e são coerentes dentro da constelação metageográfica proposta nesta tese. Outro discurso, provavelmente outras definições. “O devir de um conceito é a relação de entrecruzamento dos conceitos situados num mesmo plano. Cada conceito reenvia a outros conceitos em seu devir ou em suas conexões presentes” (*ibidem*, p. 86). Algo muito diferente da busca de um Universal, a construção rizomática se faz “por múltiplas entradas, por diferentes e novas direções” (p. 89).

Por sua vez, Kirst *et al* (p. 91-101) se debruçam sobre como essa cartografia produz conhecimentos, quais suas operações. Talvez já óbvio, o mapa filosófico não é uma representação topográfica, estática e precisa, mas um movimento contínuo, “que procura capturar intensidades” (*ibidem*, p. 92). Assim, mais que um método *stricto sensu*, “propõe uma discussão metodológica que se atualiza na medida em que ocorrem encontros entre sujeito e objeto” (*ibidem*, p. 92). Onde o “indivíduo neutro da modernidade” (p. 96) é necessariamente colocado em suspensão, uma vez que tal cartografia é justamente o encontro do sujeito com o mundo sensível e o que dele emana, aquele jamais está alheio a este. “Cartógrafo e objeto nascem juntos e percorrem a vida de modo inseparável na criação de problemas” (*ibidem*, p. 96). Entretanto, tais apontamentos não devem levar à confusão de que a pesquisa científica, elaborada a partir desse paradigma, é algo que diz respeito somente ao seu escritor, e que o que ele diz deve ter validade apenas pela legitimidade de sua palavra, é preciso que a investigação tenha “estabilidade sozinha” (*ibidem*, p. 97). Isso é alcançado, ironicamente, por fatores que guiaram o desenvolvimento da lógica²¹⁷, a coerência conceitual e a força argumentativa, mas também através do sentido de utilidade que assume dentro da comunidade científica e pelo que produz como diferente. A estabilidade é, “enfim, o rigor científico” (*ibidem*, p. 97). Destarte, o cartógrafo almeja um conhecimento verdadeiro, mas sabe que tal verdade está sujeita à “finitude e a precariedade de sua perspectiva” (*ibidem*, p. 97). Em vez de uma fraqueza, suas certezas fugidias o situam em uma posição de modéstia e de humildade perante os fatos.

217 Para não correr o risco de parecer injusto, salienta-se uma distinção “paradigmática”, que a lógica desde sua elaboração aristotélica acreditou alcançar conhecimentos imutáveis, porque transcendentem ao sensível, em outras palavras, produziria aquilo que seria estritamente “o inteligível” (KIRST *et al*, 2003, p. 92). Enquanto aqui, coerência e força são muito mais questões qualitativas que necessariamente formais, como pretende a lógica proposicional.

Por fim, Mairesse (p. 259-71) aproxima arte e ciência. Fazendo eco aos capítulos anteriores, a autora ressalta as diferenças da cartografia filosófica daquilo que foi herdado do pensamento cartesiano. Donde prossegue ressaltando que em vez do caminho rígido do método, de resultados reproduzíveis com exatidão, tem-se uma “viagem por outros universos de significação” (*ibidem*, p. 260). A viagem pode ser experienciada de maneiras muito diferentes por duas pessoas passando pelos mesmos locais. Se o caminho é feito de trajetos, a viagem é feita de estórias. E cada estória é um acontecimento, “fala por si e rompe com todas as certezas e evidências do que nos parece mais sagrado” (*ibidem*, p. 261). Uma vez finda a viagem, é hora de cristalizar uma memória, um relato que lhe registre, e isso é feito através da escrita, justamente o que aproxima a ciência da arte. “Escrever está na ordem do desejo, da paixão pelo conhecimento e descobrimento de novos horizontes que só a elaboração produzida no próprio ato é capaz de revelar” (*ibidem*, p. 270). Assim, o texto cartográfico, seu mapa propriamente dito, jamais poderá ser asséptico e impessoal, e seguramente nunca será menos que literário, pois o escritor “vive a experiência da transmutação pela arte de reinventar-se na palavra escrita” (*ibidem*, p. 270), ao traduzir uma ideia para o papel. E se o processo de escrever só é compreensível ao próprio autor, como a atividade da pintura o é somente para o pintor, a apreciação de nossas obras certamente é compartilhada, porque os significados pretendidos deixam de nos pertencer no momento em que as publicizamos. A arte, inevitavelmente, toca cada qual a sua maneira.

Como diz o título deste ensaio, pretendi apresentar uma discussão sobre a noção (ou categoria) de mapa e diferentes maneiras de cartografar. Disso resultou um ensaio que entrelaçou, sequencialmente, cinco abordagens diferentes.

A abordagem crítica, apesar de servir como abertura, é um parâmetro subordinador de todas as outras. A questão foi situar um ponto de partida, e não fazer dela uma abordagem necessariamente à parte, além de trazer uma metodologia de historiografia da cartografia. A abordagem social é continuação histórica da primeira, atenta aos apontamentos daquela para tentar resolvê-los ou pelo menos encaminhá-los. A abordagem dissidente é espécie de sua continuação radical, extrapolando, em muito, as questões institucionais e técnicas enfrentadas anteriormente. Já a abordagem diagnóstica é uma faceta completamente diferente da problemática, em relação às outras abordagens (que apesar de suas particularidades, tratam de representações imagéticas), mas pode muito bem andar em

paralelo com elas. Por fim, a abordagem filosófica é a que acabou por guiar a tese de maneira geral, serviu-lhe de inspiração, constituiu seu fazer e sua organização sumária, e os trabalhos mencionados nessa perspectiva, ainda que brevemente, expõem com precisão os parâmetros ético-metodológicos que sustentam esta pesquisa.

De maneira alguma os referenciais apresentados esgotam a bibliografia sobre o tema, mas são significativamente exemplares de seus campos e por tal condição desculpam eventuais omissões a outras citações. Sobre as “abordagens”, são propostas tipológicas do presente autor, sob a qual assume-se responsabilidade e risco. Muito mais que capricho estilístico, expressam a tentativa de sistematizar uma discussão extremamente ampla e por vezes confusa, dada a polissemia de termos e de metodologias ditas cartográficas. Enfim, o que aqui consta é apenas um mapa rizomático, tão provisório quanto qualquer outro.

DA ARQUEOLOGIA DE CONFLITOS

O presente ensaio tem como objetivo abordar experiências sociais que possam nos ajudar a refletir sobre as possibilidades de implementação da autonomia como parâmetro subordinador do fazer político. Nos termos deste trabalho, subordinador da organização territorial de uma dada sociedade.

Algumas palavras de entrada merecem ser ditas. Primeiro sobre a maneira de proceder e, segundo, já começando a discussão, uma defesa da afirmação anterior (equivalência entre organização territorial e fazer político).

O título pode dar a sensação de que precederemos à maneira de uma sucessão histórica, desenterrando camadas, uma após a outra, em busca dos artefatos que nos interessam. Não é o caso. Arqueologia aqui também difere do procedimento de Michel Foucault (2012), enquanto técnica ligada ao desvendamento dos discursos e suas normas. Nosso sentido é significativamente mais etimológico, um estudo daquilo que veio antes.²¹⁸

Vale lembrar que o radical grego *arkhé*, que forma a palavra arqueologia, tem justamente esse significado de anterior, de vir antes, de origem, mas também possui outro forte sentido, de elemento presente em todas as coisas, ideia extremamente marcante na aurora da filosofia pré-socrática. Contudo, se lá tivemos algo muito mais próximo do substancial (como a água, o *apheiron*, o fogo), nossa *arkhé* é uma ideia, ou uma noção: a Autonomia. Implícita ou explicitamente, ela esteve presente em todas as experiências sociais as quais são feitas referências, ela foi seu *leimotiv* e também seu objetivo, necessariamente inconcluso. Pois lembrando, como diz Castoriadis (1982), a autonomia é uma questão que permanecerá sempre aberta.

Ainda da qualificação do projeto de pesquisa, a proposta era realizar uma investigação bastante objetiva e (sis)temática de eventos que seriam os “estudos de caso” de uma tese eminentemente teórica. Comuna de Paris, Revolução Espanhola, *Piqueteros* e o Exército Zapatista de Libertação Nacional, cada um aportaria um exemplo diferente em termos históricos e sócio-espaciais. Escalas diferentes, ambientes diferentes e momentos diferentes dariam força a cada um dos casos por suas peculiaridades, possibilitando analisar como a busca por autonomia “se comportaria” em cada um, permitindo, assim, uma possível síntese posterior.

218 De maneira complementar, o ensaio seguinte, que fecha a Parte II, debruça-se sobre o presente e possíveis prospecções sobre o futuro.

Ainda que todos esses permaneçam em nosso horizonte, e de fato são o que constam nas páginas a seguir, não são casos (r)estritos de nossa análise, por isso compõem apenas um ensaio dentre quatro, que antecedem a Parte III, onde efetivamente amarrar-se-á as partes anteriores e se finaliza o trabalho em uma reflexão propositiva de metageografia. Dito de outra maneira, a presente abordagem é menos sobre essas experiências em si e mais sobre como são evidências, ao lado dos outros ensaios, de hipótese defendida nesta tese (ênfatizando: a autonomia só pode se dar territorialmente, ou, toda autonomia é territorial).

Cabe destacar, também, que o uso do termo experiências sociais, como vêm aparecendo ao longo deste trabalho, diz respeito à noção apresentada por Souza (2006), de pensar em termos de “laboratórios de autonomia”. Ou seja, de que o que temos são sempre tentativas de implementar ideias, a sociedade experimentando possibilidades de ação na tentativa de encontrar o resultado esperado, ou o melhor resultado possível. Assim, o termo experiências sociais tenta dar conta de que, no fundo, tudo que podemos fazer é buscar “fontes de inspiração” (*ibidem op cit*), em vez de modelos por seguir. Uma ótima maneira de garantir isso parece-me justamente olhar para onde erramos e também acertamos, e em quais dimensões, para que possamos agir com maior segurança de causa quando um cenário similar se repetir.

Sobre a questão do fazer político, ou porque toda experiência social é, necessariamente, uma tentativa de rearranjo territorial. Para entender essa discussão, ou melhor, a posição do presente autor, é necessário aceitar que se parte da premissa que não há organização política que não seja, simultaneamente, organização territorial. Retomando a Parte I, a construção do argumento se dá tal qual segue: o território é aquilo que resulta da ação de quem controla quem no espaço, e como; tal ação é fruto das relações de poder; o poder é produzido através de uma ideia, mantida por um certo exercício; poder é agir em uníssono, em oposição à violência; poder é levar alguém a agir para além, ou apesar, do que teria feito por conta própria; o poder é latente a todas relações, ele próprio sendo uma; onde há poder também há resistência. *Ergo*: onde há organização social há organização territorial.

É necessário agora, então, destrinchar como o processo de territorialização se dá *efetivamente*, ou seja, como percorre o "caminho" elencado acima para se tornar o espaço mediador das relações de poder e, portanto, condição, meio e produto da política. E aqui vale atentar para o sentido forte que Castoriadis (1982) atribui à palavra efetivo: apenas aquilo que

realmente acontece, não o que poderia ter sido, nem as maneiras com que poderia ocorrer. Para tanto há duas possibilidades para proceder, aquela da interpretação em vez da explicação, uma vez que a causalidade é impossível no campo do social-histórico, e aquela do contexto, tentativa de constatar os acontecimentos no ambiente em que ocorreram. Não é nada mais nem menos do que se espera realizar aqui.

Uma primeira constatação que as experiências sociais, quaisquer consideradas, nos mostram é que a capacidade de transformação política é incontestável, porque *efetivamente* aconteceram. Diferentes sociedades foram capazes de *criar*. O que resta por avaliar é a capacidade de manutenção dessas criações. Em que dimensão e duração elas se estendem, e porquê, essa é a verdadeira questão a ser avaliada no âmbito das “evoluções, revoluções e ideais” (RECLUS, 2002). E o que as evidências parecem indicar é que as respostas são múltiplas.

Houveram mobilizações que duraram um mês e outras que duraram anos. Há em escalas locais como também em escalas regionais. Há aquelas que foram fruto de cuidadoso planejamento, outras que são potencializadas pelo seu momento histórico ou circunstancial. E assim por diante. É sempre surpreendente ver o que o ser humano produz e eventualmente cria em sua “existência [...] atarefada” (DARDEL, 2011, p. 32) sob a superfície terrestre.

O primeiro traço que devemos atentar é para o fato de que as experiências consideradas como autônomas, ou autonomistas, ou em busca de autonomia (há pouca diferença em como queiramos chamar) se dão sem qualquer instância decisória deslocada do corpo civil, funcionando à revelia. Esse é o ponto de corte do que aqui consta.

Para Castoriadis (1982), o primeiro grande evento de criação social-histórica, em seu sentido radical, de instituir algo jamais visto antes, foi a democracia grega. E, de fato, o que estava em jogo na *pólis* era uma tentativa de autonomia, ainda que ela segregasse mulheres, crianças e escravos da condição cidadã. Por óbvio, é uma tentativa incipiente, e condizente com seu contexto. Agora interessa mais explorar as que possuem traços marcadamente populares, proletários, camponeses, ameríndios...

Nesse sentido, o primeiro grande caso de mobilização popular, em busca de autogestão ou autogoverno (de novo, parece fazer pouca diferença como chamamos), foi a Comuna de Paris. Efervescência derivada, em parte, da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), donde despontam as grandes figuras de Bakunin e Marx, a Comuna foi um evento breve, mas que reverbera até os dias atuais.

Impressionam alguns fatos em sua existência. O primeiro é o quando, ainda no final do Séc. XIX. O segundo é o onde, Paris, uma cidade central da Europa, e de dimensões

consideráveis para a época. O terceiro é que a cidade inteira foi tomada pelos *communards*, e assim se manteve até a retaliação fatídica da força imperial. Em seus breves setenta e dois dias de existência, a Comuna conseguiu autogovernar a si mesma em todos os aspectos: economia, distribuição de alimentos, segurança, saúde, educação...

Longe do espontaneísmo, o levante popular que enxergamos em Paris de 1871 se deu em contexto de fundação e fortalecimento da AIT. No caso francês, por exemplo, os números cresceram, entre 1866 e 1870, de 500 aderentes para 245 mil (SAMIS, 2011, p. 169). Um ano antes o país testemunhou um “movimento operário bastante vigoroso” (*ibidem*, p. 191), e a cidade à época da Comuna contava com “cerca de 40 cooperativas de produção, quatro cooperativas de consumo, sete corporações dedicadas ao ramo de alimentos e 34 sindicatos” (*ibidem*, p. 193). A capital contava, ainda, com a “conformação dos clubes revolucionários [...] que aglutinavam por vezes milhares de agitadores” (*ibidem*, p. 196). Por fim, é essencial lembrar que a cidade de Paris fez parte do acordo de ocupação firmado com Bismarck, em função da derrota na Guerra Franco-Prussiana.

Assim, é de extrema importância observar que, apesar de seu forte caráter popular, a resistência na cidade, ou o começo da Comuna, passa pela força armada instituída. Claro que sua postura é decorrente da insatisfação dos habitantes da capital, que sentiam na entrega da cidade aos inimigos um “ato evidente de traição por parte do governo” (*ibidem*, p. 221). Entretanto, capitalizarem um descontentamento generalizado não diminui o fato de que foi a Guarda Nacional quem tornou possível o que viria a ser um fenômeno histórico de resistência soberana.

É curioso que, justamente por sua postura contrária ao armistício, a Guarda Nacional é apontada pelos conservadores como responsável pelos “descaminhos de Paris” (*ibidem*, p. 222), ao mesmo tempo que é vista como defensora da República pelos progressistas, passando a ser o “elemento moderador de sua identidade” (*ibidem op cit*).

E aqui vem, talvez, o fato mais notório da referida Guarda, que é a decisão de como se dará o governo da cidade a partir de então. Por firmar seu próprio papel, ao tomar Paris de assalto, ela “tem esse direito”. Até aí nada de novo, por assim dizer: é notório que forças armadas atribuam a si mesmas o papel deliberativo uma vez que tenham alcançado o Poder. O que chama atenção no caso em particular é o fato de como isso ocorreu. Em vez de instaurar um governo a partir de si e para si própria, a Guarda Nacional inicia um processo de escolha de uma comissão, “que deverá elaborar um estatuto para nortear a nova organização” (*ibidem op cit*). O que se viu foi a elaboração de um Comitê Central, constituído por comandantes eleitos para salvaguardar as “várias subdivisões administrativas da capital”

(*ibdem op cit*). Até aqui a efervescência tinha pouco de revolucionária, muito pelo contrário, era constituída por soldados e pela pequena-burguesia (*ibdem*, p. 223).

No dia 26 de fevereiro a situação se recrudesce, haja vista a proximidade da ocupação de Paris pelas forças prussianas (prevista para acontecer a partir de 3 de março). O governo dá ordens ao exército para que se faça cumprir a ordem, controlando a insubordinação na cidade e permitindo, assim, o avanço das tropas de Bismarck. Contudo, o confronto não chega às vias de fato, e os soldados da Guarda Nacional passam a ser “os verdadeiros donos das ruas de Paris e, a julgar pelos protestos públicos de aprovação, era de fato uma iniciativa popular” (*ibdem*, p. 224).

É somente aqui que os setores tradicionalmente revolucionários passam a integrar o processo, iniciando um diálogo com a Guarda Nacional. Até então os *corrediere* – Comitê Central Republicano de Defesa Nacional dos Vinte Distritos de Paris, a Internacional e a Federação das Câmaras Sindicais e das Associações Operárias – apenas “observavam à distância” (*ibdem*, p. 224). Assim, não foram inicialmente os sujeitos políticos esperados que realizaram “o ideal do povo em armas” (*ibdem*, p. 226), mas a Guarda Nacional, que em seu crescente prestígio junto à população, têm a aderência de outros 215 batalhões ao Comitê Central (*ibdem*, p. 226).

O governo de Adolphe Thiers, presidente da República, retira-se por completo da cidade e começa oficialmente, por assim dizer, a Comuna de Paris. A França passa a ser gerida a partir de Versalhes, de onde o comandante acreditava poder reunir forças para eliminar o movimento externamente, o que, dado o decorrer dos acontecimentos, provou-se verdadeiro. É daqui que advém o segundo fato notável da Guarda Nacional. Em vez perpetuar-se no Poder ela entendeu que seu papel era de defesa e não de governança, devolvendo à Comuna sua própria gerência (*ibdem*, p. 229-30).

Contudo, a retirada à Versalhes não foi feita sem algumas medidas. O governo fez questão de dificultar ao máximo a vida cotidiana dos insurgentes. “Os cofres do Banco da França estavam aparentemente vazios, os serviços de ambulância, funerários e os doentes nos hospitais encontravam-se sem qualquer recurso” (*ibdem*, p. 231). Ironicamente, foi através de um empréstimo bancário privado, com Rothschild, e outras arrecadações, que o Comitê conseguiu aportar fundos para custear dívidas imediatas e saldar os serviços essenciais da cidade.

Além dos fundos, Thiers havia acreditado também ter esvaziado Paris de toda sapiência burocrática e administrativa, bem como de seus aparatos necessários. Além dos funcionários, “tinham ido também carimbos, registros, documentos e reservas de caixa”

(*ibdem*, p. 231). Mas o caos previsto não aconteceu. O Comitê conseguiu capacitar-se, de novo com o apoio da pequena-burguesia, para cumprir as “tarefas burocráticas de alfândega, fiscalização e contabilidade, [...] pagando inclusive os 30 *sous* diários devidos aos desempregados de Paris” (*ibdem*, p. 232).

Ao final do mês de março, nos dias 24 e 25, a Internacional adere formalmente ao Comitê, abandonando as adesões apenas individuais. No dia 26 ocorrem as eleições convocadas pelos dois decretos publicados no dia 19, que conclamavam ao sufrágio universal e ao governo civil. Aqui o Comitê, mais uma vez, demonstra força incrível e potência invejável. “Os resultados das urnas que contabilizaram 229.167 votos, em um universo de 485.569 inscritos e em condições de votar, número de votantes, aliás, maior que dois pleitos municipais de 1870, deu a saber aos parisienses os nomes de 80 novos representantes” (*ibdem*, p. 239). Além dos números totais expressivos, houve a introdução de outro fato novo bastante importante na representatividade da Comuna, a densidade de votantes por bairro em vez dos votantes por seção (*ibdem*, p. 240).

O tamanho do colégio eleitoral, a representatividade eleita e o referendo popular ao processo deram legitimidade estrondosa à instituição da Comuna, muito diferente do que tentava enunciar o governo republicano através de propaganda sistemática por meio “da imprensa oficial, acusando os ‘maus parisienses’, aqueles que se opunham à Assembleia, de encontrarem-se em conluio com o inimigo” (*ibdem*, p. 230). A legitimidade alcançada pela Comuna também expunha um fato importante para história dos movimentos sociais, o sentido de aliança popular: o “espírito proletário” (*ibdem*, p. 241) congregou operários e a pequena e média burguesia, onde trabalhadores fabris estavam lado a lado com comerciantes, ao mesmo tempo que se opunham, por antítese, e “como fora antes na Revolução Francesa, a monarquia, os clericais e a burguesia capitalista” (*ibdem*, p. 242).

Simbolicamente, a primeira reunião da Comuna deu-se “na sala da antiga Comissão Municipal do Império” (*ibdem*, p. 249), e, presidida por um mutualista amigo de Proudhon, a primeira sessão declarou: a “Comuna se ocupará de tudo que é local, os departamentos do que é regional, o governo do que é nacional” (*ibdem*, p. 250). A fórmula *federativa*, portanto, aparece desde o início e possui propriedades que “a gabaritavam para ser utilizada universalmente” (*ibdem*, p. 250). Esse legado, inclusive, confirmou-se enorme, aparecendo ao longo da história dos movimentos de resistência, especialmente com força

durante a Revolução Espanhola, e ao longo das renovações do EZLN, como veremos adiante.²¹⁹

Já em sua segunda sessão a Comuna decide pela criação de nove comissões “temáticas” (cada uma com um propósito específico) e mais uma executiva, da qual podiam fazer parte os membros das anteriores. “Eram as comissões: guerra, finanças, segurança geral, ensino, subsistência, justiça, trabalho e trocas, relações exteriores, serviços públicos e a executiva” (*ibdem*, p. 252). Outra decisão importante dessa sessão foi o afastamento definitivo da Guarda Nacional de seu caráter administrativo, devolvendo-a exclusivamente ao papel de defensora de Paris. Apesar da própria guarda já ter decidido por isso anteriormente, conforme mencionado, essa decisão em assembleia foi espécie de ratificação, a garantia de afastamento do “perigo de uma ditadura das armas” (*ibdem*, p. 251).

Contudo, apesar do caráter amplamente popular que revestiu os eventos envolvendo os *communards*, é importante reter o papel da Guarda não só na instauração do processo de resistência parisiense, que se desenvolveu posteriormente em movimento revolucionário, mas especialmente no que ela legou à Comuna: o caráter federativo, através da agremiação dos batalhões entorno do Comitê Central, e a partir deste “a determinação expressa [...] em identificar o movimento também como ‘uma luta do trabalho contra o parasitismo, da produção contra a exploração’” (*ibdem*, p. 252).

Cabe destacar, também, que a estrutura política rompe com a divisão dos poderes, preconizada por Charles Montesquieu mais de um século antes em seu “O espírito das leis”. A Comuna torna tudo competência de si própria: deliberava, executava e fiscalizava. O que primeiramente poderia ser um abuso ou concentração de poder era, na verdade, sua descentralização, estabelecendo-se de maneira difusa dentre o corpo de delegados e comissões, como “um sutil equilíbrio de funções repartidas [...], de forma a possibilitar a gestão das questões de interesse social, político e econômico” (SAMIS, 2011, p. 252) dentro de uma única e mesma esfera, respaldada pela horizontalidade de todo processo eleitoral e decisório. Em outras palavras, o que se apresentava era a possibilidade de instituir “um tipo de poder indiviso” (*ibdem*, p. 253) sem que, por isso, fosse heterônomo. Tal, até onde me parece, é um momento de *criação radical* (no sentido castoriadiano).

Encaminhando, vale mencionar alguns aspectos sobre os quais legislou a Comuna, durante seus setenta e dois dias de vigência. Dividindo-se em três eixos, temos o seguinte: a)

219 É importante atentar que a organização federativa não possui correlação direta com o pensamento e os movimentos libertários, muito menos lhe são exclusivos. Por exemplo, o livro “A democracia na América”, de Alexis Toqueville, foi publicado trinta anos antes de “O princípio federativo”, de Joseph Proudhon, e enquanto naquele predomina a visão liberal, neste predomina a visão anarquista. Contudo, ambos possuem traço comum: a federação como resposta à preocupação com a centralização do poder.

políticas: supressão do exército permanente, separação entre Igreja e Estado, elegibilidade de estrangeiros; b) sociais e trabalhistas: ajuste de rendimentos de funcionários públicos de acordo com o soldo dos trabalhadores manuais, reorganização do trabalho feminino, extensão de prazo para pagamento de alugueis e dívidas, pensão para federados feridos, padronização de jornada de trabalho, definição de teto salarial, destinação de prédios abandonados para moradia, ocupação de fábricas abandonadas por parte de trabalhadores, ensino público, gratuito e laico; c) jurídica: confisco de bens de raiz (que não se pode arrear do solo), garantia de ampla defesa, tribunal civil e julgamento pelos pares, eleição para magistratura (*ibidem*, p. 254-55; MARX, 1986, p. 72-73).

Apesar de seus inúmeros avanços, impressionantemente rápidos, diga-se de passagem, logo após a sua instituição a Comuna teve que começar a lidar com as ofensivas republicana em prol da retomada da cidade. A primeira foi em 2 de abril (afora a já rechaçada em 18 de março), a partir de quando se inicia efetivamente a famosa “guerra civil na França”.²²⁰ Assim, muito do que se passa daqui em diante diz mais respeito a algumas questões de momento e de contexto que efetivamente problemas em termos de capacidades internas. Ou seja, as avaliações sobre os “acertos” da Comuna são mais de ordem exógena: se tivessem atacado Versalhes logo ao início, em vez de esperar o confronto ser efetivado por Thiers, e se tivessem aumentado o dispêndio dos recursos apossados, em vez de retê-los visando tanto uma possível escassez quanto querer provar que era possível revolucionar sem gastar, são duas questões fortemente aceitas como erros táticos. O que nos vale mais da exposição é reter o que a Comuna efetivou, o que realmente conseguiu realizar, e não o que poderia ter feito, ou como teria sido diferente se tivesse agido de outras maneiras. Isso está demasiadamente no campo da especulação, ao menos no que diz respeito aos propósitos desse trabalho. Tal constatação é válida para a avaliação de todas as experiências aqui comentadas.

Assim, a Comuna serve especialmente de inspiração pelo que simbolizou. Repentina, ainda que não espontaneamente, a população toma em armas²²¹, rechaça seu inimigo, rapidamente se organiza de maneira direta, com grande participação popular, e reestrutura as condições da vida civil. A brevidade de sua existência deu-se mais pela disparidade das forças externas, especialmente quando o governo francês alia-se aos

220 Apesar de o livro de Samis oferecer registros muito mais extensos, obviamente refletidos em um livro assaz maior, a referida obra de Marx é especialmente interessante por dois aspectos: por um lado serve de comprovação a algumas afirmações do primeiro, a partir de quem viveu à época, e por outro ao trazer diretamente mensagens da Internacional, que se prestam a balizar certo espírito histórico desde dentro dos eventos.

221 A Guarda Nacional recebeu adesão de 350 mil homens quando os prussianos marcharam em direção à Paris (BARSOTTI, 2002, p. 93).

prussianos e dá início ao que ficou conhecido como "Semana Sangrenta"²²², do que por problemas internos. Tais problemas existiram justamente pela consideração de como avaliar essas ameaças (conforme dito no parágrafo anterior) do que por conflitos de gestão da própria Comuna. No que se propôs a fazer em relação a si mesma o fez bem, e sua efetividade e legitimidade são confirmadas pela defesa de Paris ao custo de 20 mil vidas, muitas delas fuziladas apenas como maneira de desmontar e destroçar futuros movimentos populares (grande parte da articulação anarquista europeia é assim destruída, por exemplo), além de servir de exemplo àqueles que ainda acreditassem em algo parecido (HISTÓRIA DO ANARQUISMO, 2012).

Outra experiência fortemente pautada no federalismo, na organização comunal e que sofreu de males muito parecidos, no que diz respeito a tomadas de decisão às ameaças externas, foi a Revolução Espanhola, ocorrida mais de 60 anos depois. Contudo, há duas distinções essenciais entre ambas (distinções que para a análise se complementam): enquanto aquela se deu em apenas uma cidade, por um breve período, esta aconteceu a nível regional (entendendo como sinônimo de escala “intermediária”) durante três anos.

Se a Comuna deu-se por consequência do que foi considerado uma traição, a entrega de Paris aos prussianos, a Revolução Espanhola desabrochou por consequência de um golpe interno. Curiosamente, nos dois casos temos um descontentamento popular ao que se considerou (e no segundo caso é mais gritante) perda de poder soberano daquele povo.

A guerra civil (mais uma) iniciada em 19 de julho de 1936, na Espanha, tem seu estopim em função da não aceitação do projeto lançado pela Frente Popular e que vence as eleições. Em outras palavras, o que acontece é “a resistência completa das classes hegemônicas espanholas a qualquer tentativa de transformação das estruturas de dominação” (RODRIGUES, 2016, p. 83). Essa resistência e seu decorrente golpe ocorreram a partir de um dos três campos que compuseram a cena da Espanha revolucionária. De um lado o campo nacionalista, “constituído por parte das forças armadas, grandes e médios proprietários fundiários, industriais de grande e médio porte, a totalidade da burguesia financeira, pela Igreja Católica, parte da pequena e média burguesia, monarquistas e fascistas” (*ibidem*, p. 82).

222 Semana em que as tropas atacaram e invadiram Paris, fuzilando milhares de *comunnards* e finalmente esmagando a Comuna.

De outro, os campos republicano e libertário, que lutaram juntos até o momento em que eles próprios entraram em conflito (*ibidem op cit*).

Por sua amplitude, a revolta espanhola esteve sujeita a muitas influências em termos de gestão territorial e, portanto, organização política. Enquanto a Comuna aboliu a hierarquia decisória e instituiu as comissões, os espanhóis chegaram a situações bastante heterogêneas. Talvez seja possível dizer que se na primeira o Estado foi simplesmente abolido, sem qualquer ação intermediária de “tomada de poder” (do tipo socialista, por exemplo), na segunda houve basicamente três situações. Uma se assemelha à Comuna, com “completa hegemonia dos trabalhadores e colapso do aparelho estatal” (*ibidem*, p. 85). Nas outras houve ou uma colaboração entre as partes, “trabalhadores e o aparelho de Estado” (*ibidem*, p. 84-5), ou uma “recomposição do Estado [...], o que resultou no fim da hegemonia dos trabalhadores” (*ibidem*, p. 84).

Mas vamos por partes. Cabe, antes de avançar nessas questões, que são assaz importantes e explicam a maneira revolucionária com que se organizou a autonomia territorialmente (a grande questão que nos interessa em toda a tese, afinal de contas), falar mais sobre a efervescência que gerou três anos de guerra civil. Para isso é necessário dizer quem é a CNT, a Central Nacional dos Trabalhadores.

Se no caso da Comuna os anarquistas foram importantes, com personagens de destaque envolvidos no conflito, inclusive na tentativa da tomada de Marselha e especialmente nas disputas internas da AIT, mas não foram exatamente centrais na mobilização, no caso espanhol a questão é completamente diferente. Os anarquistas são peça-chave na criação das linhas de fuga, influenciando diretamente na maneira com que se organizou a insurgência, em particular onde os trabalhadores obtiveram completa hegemonia em relação ao aparelho Estatal, conforme classificadas as três situações acima.

O que primeiro impressiona é o tamanho da CNT, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. Ela “reúne mais de um milhão e meio de aderentes, em 1936, sobre vinte e quatro milhões de habitantes! Apenas em comparação, um partido político como o P.O.U.M. [Partido Operário de Unificação Marxista] conta apenas com dez mil aderentes na mesma época” (MANFRÉDONIA, 2002, p. 7). Em segundo, impressiona seu papel programático, não só com uma agenda clara como com ampla capacidade de instituí-la.

A CNT encontra apoio também da UGT, a União Geral dos Trabalhadores, cujos projetos se aproximam. Suas ações sobre a vida cotidiana são rápidas e consideráveis, imprimindo novas territorialidades que reorganizam tanto as fronteiras administrativas quanto suas maneiras organizacionais.

Em apenas alguns meses os libertários conseguem realizar, em apertada síntese, a “expropriação dos grandes capitalistas, coletivização de suas empresas, manutenção dos pequenos produtores” (*ibidem*, p. 10-1). De maneira mais ampla, pode-se citar alguns casos bem interessantes. Criam-se diversas escolas, restaurantes oferecem refeições a preços quatro vezes menores que os não coletivizados, as fábricas ficam sob gerência dos próprios trabalhadores, o transporte público funciona, a eletricidade é produzida pelas coletividades, criam-se barragens para irrigação, o soldo é pago mesmo durante greve e novos casais recebem uma moradia (*ibidem*, p. 13-14). Tudo isso é conquistado porque “[e]quipes coletivas dedicam-se a um problema particular, e trabalham em vários vilarejos simultaneamente” (*ibidem*, p. 13).

Como muito bem aclara o filósofo Cornelius Castoriadis (1982), a transformação social, ou mais especificamente a conquista da autonomia, ou a democracia radical se ainda quisermos mais uma definição, deve ser acompanhada por um *novo imaginário instituinte*, e é justamente isso que realiza a força sindical. “Esse verdadeiro milagre econômico (tendo em vista o prazo e as circunstâncias) é obra de uma sólida organização, de uma tradição de auto-educação e de *um imaginário trabalhado por décadas pela CNT*” (grifo nosso; *ibidem*, p. 13).

Quanto ao sistema territorial aplicado na zona republicana, em particular sob controle direto dos trabalhadores, podemos definir as seguintes esferas ou dimensões de decisão. Lembrando, antes, que elas são consequências diretas do norteamento (ou “suleamento”, para fazer um trocadilho epistêmico) adquirido pelos princípios aportados pela CNT. Assim, “foram instituídas formas de exercício coletivo de poder que se expressavam através das assembleias, do sistema de delegação e, por fim, da constituição de comitês de trabalhadores (também chamados de comitês populares ou revolucionários)” (RODRIGUES, 2016, p. 85).

Assembleias, delegados e comitês, essa é a simbiose tripartite que rege a horizontalidade das relações políticas. É bastante destacado o fato de que expressavam uma atenção enorme ao que podemos chamar de “políticas de escala” ou “construção política da escala” (SOUZA, 2017, p. 50). Cada uma dessas esferas diz respeito a um certo âmbito decisório e de representatividade. “Os níveis supralocais, por mais relevantes que sejam, são *subsidiários* em relação ao local” (*ibidem*, p. 205). A primeira e mais direta, responsável efetivamente pela autogestão ou autogoverno, são as Assembleias, “os espaços deliberativos dos trabalhadores [...], que se constituíam em todos os espaços da vida (fábricas, campos, escolas, bairros, estabelecimentos comerciais, serviços públicos, etc.)” (RODRIGUES, 2016, p. 85). São elas que sustentam todo processo deliberativo e de representação, que em vez das

eleições, por mandato, funcionavam por delegação, posição que poderia ser revogada a qualquer momento pela coletividade instituinte. O delegado possuía duas funções: “a de porta-voz e de coordenador de ações e atividades” (*ibidem*, p. 85). Esses sujeitos, escolhidos por e a partir da base, formavam uma segunda instância, os Comitês, que, apesar de o que possa parecer, não estava politicamente acima das Assembleias, porque sua competência era executiva. Ou seja, não se correria o risco de que passassem a direcionar e deliberar o movimento. Os comitês deveriam simplesmente tornar o esquema operacional: “eram os órgãos responsáveis pela execução e coordenação das atividades que foram definidas nas assembleias” (*ibidem*, p. 86). Por fim, havia um segundo tipo de comitê, os comitês de trabalhadores ou os conselhos revolucionários. Diferente do anterior, de caráter executivo, os conselhos “surgiram justamente para preencher o espaço deixado pela decomposição do aparelho de Estado” (*ibidem*, p. 86).

Toda essa reorganização territorial, extremamente complexa, tem como alicerce fundamental a ideia de coletivização. Isso é importante frisar especialmente porque foi o que imprimiu “caráter revolucionário ao processo” (*ibidem*, p. 86), não sendo apenas uma reforma ou simples rearranjo espacial sem qualquer mudança estrutural, tanto de poder quanto produtiva.

Na Espanha, não foram aplicadas novas teorias, o próprio povo, os camponeses no campo, os operários nas cidades, por sua conta, ocuparam-se da exploração do solo e dos meios de produção. Em meio a grandes dificuldades, tateando e errando, eles continuam a avançar, esforçando-se para edificar um sistema econômico equitativo, no qual os próprios trabalhadores são os beneficiários dos frutos de seu trabalho. Tal é o sentido da coletivização na Espanha (SOUCHY, 2002 [1937], p. 42).

Há um dado que reforça a importância da coletivização no processo, a quantidade de gente que dele fez parte, ou o percentual populacional, para sermos mais polidos. Estima-se que na época da Revolução Espanhola a população do país era de aproximadamente 25 milhões de habitantes, e com o início da guerra a mesma ficou mais ou menos irremediavelmente dividida, com 12 milhões na zona republicana.²²³ Desses, a parcela economicamente ativa girava entorno de 5 a 6 milhões de pessoas, de um total nacional de 10 milhões. Pois bem, finalmente, a coletivização: a população diretamente envolvida no processo foi estimada em quase 2 milhões de indivíduos.²²⁴ É um número extremamente expressivo.

223 “Imediatamente após o levante nacionalista e a resistência dos trabalhadores, a Espanha ficou dividida em dois territórios, a Zona Nacionalista e a Zona Republicana” (RODRIGUES, 2016, p. 83).

224 Todos os dados contidos no parágrafo podem ser encontrados em Rodrigues (2016, p. 87).

Essa significativa parcela da população envolvida com os processos de coletivização, conjuntamente à reorganização política ocasionada pelas assembleias e conselhos, geraram um quadro de redução de desemprego e das jornadas de trabalho, ao mesmo tempo que aumentava o consumo e havia melhoria da qualidade de vida (RODRIGUES, 2016, p. 90). O que se pode concluir dessa correlação é mais ou menos óbvia, mas, ainda assim, importante de ser mencionada de maneira explícita: “o processo de trabalho era organizado para satisfazer as necessidades diretas dos trabalhadores” (*ibidem*, p. 91), em vez de visar simplesmente produzir *per se*. Adquirindo sentido na vida cotidiana, o trabalho tornou-se fonte de melhoria generalizada e não mero meio de exploração.

Foram salientadas as maneiras de organizar a política deliberativa dos revolucionários, que chamamos de esferas ou dimensões. Há, contudo, um outro aspecto, que na verdade é apenas o outro lado da mesma moeda, que são as espacialidades propriamente, a maneira com que tal sociedade se organizou no espaço e através dele. As duas espacialidades características são a comuna e a federação, termos já conhecidos por nós desde Paris...

Aqui a Comuna é entendida como “unidade territorial autônoma, onde se desenvolve a vida cotidiana” (*ibidem*, p. 93). Elas aconteceram basicamente no campo, enquanto nas cidades o que houve foram “ilhas de autonomia, (as fábricas, os serviços, a infraestrutura) autogeridas pelos comitês” (*ibidem*, p. 93). Se estivessem associadas a outras comunas, formava-se uma Federação, entendida como “uma rede de pessoas e grupos com interesses ou atividades em comum que se associam de forma livre e voluntária” (RODRIGUES *apud* PROUDHON, 2016, p. 93). Não havia tamanho ou quantidade mínimas de pessoas, recursos, etc, para estabelecer tais comunas e suas federações. Enfim, de maneira objetiva e geográfica, enquanto a Comuna é “um recorte territorial contínuo”, a Federação é “uma rede que articulava o território libertário” (RODRIGUES, 2016, p. 94).

Ao fim e ao cabo, a Revolução Espanhola sofreu de males similares ao autogoverno de Paris, e sua derrocada advém de algumas decisões a respeito de investidas militares. No caso parisiense elas giraram especialmente em torno da marcha não realizada sobre Versalhes, logo à tomada de Paris, o que deu margem para fortalecimento das forças republicanas. Já no caso espanhol, o pecado das investidas não realizadas se dá sobre a disputa de Barcelona e o não enfrentamento ao stalinismo, que auxiliou abertamente o lado fascista, no melhor estilo “se a revolução não for soviética, não será”.²²⁵

Independentemente de qualquer falha, por assim dizer, dessa experiência social, o que realmente devemos reter é que “as implicações e a capilaridade do processo espanhol

225 Sobre tal caso, ver "Contra-revolução stalinista em Barcelona" (BERTHIER, 2002, p. 61-74).

ultrapassaram tudo o que veio antes – e qualquer coisa que tenha vindo depois” (SOUZA, 2017, p. 184). Essa segunda constatação, entretanto, acredito ser relativa, ou melhor, passível de disputa, conforme será exemplificado a seguir pelo caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

O EZLN, mais especificamente o (neo)zapatismo, é um movimento social mexicano tributário da revolução de 1910, em que camponeses (e) indígenas lutaram por seus *ejidos*.²²⁶ Tal fica evidente pela incorporação do nome de um dos líderes de tal revolta, Emiliano Zapata.

O atual Exército Zapatista surge na década de 80, herdeiro principalmente de uma organização indígena-maoísta, a Força de Libertação Nacional (FLN). O quadro, todavia, é mais longo, e remete até ao Congresso Nacional Indígena (CNI) de 1974 (ALMEYRA, 2004, p. 111).

Com a desarticulação da FLN, conjuntamente à alta repressão estatal, alguns membros refugiam-se “nos ambientes de selva das montanhas do estado de Chiapas” (SILVEIRA & CÂMARA, 2018, p. 78). É assim, no convívio com as populações locais, particularmente “junto às comunidades maias” (*ibidem*, p. 79), que se funda o EZLN em 17 de novembro de 1983, “organização clandestina indígena, de caráter militar” (*ibidem*, p. 79). Algo muito curioso é que após sua fundação, os neozapatistas permaneceram às sombras por longos dez anos, quando finalmente “no dia 1º de janeiro de 1994, ao mesmo tempo em que era celebrada a formação oficial do Nafta” (*ibidem*, p. 79), emergem ao olhar público e “dois a três mil milicianos²²⁷ zapatistas armados tomam sete municípios chiapanecos: San Cristóbal, Oxchuc, Ocosingo, Altamirano, Las Margaritas, Chanal e Huixtán” (ALCKMIN, 2015, p. 105). Conforme dito no parágrafo anterior, o processo donde cria-se o EZLN é de mais longa duração do que seu próprio contexto histórico, remetendo ao CNI, o que se confirma pelas onze demandas apresentadas quando do levante de janeiro, basicamente resgatadas de 74:

226 Forma comunal de uso e ocupação da terra: “terras de propriedade estatal concedidas à posse e usufrutos comunitários inalienáveis” (SILVEIRA & CÂMARA, 2018, p. 79).

227 O autor define os milicianos como “todos que compõem o exército zapatista, isto é, o braço armado da organização” (ALCKMIN, 2015, p. 107), mas o que chamamos de *movimento zapatista* é algo mais amplo, “composto por uma frente civil, formada por zapatistas ‘base de apoio’, ou seja, indígenas (e indígenas-camponeses) filiados à organização e residentes nas comunidades rebeldes” (*ibidem*, p. 108).

“abrigo, terra, trabalho, saúde, educação, alimentação, liberdade, independência, justiça, democracia e paz” (*ibidem*, p. 106).²²⁸

Após esse levante a resposta do Estado não pôde ser “mais típica” de sua heteronomia, deslocando quase um terço de seu contingente militar para Chiapas, iniciando uma guerra entre governo federal e milícia (*ibidem*, p. 106). Por pressão da sociedade civil, do movimento eclesial e de diversas etnias indígenas mexicanas, o conflito armado dura apenas doze dias até que o governo federal opte por uma via de diálogo (ALCKMIN, 2015, p. 107; ALMEYRA, 2004, p. 111). Apesar de breve, tal embate custou em torno de 500 vidas, “entre zapatistas, soldados e população civil” (ALCKMIN, 2015, p. 107).

A partir daí o principal embate se dá entre os dois lados é uma guerra de palavras em vez de armas. A principal movimentação dos zapatistas passa a ser de articulação política para “fora”. Tal movimentação inicia-se em fevereiro pós-armistício, com o que ficou conhecido como “Diálogos da Catedral”, sediado em São Cristóbal de las Casas (*ibidem*, p. 110). Por um lado, o Estado se posicionava cercado militarmente a área de Chiapas para tentar isolá-la, e através manifestações genéricas de apoio, como modificações constitucionais sobre “direito de manifestação cultural das populações indígenas” (SOARES, 2012, p. 260). O EZLN, por outro, através de seu Comitê Clandestino Revolucionário Indígena - Comandância Geral (CCRI - CG), possuía demandas claras e bem definidas:

o reconhecimento do estado de beligerância, a constituição de um novo pacto federativo que permitisse maior autonomia econômica e cultural, possibilitando a autonomia a cada povo que a reivindicasse, a concretização de mudanças nas relações com o Estado, a criação de novos municípios e regiões pluriétnicas, a convocação de novas eleições precedida por uma reforma eleitoral, e a revogação da reforma do artigo 27 da constituição e da lei agrária a ela correspondente [que regia a privatização dos *ejidos*] (*ibidem*, p. 260).

Porém, muito mais significativo do que esse diálogo com o governo, é impressionante o trabalho realizado pelos zapatistas em direção à sociedade civil, nacional e especialmente internacional. Com o respaldo público do seu lado ganhou força que o armamento jamais lhe traria. O conflito, ainda que inevitável, estava claro não seria o que equilibraria a balança: o braço estatal tornou-se demasiadamente grande em termos de aparato repressivo. Como ondas, é preciso ser forte o suficiente para barrar a primeira e resistir às subsequentes, conseguindo se manter firme para criar uma condição de alavancagem política em que a negociação seja possível, enquanto saída interessante para o Estado. Que lhe valha

228 Estas demandas estão contidas na “Primeira Declaración de la Selva Lacandona: hoy decimos basta!”, assinada de 1993, mas oficialmente anunciada no levante de 1º de Janeiro. As “Declaraciones” são seis ao total. Disponíveis em www.enlacezapatista.ezln.org.mx. Acesso em Maio de 2021.

menos lutar que parlamentar, por assim dizer. E foi isso que fez o EZLN, com os diálogos através do CCRI – CG, mas também através de seus mais diversos pronunciamentos, seja de maneira oral ou escrita. Aliás, sobre isso vale uma observação, que é o fato da qualidade literária do Subcomandante Marcos, figura icônica do movimento zapatista. Esse expoente tão bem versado nos meios do ocidente foi uma linha de fuga importante na ponte entre os dois mundos, quase que uma espécie de falar a língua do inimigo, ou pelo menos à sua maneira.²²⁹

Em junho do ano de sua insurgência, os zapatistas seguiram esse caminho e sedimentaram sua atitude por meio da Segunda Declaração da Selva Lacandona, onde afirmam explicitamente uma “prorrogação unilateral do cessar fogo ofensivo” (CCRI – CG, 1994, s/p), comprometendo-se a não prosseguir com o conflito armado ao mesmo tempo que ratificam sua “disposição a uma solução política no trânsito da democracia” (CCRI – CG, 1994, s/p).²³⁰ Sua consolidação pública acontece em agosto do mesmo ano, quando fundam seu primeiro *Aguascalientes*. Espaços físicos de alta carga simbólica, são “constituídos para serem a sede das atividades político-culturais promovidas pelos zapatistas” (SILVEIRA & CÂMARA, 2018, p. 81). Ou seja, são o ponto de convergência tanto de suas próprias atividades quanto de encontro com a comunidade não-zapatista, nacional e internacional. Foi justamente neste espaço que o movimento sediou a Convenção Nacional Democrática (CND), donde se reuniram “cerca de 7 mil pessoas de todos os estados do México, além de centenas de observadores internacionais” (SILVEIRA & CÂMARA *apud* GENNARI, 2018, p. 80).

No ano de 1995, conjuntamente com a fundação de mais quatro *Aguascalientes* (SOARES, 2012, p. 260), o movimento cria sua nova configuração administrativa, rompendo os limites estabelecidos pelo governo heterônimo e instituindo os *Municipios Autônomos Rebeldes Zapatistas*, ou simplesmente MAREZ (*ibidem*, p. 261). Esses municípios possuem existência paralela ao Estado mexicano, com seus próprios registros burocráticos e limites, e emanam não de um decreto ou deliberação legislativa, mas da política feita “na base”, calcados no cotidiano da própria população que os produz. Quanto a isso é assaz importante destacar que o EZLN não possui interferência sobre as decisões e, portanto, administração dos MAREZ. Os mesmos são geridos civil e não militarmente.

229 Reiterando tal posição, diz Soares (2012) que o Subcomandante “emerge como um sujeito que realiza a ponte entre o mundo branco/ocidental/capitalista/colonizador e o mundo comunitário/indígena/colonizado.” (p. 67). A importância dessa figura icônica também se confirma nos esforços do governo mexicano em desvendar sua identidade em cadeia nacional, ainda no ano de 1995: o ex-professor universitário Rafael Guillén (*ibidem op cit*).

230 No original, respectivamente: “prórroga unilateral del cese al fuego ofensivo”; “disposición a una solución política en el tránsito a la democracia”

Apesar da expectativa com uma eleição mais progressista, venceu o candidato do governo, que manteve uma postura belicosa frente o movimento. E negligenciando o armistício do ano anterior, continuou com ações violentas, atacando tanto o espaço do primeiro *Aguascalientes* quanto perseguindo os comandantes zapatistas. Contudo, o movimento estava fortalecido aos olhos do público, dada sua postura de diálogo e abertura à comunidade externa. Frutos colhidos em grande parte pela CND e pelas novas municipalidades.

A situação acabou sendo encaminhada através de lei aprovada pelo legislativo, que retirou os zapatistas da ilegalidade (*ibidem*, p. 261). Eles, a partir de então, passam a ser considerados, no Artículo 1, “ciudadanos mexicanos, mayoritariamente indígenas, que se inconformó por diversas causas” (MÉXICO, 1995, p. 1). Em referida lei são asseguradas “la paz justa, digna y duradera en el Estado de Chiapas”; “atender las causas que originaron el conflicto”; “propiciar que los integrantes del EZLN participen en el ejercicio de la política”; “intervendrán representantes del Gobierno Federal y del EZLN” (*ibidem*, p. 1-2).

Tal lei não apenas demarca a legalidade do movimento, em particular da milícia, como garante qual deve ser o foco das negociações, além do direito de quem deve participar. A “Ley para el diálogo” oficializa, então, o direito popular em igualdade política ao governo federal. Antes "Diálogo da Catedral", agora temos o "Diálogo de San Andrés". A síntese do que foi acordado é poderosa, e atende a pontos de mudança estrutural na relação político-jurídica entre o Estado e o governo zapatista. Conforme segue:

o reconhecimento, como garantia constitucional, do direito de autodeterminação dos povos indígenas [...]; a realização de reformas legais e constitucionais visando ampliar a participação e a representação política local e nacional dos povos indígenas, conformando um novo federalismo; a garantia do acesso pleno dos povos indígenas aos instrumentos jurídicos do Estado, e sua adaptação às suas especificidades culturais e seus sistemas normativos internos (SOARES, 2012, p. 262).

Infelizmente, a potência dos diálogos, que duraram quatro meses, nunca transformou-se em ato. O governo decidiu por uma “proposta unilateral” (*ibidem*, p. 263) e desarticulou tudo que havia sido construído. Pelo segundo governo seguido, o Diálogo é relegado ao ostracismo. E pior, o conflito armado mantido, mas, em vez do uso de força explícita, com seus próprios destacamentos tal qual ao início do ano, agora ocorre por meio da presença de paramilitares e das forças locais, como os grandes proprietários de terra. Enquanto isso “o governo se manifestava publicamente como ator prudente ao criar condições

pacíficas para as negociações com os rebeldes” (*ibidem*, p. 263). Afagava com uma mão enquanto batia com outra. O governo seguinte igualmente prometeu resolver a questão, assim como seus predecessores, o que obviamente não aconteceu.

Toda essa mobilização contínua e sem êxito algum, um verdadeiro desperdício de energia, levou os zapatistas a um *turning point*. Ao mesmo tempo em que reafirmam sua resistência armada, já que historicamente essa demonstrou-se necessária para garantir a permanência da sublevação, decidem por também iniciar seu próprio processo unilateral, ou seja, produzir autonomia independente das negociações com o poder federal.

É nesse momento que suas sedes originais, os *Aguascalientes*, são substituídos pelos *Caracoles*. O significativo de tal acontecimento é que eles são a materialização da transformação política do movimento. Os *Aguas* simbolizavam a articulação com o governo (e também com a sociedade civil), para tentar implementar suas demandas via democracia representativa (aprovação do deliberado nos Diálogos em câmara legislativa). Já que tal articulação havia sido rompida pelos governos, que insistiram em não dar prosseguimento ao acordado, os zapatistas decidiram iniciar a implementação de seu projeto por conta própria. Para isso foi necessário produzir um *novo espaço*. Um espaço no sentido geográfico, que não é apenas expressão material, também é feito de relações sociais, de sujeitos interagindo. Os *Caracoles* são essa junção, a transformação “de funções e de estrutura” (SOARES, 2012, p. 265), uma transformação física e também simbólica.

Essa espécie de reviravolta se dá em 2003, ano marcante em que se encaminhava uma década do aparecimento neozapatista ao público, e de dois anos já de pronunciamentos, desde sua “Marcha pela Dignidade Indígena” (*ibidem*, p. 265). Tal reestruturação não passa somente pelo espaço dos Caracóis, mas também, e especialmente, através das *Zonas* e das *Juntas de Buen Gobierno* (JBG). O que realiza o movimento zapatistas é uma reorganização política em diferentes escalas geográficas, ou seja, um rearranjo territorial. Aliás, cabe ressaltar o quão geográfico eles são, desde o uso de termos, passando por seu pensamento até sua organização espacial. Para além da geograficidade (DARDEL, 2011) inerente a todos nós, eles são mais que isso, são geográficos no sentido científico-epistêmico: a terra, o território, a ideia de lugar, as escalas de organização, a produção de identidade iconográfica, os elementos paisagísticos de sua presença, entre outros aspectos. É como se estivessem constantemente atentos a todos os elementos, ou pelo menos àqueles que podemos considerar os principais, de nossa constelação conceitual.

Enfim, sobre as escalas administrativas. Como dissemos, os *Caracoles* assumiram o espaço dos *Aguascalientes*, em sua função de sede, de espaço físico, assim como seus

antecessores. Contudo, agora deixam de ser só um “‘espaço cultural’ para converter-se em uma estrutura com membros afiliados” (*ibidem*, p. 265). É nesse novo espaço que se reúne a *JBG*, responsável por coordenar “a autonomia entre os diversos MAREZ que congrega” (ALCKMIN, 2015, p. 146). Além disso, as *Juntas* articulam o território zapatista externamente, elas

se tornaram o primeiro 'órgão formal' de administração [...], assumindo também novas funções, de acordo com este novo ordenamento territorial, entre elas: (a) ser ponte entre as comunidades e o mundo; (b) mandar obedecendo; (c) mediar conflitos e violações dos direitos humanos; (d) vigiar e apoiar os projetos e tarefas comunitárias; (e) estar atentos ao cumprimento das leis zapatistas; (f) guiar as visitas aos caracóis; (g) promover projetos construtivos; (h) instalar acampamentos de paz (SILVEIRA & CÂMARA, 2018, p. 82).

Em particular, sobre essas novas funções, é imperioso destacar o significado de *mandar-obedecendo*. Esse “oxímoro é fundamental dentro do sistema zapatista” (ALCKMIN, 2015, p. 139). Expressa-se através dele a ideia de que não há uma relação hierárquica de poder, ainda que hajam sobreposições escalares: dos *pueblos* em direção aos *municipios* e desses às *Juntas* e *Zonas*.²³¹ As *JBG*, por exemplo, exercem a autoridade de operacionalizar, mas não o de deliberar. Tal postura é assaz significativa no que toca impedir um corpo político que seja dissociado do corpo civil, como no Estado moderno. Nesse caso, como em outros, o movimento marca cada vez mais seu caráter ameríndio, ou “sua crescente indianização” (grifo no original; SILVEIRA & CÂMARA, 2018, p. 83).

Os zapatistas persistem até os dias de hoje, e nada aponta para seu esfacelamento. Pelo contrário, o movimento vem se mostrando cada vez mais consolidado ao percolar continuamente o tecido social de Chiapas, como demonstrado pelo projeto *Escuelita zapatista*, iniciado em 2013 (ALCKMIN, 2015, p. 133; p. 162).

Ainda que brevemente, uma última experiência merece ser mencionada. O movimento *piquetero*, na Argentina. Diferente dos antecessores, que têm sua organização ligada diretamente à tomada dos meios de produção, os *piqueteros* surgem justamente por seu afastamento dos instrumentos que podem prover trabalho e sustento material. É verdade que

231 “Cada região autônoma zapatista passou a contar, portanto, com três níveis de 'governo civil': o regional, com uma *JBG*; o municipal, integrado por um Conselho Autônomo de um MAREZ, e o comunitário, com autoridades das 'comunidades em resistência’” (SOARES, 2012, p. 271).

tanto na Comuna, quanto na Revolução, quanto com o EZLN, a questão sempre foi mais ampla, em direção à conquista dos espaços de vida em sua totalidade. Contudo, isso só pôde ser garantido pela apropriação da produção alimentícia, de recursos financeiros, etc. No caso *piquetero* tal inexistia, uma vez que o movimento é formado basicamente a partir de desempregados. Assim, é em especial pela maneira com que se mobilizam que inovam.

Se os zapatistas emergem em um contexto de crescente neoliberalismo na América Latina, como a proposta do NAFTA, aqui não é diferente. O movimento *piquetero* se organiza justamente num contexto de precarização da vida trabalhadora. Eles são uma resposta "às políticas econômicas dos anos 1990" (CARDOZO, 2008, p. 34).

Assim como na Comuna e no EZLN, tenta-se descreditar o movimento atrelando-lhe características negativas porque contrários à ordem: "vagabundos, desordeiros, agressivos, violentos" (*ibidem*, p. 41). Contudo, sua força de resposta reside nas relações que mantêm com a base, assim como na Rev. Espanhola. Eles têm "vínculos históricos com os sindicatos e com as organizações sociais de bairro" (*ibidem*, p. 43). E, assim, conseguem espriar seu respaldo, reunindo a seu favor "empregados, desempregados, estudantes, comerciantes e pequenos produtores rurais e urbanos" (*ibidem*, p. 45).

O movimento origina-se na década de 90, e atua basicamente com estratégias que respondem à sua realidade. Sendo massivamente composto por desempregados, não é possível realizar greve, um modo tradicional de mobilização trabalhadora. Assim, começam a realizar majoritariamente "marchas e cortes de estradas, ano após ano, [até] seu período de auge em 2001 e 2002" (*ibidem*, p. 45).²³² Basicamente é a atitude, realizar piquetes, que conota e denota o sujeito *piquetero*.

O primeiro corte de *ruta* aconteceu em 21 de junho de 1996, em Cutral Co e Plaza Huinul, na província de Neuquén. Esse primeiro corte é incipiente, manifestação primeira de algo que viria a ser, os piquetes propriamente. Tal corte acontece a partir de um fator extremamente importante, a queda brusca de empregos em razão da privatização da estatal petrolífera YPF, que representou sozinha a demissão de 4 mil pessoas. Quando do corte, as duas cidades somavam 8 mil pessoas desocupadas, em uma população de 50 mil, ou seja, 16% (ZIBECHI, 2018 [2003], p. 147)

Essa mobilização, que mais do que assaz elaborada, contou "con una buena dosis de desesperación" (*ibidem op cit*) conquista ganhos importantes, como a reconexão de água e luz para os desempregados, que não haviam conseguidos pagar suas contas, por óbvio, e

²³² No ano de 2002 foram realizados 2336 atos de protesto (CARDOZO, 2008, p. 49).

também subsídios que já haviam sido aprovados um ano antes através da lei provincial 2128 - "Fondo Complementario de Asistencia Ocupacional" (*ibdem op cit*).

Há duas mudanças radicais, em termos de mobilização, a partir do ano seguinte. Agora elas visam não somente um (válido) descontentamento generalizado, elas enfocam no papel depreciador que a privatização da YPF teve sobre a economia local. Assim, os *paros y cortes* se dão diretamente sobre os acessos à planta fabril da petroleira, visando evitar o transporte de mercadorias, e, além disso, ocupa-se o aeroporto local em repúdio à chegada da então Secretária de "Recursos naturales y ambiente humano", María Julia Alsogaray.²³³

Daqui em diante o movimento torna-se cada vez mais organizado, e os cortes "planificados, con objetivos precisos" (ZIBECHI, 2018, p. 148). Apesar da resistência por parte dos sindicatos, em relação aos *piqueteros*, estes começam a se coordenar com outros movimentos. Além disso, há rotação de lideranças para negociação, evitando as cooptações ocorridas no ano anterior. Nas cidades de Tartagal y General Mosconi, província de Salta, mobiliza-se a *Unión de Trabajadores Desocupados*, herdada das experiências prévias de luta também contra a YPF. Enquanto isso, no departamento de San Martín, província de San Juan, dezenas de cortes (estima-se que tenham chegado em centena) paralisam a região e através de assembleias, conquistam ganhos significativos em termos de fundos para desempregados, planos sociais e vagas de emprego (*ibdem op cit*).²³⁴

Assim, fica claro que apesar de originalmente ser composto basicamente por trabalhadores desempregados, sua demanda não é simplesmente readquirir postos de trabalho. Pelo afastamento do mundo da produção, acompanhado pela "deterioração das condições de vida"(CARDOZO, 2008, p. 46), acontece, por antítese, "o estabelecimento do bairro como o espaço natural de ação e organização" (*ibdem*, p. 46). O movimento *piquetero*, então, nasce e cresce em meio a sujeitos que lutam "por direitos básicos como moradia, luz, serviços básicos" (*ibdem*, p. 46). É nesse contexto, já nos anos 2000, que surge também o "movimento de fábricas recuperadas (fábricas que fecharam ou faliram, retomadas pelos

233 Alsogaray viria a ser condenada por escândalos de corrupção durante o então governo: em 2004 por enriquecimento ilícito, em 2013 por corrupção ao firmar contratos e em 2014 por administração fraudulenta. Disponível em [Nueva condena a María Julia Alsogaray, esta vez por contratos irregulares \(telam.com.ar\)](https://www.telam.com.ar/notas/202203/nueva-condena-a-maria-julia-alsogaray-esta-vez-por-contratos-irregulares). Acesso em Março de 2022.

234 Para nível de comparação da força dos piquetes à época, cabe trazer os dados em relação às greves e atos sindicais. Em 1996 a mobilização sindical chega ao mínimo histórico da década, com apenas 125 conflitos registrados. Não por acaso o período entre 1991-2000 registrou menos conflitos laborais do que a década anterior. Por outro lado, crescem vertiginosamente os *cortes de ruta*: entre 1997 e 2001 foram registrados um incrível total de 2828 mobilizações, e mais de mil só primeiro semestre de 2002 (ZIBECHI, 2018, p. 149).

trabalhadores, que a coordenam de forma cooperativa)” (*ibidem*, p. 50), com destaque especial para a FaSinPat (*Fábrica sin patrón*) de Zanón (FESTI, 2010, ZIBECCHI, 2007, p. 103-109).²³⁵

Emergindo de maneira mais ou menos espontânea (sem uma proposta focal previamente organizada, como o EZLN) a partir das massas, o movimento *piquetero* é bastante diverso. Alguns são trabalhadores e/ou sindicais, e demandam condições e oportunidades de emprego, outros demandam a transformação social, e outros, ainda, servem como braço de partidos políticos (CARDOZO, 2008, p. 52). Especialmente a partir da decolagem do *Movimiento de Trabajadores Desempleados* (MTD) consolida-se “uma nova experiência subjetiva” (*ibidem*, p. 53), que não quer apenas reintegração ao mercado de trabalho, mas a possibilidade de produzir novas relações sociais de produção. Os *piqueteros*, apesar da tentativa de classificação sectária, são legião, e se em parte isso dispersa a pauta de um movimento uníssono também é o que lhe convém potência. O aspecto difuso, tanto em termos de lideranças quanto de pauta tende a ser visto como fraqueza ou desorganização, mas tal não é necessariamente assim.

As vezes o simples descontentamento com o que está posto é a melhor pauta possível, ainda que não se tenha uma resposta clara de como repor o que lá está, como demonstram Maio de 68 (org. COELHO, 2008) e os ativismos *Ocuppy* (HARVEY *et al*, 2012), por exemplo. E ainda que a falta de um “projeto” de início possa acarretar em problemas de procedimento posteriores não é isso que lhes torna falhos em seus questionamentos. Saber o que não quero é um valor em si.²³⁶ E, se tivermos que sintetizar, a “ação piquetera nasceu onde se desarticularam os marcos sociais e trabalhistas de maneira brusca e vertiginosa” (CARDOZO, 2008, p. 57). Eles são a resposta difusa a um problema centralmente verdadeiro: a capacidade popular de reagir com voracidade à falência de suas condições cotidianas de reprodução.

Enfim, o movimento *piquetero* é interessante à nossa análise das experiências sociais por diversas razões. Basicamente eles mesclam múltiplos aspectos característicos dos casos anteriores e ofertam respostas diferentes do que havia disponível. Primeiro, são posteriores historicamente, nascem num contexto urbano contemporâneo de precarização da força trabalhadora industrial. Em seguida, exemplificam como uma massa difusa de descontentes pode se agremiar em uma pauta minimamente comum. Depois, fortalecem-se por uma postura ativista que se difere da mobilização clássica: em vez de romperem a

235 “Em alguns lugares do país [os movimentos de fábricas recuperadas] foram impulsionadas por grupos piqueteros e, em outros, por sindicatos, estabelecendo redes de comercialização dos produtos fabricados por essas empresas, entre os movimentos sociais” (CARDOZO, 2008, p. 50).

236 “Dizer não é mostrar-se plenamente vivo e portador de uma existência ativa, é recuperar os poderes perdidos e levantar-se sobre os próprios escombros, reaprendendo a liberdade” (SANTOS, 2012, p. 74)

produção, cortam a circulação das mercadorias. Por fim, mostram como o papel do cidadão, desde seu sentido mais tradicional (de membro da cidade enquanto *civitas*, seu corpo político, conforme exposto no primeiro ensaio dessa Parte II), ainda possui amplo espaço nos debates e demandas contemporâneos, e como a fábrica deixa de ser o espaço por excelência de mobilização do trabalhador (conforme a noção herdada do século XIX): o desempregado encontra seu *locus* nas ruas, avenidas e rodovias. Se a teoria proletária típica associou a organização operária ao chão fabril, e sua incapacidade ao *lumpenproletariat*, o movimento *piquetero* mostrou como transcendê-la.

Muitos mais exemplos poderiam ser trazidos à baila. Sempre podem. A questão é o que a seleção elencada aporta ao plano de pesquisa. Todos casos possuem correlação com a atenção dada à autonomia e ao território como espaço da política. As quatro experiências sociais demonstram que o território considerado em perspectiva relacional, particularmente a partir de relações de poder e como espaço da política por excelência, é fonte potente de interpretação analítica para situações de conflito, predominante sobre as noções de caráter material (disponibilidade de recursos), heterônomo (espaço delimitado pelo Poder) ou mesmo cultural (fomento de identidade e pertencimento).²³⁷ As experiências demonstram também que a autonomia pode e deve ser buscada de inúmeras maneiras, mas que nenhuma pode acontecer se não for por via territorial, ou seja, com base em um substrato material e através das relações sociais que lhe organizam (como, onde e quando deliberar nossas ações, e como efetivamente agir). Que não existe território autônomo sem territorialidade correspondente, ou seja, que não existe soberania sem uma expressão espacial que lhe açambarque. O resto vêm depois.

²³⁷ É importante reiterar, para que não haja qualquer confusão, tais distinções não querem dizer que não há uma predominância em si mesma, mas em relação aquilo que queremos analisar. Como uma ferramenta é mais apta a uma tarefa que a outra.

DAS MÁSCARAS DESCARTÁVEIS AOS PARAQUEDAS COLORIDOS

Portanto, a distinção de um pesquisador cartógrafo é que este é entrevistado, vendo-se refletido no objeto. Tratar-se-ia de um jogo de espelhos de inúmeras imagens onde desejo/formação/memória do pesquisador criam reflexo do objeto. A produção do objeto de pesquisa poderia ser vista como expressão possível das sensações, percepções e afectos do cartógrafo (KIRST et al, 2003, p. 97).

A epígrafe acima reproduzida nos diz que o “método cartográfico”²³⁸ não pode prescindir do cartógrafo que o coloca em movimento. De suas sensações, percepções e afetos... Pois bem, é inevitável, por isso, que escreva sobre e a partir do mundo que se faz presente no desenvolver desta tese. Quiseram as Moiras, ou o simples acaso, que um trabalho envolvendo autonomia fosse encaminhado em situação pandêmica, de ampla restrição mundial e isolamento social.

Os desdobramentos sobre a presente temática são muitos e por isso, ao menos alguns, merecem nossa atenção. A primeira, e talvez mais evidente questão, suscitada pela pandemia, foi apontada pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han em “O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã”²³⁹. A reação das instituições heterônomas têm aí uma chance de acirrar práticas biopolíticas através de posições (mais) autoritárias. Hipótese reforçada, inclusive, pelo passado recente de um cenário político internacional marcado por acensões de lideranças à direita. Seu ponto principal desdobra-se através da vigilância digital, como adotada na China, através do monitoramento geoposicional de celulares para controlar a mobilidade da população. O monitoramento de câmeras lhe dá sustento adicional.

Contudo, sua posição difere-se muito da assumida por Giorgio Agamben, que no título de sua coluna já diz ao que veio, “O estado de exceção provocado por uma emergência imotivada”²⁴⁰. O autor deixa claro que a pandemia seria uma “desculpa” para aplicação excessiva, quiça irrestrita, do poder soberano em suas características de exceção. Ou seja, uma causa. O filósofo sul-coreano realiza justamente o movimento contrário, indicando que a

238 “A cartografia não determina em si uma metodologia, porém antes, propõe uma discussão metodológica que se atualiza na medida em que ocorrem encontros entre sujeito e objeto” (KIRST et al, 2003, p. 92).

239 Crônica publicada em El País, disponível em <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html?fbclid=IwAR0isoCrXoYZd9FeGAAigvTxnN5OcmXP8eVU4DkJ6viQ7dqLDizYx3TmT-c> Acesso em Dezembro de 2020.

240 Publicada em IHU Online, disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596584-o-estado-de-excecao-provocado-por-uma-emergencia-imotivada> Acesso em Dezembro de 2020.

ampliação de tais práticas seria efeito, resposta ao evento, e não sua origem, o que é muito diferente em termos de registro histórico.

Quia ainda mais estrambólica é a interpretação apresentada por outro filósofo, Slavoj Žižek, que enxergou na pandemia uma possibilidade de “[u]m golpe letal ao capitalismo para reinventar a sociedade”.²⁴¹ Assim como fez com caso anterior (ŽIŽEK, 2012), o autor interpretou apenas a defesa daquilo que já pretendia, a crise como momento de transformação. E, de fato, a crise “se propõe” a isso, ela é, por excelência, um momento frutífero à ruptura. Mas nada garante que ela será, necessariamente, benéfica. É nesse sentido que o acerto de Han é cirúrgico e se diferente, *essencialmente*, de Agamben e Žižek: ele não se depara perante a questão visando provar ou evocar uma leitura ou posição pré-existente (estado de exceção e reinvenção do comunismo, por exemplo), mas genuinamente engajado num esforço interpretativo para entender aquilo que se apresenta em vez daquilo que ele gostaria que fosse. Aos primeiros parece que o fenômeno independe para leitura que apresentarão, a este parece que a realidade se faz mais sóbria, ainda que mais indigesta.

Outra decorrência importante desvelada por essas diferentes posturas analíticas é da ansiedade em “dar respostas” a algo cuja magnitude se desconhece. O jornalista Jamil Chade, correspondente do Estado de São Paulo na Europa, disse que o coronavírus é a “crise que definirá nossa geração”²⁴². Já o comandante do Exército brasileiro, Edson Pujol, definiu-o como “a missão mais importante da nossa geração”.²⁴³ Outras fontes apontam a recessão econômica por vir como “o pior ano da história para a economia”²⁴⁴ ou ao menos “comparada à Grande Depressão”.²⁴⁵

O que tais leituras possuem em comum, apesar de suas particularidades, é justamente a urgência por afirmar certezas. E mais, a definitiva posição catastrófica como resultado. Estamos recém-adentrando a terceira década do século, é gritantemente cedo para fazer qualquer tipo de afirmação dessa magnitude, há muitos anos por vir. O mais prudente seria assumir que as condições são as mais periclitantes *até agora*, e tentar dar conta de sua resolução *imediate*. O aquecimento global segue em nossa porta, e a catástrofe ambiental

241 Crônica publicada em IHU Online, disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597314-zizek-sobre-o-coronavirus-um-golpe-letal-no-capitalismo-para-reinventar-a-sociedade>. Acesso em Dezembro de 2020.

242 Crônica publicada em El País, disponível em <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-17/a-criese-que-definira-nossa-geracao.html>. Acesso em Dezembro de 2020.

243 Reportagem publicada na Folha de São Paulo, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/comandante-do-exercito-diz-que-coronavirus-e-maior-missao-da-nossa-geracao.shtml>. Acesso em Dezembro de 2020.

244 Disponível em <https://www.terra.com.br/economia/pandemia-pode-levar-a-pior-decada-de-crescimento-da-historia.fc3a6c70d1227bc50b5fd8a02e66238av8mmhqhr.html>. Acesso em Dezembro de 2020.

245 Disponível em <https://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/criese-economica-causada-pela-pandemia-sera-longa-e-rigorosa-como-a-dos-anos-30-aponta-relatorio-feito-na-ufpr/>. Acesso em Dezembro de 2020.

existente e eminente, muito provável, indica ser “o real dilema”, inclusive produzindo novas epidemias.²⁴⁶ Que dirá de tantas outras decorrências como elevação do nível marítimo, diminuição de biodiversidade, períodos de escassez “anormais” influenciando produção alimentícia...

Se olharmos as posições de Bertrand Russel (1969) e Hannah Arendt (2016), acerca do perigo atômico perante a sobrevivência mundial no século passado, veremos que elas são muito similares ao que encontramos hoje sobre o coronavírus. E a devastação atômica não aconteceu. Tampouco serviu como alerta para repensar o poderio bélico das grandes potências. O mundo nem ruiu nem se resolveu, apenas “seguiu adiante”. Vale destacar que não é que as interpretações *do possível* estivessem erradas, pelo contrário, seguem radicalmente verdadeiras. As bombas atômicas ainda podem arrasar a vida como a conhecemos. Assim como pode a atual crise. E é “natural” que a evidência de uma catástrofe nos faça apontar para ela com veemência e, inclusive, é o papel denunciador da severidade de situações que ajudam a impedi-las em sua máxima gravidade. É necessário denunciá-las, certamente. Mas é diferente assumi-las enquanto ocorrência inevitável. Conforme apontei em outro trabalho (SOARES DE LIMA, 2019), o “relógio do apocalipse”, ou “relógio do fim do mundo”, está agora mais perto da meia-noite do que esteve na Guerra Fria, quando de sua criação. Entretanto, se seus ponteiros não soaram uma “hora inteira” lá atrás também podem não soar aqui.

Outra questão importante derivada de tais análises é perceber o limite contido na busca acelerada pela certeza. Queremos dizer, o mais rápido possível, o que determinada situação “é”: quais suas causas, como se deram suas ocorrências e quais seus desdobramentos. Contudo, como escutei de Raúl Zibechi, em uma palestra sobre as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil: “se ainda tentamos entender o que foi a Comuna de Paris, a mais de cem anos, por que deveríamos ter certeza de haver entendido fenômenos tão recentes?”. Somente podemos almejar agora produzir interpretações fortemente marcadas por personalidades e impressões, e isso não é imperiosamente problemático, desde que tal condição seja declaradamente assumida de origem. Nesse sentido, o aspecto fugidio do método cartográfico adequa-se muito melhor ao caso do que quaisquer tentativas de explicação universal (aplicável a todos os casos) ou reducionista (identificação causal de um fator-chave).

Assim, metodologicamente ecoamos a concepção de que o “cartógrafo sabe-se integrante da investigação, testemunha de seus próprios movimentos de conhecer” (KIRST *et*

246 Derretimento de geleiras tem apresentado, por exemplo, o ressurgimento de doenças “adormecidas”. Ver <https://www.bbc.com/portuguese/vert-earth-39905298> Acesso em Dezembro de 2020.

al, 2003, p. 96), ao mesmo tempo em que “a cartografia deve apresentar-se de alguma forma distante de seu autor, pois a pesquisa deve ter estabilidade sozinha” (KIRST *et al*, 2003, p. 96). Ou seja, partir da pandemia é um desejo que vem do pesquisador, mas que se justifica pelo pesquisado e se apoia em evidências fáticas: aproximação salutar entre sujeito e objeto, entre interesse e pertinência.²⁴⁷

Em ensaio anterior da Parte II, “Arqueologia dos conflitos”, tratou-se de experiências sociais, registros históricos que podem auxiliar-nos a pensar os termos propostos por esta tesa. Aqui, ao contrário, o importante é dar vazão ao presente e explorar, ainda que conjecturalmente, o futuro. Avaliar onde estamos e para onde podemos ir.

E o que se constata hoje é que muito mais do que promover um espírito de solidariedade e alteridade, a pandemia ou comprovou ou reforçou cenários já existentes. Os países que melhor combateram a pandemia possuem uma intersecção de fatores: sistemas políticos menos autoritários, programas de rastreamento e isolamento, políticas sociais, capacidade de resposta.²⁴⁸ E, de acordo com estudo/ranking do Lowy Institute, atualizado em 13 de março de 2021, o resultado é heterogêneo: Butão (1º), Nova Zelândia (2º), Taiwan (3º), Tailândia (4º), Chipre (5º), Islândia (6º), Ruanda (7º), Latvia (8º), Austrália (9º) e Letônia (10º).²⁴⁹

Basicamente o que se pode constatar dos dados é que cada país foi deixado à sua própria sorte, e que a globalização, apesar de ter alimentado a dispersão do vírus, não teve qualquer responsabilidade sobre nossa capacidade de resposta. E pensando-se com relação ao orçamento necessário para compra de vacinas, isso apenas se agrava. Os números relativos aos vacinados a cada 100 pessoas concentram, entre os dez últimos, somente países de “terceiro mundo”, dos quais oito são africanos...²⁵⁰ A desigualdade sócio-espacial mostra-se à flor da pele.

Decorre daí uma evidência óbvia, a inexistência da chamada aldeia global. Originalmente, o conceito diz respeito à interligação técnica propiciada pela globalização

247 Após a defesa de qualificação ficou claro que a cartografia havia transitado de um eixo teórico, ao lado de autonomia e território, para também uma leitura filosófica. Assim, mais que ocupar tópico particular na Parte I, haveria de se transformar em expressão metodológica da tese, enquanto prática de pesquisa. Tal faz-se presente em toda ela, e especialmente clara neste tópico pelo deixar-se ir do momento.

248 Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55704511>. Acesso em Junho de 2021.

249 Disponível em <https://interactives.lowyinstitute.org/features/covid-performance/#country-compare>. Acesso em Dezembro de 2021.

250 Disponível em <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations>. Acesso em Dezembro de 2021.

(MCLUHAN, 1962), ou seja, uma espécie de renovação/reinvenção da proximidade tribal. Entretanto, mesmo que a globalização tenha realmente comprimido o espaço-tempo (HARVEY, 1992), existe um lapso importante na definição. A ideia de aldeia pressupõe não somente a proximidade dos contatos, mas a preocupação coletiva com o bem-estar comum. A aldeia local cuida de si, a aldeia global não. Assim, a proximidade da globalização, seja ela informacional (através das redes de comunicação), seja ela produtiva (a logística que integra sedes fabris com pontos de distribuição, venda e consumo), não tem nenhuma similaridade com a proximidade tribal, que trata do conjunto de sua sobrevivência. A impessoalidade da (suposta) aldeia global é evidentemente contrastante com o reconhecimento de semelhantes através da ancestralidade.

Donde evidencia-se que apesar de termos problemas globais, e conexões da mesma sorte, a capacidade de resposta, e especialmente a vontade em atendê-las, são ínfimas. Os países estão em rede, os problemas do planeta afetam a todos, mas a reação ainda é extremamente limitada e local. Cada nação fez o que pôde para conter a pandemia e comprar vacinas conforme sua capacidade individual. O mesmo acontece com outros dilemas mundiais endêmicos. O aquecimento global, por exemplo, afeta a todos, mas continuamos revidando com respostas pontuais.

Sobre esse tema o que se têm, por um lado, é que alguns seguem negando o problema, enquanto, por outro, responde-se de maneira insatisfatória, para dizer o mínimo. Ailton Krenak chama atenção a tal dualidade em dois livros, “Ideias para adiar o fim do mundo” (2019), onde constata o colapso anunciado, e “A vida não é útil” (2020), onde discute algumas razões para a existência do mesmo.

No primeiro livro, resultado de uma palestra, o intelectual indígena aborda diretamente a questão ambiental como a mais fundamental. Sem natureza, não há vida possível, e “tudo que consigo pensar é natureza” (KRENAK, 2019, p. 17). Ou seja, a destruição não é apenas ecológica, mas da vida como um todo. Ecoando a crítica da aldeia global, ele diz:

Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos (*ibidem*, p. 14).

Assim, além de preservar e recuperar o ambiente, é necessário pensar em termos de *ambiências* (REGO, 2000, p. 7-10), uma noção de espaço geográfico em que ele é

resultado da nossa relação com o meio e também das relações que mantemos entre nós. Mudando ambas interações mudamos as condições de nossa existência, e assim podemos fazer desse espaço um “objeto catalisador de ações transformadoras” (*ibidem*, p. 7). É preciso, portanto, alterar o próprio sentido das interações, o “sentido de viver em sociedade [e o] sentido da experiência da vida” (KRENAK, 2019, p. 26). Existir de outro jeito, sim, mas especialmente existir de várias maneiras: a “provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais de uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim” (*ibidem*, p. 27).²⁵¹

É essencial perceber que o autor fala em adiar, porque considera o fim acontecimento inevitável, mas apenas o fim *desse* mundo. Lembrando Milton, um mundo é “um conjunto de possibilidades” (SANTOS, 1996, p. 13). “O mundo do tempo de Colombo ou de Cabral era formado por um conjunto de possibilidades diferentes do mundo de Voltaire ou de nosso mundo” (*ibidem*, p. 13). A questão, então, é quais possibilidades queremos criar daqui em diante.

Para tanto, Ailton Krenak nos oferece potente metáfora, do fim como queda e da utopia como um salvaguardo de aterrissagem segura. “A gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar. Cair, cair, cair. Então por que estamos grilados agora com a queda? Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos” (negrito nosso; KRENAK, 2019, p. 30).

Em seu livro seguinte o autor oferece-nos algumas pistas de como devemos construir tais paraquedas, ou quais cores devem compô-lo, se preferirmos.²⁵² A primeira é que “não se come dinheiro” (KRENAK, 2020, p. 7-29), onde faz uma crítica ao progresso e o desenvolvimentismo desenfreado. A segunda é a necessidade de se ter “sonhos” (*ibidem*, p. 31-47), onde defende que sonhar é instituir uma maneira menos materialista de se envolver com a vida. A terceira é o aviso do perigo da “máquina de fazer coisas” (*ibidem*, p. 51-73), onde alerta para a exaustão dos recursos, a obsolescência programada e o limite do consumismo. A quarta atenta para o fato de que “o amanhã não está à venda” (*ibidem*, p. 77-91), onde ressalta o absurdo da artificialização da vida e o afastamento dos ciclos e ritmos

251 Nas palavras zapatistas, "un mundo donde quepan muchos mundos". Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=P78LD8loQdc&t=36s&ab_channel=FranciscoLion. Acesso em Junho de 2021.

252 Coincidentemente, o Subcomandante Marcos, principal figura pública do EZLN, também usa das cores para elaborar uma agenda de lutas no livro "Nem o centro nem a periferia: sobre cores, calendários e geografias". Disponível em https://protopia.fandom.com/pt-br/wiki/Nem_o_centro_e_nem_a_periferia. Acesso em Junho de 2020.

naturais.²⁵³ A quinta e última pista aponta que “a vida não é útil”, (*ibidem*, p. 95-116), onde faz uma evidente oposição ao utilitarismo como guia de nossa experiência mundana, em que tudo tem que servir para alguma coisa.

Se observamos o que liga as “cinco cores” de um possível paraquedas, o fio condutor do capítulos, veremos que é o parâmetro econômico como regente da vida humana. Basicamente está nos dizendo que devemos imperiosamente transformar a maneira como produzimos, o que produzimos e o sentido que produzir assume em nosso cotidiano. Rutger Bregman, em “Utopia para realistas” (2018), discute justamente quais atitude podemos tomar aqui e agora para começar a mudar o mundo. Antes de qualquer coisa, como podemos garantir, através do menor esforço possível, nossa subsistência no presente, para que, assim, tenhamos tranquilidade na realização da grande tarefa que nos cabe: “ter ideia de como seria um mundo melhor” (BREGMAN, 2018, p. 17). Assim, as respostas desse historiador vão fortemente ao encontro dos problemas identificados por Krenak.

Em seu capítulo de abertura o autor esforça-se para demonstrar como os dados gerais, de acesso à saúde, educação, alimentos e renda, são hoje os maiores da história. Maiores até mesmo do que podiam imaginar os mais audaciosos sonhos medievais de “Cocanha, a Terra da Abundância” (*ibidem*, p. 12). A grande questão restante, pois, é superar “a miopia e a injustiça que ainda nos cercam diariamente” (*ibidem*, p. 19), frutos de um mundo onde se produz e se trabalha demais e se distribui e se vive de menos.

As "utopias reais" não podem ser mais simples e objetivas: renda básica universal e redução da jornada de trabalho. Com apenas essas duas ações podemos começar a resolver as principais questões que assolam a existência da grande maioria da população mundial, e que podem ser resumidas em uma definição, a (falta de) qualidade de vida.

A ideia de renda universal é extremamente interessante porque, aparentemente, resolve apenas um problema, mas, na verdade, alcança resultados muito maiores. Conforme demonstram os projetos apresentados, ao possuir uma garantia de entrada de recursos financeiros constantes as pessoas reformularam sua existência como um todo. O autor ressalta que ainda há diversos preconceitos com a ideia, de que dar “dinheiro de graça” (*ibidem*, p. 35) apenas sustentará a vadiagem, ou que ofertar renda desvinculada (sem obrigatoriedade de uso: somente para comida, por exemplo) será desperdício de capital, porque as pessoas não sabem gastar. Ambos são pressupostos falsos. Na verdade os projetos falhos foram justamente os que

253 Este capítulo foi publicado à parte, antes de compor o livro, e começa com o autor falando sobre a pandemia ter exposto às pessoas como é mentalmente fatigante o enclausuramento em seus domicílios. “Como posso explicar a uma pessoa que está fechada há um mês num apartamento numa grande metrópole o que é o meu isolamento? Desculpem dizer isso, mas hoje já plantei milho, já plantei uma árvore...” (KRENAK, 2020, p. 78). Indubitavelmente bastante ilustrativo.

impuseram pré-requisitos de acesso aos recursos e/ou de como gastá-los. Quando o dinheiro foi dado sem quaisquer condições foi quando mais frutificou.

Estudos de todas as partes do mundo oferecem provas definitivas: dinheiro grátis funciona. Já existem pesquisas correlacionando a distribuição incondicional de dinheiro a reduções de criminalidade, mortalidade infantil, desnutrição, gravidez na adolescência, falta às aulas e a melhoria nos resultados escolares, crescimento econômico e igualdade de gêneros (BREGMAN, 2018, p. 33).

Além de resolver diversos problemas elementares, a renda universal permitiu às pessoas dedicarem-se aos seus próprios desejos e objetivos. Tendo uma verba garantida puderam procurar por melhores empregos (diferente do que assumia o senso comum, não houve aumento de desalentos), conseguiram empreender com maior sucesso, por não se preocuparem com a viabilidade inicial dos negócios, investiram em sua formação educacional e até mesmo puderam se dedicar a atividades cotidianas não rentáveis, especialmente no campo lúdico (*ibidem*, p. 40). Ou seja, em vez de se “acomodarem” fizeram de suas vidas muito mais satisfatórias e plenas.

Em termos práticos os projetos de renda universal também se mostraram mais econômicos e simples do que manter diversos programas de benefício e assistencialismo (*ibidem*, p. 43). E isso não exclui que certos segmentos possuam um adicional, como “idosos, desempregados e incapacitados para trabalhar” (*ibidem*, p. 36). Ainda há o fato de que ofertar dinheiro para todos estimulou “toda a economia” (*ibidem*, p. 34), o que é bom até mesmo para os investidores mais conservadores no campo político.

Por fim, e talvez o mais importante, os programas de renda básica universal mostram que é possível erradicar a pobreza em prazo exíguo, e que os benefícios disso são extremamente amplos (*ibidem*, p. 49-68). Estudos mostram que a pobreza leva não só a baixas qualidades de vida individuais (péssima alimentação, maior consumo de entorpecentes, menor chance de mudar suas condições materiais e graves consequências sobre a saúde mental) como a sociedades mais conflituosas, precisamente porque injustas, e, pasmem, mais custosas (quanto maiores os problemas gerados maiores são os orçamentos destinados a resolvê-los). Acabar com a pobreza, portanto, não é só uma questão ética, mas também prática, e a renda básica universal permite acabar com “a falácia de que a vida sem pobreza é um privilégio que só pode ser atingido com muito trabalho e não um direito que todos merecemos ter” (*ibidem*, p. 86).

Agora a redução da jornada laboral. Se sabemos que se produz mais do que precisamos consumir, significa que estamos trabalhando demais. É preciso diminuir este e

aumentar o lazer. E esta não é uma questão nova, pelo contrário. O livro “Abaixo ao trabalho” (org. CAPRA, 2007), por exemplo, reúne textos apartados por mais de cem anos, de autores bastante distantes no espectro político. Paul Lafargue e “O direito à preguiça”, em 1883; Bertrand Russell e o “Elogio do lazer”, em 1935; Raoul Vaneigem e “A decadência do trabalho” (capítulo de A arte de viver para as novas gerações), em 1967; Bob Black e “A abolição do trabalho”, em 1990; grupo Krisis e o “Manifesto contra o trabalho”, em 1999. Apesar de todas suas diferenças de perspectivas e momentos históricos, os autores concordam no absurdo que é o tamanho da jornada laboral. Todos trazem dados similares, de que a necessidade material de todas as pessoas no planeta poderia ser satisfeita com jornadas diárias entre 3h e 4h.

Bregman (2018, p. 111-130) é igualmente “ousado” e propõe uma janela de 15 horas semanais, ou seja, a mesma coisa. Seu argumento é bastante simples, nossa capacidade técnica é capaz de suprir a necessidade de engajamento físico com a produção. Citando John Stuart Mill, diz que “a tecnologia deveria ser usada para reduzir a jornada de trabalho o máximo possível” (*ibidem*, p. 112). Um pensador politicamente muito diferente, Piotr Kropotkine, disse o mesmo em “A conquista do pão” (1975), que o trabalho da máquina é o descanso do trabalhador.²⁵⁴

Basicamente esse é um tema que parece ser consenso através de todos tipos de pensadores. Trabalhar não é um valor em si, e trabalhar demais não só piora a vida de maneira geral, privando-a de seu merecido gozo, como é nefasto à própria produtividade. Um trabalhador exaurido rende menos. “Todas evidências pareciam sugerir que o tempo provaria que as grandes mentes, de Marx a Mill, passando por Keynes e Ford, estavam certas” (BREGMAN, 2018, p. 114).

Mas não foi o que aconteceu, apesar do que o cenário indicava. “Nos anos 1980, reduções na jornada de trabalho semanal praticamente cessaram. O crescimento econômico não estava se traduzindo em mais tempo para o lazer, e sim em mais consumo” (*ibidem*, p. 117). E pior, “isso não é tudo. Mesmo em países onde houve redução na jornada de trabalho semanal individual, as famílias têm cada vez menos tempo livre” (*ibidem*, p. 117). Ironicamente esse resultado se dá pelo ingresso das mulheres no mercado laboral. “Se os

254 É espantoso constatar que a jornada de trabalho aumentou na passagem do Antigo Regime para o mundo moderno-industrial (LAFARGUE, 2007). A quantidade de feriados e domingos diminuiu no calendário anual. Festas que duravam meses deixaram de existir. O descanso começou a ser visto como perda de tempo e tempo é dinheiro. E, assim, a lógica mercantil aliou a “inutilidade” do corpo improdutivo ao pensamento consolidado por mil anos medievais, de que uma mente desocupada está a serviço do Diabo. O mesmo é constatado por Bregman (2018). “Ironicamente, é provável que as pessoas da Era Medieval estivessem mais próximas de atingir o ócio contente da Terra da Abundância do que nós no mundo de hoje” (p. 120).

casais trabalhavam um total combinado de cinco a seis dias por semana nos anos 1950, hoje o número está mais próximo de sete ou oito dias” (*ibidem*, p. 118). Ambos trabalham fora e ambos cuidam dos filhos, no fim todos trabalham mais, e criá-los hoje “exige muito mais tempo e dedicação” (*ibidem*, p. 118).

Ao mesmo tempo o avanço tecnológico, em vez de nos libertar do labor, expandiu o espaço de trabalho para todos os espaços de vida. O avanço das mais variadas bugigangas nos fez trabalhar em *todo-e-qualquer-lugar*, a *todo-e-qualquer-momento*. Na parada de ônibus, conferimos e-mails e postagens. No avião, terminamos de escrever nosso último artigo. E por fim exaltamos conquistas que acabam por reforçar a opressão que nos subjuga, como a felicidade de um notebook mais leve e fácil de carregar: o aumento de nossa produtividade, transformada em mais-valia relativa, portanto, em maior exploração de nossas forças de trabalho, transmuta-se em alento para os corpos fatigados. É como diz Raoul Vaneigem (2002), aquilo que elimina com a vida acaba por se inverter em sentido positivo, porque contribui para a única coisa que cremos possível, a manutenção de nossa sobrevivência. Ou, nas palavras de Bregman (2018, p. 119), “horas de trabalho e [de] lazer estão ficando cada vez mais difíceis de separar”.

Assim, o labor formal não só não diminuiu como invadiu outras esferas do cotidiano.²⁵⁵ Quando, na verdade, o que deveríamos estar-nos perguntando é por que não trabalhar menos: “existe alguma coisa que trabalhar menos não vai resolver?” (grifo no original; *ibidem*, p. 123).

O que os dados mostram é que menores jornadas combatem o estresse, ajudam nas mudanças climáticas porque diminuem emissões de carbono, causam menos acidentes de trabalho, diminuem o desemprego pelo compartilhamento de cargos, propiciam igualdade de gênero pela disponibilidade às tarefas domésticas, permitem continuidade de emprego à população mais velha pela demanda menos desgastante e encolhem a desigualdade entre renda e horas de trabalho (*ibidem*, p. 123-125).

Enfim, a diminuição das horas laborais e o aumento do lazer mostram-se cabalmente possíveis e cada vez mais necessários. Mas, para isso, precisamos repensar a própria definição e valoração do trabalho e, portanto, do lazer. Na Bíblia, o trabalho é o pagamento do pecado original, ganhar o pão com o suor do rosto. Para o protestantismo, o trabalho é um enobrecimento do espírito (WEBER, 2004 [1904-5]). Para Karl Marx (KONDER, 1984, p. 52), o trabalho é a transformação da natureza que, ao se realizar,

255 A adesão, com relativa facilidade, ao trabalho remoto (*home office*) durante a pandemia mostrou com clareza como os espaços de trabalho fagocitaram a esfera privada.

transforma a natureza humana. Para Bertrand Russell (2007 [1935]) trabalho é o dispêndio de energia para transporte/transformação de matéria. Ou a capacidade de mandar a outros que o façam. Para Debord (1997 [1967]) o trabalho é o que produz e mantém a sociedade espetacular-mercantil, é seu meio e seu fim. Para Bob Black (2007 [1985]) o trabalho é aquilo que erroneamente confundimos com emprego e com a finalidade da existência humana nesse planeta, quando, bem da verdade, ele basicamente serve (ou deveria) para permitir nossa sobrevivência.

Fica claro que ao se refletir sobre a questão “o que é o trabalho?” está-se envolvido em uma trama que abarca o próprio funcionamento da sociedade, um exercício de ser em sua reprodução planetária. Diz respeito aos usos e finalidades da existência, razões do que fazer com o tempo e com o espaço que nos são dados e sobre os quais concebemos nossos projetos. O mito nos fez crer que o trabalho era uma obrigação divina. O progresso, que era nossa realização mundana. Talvez a pós-modernidade, ou simplesmente o contemporâneo, possa nos libertar da insanidade que foi transformar o trabalho em um fim em si mesmo. Não trabalhamos para poder alimentar a população mundial, garantir-lhe roupas e moradia. Há comida no mundo para alimentar a todos e crianças ainda morrem de desnutrição.²⁵⁶ Há mais riqueza (radicalmente abstrata, é verdade, tão abstrata que não tem lastro, nem pode ser materializada, seja em moeda, seja em papel) do que jamais houve anteriormente, mas dados da ONU²⁵⁷ mostram que ainda vivemos em um mundo em que 10% da população vive em extrema pobreza (em torno de \$ 1,00 por dia), índice que ainda por cima é motivo de celebração por estar tão baixo. Ora, deveríamos nos indignar com o fato de que exista *uma pessoa que seja* nessa condição. E tudo isso acontece em um cenário que 1% das pessoas concentram 50% da riqueza global.²⁵⁸ “Até agora, continuamos tão ativos quanto éramos antes da existência das máquinas. Por este ponto de vista, temos sido insensatos, mas não há razão para continuarmos a sê-lo indefinidamente” (grifo nosso; RUSSELL, 2007, p. 55).

256 Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2016/09/02/Mundo-produz-comida-suficiente-mas-fome-ainda-%C3%A9-uma-realidade> . Acesso em Junho de 2021.

257 Disponível em. <http://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2015/10/world-bank-forecasts-global-poverty-to-fall-below-10-for-first-time/> Acesso em Junho de 2021.

258 Disponível em <https://www.credit-suisse.com/us/en/about-us/research/research-institute/news-and-videos/articles/news-and-expertise/2015/10/en/global-wealth-in-2015-underlying-trends-remain-positive.html> Acesso em Junho de 2021.

Como diz o título deste ensaio, partimos das máscaras descartáveis, um mundo vivenciando epidemia histórica, que ao final dessa escrita já ceifou a vida de mais de cinco milhões de pessoas no globo, dentre os quais seiscentos mil são brasileiros. A mesma começou envolta de incertezas, desde a dimensão que atingiria até os efeitos posteriores e passando pelas nossas respostas durante o processo. Contudo, o estado da arte mostra, como dissemos na abertura, que o cenário propício à alteridade e solidariedade não se confirmou, e cada país ajudou a si próprio primeiro. Quem já era solidário continuou a sê-lo, quem não era, também.²⁵⁹

Basicamente o que se viu ao redor do globo foi, além das óbvias mortes decorrentes da situação, a queda drástica no consumo, a falência de empresas e o aumento de desempregados e dos endividados. Diante de tal a principal resposta dos governos têm sido aportar quantidades astronômicas de seu orçamento à população, como forma de garantir o funcionamento da economia, já que sem dinheiro a roda do mercado não gira.²⁶⁰

Em um fatídico cenário futuro, mostra-se que as dificuldades a serem superadas encaixam-se perfeitamente às reflexões apresentadas ao longo deste texto. Por um lado, a renda básica (no Brasil conhecida como auxílio emergencial), ainda que aplicada de maneira contingencial, mostrou sua potência. E será grata surpresa se vier para ficar. Por outro, a diminuição da massa laboral empregada ao redor mundo mostra que, apesar de o imenso valor movimentado pelo sistema financeiro, a riqueza material é fruto somente da força de trabalho ativa, sem a qual não há produção real nem mercado consumidor.²⁶¹ A América Latina, por exemplo, que depende muito do setor de serviços, fortemente afetado pela diminuição de demanda, e do agronegócio, que pouco emprega, vislumbram cenário desesperador de recuperação econômica.²⁶² Repensar o modelo empregatício mostra-se, portanto, imperioso para absorver o contingente enorme de desalentos, desempregados e informais. Reformular o

259 Até Abril de 2021 o MST já havia doado mais de cem toneladas de alimento. Disponível em <https://mst.org.br/2021/04/26/jornada-de-lutas-mst-doa-mais-de-100-toneladas-de-alimentos-pelo-brasil/> Acesso em Junho de 2021. Empresários do ramo alimentício brasileiro, por outro lado, lutaram contra o isolamento desde o início e nada fizeram para melhorar a vida dos necessitados, como no caso do dono dos restaurantes Madero. Disponível em <https://istoe.com.br/dono-do-madero-diz-que-brasil-nao-pode-parar-por-5-ou-7-mil-mortes/> Acesso em Junho de 2021.

260 A China, por exemplo, aportou o equivalente a R\$ 3000 de auxílio para cada cidadão. Disponível em <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2021/03/19/auxilio-de-r-3-mil-e-isencao-de-imposto-veja-como-foi-o-lockdown-na-china.htm>. Os EUA, por sua vez, aportaram \$ 1400, mais \$300 semanais para desempregados. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/06/senado-dos-eua-aprova-auxilio-de-us-1-9-tri-mesmo-sem-nenhum-voto-republicano>. Acessos em Junho de 2021. Diversos outros exemplos podem ser encontrados sem dificuldade.

261 “Como é possível que todos aqueles agentes de prosperidade - professores, policiais, enfermeiras - tenham salários tão baixos, enquanto os meros - supérfluos, até destrutivos - *movedores* de dinheiro ganham tão bem?” (grifo no original; BREGMAN, 2018, p. 135).

262 Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/06/03/pandemia-deixara-mais-de-200-milhoes-de-desempregados-ate-2022-diz-oit> Acesso em Junho de 2021.

alto custo do pequeno e médio empregador em remunerar e a correspondente escassa remuneração para quem é empregado²⁶³, bem como criar vagas de trabalho que não cumpram simplesmente o papel de ocupação laboral, mas que façam sentido ao seu ocupante²⁶⁴, são condições inefáveis para melhorar as condições de esmagadora maioria da população mundial.

Conforme vimos no ensaio anterior, todas as experiências sociais apresentadas preocuparam-se com a questão da qualidade de vida (ainda que não tenham usado o termo). Reorganizaram o mundo do trabalho em jornadas menos exploratórias e melhor remuneradas, destinaram as produções fabris e agrárias para atender as necessidades materiais dos envolvidos em vez de atender apenas ao crescimento econômico, defenderam uma existência que significasse mais do que viver para trabalhar e trabalhar para viver e mostraram que a ataraxia é direito universal e inalienável e não conquista meritocrática. Aparentemente, a renda básica universal e a jornada de quinze horas semanais são os paraquedas coloridos que conseguiremos mais rapidamente costurar para começar a responder esses problemas em nível global. E ainda que não se consiga “cortar o mal pela raiz”, ataca-se os efeitos nefastos da exaustiva e depressiva “sociedade de desempenho” (HAN, 2017, p. 24-30), ao menos enquanto o fim do mundo é adiável e a revolução não chega.

263 “No momento, é mais barato para os empregadores ter uma pessoa fazendo hora extra do que contratar duas trabalhando meio expediente” (BREGMAN, 2018, p. 128).

264 “Ter um trabalho estável e gratificante é crucial para que as pessoas se sintam realizadas na vida” (*ibidem op cit*).

PARTE III

Síntese, resultados e conclusão.

DO DISCURSO PARA ALÉM DA GEOGRAFIA

A seguir consta o encerramento desta tese. Ele é uma mistura de síntese, resultados e conclusão. Mas também é mais do que isso. Ainda há alguns comentários a fazer sobre tudo que foi dito, afinal, amarrar não é apenas juntar duas partes, ou apresentar novo arranjo de velhas formas, como nos diz Debord. É produzir algo efetivamente diferente, enquanto criação. No caso, fazer emergir o discurso pretendido ao início.

O que resta não possui disposição sequencial, sendo marcado por alterações de diferentes assuntos que merecem comentários. Tal pode se dar dentro da própria fluidez do texto, ou pode se dar através de divisão de asteriscos “***”, como já ocorreu em momentos das Partes anteriores.

E foi assim que aconteceu:

Em termos de resumo do realizado, nossa tarefa é bastante simples de ser elencada. No tópico “Das disposições gerais” é apresentado o trabalho, com sua introdução, justificativa, objetivo, contextualização do projeto. A diferença para outras pesquisas é apenas aparente, uma vez que todos esses itens estão em conjunto em vez de tópicos sumarizados separadamente.

“Da qualificação e seus desdobramentos” é o texto mais pessoal, fenomenológico no sentido de não só colocar o sujeito como *locus* da pesquisa, parte integrante do que é dito, corpo dentro de um *corpus*, mas também de percepção, de certa exploração da consciência sobre o próprio processo de fazer pesquisa e de se doutorar, em particular enquanto bolsista.

Na sequência advêm os três eixos conceituais que guiam a pesquisa. Suas discussões se dão de maneiras diferentes. Em “Da autonomia”, mais que uma abordagem ampla do termo, com um embate de autores e noções, o que temos é uma exposição centrada em Castoriadis e sua obra. Pelo enfoque, e ao mesmo tempo amplitude, que dá ao termo e seus conceitos relacionados, advoguei cumprir-se condição necessária e suficiente para utilização do conceito em seu caráter prático de pesquisa. Ou seja, de dar conta plenamente do que se estava defendendo em correlação aos outros conceitos e, posteriormente, às discussões da Parte II.

Em “Do território” estão as discussões teóricas mais densas e aprofundadas de toda a pesquisa. Não é acaso sua extensão ser significativamente maior do que as outras. Isso

se dá por uma razão muito específica. Ela é central no que se está apresentando, não poderiam restar dúvidas sobre o que lhe compete e suas possíveis interpretações, ou melhor, as razões para se defender a posição aqui tomada. Além disso, ele, o território, compõe o conjunto, ao menos atualmente, dos principais recursos epistêmicos da disciplina. É, nesse sentido, “o mais geográfico” dos três eixos.

No que compete ao dito “Da cartografia”. Sem dúvida é o que mais alternou em importância e aspecto ao longo da pesquisa. Inicialmente o intuito com ela seria especificamente a prática *Iconoclasista*. Uma maneira particular, daqueles sujeitos, de produzir mapeamentos. Disso passou-se para as discussões de cartografia social, e como diferentes metodologias poderiam contribuir para produzir autonomia e territórios, em outras palavras, como ferramenta de empoderamento da vida cotidiana. Daí decorreu a maior mudança, para a cartografia filosófica, como método. Acabou-se, assim, mapeando um tipo completamente outro de fazer pesquisa, ou, ao menos, do que se esperava que seria fazer pesquisa neste âmbito. Já aqui constam dois indicativos do que viria no ensaio da Parte II. A obra “Aos nossos amigos”, apesar de não ser exatamente “deleuze-guatarriana”, guarda enorme proximidade com suas ideias e maneiras de enxergar certas questões, e serve de indicativo ou pista do fazer teórico que nos aguardava. Já a obra dos *Iconoclastas* não só delinea o ponto de partida quando ainda do ingresso na pós-graduação como antecipa os casos analisados no ensaio que competiu à Cartografia.

Por fim, os apontamentos “Da metageografia” concluem a Parte I com a apresentação do tema a partir da obra de dois geógrafos, Lewis & Wigen, e suas discussões acerca das estruturas e molduras (*structures and frameworks*) com que representamos e, por conseguinte, pensamos o espaço. Assim, couberam também alguns comentários acerca da emergência da criação, em sentido social-histórico e radical, e da indeterminação da ação política como sua possibilidade. O fim do tópico elenca as investigações porvir nos ensaios da Parte seguinte. Dentre os três eixos é o que recebeu menor desenvolvimento, porque voltaríamos a ele. Aqui estamos.

Na Parte I mencionei que este trabalho visaria produzir, em sua conclusão, um discurso metageográfico. A ênfase em “um” é importante pois tem conotação metodológica.

Este é apenas *um* discurso dentre muitos outros possíveis. E *esta* metageografia é apenas uma dentre muitas outras possíveis.

O método é, antes de tudo, a indicação de um caminho, que pode ser percorrido por outros para se chegar ao mesmo lugar. A questão com essa ideia é a de que no mesmo caminho pode-se empreender diferentes viagens, enquanto trajetórias, palavra que congrega trajeto e estória. Tanto a mesma pessoa pode percorrer o mesmo caminho e produzir uma nova estória, completamente diferente da anterior, quanto pessoas diferentes podem produzir estórias similares, ou, o mais provável, produzirem estórias completamente diferentes.

Assim, o problema com a “definição” inicial de método como caminho é que este carrega um *bias* marcadamente positivista, em que método significa reprodução de técnicas que permitem resultados idênticos (na verdade, mais como uma “receita”). Talvez essa visão sirva bem às ciências que operam sob ambientes controlados, como a química, ou condições exatas, ainda que abstratas, como a matemática. Mas peca, em muito, no que diz respeito às possibilidades em ciências humanas e em filosofia.

É verdade que o positivismo não só sustentou tais ciências como ainda é praticado. E está tudo bem, nenhum método é melhor que o outro *per se*, em si mesmo. O que nos cabe é identificar a que se presta cada um dos métodos existentes e aplicá-los de acordo. A própria diversidade metodológica é prova da multiplicidade analítica. Há diferenciações, inclusive, ao que nos referimos com a palavra método, e particularmente com a expressão métodos científicos.

Pode-se entender como sinônimo de passos básicos: observar um fenômeno, questioná-lo, elaborar hipótese(s) e possíveis desdobramentos, testar a possibilidade de tais desdobramentos (chamadas previsões), confirmar por repetição os testes realizados, confirmar ou refutar a(s) hipótese(s) elaborada(s). Essa noção seria a aproximação entre método e concepção do fazer científico, ou do que é fazer ciência. Pode-se, também, entendê-lo como sinônimo de técnicas de raciocínio lógico: a dedução, em que a conclusão é derivada das premissas; a inferência, em que a conclusão é provável (ou sugestionada) a partir das premissas; a abdução, em que a conclusão é plausível a partir das premissas. Nesse caso, o método seria as maneiras de proceder no pensamento. Pode-se, ainda, entendê-lo através de diferentes correntes teóricas: o positivismo, o materialismo histórico-dialético, a fenomenologia. Aqui o método, em concepção mais ampla que as outras, assume caráter de objetividade, o que deve ser considerado para explicar o que.

Em outras palavras, o dilema é não descartar certo estudo, como menos ou não científico, porque utiliza deste ou daquele método, porque utiliza desta ou daquela técnica,

porque é desta ou daquela corrente. Por conseguinte, a questão a ser resolvida é avaliar porquê o que foi analisado se deu como se deu, se essa decisão e correspondente processo desenvolvido são coerentes. O positivismo pode ser assaz eficiente para construir pontes, mas não serve para explicar o que é amar. Assim como a fenomenologia possibilita a explicação do amor, mas não consegue sustentar pilasstras. Em apertada síntese, estou defendendo que ainda que a ciência pretenda (algumas) certezas enquanto objetivo, a validade de seus procedimentos varia, e sua qualidade depende fortemente de coerência interna.²⁶⁵

Fred Schaefer, em “Excepcionalismo em geografia” (1977, p. 5-37), ironiza que a única teoria que a nossa disciplina produziu foi a de que todos os lugares são diferentes. A ironia dar-se-ia porque dizer que “tudo é X” não resolveria problema algum. Por um lado, nenhuma explicação sobre as diferenças dos lugares é ofertada (já que todos o são), por outro, X nada define (já que está em todos). Portanto, obviamente, essa única “teoria” seria uma péssima teoria. Contudo, acredito que tal ideia serve justamente ao contrário, um importante aviso metodológico: o cuidado em transpor conclusões (especialmente causais) tanto entre casos quanto entre escalas.

Talvez a verdadeira ironia seja que sua afirmação apenas corrobora a visão da indeterminação social-histórica alertada por Castoriadis (1982), donde a impossibilidade da explicação (entendida em sentido estrito, estabelecer uma causa para um efeito) é suplantada pela interpretação ou elucidação (análise de condições possíveis e/ou plausíveis). Assim, em vez de conceber teoria como determinação (*determinidade*) entre fenômenos, podemos, e provavelmente devemos, em humanidades, entendê-la mais em sentido etimológico grego, *theorein*, ato de percepção daquilo que se mostra. O mesmo é ainda corroborado pela noção apresentada por Souza (2006), de que os exemplos tomados não devem servir como modelos, mas como fontes de inspiração. Souza, inclusive, elabora a ideia de diferenciar modelos de inspirações justamente a partir de Castoriadis, donde chega à noção de analisar os casos como “laboratórios”.

E é a partir dessa inter-relação que proponho o termo *experiências sociais*, haja vista que um laboratório serve para testar as predições elaboradas em decorrência da(s) hipótese(s). Tais testes são justamente experimentos, momentos de tentativa e erro que podem nos ofertar tanto respostas positivas quanto negativas, e certamente sempre educativas. Há um causo popular que exemplifica o caso em tela com maestria. O causo conta que Thomas

²⁶⁵ Cabe destacar que quando falo em coerência interna não estou, de maneira alguma, aproximando-me do que Feyerabend denomina “condição de coerência” (1977, p. 47), a exigência do conhecimento herdado de que as hipóteses formuladas não sejam “incompatíveis com teorias bem assentadas” (*ibidem op cit*). Seu problema é exógeno, e diz respeito à disputa de algo que desafia o cânone, enquanto a coerência interna, como sugere o termo, reporta-se à estrutura do próprio trabalho.

Edison, ao desenvolver a lâmpada em sua centésima tentativa, foi questionado sobre as falhas nas tentativas anteriores, ao que ele teria respondido: “eu não falhei, apenas descobri noventa e nove maneiras de não desenvolver uma lâmpada”. Paralelamente, as experiências sociais não devem ser avaliadas em seus “erros”, mas em suas tentativas, pois a validade do objetivo não se desfaz pelos percalços do caminho.²⁶⁶ O mesmo acontece com o método, ele é “apenas” um agenciamento entre pesquisador e episteme.

Feitas estas ressalvas sobre a questão metodológica, adentremos no mérito da metageografia propriamente. Mas, antes de elaborá-la consistentemente, cabe empreender esforço anterior.

Obviamente a palavra metageografia é composta por um prefixo e um sufixo. O prefixo *meta* tem longa linhagem e enorme peso epistêmico perante o que é aqui desenvolvido. Originado na linguagem grega da antiguidade, a primeira vez que ele aparece na história filosófica se dá em trabalho já citado de Aristóteles, *Metafísica*.

Este termo, por sua vez, também é composto por um sufixo, física, ou mais precisamente *phýsis*. Em outro momento tive a liberdade de dissertar sobre a questão (SOARES DE LIMA, 2016, p. 230-32), a qual não reproduzirei integralmente dado sua extensão, mas sobre a qual comentarei porque nos ajuda a entender o que realmente interessa, o prefixo *meta*.

O termo *phýsis* está ligado à origem da Filosofia (MURACHCO, 1997), e pode se associar tanto àquilo que entendemos como filósofos, *philósofoi*, quanto àqueles que efetivamente estudavam a *phýsis*, os denominados *physiológoi*. Seu sentido etimológico, portanto, está ligado às elucidações da “natureza”, dos fenômenos físicos, das regularidades e razões para os eventos observados. Ainda que extremamente embricada com o pensamento religioso vigente, o estudo da *phýsis* também é sua separação. Surgem explicações elementares para explicar o funcionamento do *kósmos*, através de elementos como a água, para Tales de Mileto, o *apéiron* para Anaximandro, o ar para Anaxímenes e o fogo para Heráclito. Assim, apesar de depender de uma certa substância constante, a física da antiguidade grega calca-se em uma natureza mutável, mas também, e muito importante,

²⁶⁶ Poeticamente, como diz o músico Jorge Drexler em *Salvapantallas*, “brindo por las vezes que perdimos las mismas batallas”. Ou seja, ainda que tenhamos sido derrotados, a batalha segue digna, e deve ser exaltada por nossa aliança. Disponível no CD Eco, Warner Music, 2004.

significa natureza no sentido daquilo que é essencial, “um feixe de características estáveis pelas quais podemos reconhecer essa coisa” (VLASTOS, 1987, p. 21).

Assim, se *phýsis* enuncia as propriedades e comportamentos daquilo que entendemos hoje como mundo físico, ela também fala das características do que as coisas são, e “sempre que as coisas interagem, as suas *phýseis* estabelecem os limites do que pode acontecer” (*ibidem*, p. 22).

Pois bem, quanto ao prefixo *meta*. Mais simples de explicar, ele tem ligação direta de sentido com sua etimologia. *Meta* assumiu alguns significados ao longo da história,²⁶⁷ mas o que mais nos interessa é aquele que está contido no trabalho aristotélico, *ta meta ta physika*, “além da física”.²⁶⁸

Assim como indica o título, Aristóteles ocupa-se daquilo que está além do mundo físico (o que ele faz em “Física”) e além das categorias que definem as coisas (o que ele faz em "Organon"). Seu intuito em "Metafísica" (que se especula ser compilação alheia, de textos derivados provavelmente de anotações de suas aulas) é estabelecer princípios de conhecimento, através da análise fundamental da realidade. É nessa obra que encontramos, por exemplo, um apontamento clássico da Filosofia, o Princípio da não-contradição - PNC (Aristóteles, Metafísica, IV, 1005b19-20), donde é “impossível que a mesma coisa, ao mesmo tempo, pertença e não pertença a uma mesma coisa, segundo o mesmo aspecto”.

Enfim, sem adentrar na obra aristotélica, um esforço que já toma dois mil e quinhentos anos de história filosófica, o importante para nós é reter o sentido contido em seu título e seu conteúdo decorrente. “Além da física” significa analisar, portanto, não o funcionamento da realidade material, mas como podemos apreender tal conhecimento (por isso o PNC aparece e é tão importante), em como efetivamente conhecê-la. Assim, “além da geografia” significa discutir possibilidades de conhecer, mais do que discutir o conhecido, significa possibilidades de operacionalizar, mais do que reformular a disciplina.

Nesse sentido, de entender distintas conotações para o prefixo *meta*, e de operacionalizar mais do que refundar, as discussões de Ana Fani Carlos (2005, 2011) contribuem em muito para adensar a compreensão em tela. A autora mantém um projeto de pesquisa em metageografia, elaborado desde os anos 2000 e publicado desde 2015. Apesar de

267 Posição posterior (ex.: metatarso), noção de mudança (ex.: metafoia) e noção de reflexão sobre si (metalinguagem) são alguns exemplos de dicionário. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/meta>. Acesso em Agosto de 2021.

268 O livro bilíngue pode ser acessado em <http://www.unirio.br/cch/filosofia/Members/ecio.pisetta/Aristoteles%20-%20Metafisica.Reale.Bilingue..pdf/view>. Acesso em Agosto de 2021. Traduções podem ser encontradas no dicionário etimológico Etymonline, disponível em <https://www.etymonline.com/search?q=metaphysic>. Acesso em Agosto de 2021.

profundas diferenças epistêmicas com este trabalho, há muitas conexões merecedoras de exploração, especialmente no campo metodológico. Há dezesseis anos, a autora publicava artigo intitulado “O direito à cidade e a construção da metageografia” (CARLOS, 2005), onde começa a esboçar o que delimitaria em “Crise e superação no âmbito da geografia crítica: construindo a metageografia” (CARLOS, 2011), e termina por açambarcar tudo em sua linha de pesquisa “Projeto Metageografia”, série de seis volumes que compõem a totalidade dos estudos propostos.

Do ponto de vista epistêmico, seu projeto metageográfico possui três diferenças fundamentais com a presente pesquisa. A primeira é o escopo, ou o recorte espacial, a cidade. A segunda é a declarada influência de Henri Lefebvre enquanto referencial teórico. A terceira é o espaço e sua produção como conceitos/noções centrais de análise.

Em um primeiro momento, não há qualquer proximidade, muito menos correlação, entre tal projeto de pesquisa e esta tese. Não tenho um recorte espacial delimitado, nem um referencial teórico principal, nem os conceitos/noções centrais são os mesmos, a já reiterada tríade autonomia, território e cartografia. Isso tudo é o que nos afasta de Ana Fani (2005, 2011). Assim como a região e as regionalizações nos afastam da metageografia de Lewis & Wigen (1997).

Contudo, essas pesquisas têm mais proximidade do que possa parecer, entre si e com esta tese. Ambos trabalhos citados partem sua discussão de uma certa noção de crise na Geografia. Ana Fani entende essa crise através da crítica da linha radical, estabelecida desde 1970, que compreendeu o importante fator da disciplina como ciência social, mas recaiu em um economicismo que deixou por compreender a produção espacial de maneira mais ampla (donde adentra, obviamente, Henri Lefebvre). Lewis & Wigen entendem essa crise mais estritamente, na maneira com que representamos o mundo, naturalizando recortes espaciais, especialmente os continentes (conforme enuncia o título do livro), e desde onde elaboramos imaginários preconceituosos de como o mundo “é”, sem enxergar que esses recortes são contextuais, que carregam leituras ideológicas e podem simplesmente ser reelaborados.

Se o trabalho realizado por Lewis & Wigen nos propicia uma pesquisa de maior escopo, que literalmente gira ao redor do globo e contesta todos nossos recortes “macro”, o trabalho proposto por Ana Fani, por outro lado, possui amplitude menor, mas de corte mais profundo. Continuamos aqui com as diferenças. Mas e as proximidades? O que faz as duas serem *metageografias*? E como se associam com o presente discurso?

Apesar de inúmeros problemas herdados do pensamento grego, que basicamente funda e condiciona nossa produção filosófica por séculos, um “bom” legado que nos foi

deixado é a noção de definição, a busca por um traço comum entre particulares, aquilo que todas partes partilham, ainda que não seja primeiramente manifesto,²⁶⁹ e o que as diferencia de outras partes que dessa característica não comungam. Em outras palavras, quando eu digo *metageografia* o que o termo remete em comum às duas noções anteriores, e o que não as faz ser “apenas” *geografias*? Certamente, conforme já vimos, não é o campo epistêmico (território em vez de espaço e região), nem o recorte espacial (múltiplo em vez de cidade e continente), tampouco parece ser o campo metodológico (cartográfico em vez de dialética e comparação) aquilo que nos aproxima. Haverá de ser, então, o campo ontológico.

Seja Aristóteles, Lewis & Wigen, Fani ou eu, todos estamos preocupados em estabelecer condições “mínimas” ou para se conhecer a realidade ou maneiras de a conhecer. O primeiro se debruça em princípios que possam estabelecer aquilo mesmo que conhecemos. Os segundos ocupam-se das representações que fazemos do mundo e como elas estabelecem, por sua vez, nossa leitura sobre ele. A terceira concentra-se em possibilidades conceituais para reinterpretar o papel social da disciplina geográfica. Em quarto, esta pesquisa. Tendo a benesse de ser posterior historicamente, pode-se beber de suas fontes e se estruturar a partir delas. A cartografia enquanto método estabelece como conhecer, a autonomia estabelece aquilo que é objeto e finalidade, e o território estabelece aquilo que é condição, em ato e potência. *A cartografia como prática, a autonomia como ética, o território como ontologia.*

Como pode ser observado pelas diferentes abordagens oferecidas, o sentido de metageografia pode variar de acordo com o objetivo do que é pesquisado, e, conforme já dito repetidamente, este é apenas um discurso dentre outros possíveis. Assim, não tenta ser um discurso de totalidade, mas um discurso possível. E como todo termo que utiliza o prefixo *meta*, esta reflexão é a de uma *metateoria*, que fala sobre o fazer de uma certa disciplina. Ou seja, conforme disse anteriormente, não cabe refundar a geografia, mas oferecer aportes para certa maneira específica de realizá-la e, especialmente, de enxergá-la. Nem única, nem melhor, mais uma.

Tal discurso também coloca-se em posição de ser realizada por outros campos de saber, porque “para além” da própria disciplina, ainda que “a partir dela.”. Inclusive pode ser que alguém tome o que aqui consta e mantenha os termos mudando seu significado, por que não?! Este, como todo decalque, é somente provisório dentro do interminável processo de fazer rizoma.

269 Como diz Vlastos (1987, p. 22), “é da *phýsis* de um crocodilo ter um rabo, mas não se segue daí que este crocodilo o terá: ele pode tê-lo perdido em uma briga ou de qualquer outra maneira”.

Assim, cabe defender a razão de porquê os eixos aqui presentes e não outros, e especialmente porquê essas definições e não outras. A resposta, bastante simples, mas de execução nada simplória, é sua forte imbricação, uma “constelação conceitual” (HAESBAERT, 2010) de gravitação coesa.

Primeiramente, o Território. Porquê ele e não lugar, paisagem, região... Tal resposta não pode ser ofertada em si mesma, como um valor do conceito *per se*, em prol de outrem. Nenhum é melhor que seus companheiros, eles apenas enunciam coisas distintas. Mas, é bem verdade, que o poder poderia ser abordado através desses outros conceitos, como assim o fazem distintos autores. Contudo, e novamente, essa é uma questão de coerência interna, de como entendemos suas tessituras. Apesar de não querer construir um *corpus* teórico da disciplina, que demandaria atribuir definições a todos os conceitos da constelação²⁷⁰, aclaro rapidamente como entendo a questão, de maneira tributária aos autores que utilizo.

Espaço, em particular espaço geográfico, entendo como noção, ou categoria, é indiferente como se queira chamar. Ele é o Universo que delimita o conjunto. Território, já evidente, é o espaço da política e das relações de poder. Assim, ao Lugar compete as discussões sobre identidade e pertencimento. Paisagem àquilo que é manifesto formalmente, e que é apreendido por nossos sentidos. Já a Região é ferramenta de recorte espacial. Por fim, a Escala, mais noção que conceito, atravessa a todos, e não tem capacidade explicativa dos fenômenos, mas é aquilo que lhes dá visibilidade.²⁷¹

Fosse o caso de atribuir, por exemplo, ao Lugar o espaço da mediação do poder, ter-se-ia que entender o Território de outra maneira. Seria, então, também o caso de beber em outras fontes teóricas. O mesmo para Região, que tem o sentido original de *regere*, uma designação eminentemente político-administrativa. E assim por diante. Mas aí esta pesquisa seria completamente outra que não ela. Como dito, questão de escolha, e de coerência interna.²⁷²

270 Excelente exemplo de tamanha empreitada é encontrada na extensa obra de Milton Santos, donde atribui definições específicas a cada um dos fundamentos geográficos. A síntese de tal projeto consta em “A natureza do espaço” (2008).

271 Número maior e diferenciado de conceitos poderia ser abordado. Acredito, contudo, que estes são os mais basilares de nossa disciplina hoje. Quanto à diferenciação entre os conceitos e sua “escalaridade”, é só pensarmos, por ex., que um território pode ser da área de um Estado como pode ser *nano*, da ordem de uma rua ou casa. Não é pela dimensão que conseguiremos explicar cada um, mas é através dela que teremos a possibilidade de sua correta apreensão. Para uma discussão sobre o papel, e o problema, da escala, ver Castro (2000).

272 A frase citada ainda na Parte I, de que “aquilo que é *distinguível*, mas não é propriamente *separável*” (grifos no original; SOUZA, 2008, p. 60), se faz aqui assaz imperiosa. Entender essas diferenças possui fundamentalmente distinção prática, uma vez que a Realidade aparece para nós de maneira uníssona. Ou, dito de outra maneira, todo Território contém processos de “lugarização”, calca-se em formas paisagísticas e assim por diante. Mas se define por aquilo que circunscrita diferentemente de seus companheiros. Afinal,

Conforme demonstrado no tópico “Do território”, na Parte I, o sentido de Território defendido é um dentre inúmeros. Ele não se difere somente de outros conceitos, exogenamente, como se difere de si mesmo através de múltiplas definições. Então, por que essa e não outra? Existem duas respostas. A primeira compete ao enfoque das abordagens. Diferentes autores definiram Território a partir de diferentes aspectos: econômico, político, cultural e natural. Por óbvio, alinho-me com a abordagem política. Em segundo, estão as perspectivas teóricas: materialista, idealista e relacional. Já dito, alinho-me com a última. A questão também por elucidar, então, é porquê ela. Além de porquê política, relacional.

A perspectiva relacional, em meu entender, possui considerável vantagem sobre as outras. Ela libera o território de qualquer materialidade, o que demandaria explicar como uma mesma forma pode comportar sociabilidades completamente distintas, ou seja, um território inteiramente outro.²⁷³ Ao mesmo tempo, libera-o de ser apenas atribuição teórica do pesquisador, uma ideia veiculada ou mero constructo intelectual. O território relacional permite perceber, então, mudanças sem qualquer dependência de reificações e idealismos. E, enxergando também a política e o poder enquanto relações, sua associação é a de um companheirismo perfeito.

Quanto aos outros eixos, a discussão dos porquês fica facilitada. O conceito de Cartografia não só recebeu abordagem histórica e metodológica, ainda na Parte I, como recebeu análise particular na Parte II. Dentre os três eixos, é o que obteve análise mais objetiva, através da tipologia apresentada para as atribuições contemporâneas do termo. Se as distinções não pretendem resolver a questão “de uma vez por todas”, dão conta de oferecer cinco abordagens “guarda-chuva” de classificação: crítica, social, dissidente, diagnóstica e filosófica. O principal sentido de cartografia adotado pela tese acabou sendo, por óbvio, o da abordagem filosófica, enquanto os outros são muito mais resultado de pesquisa. Sem ela (ou seja, priorizando outra definição), o próprio fazer da pesquisa seria prejudicado. Diferente de Território, não esteve em questão disputar sentidos, mas elencá-los e os organizar.

Por sua vez, a defesa da Autonomia, calcada particularmente em Castoriadis, já foi realizada em sua apresentação na Parte I, e complementada no ensaio da Parte II, em que

não só a sobreposição de definições enfraquece o poder explicativo de cada conceito, como pode até mesmo levar ao seu descarte (não preciso de duas palavras para dizer a mesma coisa).

273 Utilizo *sociabilidade* aqui de maneira bastante simples, enquanto maneiras de socializar de um determinado grupo. E entendo que ela se difere, fundamentalmente, de territorialidade, que seria a forma de organização política dos mesmos, aquilo que qualifica o território. Assim, conforme entendo, **uma territorialidade comporta inúmeras sociabilidades**. Para um resgate do conceito de sociabilidade dentro da sociologia ver Soares (2012, p. 125-151). Aliás, cabe destacar que, apesar de seu útil levantamento do mesmo, nos afastamos desse autor por sua posição final. **O autogoverno aqui é territorialidade, enquanto lá é sociabilidade**.

mencionei diferentes interpretações do termo. O sentido atribuído pelo filósofo constitui uma noção balizadora, parâmetro subordinador, que comporta as atribuições elencadas posteriormente, e por isso pode se sustentar isoladamente, também distintamente do que foi feito com o conceito de Território. Mais importante do que apresentar como diversos autores a compreendem, ou fazer seu (longo) resgate histórico, competiu abordar o aspecto mais importante para esta tese, tal qual exposto no ensaio “Da arqueologia dos conflitos”, na Parte II. Uma tese dentro da tese. De que a autonomia só pode se dar territorialmente, ou, de que toda Autonomia é, necessariamente, autonomia territorial.

Para entendermos essa posição é preciso ter-se em mente o que foi mencionado sobre a definição de Território, pois ela decorre diretamente disso. Se este é o espaço da política, aquela só pode existir através dele. Mas tal correlação também depende de uma outra noção, ou posição teórica, importante. Conforme nos diz M. L. de Souza (grifos no original; 2017, p. 58), as relações sociais só podem se dar “*no espaço e pelo espaço, tampouco como existiriam fora do tempo*”. Ou, em uma só palavra, *espacialmente*. Assim, não há fazer político, ou qualquer outro, em todo caso, que possa dele prescindir. Qualquer acontecimento se dá “num quando” tanto quanto ocorre “num onde”.²⁷⁴ O binômio espaço-tempo é inescapável.²⁷⁵

Territorialmente significa, assim, que a autonomia não se dá apenas na esfera do abstrato, no campo da ideia, ou apenas da prática, sem qualquer concepção por detrás. Toda ação é espacial, e toda espacialidade se dá sobre uma materialidade, ou um “substrato material”. Ainda que dois territórios possam ocorrer exatamente sobre o mesmo substrato, convém alertar que uma vez engendrada a transformação social ela também tende a mudar a matéria, adaptando-a aos seus propósitos, como fazem significativamente os neozapatistas, ou, no campo mais simbólico, como fazem a Comuna, através das assembleias em espaços anteriormente aristocráticos, e os *piqueteros*, ao instaurarem novas relações de produção em chão fabril anteriormente capitalista, ou paralisando as vias de circulação de um sistema viário consumista. Ou o que fazem os revolucionários espanhóis ao reorganizarem suas unidades (político-)administrativas.

A verdade é que o autogoverno é um tipo de territorialidade, uma maneira de agir, e, enquanto tal, adapta-se ao espaço, enquanto simultaneamente adapta-o conforme suas necessidades. Há vezes, como nos lembra Robert Sack, em que o ato precede a ação, e apenas

274 Doreen Massey (2008) ressalta que o destaque à impressibilidade do espaço, especialmente em seu aspecto processual, precisa ser ainda reiteradamente feita, mais que em relação ao tempo, por consequência da filosofia herdada, que tanto fez daquele “estrutura” frente ao aspecto mutável da flecha do tempo.

275 Para um apanhado de diferentes autores e suas perspectivas sobre essa discussão, ver Haesbaert (2021, p. 34-43).

obstáculos, modulações de barreira e impedimento de acesso, se dão como solução a um problema pontual. Em outros, mais significativos, a resolução é relacional, e implica uma maneira de comportamento, em que o impedimento de movimento não é estritamente necessária, como uma ordem de não entrar em um local depende uso do cadeado.

Em todos os casos, a conquista de gestionar a si mesmo não se dá incólume às possibilidades efetivas de sua implementação. E isso diz respeito também ao que Castoriadis chama de imaginário. É preciso um caldo que inunde a psique, para que possamos aprender a exercer a autonomia.²⁷⁶ Assim, é preciso igualmente territorializar o pensamento. Pois não há política exercida que não tenha sido concebida, como não há concepção que se realize sem exercício.

São através dessas complexas imbricações que as diferentes *experiências sociais* aqui abordadas, assim como tantas outras possíveis, aparecem em seu denominador comum. E que, por consequência, sustentam a posição tomada inicialmente como hipótese, enfim demonstrada.

Nesse sentido, se o território é sempre uma disputa, estado constantemente em haver, porque nunca concluso, seria mais importante retermos o papel indelével da territorialidade. Nos mantemos, portanto, na linha de Sack, para quem a territorialidade acaba sendo o foco predominante frente o próprio território, inclusive porque se não pode haver autonomia sem este, ele pode existir sem que seja autônomo. É possível que haja territorialidade sem que haja um território propriamente formado, como pode haver nação sem Estado. O que não pode haver é processo autonomista sem territorialidade que lhe corresponda. E, na verdade, tal sempre será, porque esta “[e]xpressa-se pela qualidade do território que se almeja” (HEIDRICH, 2021, p. 62). Territorializar-se, então, é criar vínculo. No caso, mais especificamente, um “vínculo territorial”, uma relação com “vários âmbitos de integração socioespacial” (*ibidem op cit*).

Vínculo significa estabelecer uma relação de proximidade com determinada situação, vincular-se. Tomar parte. Tal termo também possui proximidade com veicular, transmitir através de. Ou seja, estabelecer certo vínculo territorial significa tanto relacionar-se a algo (no caso a outras relações em relação) quanto comunicar tal estabelecimento. Empreende energia e informação, fatores imprescindíveis na mobilização dos trunfos que estabelecem e garantem o funcionamento de um território, como bem define Raffestin.

276 Além da necessária pedagogia da autonomia, ou “os saberes necessários à prática educativa” enunciados por Paulo Freire (1996), é necessária também uma pedagogia para a autonomia.

Conforme já reiterado sobre os aspectos do prefixo *meta*, todo estudo que se pretende “além de” assume ares de filosofia, porque também além da ciência. Poder-se-ia, pois, questionar que esta tese é mais filosófica que científica. Isso é verdade. Estou muito mais próximo de uma Filosofia da Geografia.

Assim, não deveria esta ser uma tese desenvolvida em outro programa de pós-graduação? A isto respondo um redundante não. Como define o citado Umberto Eco, no texto “mais fenomenológico” da presente pesquisa, que tantos métodos/metodologias mistura, há teses de caráter compilativo como há teses de tipo PhD, que, lembremos, significa “doutor em filosofia”.

Isso não diz respeito a nossas divisões programáticas tanto quanto diz a uma maneira de fazer pesquisa, de se doutorar. É com base nisso que defendo a presente posição e decorrente investigação teórica. Caso fosse o contrário somente haveria espaço (!) para os geógrafos falarem de sua própria disciplina fora dela, a partir de outra mirada. Seria essa não só uma restrição burocrática como de produção de conhecimento.

Esta tese é uma Filosofia da Geografia em Geografia, a partir dela e sobre ela. Que, como dito, não pretende refundar a disciplina, nem apresentar possibilidade de análise que almeja ser melhor que outras, porque “mais correta”, mas reflexionar, ao menos em parte, sobre seu próprio fazer, o que ele apresenta e representa. Seria extremamente difícil, por exemplo, produzir geografia física com a correlação conceitual tripartite aqui defendida. *Essa* metageografia é essencialmente social, política, territorial, autonomista e rizomática. E ainda que se preste a muito, não o faz além disso. “Além”, então, estabelece uma transposição ao mesmo tempo que também condiciona certo limite, mas um limítrofe sem que seja, por isso, limitante.

Em primeira leitura, os ensaios da Parte II podem parecer um compilado de textos, que tratam cada um de um assunto. Isso é parcialmente verdadeiro. Contudo, eles todos correspondem a questões maiores deste trabalho, e, especialmente, possuem correlação interna. Os paraquedas coloridos dão conta de falar do mundo de agora, e ofertam duas possibilidades de transformação eminentes, que nos darão não só maior segurança monetária, em uma sociedade globalizada tão calcada na “loucura da razão econômica” (HARVEY,

2018, p. 171-203), como tempo livre para, além de podermos desfrutar com maior tranquilidade do mundo de agora, pensar, com garantia de disponibilidade na agenda, nos mundos que queremos amanhã. A autonomia, como referido no ensaio sobre caminhar e política, assume também papel de independência em relação ao mundo do trabalho e da produção (no sentido de ser autossustentável), cuja resposta é, em parte, ofertada como paraquedas. E sendo garantida essa esfera da autonomia, libera-se, simultaneamente, maior possibilidade para participação política, a qual sempre falta tempo, ou recurso, em nosso atarefado contemporâneo.

Enquanto isso, o ensaio sobre as experiências sociais nos dá o outro lado da conquista autônoma, da disputa territorial mais direta, ou, nas palavras de Sack, da disputa por controle de acesso, por área e por tipo, visando influenciar pessoas e comportamentos. Em nossos próprios termos, como garantia de soberania, de capacidade de autogoverno e enfrentamento de conflitos em defesa da insurgência.²⁷⁷

Elas, as experiências, congregam eventos que mesclam características muito diferentes. A Comuna parisiense, por exemplo, enquadra-se nos casos mais típicos de revolução do século passado, em que a nova relação territorial ocupa um espaço contíguo e é espécie de “ruptura paradigmática” com o anterior. Já os casos espanhol e mexicano mesclam situações que se diferem de seu antecessor. Enquanto a guerra civil espanhola mesclou coletivizações radicais com associações estatais, os zapatistas contemporâneos utilizam tanto de territórios soberanos, em proximidade à Comuna, bem como criam redes territoriais que se utilizam de infraestrutura estatal, no caso de produção de energia elétrica, por ex. Já os *piqueteros* criam territórios efêmeros, em seus atos de *corta rutas*, e igualmente ressignificam os espaços herdados através de outras territorialidades, mais horizontais e solidárias. Todos estes estiveram, e estão, envoltos no problema colocado pelos paraquedas, de tempos e espaços de deliberação bem como as condições materiais de as sustentar.²⁷⁸

277 Rosa Luxemburgo (1988, p. 9-53) introduz questionamentos importantes sobre o valor intrínseco do aspecto político da autodeterminação. Basicamente o que autora coloca em dúvida é o fato de que, do ponto de vista progressista e, mais ainda, revolucionário, a autodeterminação dos povos é uma defesa feita em vista de seu ganho próprio, como aquisição de direito necessariamente *autonomista*. Mas há uma falácia interna aí, pois pode acontecer de uma autodeterminação caminhar em sentido reacionário, donde a capacidade de autoinstituição seria *heterônoma, ou em vias de*. Especialmente se se considera que em uma “sociedade de classes, o povo, como um todo social e político homogêneo, não existe, enquanto o que existe em cada nação são as classes sociais com seus interesses e 'direitos' antagônicos” (p. 39). Em outras palavras, o que está em questão é elaborar um programa de defesa da autoinstituição que seja *desde baixo e à esquerda*.

278 Ótima análise sobre tal correlação é apresentada por Neto Onirê, em “Autonomia desde o território” (2021), especialmente quando diz que a “maior riqueza de uma casa é a dispensa. Eu conheço um sujeito que é livre a partir de sua dispensa. Se ele tem dispensa, se tem comida armazenada, ele é livre. Se não, ele ainda é um escravo. Mesmo estando na terra. Mesmo sendo alguém que juridicamente tem a propriedade da terra. A minha rebeldia está ligada diretamente à minha autonomia. *Se eu tenho condições de armazenar comida por um ano, eu consigo ser rebelde por um ano*” (grifo nosso; s/p.).

Já a discussão cartográfica trata das maneiras com que investigamos e representamos esses espaços contra-hegemônicos. Lida com o aspecto prático de conhecermos nossas próprias realidades, adensando-as de significado, para melhor nos organizarmos, para melhor combater, como enuncia a famosa frase de Yves Lacoste. Entender o que fazemos, e como, nos dará maior aporte para que possamos, através do conhecimento de causa, cada vez mais errar menos.²⁷⁹

Todos ensaios estão, então, tecidos. Feito *complexus*. Entre si e com a pesquisa.

Quando a discussão “Da metageografia” foi apresentada optou-se pela disposição de uma única obra que permitisse, ao menos, situar o que essa noção, ainda pouco explorada nas reflexões teóricas da disciplina, pode significar, e do potencial que dispõe para contribuir com a produção do pensamento geográfico. Portanto, cabe ainda explorar um pouco mais tal definição.

Para isto trago a baila dois textos complementares. Um deles explora o caráter histórico e o outro explora certo aprofundamento das implicações de diferentes metageografias, inclusive abordando a obra aqui inicialmente trazida, “The myth of continents”.

O primeiro é da firma de Nikolay Smirnov (2019), que atrela metageografia à navegação do espaço. De acordo com o autor, esta noção tem origem soviética, ainda na década de 60 do século passado, com Yulian Saushkin, e na esteira da obra de William Bunge que trata de uma *metacartografia* em sua “Theoretical Geography”, traduzida para o russo em 1967. Conforme indica o título de Bunge (e a própria década em que ambos escreveram), tal noção tem sua gênese atrelada à ideia de que a metageografia seria uma disciplina teórica, logo quantitativa, de modelações matemáticas, que deveria “identificar padrões de acordo com os quais o conhecimento geográfico é formado” (SMIRNOV, 2019, p. 3).²⁸⁰

Contudo, mais importante que a obra de seu provável progenitor, merece menção o autor mais extensamente abordado, Boris Rodoman, que situou a metageografia mais próxima do campo fenomenológico (do qual Smirnov se mostra claro tributário, conforme veremos), com predomínio da presença da paisagem como conceito central, e do entendimento que o mapeamento dela é também um mapeamento de si mesmo, donde resulta

279 Inclusive um preceito da autonomia é outorgar o direito aos sujeitos de “*errar em liberdade*” (grifo no original; SOUZA, 2006, p. 69).

280 No original: “identify patterns according to which geographical knowledge is formed”.

que “mapear é primariamente um processo cognitivo” (*ibidem*, p. 3).²⁸¹ Rodoman, jovem colega de Saushkin, ficou inicialmente conhecido por sua proposta de “geo-cartóides [geo-cartoids]”, algo que lembra em muito a proposta dos coremas de Roger Brunet.²⁸² Apesar de extremamente instigante, esse aspecto de sua produção nos interessa menos dentro da presente perspectiva, e pode ser acessada no texto original de Smirnov. Ainda assim, cabe destacar que tal proposta era feita de diagramas, que não cumpriam necessariamente as regras clássicas da cartografia, como escala, orientação, projeção. Pelo aspecto “menos convencional”, são excelentes para representar espaços imaginados e idealizados, e por isso conectam tão bem a criatura ao criador. Assim, seu principal legado é o de ter aclarado que “quando qualquer tipo de território é cartografado, mapeado, e imaginado, modelos geográficos mentais – i. e. imagens/*imagoes* – são formados como resultado” (SMIRNOV, 2019, p. 10)²⁸³.

A produção em metageografia prosseguiu com Vladimir Kagansky, estudante informal e único discípulo de Rodoman, que deu continuidade ao estudo dos geo-cartóides através de investigações linguísticas. Contudo, o salto qualitativo dessa disciplina (podemos chamá-la assim?!), seu mais profundo *turning point*, deu-se com Dmitry Zamyatin, que a encaminhou em um sentido muito mais “humanístico e pós-moderno” (SMIRNOV, 2019, p. 10)²⁸⁴, talvez em razão de além de geógrafo ser poeta.

Seguindo as pistas deixadas por seu antecessor, Zamyatin e sua esposa Nadezhda entenderam que a metageografia teria como alvo o estudo objetivo das imagens/*imagoes*. Ao mesmo tempo em que se afastavam das modelações originais da matemática, e sua manifestação quantitativa, utilizaram de levantamentos populacionais e técnicas estatísticas para produzirem estruturas ideais através das quais as pessoas se orientam no espaço. Aproximam-se, destarte, fortemente do que foi elaborado no clássico de Kevin Lynch, “A imagem da cidade” (2011).

É partindo dessas discussões que Dmitry abandona o aspecto racionalizante da análise, e afasta-se inclusive do caráter científico da metageografia, para cada vez mais aproximá-la de suas facetas artísticas e filosóficas (ironicamente, Saushkin definiu-a originalmente como uma “ciência sobre a ciência”, o que seria, em verdade, um estudo de filosofia e não um estudo científico). Então, em vez do modelo e do padrão, o veículo central

281 No original: “mapping is primarily a cognitive process”.

282 Para uma abordagem da proposta coremática e possíveis aplicabilidades fora do quantitativo, muito mais próximas do fenomenológico, ver o capítulo “Viver a paisagem, visualizar coremas” (SOARES DE LIMA, 2015, p. 109-113) e “Sobre derivas, coremas e paisagens” (SOARES DE LIMA, 2016, p. 208-231).

283 No original: “When any kind of territory is charted, mapped, and imagined, mental geographical models – i.e., images/*imagoes* – are formed as a result”

284 No original: “humanistic and postmodernist”.

da disciplina passar a se dar através de *ensaios*... Tal acontece porque eles “permitem afirmar e interpretar problemas metageográficos na mais livre das maneiras” (SMIRNOV *apud* ZAMYATIN, 2019, p. 11).²⁸⁵

Como Rodoman liberou o sentido dessa noção (ou disciplina, enfrentamos agora esse dilema?!), em direção à produção de conhecimento a partir da própria enunciação (o conceito e a análise não só explicam realidades como também as concebem, dão-lhes frutos), Zamyatin abre uma linha de fuga que nos situa no lugar das concepções “pós-colonial [...], pós-moderna, [e de] desconstrução” (SMIRNOV, 2019, p. 11)²⁸⁶, donde “todo espaço geográfico é ‘inventado’ e construído” (*ibidem*, p. 11)²⁸⁷: nunca dado, jamais imutável. Contudo, lembra o autor do artigo, assim como essas concepções nos dão liberdade e abrem passagem para outras leituras de mundo e de realidade, elas também dão margem para uma leitura acrítica (*noncritical*), que pode essencializar diferenças culturais através de um ensimesmamento, e permitir inclusive situações de opressão em prol de um certo relativismo cultural.²⁸⁸

Enfim, o que a genealogia do pensamento herdado em metageografia, e a abordagem ofertada por Smirnov, nos legam vai totalmente ao encontro daquilo que venho afirmando desde a qualificação deste trabalho e que precede, inclusive, a elaboração de seu artigo. De que este é apenas um viés dentre vários, que nossas concepções teóricas estão sempre sujeitas a contextos geográficos e históricos, que nosso conhecimento é sempre provisório, e somente pode dar conta de certos aspectos da realidade, que a episteme em nossa disposição é necessariamente parcelar e processual, porque não se pode com uma palavra, ou mesmo meia-dúzia delas, dar conta da totalidade ontológica, que por sua vez também é sempre mutante.²⁸⁹ Assim, “deveríamos sempre falar de não uma, mas muitas metageografias, de um mapa de metageografias” (*ibidem*, p. 11), e ter em mente que ela é mais uma **ferramenta “discursiva, que uma [ferramenta] gerencial ou de controle”** (grifo nosso; *ibidem*, p. 11).²⁹⁰

285 No original: “it allows for stating and interpreting meta-geographical problems in the freest possible manner”.

286 No original: “post-colonial [...], post-modern, deconstructive”.

287 No original: “all geographical space is ‘invented’ and constructed”.

288 Interessante discussão nesse sentido é encontrada em “Território do outro, problemática do mesmo?” (SOUZA, 2001, p. 145- 176), em que o autor debate até onde podemos e devemos nos dar acesso a interferir na vida alheia e seus modos de reprodução em prol de um direito universal.

289 Como brilhantemente nos diz Milton Santos (2008), a busca pela apreensão da totalidade, ainda que necessária, é imperiosamente inacabada, porque somente conseguiremos nos deparar com uma totalização, um retrato provisório. Ou como nos diz Giorgio Agamben (2009), na mesma linha, o contemporâneo é um encontro ao qual sempre chegaremos atrasados.

290 No original: “we should speak of not one but many metageographies, of a map of meta-geographies”; “a discursive, rather than a managerial or control-based, tool”.

Destarte, a metageografia é uma *maneira de navegar pelo espaço* porque nos permite uma carta tanto material, calcada na realidade concreta, quanto imaginada, porque aporta o aspecto abstrato de nossas maneiras de organizá-la. Produzir um discurso metageográfico contra-hegemônico é nossa possibilidade não só de aprender a navegar pelo espaço que hoje nos é dado como permite criar mapas radicalmente novos, porque “acresce nosso conhecimento de sua construída – e mutável – natureza” (SMIRNOV, 2019, p. 11).²⁹¹

E é precisamente desses apontamentos teóricos dos quais parte Xavier González (2010), nosso segundo artigo a ser abordado. Fazendo eco ao antecessor (na verdade é ao contrário, uma vez que este o precede e inclusive é citado por Smirnov), González define metageografia como uma maneira de “**tornar o espaço concebível**” (negrito nosso; 2010, p. 182).²⁹² Além disso, o autor espanhol também concorda com Rodoman, que identificou protótipos da disciplina nas representações pré-históricas de caçadores, pastores e assim por diante. González, por sua vez, afirma, de maneira mais categórica, que “historicamente, as primeiras metageografias foram desenvolvidas no momento preciso em que os Humanos tornaram-se conscientes do mundo ao redor e de si próprios estando dentro dele” (2010, p. 183).²⁹³

Assim, termos como espaço, universo e mundo são nada mais que molduras (*frameworks*) através dos quais organizamos e enunciamos, ou, na palavra exata, concebemos, uma realidade objetiva. E, novamente em acordo com Smirnov, nos diz que a metageografia permite pensar e falar sobre o espaço e as relações espaciais e, portanto, produzir avanços no conhecimento geográfico (GONZÁLEZ, 2010, p. 183).

Para melhor estruturar tais questões, propõe qualificar a metageografia através de uma dualidade. Enquanto “instrumento”, para atingir objetivos e ações, e o “ambiente” no qual desenvolvê-las (*ibidem*, p. 184-85).

Na dimensão de instrumento, temos as características de: a) orientação (*to orient*), através de sistemas cardinais e outros referenciais de localização; b) entendimento (*to understand*), através da explicação e predição de fenômenos; c) ordenamento (*to order*), através da classificação e estruturação de locais hierarquicamente; d) interpretação (*to interpret*), através da atribuição de valores (econômicos, culturais, etc) ao espaço e seus elementos; e) comunicação (*to communicate*), através da criação de toponímias; f) identificação (*to identify*), através da associação de identidades aos lugares; g) mensuração (*to*

291 No original: “increasing one’s knowledge of their constructed – and changeable – nature”.

292 No original: “making space conceivable”.

293 No original: “Historically, the first metageographies were developed at the precise moment that Humans became conscious of the world around them and of themselves as beings within it”.

measure), através da contagem e quantificação de elementos; h) dominação e controle (*to dominate and control*), através do gerenciamento de elementos humanos e físicos para explorar recursos.

Na dimensão de “ambiente”, temos as características de: a) padronização (*pattern*), através da modelação territorial para ordenar o espaço e suas relações; b) conteúdo (*content*), através da definição de caracterizações do espaço, seus elementos, eventos e atores; c) significado (*meaning*); através dos interesses, éticas, estéticas, emoções, preconceitos, etc, que preenchem as padronizações e os conteúdos. Conforme compara González, a padronização é como um prédio, o conteúdo como o que se coloca dentro dele e o significado como aquilo que lhe preenche de sentidos.

González, novamente em acordo com Smirnov, nos aclara que nenhuma metageografia, ou visão de mundo, poderíamos dizer a essa altura, é neutra e imutável. São sempre localizadas, cultural e politicamente, espacial e temporalmente, dizem respeito a quem enuncia, quando enuncia, onde enuncia e como enuncia. Assim, retomando a ideia trazida pela herança soviética, podemos associar a potência do discurso metageográfico com o discurso foucaultiano, aquilo mesmo de que queremos nos apoderar. Por conseguinte, controlar a metageografia e sua construção é controlar o espaço (GONZÁLEZ, 2010, p. 185-6). Se autônoma ou heteronomamente cabe a nós decidir, por nossa própria conta e risco.

Isso se torna expressamente evidente no que se denomina de “metageografia de mosaico estadista” (GONZÁLEZ *apud* TAYLOR, 2010, p. 186).²⁹⁴ Esse é o discurso dominante de nossa época, cujo lastro é longo e denso. Contudo, o mosaico atual difere-se de sua herança na qualidade de que houve estados em outras épocas e em sociedades completamente distintas. A questão é que o contemporâneo é formado pela “exportação e imposição do colonialismo, do imperialismo e da globalização”, (GONZÁLEZ *apud* EVREN & ÖĞDÜL, 2010, p. 186),²⁹⁵ emoldurando um mundo essencialmente europeizado e capitalista. Ideia similar é expressa na sintética formulação “sistema-mundo moderno-colonial” (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13-29).

A grande crítica, então, que se deve dirigir a esse modelo de mosaico preenchido de Estados não é sua possível falha analítica, mas a questão de que a dominação de sua leitura nega os muitos espaços anárquicos que existiram e existem ainda hoje.²⁹⁶ Só se torna plausível aquilo que se conforma ao modelo, ou à moldura. Nesse sentido, o território continua

294 No original: “mosaic-statist metageography”.

295 No original: “exported and imposed globally through colonialism, imperialism and globalization”.

296 Existe aqui uma importante distinção a ser delineada. Anárquico e anarquista não são, sobremaneira, equivalentes. Anarquista é aquilo que segue a ideologia ou a doutrina do Anarquismo. Anárquico é aquilo que independe de Estado.

prisioneiro de seu recorte estatal, que supostamente já teria sido superado como mostram as bibliografias expostas na Parte I. A diferença reside, então, entre enxergarmos fenômenos que concretamente ocorrem e sua “permissão” para existirem. A metageografia hegemônica continua sendo a da área de Poder único. Ainda que a aceitemos como correta, porque efetivamente é, há a leitura de múltiplas territorialidades, de poderes se sobrepondo ou coexistindo, de territórios que não apenas o do Estado-nação... Fato é que esse grande leviatã segue impávido em sua caminhada heterônoma, tanto concretamente, porque luta e suprime insurreições, ou ao menos tenta, quanto simbolicamente, porque se coloca como inevitável. “O imaginário geográfico produzido pela metageografia de mosaico estadista rende outras realidades espaciais como inimagináveis” (GONZÁLEZ, 2010, p. 188).²⁹⁷

É assim que experiências anárquicas, de governo não dissociado do corpo social, são sempre lidas como insuficientes. Ou são efêmeras demais, localizadas demais, pequenas demais, primitivas demais... Não importa, sua deslegitimação é inexorável porque tomadas por parâmetros da metageografia em voga. “Contudo, espaços anárquicos ‘sempre’ existiram e estão ‘por todos os lados’. Essas experiências estão de acordo com princípios e aspirações de liberdade, autonomia e solidariedade” (GONZÁLEZ, 2010, p. 191).²⁹⁸

Seguindo tal toada é que mencionei a necessidade de uma metageografia contra-hegemônica, porque é preciso liberá-la de seus padrões e conteúdos dominantes, para instrumentá-la em direção à autonomia e seus espaços autogovernados. Aliás, como atenta González (2010, p. 193), os inicialmente referidos Lewis & Weding, apesar de apontamentos importantes, e acurada leitura, fazem seu enunciado em sentido reformista, muito mais dirigindo-se à reformulação dos mosaicos que propriamente à sua crítica direta. É certamente necessário repensar as maneiras naturalizadas com que representamos o espaço (particularmente o global e seus continentes), mas também é imperioso criar formas completamente novas, assim como dar brecha às já existentes dentro desse suposto fechamento dos mapas que governa nossas vidas. Pois se é verdade que o “progresso da Geografia acompanhou o da descoberta da Terra” (GEORGE, 1980, p. 9), também é verdade que ainda há *terrae incognitae* sendo produzidas cotidianamente. Cabe a nós dá-las vasão.²⁹⁹

297 No original: “The geographical imaginary produced by mosaic-statist metageography renders other spatial realities unimaginable”.

298 No original: “Nevertheless anarchic spaces and places have existed “forever” and are “everywhere”. These experiences are in accordance with the principles and aspirations of freedom, autonomy and solidarity”.

299 Quando Pierre George enuncia essa frase ele obviamente refere-se à descoberta das porções de terra ainda não mapeadas, as porções prévias ao fechamento dos mapas, o fim das incógnitas. Apesar de ser uma boa frase, e que de fato descreve o cenário de progresso da história do pensamento geográfico, ela pode ser extremamente mal interpretada em dois sentidos. Primeiro se se supuser que, com o fim da era das grandes navegações e expedições, tal avanço poderia desacelerar ou até mesmo cessar (o que seria uma suposição ainda pior), como algo que chegou ao seu pico, e que dali em diante só poderia declinar. O segundo sentindo

Assim, pensar a metageografia como maneira de navegar no e pelo espaço implica e é implicada pela maneira com que fazemos, criamos, constituímos e concebemos seus *imagoes*. Portanto, fala sobre nossa capacidade de “imaginação geográfica” (MASSEY, 2017, p. 36-40), é uma cosmovisão. E a transformação desse imaginário é passo fundamental para percorrer linhas de fuga que desatem o espaço das amarras herdadas – abrindo-o de seu enclausuramento para um espaço coetâneo, que permita irmos em direção a geometrias de poder autônomas –, tanto politicamente quanto das noções teóricas que fizeram das estórias seta linear e evolutiva e dos territórios seu recorte e palco.

em que a frase pode sofrer de problemas interpretativos é achar que a descoberta da Terra compreendeu um período, como um mosaico (!) a ser preenchido, o qual, uma vez completo, passaria no máximo por “reparos” (por ex. uma informação renovada, como a taxa de natalidade de um país, ou qualquer outra variável do tipo). Ressalta-se que nenhuma destas “gafes” é cometida por Pierre George em seu advogar de uma geografia ativa, mas são facilmente erros que podem ser cometidos ainda hoje por um leitor desavisado.

EPÍLOGO

Havendo aberto a presente tese de doutoramento com preocupações pessoais, e até afetivas, que motivaram começar e prosseguir com este trabalho, terminemos de maneira similar. Em vez de dizer o que nos trouxe até aqui, comentar o que queremos deixar de marcante: uma “imperceptível ruptura em vez do corte significativo” (DELEUZE & GUATARRI, 2011, p. 47).

Grande parte do que queria dizer, disse. Mas sempre há mais alguma coisa, uma última frase, uma última citação, um último comentário ou nota de rodapé que gostaríamos de incluir. É difícil deixar nossos trabalhos irem-se. Especialmente um de “longa duração” como são as teses. Precisamos, então, dar-nos conta de que sempre haverão artigos e outros momentos para, se realmente for desejoso, enunciar aquilo que pretendíamos. Além disso, acredito que um bom trabalho de conclusão (seja de graduação ou pós) é aquele que rende frutos, sobre o qual continua-se a escrever, porque há encaminhamentos deixados como pistas alhures. É então necessário que haja, simultaneamente, esse gosto de querer mais, assim como é necessário que ele seja saciado em outro momento. Como diz uma expressão chinesa, se quiseres encher uma xícara de chá fresco, antes tens que esvaziá-la.

Por fim, conforme afirmado no Prólogo, este é um momento específico dentro de uma trajetória. Poder-se-ia dizer que é apenas o de (mais) uma titulação. Mas acredito ser muito além (!) disso. A tese, mais radicalmente que seus predecessores, deve servir enquanto momento de *formação*, para que advenha uma *nova* etapa no processo de constituição do pesquisador. Por isso ultrapassa uma dissertação não apenas em dimensões: número de folhas, referenciais, estudos de casos, etc. Ela é a participação responsável num mundo maior que nós, ao qual devemos colaboração relevante. Um risco tão grande quanto inefável, e necessariamente imperioso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In. SOUSA, C. M., (org). **Um convite à utopia**. Campina Grande: EDUEPB, 2016, p. 203-233.

ANDERSON, Benedict. **Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial**. Campinas: Unicamp, 2014.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ACSELRAD, Henry; COLI, Luís Regis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In. ACSELRAD, H (Org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008, p. 13-44.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.

ALKMIN, Fábio. **Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2015. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09062015-120421/pt-br.php>.

ALMEYRA, Guilherme. O velho e novo do zapatismo. In. **PEGADA**, v. 5, nº 1 e 2, 2004, p. 111-112.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BAKUNIN, Mikhail. **Textos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1999.

BARSOTTI, Paulo. “Estamos aqui pela humanidade!”: viva a Comuna de Paris de 1871!. In. **Revista Lutas Sociais**, nº 8, 2002 (2004), p. 89-100.

BECKER, Bertha. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C., & CORRÊA, L. R. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000

BERTHIER, René. Contra-revolução stalinista em Barcelona. In. **Espanha Libertária: A Revolução Social Contra o Fascismo**. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 61-74.

BEY, Hakim. **Zona autônoma temporária**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

BLACK, Bob. A abolição do trabalho. In CAPRA, P. (org). **Abaixo ao trabalho**. Porto Alegre: Deriva, 2007, p. 41-56.

BOOKCHIN, Murray. Ecologia social e outros ensaio. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

BREGMAN, Rutger. **Utopias para realistas**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

CARDOZO, Fernanda Soares. “**Protestar não é crime**”. A criminalização dos movimentos sociais na Argentina contemporânea – o caso do movimento piquetero (1997-2007). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2008. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/15316>.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

_____. **Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____. **Encruzilhadas do labirinto II**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

_____. **Encruzilhadas do labirinto III**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

_____. **Encruzilhadas do labirinto IV**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

CARLOS, Ana Fani. Crise e superação no âmbito da geografia crítica: construindo a metageografia. In. **GEOUsp**, v.15, n.3, 2011, p. 14-28.

_____. O direito à cidade e a construção da metageografia. In. **Revista CIDADES**, v.2, n.4, 2005, p. 221-247.

CASTRO, Iná Elias. O Problema da Escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L.(orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CAPRA, Paulo (org.). **Abaixo ao trabalho**. Porto Alegre: Deriva, 2007.

COMITÊ CLANDESTINO REVOLUCIONÁRIO INDÍGENA – COMANDÂNCIA GERAL (CCRI – CG). **Segunda declaración de la selva Lacandona**, 1994. Disponível em [SEGUNDA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA « Enlace Zapatista \(ezln.org.mx\)](http://SEGUNDA DECLARACIÓN DE LA SELVA LACANDONA « Enlace Zapatista (ezln.org.mx)).

COELHO, Plínio. **Mai de 68: os anarquistas e a revolta da juventude**. São Paulo: Imaginário, 2008.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos: crise e insurreição**. São Paulo: n-1 Edições, 2016.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

_____. **Arqueologia da violência**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CLAVAL, Paul. **Terra dos homens: a geografia**. São Paulo: Contexto, 2014.

CRAMPTON, Jeremy; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. In ACSELRAD, H (Org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008, p. 85-112.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**. A natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. O declínio e a queda da economia espetacular-mercantil. In: JACQUES, P (org.). **Apologia da deriva**. Rio de Janeiro: Conrad, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2** – volume 1. São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2** – volume 3. São Paulo: Editora 34, 2012a.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2** – volume 4. São Paulo: Editora 34, 2012b.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2** – volume 5. São Paulo: Editora 34, 2012c.

_____. **O que é filosofia?**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DOS SANTOS, Renato Emerson dos. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. In **Anais XII Colóquio Geocrítica**. Bogotá, 2012, p. 1-16. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/16-R-Nascimento.pdf>.

_____. Cartografias e lutas sociais: notas sobre uma relação que se fortalece. In: RIBEIRO, A.C. T.; CAMPOS, A.; SILVA, C. A. (orgs.). **Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafio das experiências urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

DUARTE, Fábio; Sérgio Czajkowski Júnior. Cidade à venda: reflexões éticas sobre marketing urbano. **Revista Administração Pública**, 41 (2), p. 273-82, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rap/a/fKJNnbwr8sXN9mQ3pwXTs8d/?format=pdf&lang=pt>

DULCI, Otávio Soares. Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, nº 18, p. 95-107, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/9VWCkbZFNbfB5q8XjFhdncc/?format=pdf&lang=pt>

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

EZLN - Exército Zapatista de Libertación Nacional. **Declaración de la Selva Lacandona** 1/6. México, 1993-2005. Disponíveis em https://radiozapatista.org/?page_id=20278.

FESTI, Ricardo Colturato. **Zanon, fábrica sem patrão: um debate sobre classismo e controle operário na vanguarda operária**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2010. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281432>.

FONSECA, Tania M. G.; KIRST, Patrícia G (orgs). **Cartografias e Devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **História da sexualidade 1**: vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal 1999

_____. **Microfísica del poder**. Madrid: Ediciones Endymión, 1992.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Terra e Paz, 1996.

GEORGE, Pierre. Problemas, doutrina e método. In. **A geografia ativa**. São Paulo: Difusão editorial, 1980.

GONZÁLEZ, Xavier Oliveras. Deny anarchic spaces and places: an anarchist critique of mosaic-statist metageography. In. **Anarchist Developments in Cultural Studies**, 2010, v. 1 “Post-Anarchism today”, p. 181-197.

GUÉRIN, Daniel. **Anarquismo**. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1968.

HADLER, Severin; MICHEL, Boris. Editorial - This is Not an Atlas. KOLLEKTIV ORANGOTANGO. **Not an atlas**: a global collection of counter-cartographies. Bielefeld: transcript, 2018.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

_____. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Território e descolonialidade** : sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina / Rogério Haesbaert. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia ; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HAN, Byung-chul. **Sociedade do cansaço**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

HARLEY, Brian. **La nueva naturaleza de los mapas**. Ensayos sobre la história de la cartografía. LAXTON, P. (org). México: FCE, 2005.

_____. Mapas, saber e poder. In. **Confins** - Revista Franco Brasileira de Geografia, n. 5, 2009. Disponível em <<https://confins.revues.org/5724>>

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **A loucura da razão econômica**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David *et al.* **Ocuppy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

HEIDRICH, Álvaro. A mediação dos vínculos territoriais para a construção coletiva de espaços do viver. In. CATANNEO, D.; CÂMARA, M.; SILVEIRA, R. (orgs). **Geografia das R-existências**., 2021, p. 61-86.

_____. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In. PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. D. C. (orgs). **Teorias e práticas territoriais**: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

_____. Esquema para dialogar com descartógrafos. In. WASHINGTON, C.; ARAÚJO, L.; GOTO, N. (orgs.). **Recartógrafos**. Curitiba: E/Ou, 2010b.

_____. Vínculos territoriais – discussão teórico-metodológica para o estudo de territorialidades locais. In. **GEOgraphia**, 19(39), 2017, p. 29-40.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA (IS). A fronteira situacionista. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a, p. 129-131.

_____. Definições. In. JACQUES, P. B. (Org.) **Apologia da Deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b, p. 65-66.

JACQUES, Paola Bernstein. Errâncias Urbanas: a arte de andar pela cidade. In. Revista ARQTEXTO 7. Porto Alegre: UFRGS/PROPAR, 2005, p. 16-25.

KAMINANI, Cristina Akemi Goldschmidt. **Contracartografias**: Práticas críticas em um mundo hipermapeado. Dissertação de Mestrado. Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-26072018-161015/pt-br.php>

KIRST, Patrícia G, *et al.* Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis. In. FONSECA, Tania M. G.; KIRST, Patrícia G (orgs). **Cartografias e Devires**: a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 91-102.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KROPOTKINE, Piotr. **A conquista do pão**. Lisboa: Guimarães Editores, 1975.

KOLLEKTIV ORANGOTANGO. **Not an atlas**: a global collection of counter-cartographies. Bielefeld: transcript, 2018.

KONDER, Leandro. **O que é a dialética?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

LACOSTE, Yves. Uma ilustração geográfica sobre a guerra: bombardeando os diques no rio Vermelho, Vietnã do Norte. In. **Confins**, nº 44, 2020. Disponível em <https://journals.openedition.org/confins//26001?lang=fr>.

LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. In CAPRA, P. (org) **Abaixo ao trabalho**. Porto Alegre: Deriva, 2007, p. 05-40.

LAXTON, Paul. Prólogo. In. HARLEY, B. **La nueva naturaleza de los mapas**. Ensayos sobre la historia de la cartografía. México: FCE, 2005.

LEFEBVRE, Henry. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVY, Jacques. Uma virada cartográfica? ACSELRAD, H (Org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008, p. 153-167.

LEWIS, Martin W.; WIGEN, Kären E. **The myth of continents: a critique to metageography**. Berkley/Los Angeles/London: University of California Press, 1997.

LIMA, Tânia. S.; GOLDMAN, Marcio. Prefácio. In. CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 9-21.

LUXEMBURGO, Rosa. **A questão nacional e a autonomia**. Belo Horizonte: Oficina dos livros, 1988

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MAKARAN, Gaya; LÓPEZ Pablo; WAHREN, Juan (orgs.). **Vuelta a la autonomía: debate y experiencias para la emancipación social desde América Latina**. México: Bajo Tierra A.C. y Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019

MAIRESSE, Denise. Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. FONSECA, Tania M. G.; KIRST, Patrícia G (orgs). **Cartografias e Devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 259-272.

MANFRÉDONIA, Gaétano et al. **Espanha Libertária: a revolução social contra o fascismo**. São Paulo: Imaginário, 2002.

MARX, Karl. **Guerra civil na França**. São Paulo: Global, 1986.

MASSEY, Doreen. A mente geográfica. In. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, 2017, p. 36-40. Disponível em [v. 19 n. 40 \(2017\): mai./ago. | GEOgraphia \(uff.br\)](https://www.gioffredo.org/pt/2017/05/19/40/) .

_____. Concepts of space and power in theory and in political practice. In **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, 2009, Núm. 55, p. 15-26, Disponível em <https://raco.cat/index.php/DocumentsAnalisi/article/view/171747>

_____. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MCLUHAN, Marshall. **The Gutenberg Galaxy**: The Making of Typographic Man. Toronto: University of Toronto Press, 1962.

MESQUITA, André Luiz. Counter-Cartographies – The Insurrection of Maps. In KOLLEKTIV ORANGOTANGO. **Not an atlas**: a global collection of counter-cartographies. Bielefeld: transcript, 2018.

_____. **Mapas dissidentes**: proposições sobre um mundo em crise (1960-2010). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013. Disponível em [Mapas dissidentes: proposições sobre um mundo em crise \(1960-2010\) \(usp.br\)](#) .

MÉXICO. **Ley para el Diálogo, la Conciliación y la Paz Digna en Chiapas**, 1995. Disponível em [Justia Mexico :: Federales > Leyes > Ley para el Diálogo, la Conciliación y la Paz Digna en Chiapas :: Ley de Mexico](#).

MURACHO, Henrique. O conceito de phýsis em Homero, Heródoto e nos pré-socráticos, **HYPNOS**, n. 2, p. 11-22, 1997.

ONIRÊ, Neto. **Autonomia desde o território**, 2021, s/p. Disponível em <https://teiadospovos.org/formacao-politica-3-autonomia-desde-o-territorio-neto-onire/>.

PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina. Complexidade, transdisciplinaridade e produção de subjetividade. In FONSECA, Tania M. G.; KIRST, Patrícia G (orgs). **Cartografias e Devires**: a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 81-90.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. (orgs.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PICKERILL, Jenny; CHATTERTON, Paul. Notes towards autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics. In. **Progress in Human Geography** 30, 6, 2006, p. 1-17.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala**. México: UNAM, 2012. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-carlos%20walter.pdf.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

QUINTERO WEIR, José Ángel. Wopukarü jatumi wataawai: El camino hacia nuestro propio saber. Reflexiones para la construcción autónoma de la educación indígena. In. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, vol. 16, núm. 54, julio-septiembre. Maracaibo: Universidad de Julia, 2011, pp. 93-116.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

_____. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In. PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. D. C. (orgs). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. São Paulo: Editora 34, 2017.

RIBEIRO, Ana C. T.; CAMPOS, Andreelino; SILVA, Catia A. (orgs.). **Cartografia da ação e movimentos da sociedade: desafio das experiências urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

RECLUS, Élisée. **Evolução, revolução e o ideal anarquista**. São Paulo: Editora Imaginário, 2002.

REGO, Nelson. Apresentando um pouco do que sejam ambiências e suas relações com a geografia e a educação. In. REGO, N; SUERTEGARAY, D. M. A; HEIDRICH, A. L. (Org.). **Geografia e educação: geração de ambiências**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 7-10.

RESZLER, André. **La estética anarquista**. Buenos Aires: Libros de Araucária, 2005.

REY, Mabel Twaites. La autonomia: entre el mito y la potencia emancipadora. In. **Pensar las autonomias**. México: Bajo Tierra, 2011, p. 145-207.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. **Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

RODRIGUES, Glauco Bruce. A experiência da autogestão territorial anarquista durante a guerra civil espanhola (1936-1939): legado, limites e possibilidades. In **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 43, nº 1, 2016.

_____. **Comunas e federações, territórios libertários: a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/772121.pdf>>

RUSSEL, Bertrand. **Delineamentos da filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969.

_____. O elogio do lazer. In CAPRA, P. (org). **Abaixo ao trabalho**. Porto Alegre: Deriva, 2007, p. 41-56.

SACK, Robert. **Human territoriality. Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMIS, Alexandre. **Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris**. São Paulo: Hedra, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2008.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EdUSP, 2012.

_____. O papel ativo da geografia— um manifesto. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, p. 103-109, jul./dez., 2000.

_____. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. In **Boletim Gaúcho de Geografia**, 21: 7-14, ago., 1996.

_____. O retorno do território. In. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6, n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHAEFER, Fred. Excepcionalismo em geografia. In. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, 7 (13), 1977, pp. 5-37.

SCHNEEWIND, Jerome B. **A invenção da autonomia**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra**. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010

_____. **O declínio do homem público: tiranias da intimidade**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

SILVEIRA, Renata Ferreira; CÂMARA, Marcelo. Autonomia frente a hidra capitalista: aportes da experiência zapatista. In. **GEOgraphia**, v. 20, nº 42, 2018, p. 76-88.

SMIRNOV, Nikolay. Meta-geography and the navigation of space. In. **e-flux Journal #101** – summer 2019, p. 1-13. Disponível em [Meta-geography and the Navigation of Space - Journal #101 June 2019 – e-flux](#).

SOARES, Cássio Cunha. **Sobre o significado da experiência de autogoverno zapatista**. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em http://www.bdt.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5899.

SOARES DE LIMA, Theo. **Caminhos urbanos à Deriva**. Trabalho de Conclusão de Curso.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Porto Alegre, 2011. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/55551>>

_____. **Deambular pela cidade como uma experiência humanista**. In. Revista TERRITÓRIO AUTÔNOMO [recurso eletrônico] / ReKro – n. 2, 2013, p. 27-40. Disponível em <<http://www.rekro.net/revista-territorio-autonomo/>>

_____. Dos recortes do espaço à instrumentalização da geografia. In. **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Organização de Álvaro Luiz Heidrich e Cláudia Luísa Zeferino Pires. Porto Alegre: Editora Letral, 2016.

_____. Ensaio de cartografia política: as eleições de 2018. In **Revista Terra Livre**, v. 1, n. 52, 2019, p. 695-732.

_____. **Ensaio sobre a vida cotidiana**. Passos e tropeços de uma pesquisa psicogeográfica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Geografia. Porto Alegre, 2015. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/128940>>

SOUCHY, Augustin. A coletivização na Espanha. In **Espanha Libertária: A Revolução Social Contra o Fascismo**. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 36-42.

SOUZA, Edson Luiz André de. Utopias como âncoras simbólicas. In FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. (orgs). **Cartografias e Devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 63-68.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C., & CORRÊA, L. R. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

_____. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

_____. Território e (des)territorialização. In. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013.

_____. “Território” da divergência (e da confusão: em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In. SAQUET, M; SPOSITO, E. (orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

_____. Território do outro, problemática do mesmo? O princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo ético versus relativismo cultural”. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 145- 176.

ONFRAY, Michel. **A potência de existir**: manifesto hedonista. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

VANEIGEM, Raoul. **A arte de viver para as novas gerações**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

VLASTOS, Gregory. Os gregos descobrem o Cosmos. In: VLASTOS, G. **O Universo de Platão**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1987, p. 11-24

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomias y emancipaciones**: América Latina em movimento. Lima: Universidad Mayor de San Marcos, 2007.

_____. **Movimientos sociales en América Latina**: el ‘mundo otro’ em movimento. México: Bajo Tierra A.C, Comunidad Autonomía y Libertad (Comunal), El Rebozo, 2017.

_____. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

ZIZEK, Slavoj. **Occupy** - movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.